Mary da Silva Profeta

MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL ADQUIRIDA

Aspectos humanos educacionais e socioculturais

Marília
2002

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17 18

MARY DA SILVA PROFETA

MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL ADQUIRIDA

Aspectos humanos educacionais e socioculturais

MARÍLIA- SP

2002

MARY DA SILVA PROFETA

MULHERES COM DEFICIÊNCIA VISUAL ADQUIRIDA

Aspectos humanos educacionais e socioculturais

0 1.209
X

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciência. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, como exigência parcial à obtenção do título de Doutor em Educação sob orientação do Dr. Sebastião Jorge Chammé.

MARÍLIA- SP

2002

1410001400







Agradecimentos

A Deus pela força e prote
mantendo-me na árdua luta,
frente a tantos obstáculos.
Obrigada Senhor pela luz que me deu
em mais essa jornada!

Aos meus pais, Roque e Aparecida, amores que me deram a vida e na humildade e sabedoria, passaram-me riquezas de exemplos com dignidade, perseverança, amor e trabalho, sem os quais eu não trilharia tantos caminhos, rompendo barreiras!

Aos meus filhos, Rodrigo, Guilherme
e Henrique, amores de minha
vida, pela compreensão e renúncia pela
ausência em tantos momentos de nossas
vidas, o que permitiu que eu chegasse
a esse momento de minha vida
e carreira!

Aos meus irmãos Jeanete, Norma, Pedro e (Marcos in memória), cunhados sobrinhos e sobrinhos netos pelo carinho de sempre!

Obrigada a todos hoje e sempre!

Agradeço

Ao Dr Sebastião Jorge Chammé, amigo e orientador que possibilitou meu ingresso no doutorado o que culminou com esse importante, mas preocupante e responsável final.

Ao Dr. Eduardo José Manzini, pela amizade, paciência e horas de trabalho, dedicados à leitura e sugestões para engrandecer esta tese desde a sua qualificação até a defesa. Obrigada pela paciência e leitura dos muitos e-mails.

À Dra Tânia Moron Saes Braga, pela amizade e a importante contribuição desde a qualificação até a defesa.

Ao Dr Alaor Benedito Lora, que já no mestrado colaborou participando de minha qualificação e pelo qual hoje, retribuo com carinho, a atenção, a amizade e o apoio.

A Dra Rosmar Tobias, ex- professora e amiga sempre presente em diferentes momentos de minha vida e que, desde a graduação me apóia incentivando-me e valorizando-me em todas as realizações.

Aos amigos Nêusa Ap. Rodrigues, Sirley Guarezzi, Carlos Alberto, Dona Cecília, Rosangêla, Marylda Millan, Marilda Bruno, Maria Elisabete Gasparetto, Elisabet Dias de Sá, Célia Vidon, Maria do Carmo, Neivo Zorzeto, Jacira Arruda, Nêusa Stavarengo, Ivete de Masi, Hélia Sônia Raphael, Márcio Gonzalez, Valter Stroppa, Iolande Ide, Vera Rojo Fernandes e à Tia Maria e Dido, pelas palavras de apoio, incentivando-me nos momentos de angústia para eu não desistir da luta.

Ao prof Ernani Vidon (in memória) pela sempre força e exemplo de dedicação e dignidade; ao Érik (in memória) pelo sorriso largo e pela força como exemplo de vida; à Duca (in memória) que mesmo acometida por um terrível mal, não desistiu de me estender a mão e me passar força para que eu prosseguisse em busca do meu sonho. Três exemplos de garra e de estímulo para que eu nunca largasse essa árdua jornada pelo meio do caminho.

À todas as mulheres participantes deste trabalho, o meu carinho pela atenção e pronto atendimento em colaborar para que ele fosse uma realidade. Vocês foram atoras importantes desta tese. Sem vocês ela não existiria.



Ao programa de Pós-Graduação, da UNESP Marília e seus funcionários pela atenção em todos os momentos compartilhados desde a o mestrado até o final do doutorado.

À Lourdes Marcelino que desde os áureos tempos da Rádio Mulher tornou-se um referencial, um ponto de apoio e de exemplo que fez despertar em mim, um novo olhar sobre a mulher e a sua trajetória em meio a desafios e rompimentos de barreiras.

Às amigas Dra Martha Reis, Dra Fátima Inês Wolf de Oliveira e Dra Rita de Cássia Tibério Araújo, pela amizade e atenção por terem aceito a suplência da banca de defesa do meu doutorado.

Às mulheres com deficiência visual que foram minhas alunas na graduação e às demais que mesmo não sendo alunas ou participantes do estudo sempre me apoiaram confiando em meu trabalho.

Enfim, a todos os colegas, amigos, funcionários da UNESP, em especial do DEE e demais lugares nos quais levava minhas preocupações e dos quais sempre ouvi palavras de conforto e impulso, os meus sinceros agradecimentos pedindo ao Pai Eterno que não os desamparem para que possam oferecer a outras pessoas o carinho que me ofereceram e por certo continuaram a oferecer. Espero retribuir com o meu carinho e respeito hoje e sempre!

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Na luta pela vida só recebo carinho e compreensão de todos que me cercam. Tenho familiares maravilhosos e fiz bons amigos os quais cultivo como as flores de um belo jardim e, entre essas flores, muitas rosas com espinhos, os quais, todos sempre me ajudaram a galgar para alcançar as pétalas macias das rosas. (Mary)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

SUMÁRIO

RESUMO.....X

ABSTRACT.....XI

1 APRESENTAÇÃO.....11

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....13

2.1 A mulher com deficiência.....24

2.2 Deficiência visual: histórico e conceitos gerais.....27

2.3 A mulher com deficiência visual.....32

2.4 Mulheres com deficiência visual que fazem a história das mulheres.37

3 MÉTODO.....45

3.1 Participantes.....46

3.2 Procedimentos de coleta de dados.....50

3.3 Procedimentos de análise de dados.....51

4 RESULTADOS.....52

4.1 A idade e causa da perda visual.....54

4.2 Relação com a medicina após a perda visual.....56

4.3 Busca de cura alternativa: milagres, chás, benzimentos, condomblés..58

4.4 O comportamento dos familiares de acordo com o relato das participantes.....64

4.5 Vida escolar.....68

4.6 Relacionamento com familiares, amigos e pessoal da escola.....85

4.7 Relação com filhos e amigos dos filhos.....89

4.8 Vida profissional.....90

4.9 Vida afetiva e sexual.....103

4.10 Preconceito, discriminação, rejeição, estigma.....111

4.11 Reabilitação e adaptação à nova vida.....121

4.12 Acessibilidade aos recursos existentes.....136

4.13 Beleza, esporte, sensualidade: relação com o corpo.....150

4.14 Inclusão, integração, segregação.....155

4.15 Sociedade e mídia.....163

4.16 Violência contra a mulher.....173

4.17 O futuro.....180

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....183

6 BIBLIOGRAFIA.....188

7 ANEXO I.....203

8 ANEXO II.....209

PROFETA, Mary da Silva. *Mulheres com deficiência visual adquirida: aspectos humanos, educacionais e socioculturais.* 2002. 215 p. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

RESUMO

O estudo da condição da mulher com deficiência visual adquirida tem como objetivo gerar informações às pessoas que as têm como seres fragilizados, distantes do campo educacional, profissional, afetivo e sexual, entre outros, a partir da análise de relatos sobre a condição dessa mulher, nos aspectos humanos educacionais e socioculturais. A pesquisa contou com a participação de dezesseis mulheres com deficiência visual adquirida, preferencialmente com nível superior de ensino, residentes em diferentes estados do país, assim distribuídas: **3** em MG; **9** em SP; **1** no RS; **3** no RJ. Os relatos foram coletados da seguinte forma: **7** via e-mails; **3** gravados na presença da pesquisadora, 2 gravados e enviados pelo correio e **4** manuscritos pela pesquisadora durante encontro pessoal com as mulheres envolvidas no estudo. Os dados analisados e extraídos dos relatos são referentes a *idade e causa da perda visual; relação com a medicina após a perda visual; busca de cura alternativa: milagres, chás, benzimentos, rezas, candomblés, etc; o comportamento dos familiares, amigos e pessoal da escola; vida escolar; relação com os filhos e os amigos dos filhos; vida profissional; vida afetiva e sexual; preconceito, discriminação, rejeição e estigma; a reabilitação e adaptação à nova vida; acessibilidade aos recursos existentes; beleza, esporte, sensualidade: relação com o corpo; inclusão, integração, segregação; sociedade e mídia; violência contra a mulher; o futuro...* Os resultados indicam que as mulheres do estudo, com deficiência visual adquirida esperam viver em uma sociedade com mais justiça social, para que dessa forma tenham oportunidade de interagir nos diferentes setores de sua vida, com mais dignidade, exercendo sua cidadania e tendo acessibilidade às diferentes modalidades de relação humana educacional e sociocultural.

Palavras-chave: mulher com deficiência visual; reabilitação; educação; discriminação; inclusão; sociedade.

PROFETA, Mary da Silva. *Women with visual impairment: human educational and sociocultural Aspects.* 2002. 215 p. Thesis (Doctorate in Education) -Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

ABSTRACT

The study of the condition of women with acquired visual impairment has objective to generate information to the people that see them as frail beings, far off the educational, professional, affective, sexual and other fields, from the analysis of reports about the conditions of these women as to human, education, and sociocultural aspects. The survey had the participation of sixteen women with acquired visual impairment, preferably college graduates, residing in different states of the country, as follows: 3 in MG; 9 in SP; 1 in RS and 3 in RJ. The reports were collected in the following way: 7 through e-mail, 3 recorded in the presence of the surveyor, 2 recorded and sent by mail, and 4 handwritten by the of the surveyor, during meetings with the women involved in the study. The date analyzed and extracted from the reports refer to the age and cause of visual loss; facing the problem after the loss of vision and its relation to medicine, with the search for alternative cure and with family members; schooll life; affective and sexual life; prejudice, discrimination, rejection and stigma; rehabilitation and adaptation to a new life; accessibility to existing resources; beauty, sport, sensuality; relationship with the body; inclusion, integration, segregation; society and media; the future, violence against women. The results indicate that the women from the study, with acquired visual impairment, expect to live in a society with more social justice so that they may have the opportunity to interact in different sectors of their lives, with more dignity, exercising citzenship and having accessibility to different modalities of human education and sociocultural relationship.

Key words: visually impaired women; rehabilitation; education; discrimination; inclusion; society.

1 APRESENTAÇÃO

O estímulo para estudar o tema, mulheres com deficiência visual adquirida, não é muito recente e surgiu de uma observação feita no início de minha atuação na área da deficiência visual, quando constatei realizações dessas mulheres, algumas das quais, já conhecia desde adolescentes.

A reflexão mais profunda deu-se com a opção pelo doutoramento. Havia um mundo de possibilidades à minha volta, mas detive-me nesse tema por ter, como alunas, mulheres que haviam perdido a visão e, ainda assim, continuaram em suas lutas por melhores condições de vida, assumindo desafios e vencendo obstáculos.

As pessoas com deficiência vivem num mundo incapacitante em que ser deficiente é uma coisa e ser incapacitado é outra. Vash (1988) lembra que as pessoas deficientes querem sair do anonimato, da sombra, proclamando *existo, logo, penso*. Afirma ainda, que as pessoas são mais semelhantes do que diferentes, independente de suas variações quanto ao físico, capacidades sensoriais ou habilidades intelectuais.

> Uma pessoa portadora de deficiência experimenta uma sensação de perda com relação às habilidades funcionais que uma doença ou acidente tenham destruído. Da mesma forma, uma pessoa não portadora de deficiência pode experimentar uma sensação de perda com relação a alguma coisa que anteriormente possuía e agora perdeu (VASH,1988, p.25).

Em especial para a mulher deficiente visual adquirida, o que significa a perda visual? Seu corpo sofre modificações após a perda visual? Sua sensualidade e sexualidade são afetadas com a perda? Como ela lida com isso? Ser mulher com deficiência visual é muito diferente da mulher comum? O que muda em termos de acessibilidade? E em termos de profissionalização? Como se dá o processo de reabilitação? Como se dá o processo educacional? Essas mulheres sofrem discriminação?

Frente a essas questões, buscou-se relatos de vida das mulheres com deficiência visual adquirida fica a tentativa de apontar sucessos, fracassos, preconceitos, problemas familiares, escolares, de acessibilidade, de relacionamentos afetivos, profissionais entre tantos outros. Ao final, obtivemos um produto que poderá

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ser utilizado para publicação e divulgação, possibilitando um maior conhecimento dessas mulheres e de seus problemas.

2-CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Viver, pensar e agir são ações inerentes ao homem, porque ele é historicizado e, de acordo com a concepção político social, difere dos outros animais pela cultura. Pela atividade criativa satisfaz suas necessidades, produzindo meios para tanto e, nesse processo, vai gerando outras necessidades que exigirão novas transformações.

Viver é condição inerente ao homem desde o nascimento até a morte, embora o pensar e o agir vão acontecendo simultaneamente. Na medida em que o homem vai se apropriando do conhecimento avança e vai avaliando as formas que viabilizem a utilização de suas possibilidades. Neste sentido, ele age conforme o conhecimento que possui e é dado como amadurecido, em qualquer sociedade, quando adquire as habilidades imprescindíveis para a vida em seu cotidiano.

O homem é tido como uma síntese das relações sociais que ele pode transformar na medida que atua com as possibilidades. Sendo ético, não alienado, faz de sua cotidianidade um ato humanizador e, sem ser singular ou particular, tem consciência do quanto o trabalho transforma a natureza e a si próprio, porque o leva a ter contato com o mundo e se apropriar de outras coisas como, por exemplo, das *forças essenciais da natureza para satisfazer suas necessidades e por meio dessa apropriação tornar essas forças essenciais da natureza em forças essenciais humanas* (OLIVEIRA,1996, p.16).

Mas o que é a vida cotidiana, senão heterogênea em grande medida, sobretudo no que diz respeito ao conteúdo e significação ou importância dos diferentes tipos de atividades. Tal heterogeneidade é indispensável para se conseguir essa *explicitação normal* da cotidianidade e esse funcionamento rotineiro da hierarquia espontânea é igualmente necessário para que as esferas heterogêneas se mantenham em movimento simultâneo (HELLER,1977, p.18).

Segundo a autora, a sociedade tem como propriedade essencial o caráter público das ações que influi no agir do homem em sua cotidianidade e o seu comportamento global transforma-se quando está frente a um público, diante de olhos diferentes e do seu julgamento. Isso se *deve em parte, ao fato de qu.- colocado no*

meio público- o homem sente mais intensamente o dever de representar a humanidade, de dar exemplo (1977, p. 91).

Essa relação humana vai se mesclando e dá origem à divisão na qual a mulher passa a ser o elemento de subordinação, dominada pelo sexo masculino. O homem a manteve alienada por muitos séculos, ainda que a história revele que nem sempre foi assim e que, em muitos períodos, ela tenha exercido algum domínio sobre ele. Convém salientar que nenhuma relação é inteiramente alienada e, tampouco, existem comportamentos humanos que se tenham cristalizado absolutamente em papéis. A questão, então, não é conhecer quem exerce domínio sobre quem, mas quem está fazendo o que em benefício da cidadania de todos.

Segundo França Ribeiro (1995), a mulher, no período paleolítico (500 anos AC) era muito valorizada. Lamenta-se, todavia, que fosse apenas pela fertilidade, uma vez que as não férteis- as estéreis- se bem que em número menor, eram abandonadas à própria sorte. O autor salienta que se valorizava a mulher porque ela organizava todo o trabalho e a vida coletiva da família. Nesse período já começam a surgir as primeiras preceptoras, as artistas...A mulher era o sexo forte enquanto o homem era emocionalmente submisso, o que o tornava dependente. Para esses homens o casamento só tinha o objetivo de procriação, tanto que muitos casamentos eram espirituais. As mulheres podiam ter vários homens e continuar a viver na casa dos pais.

Houve, então, períodos nos quais a mulher foi respeitada e valorizada, mesmo privada de algumas aparições. Do século XV ao XIX, ela só podia sair de casa para ações religiosas e muitas vezes, dependendo da região, se fossem mulheres tidas socialmente como feias, só iam às igrejas à noite e com o rosto coberto. O culto à beleza sempre foi proclamado pelas classes sociais dominantes.

Em anos muito distantes, séculos até, surgiram diversas abordagens e concepções históricas sobre a mulher e a sua condição. Muitos povos, por exemplo, tinham na mulher a figura recatada, ideal, a virgem imaculada e para ela se olhava como se estivesse contemplando uma santa, uma deusa. Tudo isso foi sofrendo transformações porque o homem, com sua potencialidade, sempre provocou mudanças, ora radicais, ora mais amenas, dentro do contexto histórico-social vivido.

unesp

Talvez, fundamentando-se na bicentenária Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges, redigida em 1791, seja possível vislumbrar a trajetória da mulher. Essa Declaração teve origem na dos Homens e do Cidadão, proclamada em 26 de agosto de 1789, cuja estrutura, estendia-se em 17 artigos (anexo). Esse texto, juntamente com a *Vindication of rights of womam* de Mary Wollstonecraft, representa um protótipo das afirmações e reivindicações das mulheres em termos de Direito (BONACCHI e GROPPI, 1995, p.11-12).

O texto de Gouges (1986) não denuncia a conotação parcial do sujeito masculino, o que de certa forma vem denotar a soberania redefinida pela Revolução Francesa e a tentativa de consertá-la, formulando-se uma nova Declaração, não se conotando, todavia, em absoluto, um plano de prevaricação de sinal contrário ou mesmo de choques de exclusão, de desigualdade e de dignidade para os dois sexos. Ressalta-se aí o fato de que as mulheres, quando põem em discussão, o pretenso universalismo dos direitos não excluem o homem. Elas mencionam os dois lados: o feminino e o masculino (In:BONACCHI e GROPPI, p.13).

"A Declaração dos Direitos da Mulher, reescrita por uma mulher, contempla a co-presença política e social de homens e mulheres e uma igual dignidade para os dois sexos" (BONACCHI e GROPPI,1995, p.13).

Segundo as autoras,

> o objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis da mulher e do homem; estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e sobretudo a resistência à opressão (Art.II).
> O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles (Art.III p.13).

Wollstonecraft, na dedicatória a Talleyrand e que precede a sua *Vindication*, também reivindica os direitos da mulher para que possa tornar-se a companheira do homem:

> Numa luta pelos direitos da mulher, o meu argumento principal se baseia neste simples princípio: que a mulher, se não for preparada pela instrução para tornar-se companheira do homem, barrará o progresso do saber e da virtude; porque ou a verdade deve ser comum a todos, ou o seu influxo sobre a conduta comum será inadequado (p.13).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Entende-se, no momento em que se discute a questão de gênero, que a mulher, enquanto sujeito feminino, sempre quis estar ao lado do homem, sujeito masculino, e não suprimi-lo no momento em que afirma sua especificidade.

Bonacchi e Groppi (1995) ainda salientam que a introdução da diferença, por parte do homem, será sempre em prejuízo total da mulher, confirmando a sua ligação com o privado e seu afastamento do governo da coisa pública. A bem conhecida argumentação do deputado André Amar é exemplar nesse sentido, tanto que num Relatório apresentado à Convenção Nacional de 9 brumários (calendários republicanos), ano II (30 de outubro de 1973), em nome da Comissão de Segurança Geral, ele afirma que as mulheres "não devem sair da família para imiscuir-se nos assuntos de governo", visto que:

> As funções privadas a que as mulheres são destinadas pela própria natureza são inerentes à ordem geral da sociedade; essa ordem social é resultado da diferença que existe entre o homem e a mulher. Cada sexo é chamado para um tipo de ocupação que lhe é próprio; sua ação é circunscrita dentro desse âmbito, que não pode transpor, enquanto a natureza, que pôs estes limites ao homem, governa imperiosamente e não tolera lei alguma (p.14).

Gouges (1995), num ímpeto de ordenamento hierárquico e concomitante exclusão do exercício de alguns dos direitos fundamentais ligados ao princípio de igualdade, dizia:

> Mulheres! Mulheres! Quando deixareis de ser cegas? Quais vantagens vos advieram da Revolução? Um desprezo mais marcado, uma indiferença mais evidente? Nos séculos de corrupção vós reinastes exclusivamente sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído; que vos resta então? (GOUGES, In: BONACCHI e GROUPPI, 1995, p. 28).

Felizmente resta muito à mulher. Está havendo maior reconhecimento e valorização explícita da mulher enquanto ser um ser humano.

As autoras Bonacchi e Groppi (1995) preocupadas com o bem-estar dos gêneros, nos relatam trechos de uma discussão sobre a igualdade/diferença, que aconteceu em Frankfurt, durante um Congresso. Como os Direitos Humanos não têm sexo, as representantes de diversas posições puderam chegar a um entendimento, em torno do fato de que a *referência à igualdade ou à diferença não é uma alternativa, tratando-se, portanto,de uma falsa escolha* (p. 60).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Discutindo a questão de gênero e cidadania, as referidas autoras afirmam que:

> A equiparação de fato só tem sentido se se aceita como premissa a diferença dos seres humanos, incluindo, portanto, as diferenças entre homens e mulheres. Por outro lado, mesmo as representantes da teoria da diferença partem implícita ou explicitamente, do pressuposto de que a diferença só pode ser vivida pelas mulheres com base na paridade dos direitos (BONACCHI e GROPPI, 1995, p.60).

Essa luta por igualdade de condições e direitos, permanece como direito fundamental e ainda no século XXI, o tema é amplamente discutido nas mais variadas formas de eventos enfocando a mulher. Espera-se, de fato, conquistar mais igualdade, pressupondo-se que o que deve ser confrontado, seja a diferença e, ainda assim, não se desprezando o fato de que com a diferença também se cresce e torna-se possível entender o outro.

A análise dos critérios que sustentam a prática do preceito de igualdade no qual duas pessoas se confrontam, é muito importante. Não é possível ser totalmente radical na reivindicação por igualdade, embora o Art. X da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (anexo) a garanta, pois, segundo o referido Artigo, a mulher pode subir ao patíbulo e assim reivindicar direitos políticos que não devem ser apenas do homem.

Perrot (1998) relata que, num espaço público, homens e mulheres situam-se em duas extremidades na escala de valores, não havendo, portanto, igualdade. A mesma autora, entretanto, em sua obra "Mulheres Públicas", ilustra um inacabado quadro no qual se destaca uma silhueta de mulher, desfocada e velada, poético símbolo da presença ausência da mulher em um espaço público. O quadro, pintado por Gustave Caillebotte, (1848 - 1894) está intitulado de "Homme et femme sous um parapluie" (Homem e mulher sob um guarda-chuva). Embora velado e inacabado, o quadro mostra que os dois estão numa via pública, protegidos pelo guarda-chuva (1998, p.7).

Paulatinamente as mulheres foram tomando consciência de sua condição e saíram em busca de valorização e reconhecimento de suas potencialidades. Um dos primeiros movimentos que a história aponta foi o ocorrido no ano de 1848; Primeira Convenção dos Direitos da Mulher, em Sêneca Falles, em Nova Iorque, quando as mulheres se aliaram fortalecidas, visto que dentre elas havia intelectuais muito

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

respeitadas, motivo pelo qual o movimento teve outra visibilidade, o que comprova a força da educação formal da época.

Para Beauvoir (1989), toda essas questões de gênero devem perpassar um ensinamento que ela mesma deixou "não se nasce mulher; torna-se mulher", querendo, como feminista, defender a construção de identidade feminina dissociada dos rançosos padrões culturais e morais vigentes, nos quais a mulher está subordinada por imposição de uma sociedade patriarcal e que, naquele século, muito mais que no XXI, a mulher era renegada e relegada a viver aceitando estar em segundo plano, sem participação na vida pública de seu país (SILVA. In: VIEZZER, 1989, p.5).

Para a autora, ser mulher é ser producente, é gerir seus próprios caminhos, ter identidade, ter valor, ser respeitada e não abrir guerra contra os homens na busca de mais igualdade. A luta deve visar a construção de uma sociedade na qual a relação de gêneros seja repensada, o que não implica substituir a ordem exclusivamente masculina por outra que seja exclusivamente feminina. Para ela, é preciso construir uma nova sociedade na qual todos possam participar com mais igualdade e justiça social. Todos, homens e mulheres devem tentar viver harmoniosamente (VIEZZER,1989, p.5).

O problema da subordinação não está nos planos da mulher que vem repensando atitudes, procurando diferentes caminhos para refletir sobre o seu papel social e político na sociedade em que vive. Esta quer estar ao lado do homem na lutas por mais realizações. Não se trata de inverter a ordem atual das coisas, por meio de uma troca pura e simples de papéis sociais que levaria a subordinar os homens às mulheres. Para Viezzer (1989), as novas relações devem ser pensadas de tal forma que homens e mulheres, sendo biologicamente diferentes, possam tratar-se como seres humanos iguais em direitos à vida.

Por todas essas discussões acaloradas acerca dos problemas que a mulher enfrenta há muitos séculos, este estudo procurou analisar a vida das mulheres com deficiência visual: cegueira adquirida, porque elas sofrem dupla discriminação- são mulheres e são cegas.

A sociedade tem em seu imaginário social a mulher deficiente como um ser inferior, incapaz de realizações que não sejam as de estar em casa, sem nada a fazer,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

sem poder freqüentar escolas, sem amigos, sem relacionamentos amorosos, sem filhos, enfim, como alguém que teve uma morte social.

Nessa busca para entender a problemática da mulher com deficiência visual, procurou-se conhecer um pouco do que se passa historicamente com ela. Só assim, munidos de documentos históricos, foi possível falar sobre as que perderam a visão e se tornaram alvos de discriminação e preconceito, o que as mantinha em pouca evidência.

Na realidade as explanações vão ao encontro do que a maioria da sociedade pensa e pratica, por desconhecer que as mulheres com deficiência visual, como as demais, têm potencial, sendo capazes de realizar-se em muitos setores da vida social, afetiva e pública, bastando para isso, que lhes dêem oportunidades para que possam apresentar-se como cidadãs independentes e preparadas a exercerem funções para as quais não se exija sua visão.

Então, frente a essa necessidade, de um lado pessoal e do outro da profissional, que atua na área da deficiência há quase vinte anos, tendo contato direto com mulheres deficientes, fiz opção por essa temática bastante polêmica nos meios acadêmicos, profissionais e sociais, pela falta de informação.

Em princípio, fui movida pela paixão que o assunto despertou, mas, passados alguns meses, embora a paixão continuasse, a questão profissional prevaleceu e me pôs frente às mulheres para discutir a pertinência do assunto. Foram esses encontros e até os desencontros havidos na busca de subsídios que permitiram a elaboração dessa tese de doutoramento. Baseando-se preferencialmente em relatos de vida para conhecer como essas mulheres no dia- a- dia enfrentam a crise do preconceito, da estigmatização e, conseqüentemente das injustiças sociais, a pesquisa se efetivou.

De antemão, sabia que encontraria dificuldades em relação à literatura, pois pouco se escreveu sobre essas mulheres, seja no Brasil ou no mundo. Observou-se que a história não as contempla na vastidão bibliográfica sobre mulheres. Foram encontradas apenas três obras escritas por mulheres cegas, embora conste toda uma trajetória de sua presença desde a criação do mundo. Talvez o fato da exterminação dos que nascessem imperfeitos possa ter contribuído para essa falta de informação histórica.

unesp

Uma vez enfocado o tema - a mulher com deficiência visual –e, no caso em particular deste trabalho, aquela com cegueira adquirida, ela possa ser alvo de novos estudos.

Na amostragem deu-se preferência à de formação superior, uma vez que o estudo concluído demonstrará o quanto se está distante da realidade dessas mulheres capazes de provocar modificações no mundo, transformando toda e qualquer sociedade e imaginário social, até porque muitas elevaram seus nomes em cenário nacional e internacional, devido aos serviços prestados, principalmente, à população deficiente visual.

É comum que a sociedade se comporte de forma discriminatória em relação a elas, uma vez que a própria pessoa com deficiência costuma se afastar do convívio com outras pessoas, principalmente, quando há uma perda e, em se tratando da perda visual, só vislumbra que o seu mundo caiu e que sua vida acabou, restando-lhe, então, a piedade, o abandono e, a amargura da aceitação do "castigo", que lhe foi enviado por alguma falta cometida, até talvez, por um seu antepassado, porque ela busca culpas que nunca estão em si mesma ou no mal que a acometeu.

Para a autora deste estudo parece incompreensível que, no século XXI, ainda prevaleça essa imagem das pessoas que têm alguma diferença. Aceitar o diferente é romper com barreiras e convenções sociais calcadas na valorização dos perfeitos em detrimento dos que possuem uma limitação, uma necessidade especial que os cerceia de algumas atividades. É preciso ter um novo olhar sobre a diferença e esse olhar deve ser objetivo, sem preconceito, respeitando-se as divergências.

Focault (1989) diz que há momentos na vida em que a questão é saber se podemos pensar de outro modo o que pensamos. Perceber de outro modo o que vemos é indispensável para continuar a olhar e refletir (In: BIANCHETTI, 1998, p. 111).

Diante disso, torna-se ainda mais difícil emitir opiniões a respeito dos diferentes sem estar evocando o preconceito que faz parte do pensamento e do comportamento do cotidiano e que é obra da integração social, sendo, ao mesmo tempo, produto do comportamento das classes dominantes. O preconceito acompanha a humanidade e persiste por toda a vida de quem o cultiva.

unesp

A mulher tem seu universo carregado de discriminação, desigualdade e estigma. Não se pode negar que a com deficiência visual tenha mais, porque, como afirma Belarmino (1997),

> Em nível do senso comum, observou-se e observa-se ainda hoje em dia em determinados grupos sociais, uma espécie de "naturalização" do estigma contra as pessoas cegas. A própria cegueira é explicada a partir de uma " vontade divina" e, conseqüentemente aqueles que portam essa condição são naturalmente "diminuídos" ou elevados "a categoria de seres superiores". Esse tipo de compreensão acaba por conceber o estigma como algo inerente à própria cegueira e, por assim dizer, inevitável (BELARMINO, 1997, p. 61-62).

As representações sociais constituem, portanto, os estereótipos populares acerca das pessoas cegas, sobretudo, da mulher cega que demorou mais que o homem cego a sair do ostracismo e mostrar-se à sociedade.

Então, pela problemática e pela necessidade de uma reflexão transformadora a respeito das mulheres com deficiência visual e, em particular, do universo que fará parte do estudo, resolveu-se trabalhar com relatos de vida de algumas dessas que estão em diferentes estados brasileiros e que vêm deixando os nomes marcado na História da Mulher, pelas mais diferentes e até exóticas razões. Exóticas no sentido de que algumas têm profissões antes nunca confiadas a uma mulher que enxergasse e posições na mesma sociedade que anteriormente tinha em seu imaginário a certeza de sua impossibilidade social.

No estudo analisou-se um pouco da vida das mulheres brasileiras com deficiência visual adquirida, mas também de acordo com as possibilidades de informações, houve espaço para se falar sobre a vida e destaque profissional de outras mulheres que também ganharam espaço com reconhecimento até no cenário mundial.

O que se busca por meio de entrevistas gravadas em fitas cassetes, filmagens e fotos é colher o maior número possível de informações para subsidiar outros trabalhos e esclarecer as possibilidades, competências e habilidades da mulher com deficiência visual: (cegueira) adquirida.

Essas mulheres que encontraram em seu caminho diferentes tipos de obstáculos afetivos, educacionais, profissionais, sexuais e sociais, estão conseguindo realizações em diferentes setores de suas vidas. Muitas continuam, seja ao lado dos

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

seus parceiros ou não, em busca de acessibilidade para outras mulheres menos envolvidas e com mais dificuldades de realizações.

Embora se tratasse de relatos de vida, elaborou-se um roteiro com itens norteadores com itens para que os objetivos propostos fossem contemplados e utilizados, no caso de faltar alguma informação.

Nessa amostragem não houve preocupação quanto às idades, mas as participantes são adultas, algumas casadas e com famílias constituídas, fato, que pode vir a alterar o pensamento social de que mulheres cegas não se casam, não têm filhos e que não têm vida sexual ativa.

Toda a problemática que se buscou evidenciar e transformar em informações foi pensada no início da pesquisa, por já se ter o conhecimento da mesma e, neste sentido, é que se pretendeu trazer à luz, esclarecimentos a respeito dessas mulheres.

Pretende-se publicar o trabalho para possibilitar seu acesso às pessoas interessadas. Estas deverão recebê-lo na forma mais adequada para sua leitura, seja braille, gravação em fitas cassetes, disquetes e outras. Pretende-se também adequar as formas de apresentação a setores que trabalhem com pessoas com deficiência visual, para haver maior divulgação dos resultados obtidos no estudo.

Um outro objetivo é o de contribuir para que a sociedade, enquanto composta por agentes de transformação, possa corroborar modificando o seu imaginário social, o que, talvez, minimize as diferenças sociais existentes, ampliando espaço para que todas as mulheres com deficiência visual tenham mais oportunidades, desde que, estejam preparadas e qualificadas para desempenhar papéis e funções compatíveis.

Toda a preocupação com o estudo se justifica porque a história sempre registrou devidamente as realizações inventivas dos homens, mas deu pouco destaque às contribuições não menos originais da mulher, principalmente daquelas com deficiência visual que sempre sofreram mais discriminação que as tidas como normais e mais até que os homens cegos nas mais diferentes sociedades e culturas.

Como educadora e pessoa atuante na área da deficiência visual, acredito ser coerente tentar ações que levem a sociedade a repensar valores, preconceitos, entendendo e valorizando a mulher cega, a qual nem sempre está necessitando apenas de ajuda para atravessar uma rua. Requer-se muito mais independência na locomoção

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

e acessibilidade que estão merecendo toda atenção dos órgãos públicos e privados, não só no sentido das barreiras arquitetônicas, mas, sobretudo, do social.

A acessibilidade à cidadania plena das mulheres com cegueira adquirida é mais complexa; considerando-se que elas enfrentam mais dificuldades que as com cegueira congênita pelo fato de terem enxergado e conhecido todos os perigos e obstáculos que existem nas ruas, calçadas, logradouros, praças e tantos mais. Isso dificulta o aprendizado na locomoção independente.

A reflexão sobre os fatores que favoreçam a acessibilidade mais adequada deve contribuir para o estabelecimento de novos paradigmas, porque, o que se almeja alcançar, são as diretrizes que orientem a elaboração e implementação de políticas públicas capazes de adequar o ambiente coletivo às exigências da população e, sobretudo, de um grupo de pessoas que têm necessidades especiais para se locomover.

Para as mulheres cegas, as ruas e calçadas, com pavimentos defeituosos, causam grandes dificuldades quando estão se locomovendo e usando sapatos de saltos mais altos e finos. Eles enroscam e podem levar a quedas entre outras coisas. Não é raro observar que a maioria prefere os saltos mais baixos, o que possibilita sua segurança, em especial, quando estão se locomovendo sozinhas. Essas irregularidades são barreiras para todas as pessoas, se agravando, todavia, com as que possuem limitação para se locomover. Muitas mulheres participantes desta pesquisa eram de regiões periféricas e, os obstáculos dificultavam muito sua ida e vinda ao trabalho, às compras, aos passeios, entre outras atividades.

Os meios de transporte são também uma grande fonte de obstáculos para as mulheres com deficiência visual. Essa necessidade as leva a precisar de ajuda de terceiros para, por exemplo, saber o nome da linha dos ônibus.

Diante dessas barreiras que impedem o ir e vir da mulher com deficiência visual que almeja ter liberdade e independência, as ações públicas normativas devem se preocupar para que direitos e deveres sejam respeitados e as habilidades e competências sejam consideradas. A mulher com deficiência visual, está nas universidades, no mercado de trabalho, exerce posições de destaque; algumas têm renome internacional pelos seus grandes feitos em prol das outras mulheres e também

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

dos demais deficientes visuais. Por isso, e por serem seres humanos como os demais, necessitam melhores condições para prosseguirem em suas jornadas.

2.1 A mulher com deficiência

> Analisar a condição das mulheres portadoras de deficiência, é uma forma de oferecer uma oportunidade a todas as mulheres, homens e organizações interessadas em promover uma vida digna a todos os seres humanos (CECF/SP-s/p).

Deficiência, de acordo com alguns dicionários da língua portuguesa, significa falta, carência...Poder-se-ia afirmar, então, toda a população do mundo tem alguma deficiência. Sabe-se, contudo, que essa afirmação é utilizada para mascarar a realidade e a problemática que envolve a deficiência e as pessoas que a possuem.

O que é ser deficiente? Sempre que se pensa em conceituar a deficiência, isso implica uma imagem que se faz da pessoa. E sempre que se usam palavras que levam às deficiências, tem-se em mente uma concepção pronta daquilo que as palavras querem dizer, pois as palavras são expressões verbais criadas a partir de uma imagem que a mente constrói.

A partir da década de 70, muitos estudiosos, pesquisadores e profissionais que atuam com pessoas com deficiência, principalmente fora do país, vêm analisando semanticamente as denominações sobre o tratamento das pessoas com deficiências porque as existentes então, não davam conta da realidade. Estamos século XXI e as dúvidas são as mesmas. Atualmente o termo mais utilizado é o de pessoas portadoras de necessidades especiais ou, ainda, com necessidades educacionais especiais. Toda essa polêmica semântica desgasta os deficientes, porque, enquanto se discutem tantas terminologias, dever-se-iam discutir formas concretas de inclusão.

Para amenizar essa discussão, Ribas (1985) informa que todos os seres humanos apresentam algumas características que os diferenciam dos outros. As pessoas com deficiências, entretanto, têm suas características um pouco mais acentuadas, mais perceptíveis, porque possuem seqüelas de um acidente, de uma doença ou de uma deformidade congênita. O autor enfatiza, todavia, que essas diferenças biológicas, não podem mais, ser transportadas para as diferenças sociais,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

porque são elas que criam os fatores excludentes, o que obriga aos diferentes, a construção de um mundo próprio um tanto quanto mórbido, uma vez que elas não se tornam partes, não se adaptam e não se reconhecem partes do mundo que também é deles.

Nesse emaranhado das diferenças sociais e biológicas, das minorias, está a mulher deficiente visual que, como as demais, têm sido discriminadas.

O grupo de mulheres com deficiências é grande visto que, segundo o Seminário de Especialistas sobre Mulheres com Deficiências das Nações Unidas, realizado no ano de 1990, em Viena, o conceito inclui, além de meninas e mulheres com deficiências, as mulheres com limitações físicas, sensoriais, mentais, com condições de diabetes, enfermidades cardíacas, câncer de mama, entre outras. A amplitude das definições é óbvia por incluir ainda mulheres e meninas em diferentes faixas etárias, de áreas urbanas e rurais, sem que seja considerada a gravidade de sua perda, ou se vive em uma comunidade ou em uma instituição (REPORT, 1999, p. 14).

As mulheres, em geral, têm mais possibilidades de contrair deficiências ao longo de suas vidas por uma série de razões. Muitas são descritas com detalhes e dizem respeito aos prejuízos sexuais. Em muitas culturas, os homens são mais valorizados que as mulheres e têm mais poder na sociedade, deixando-as marcadas como incompetentes. Em diferentes países em desenvolvimento, as mulheres são deixadas de lado quando têm uma enfermidade. Os primeiros cuidados são sempre dados aos homens que são o futuro dos lares, os trabalhadores que vão cuidar das famílias. Às mulheres é dado o que sobrar do tratamento dedicado a eles (REPORT,1999, p. 14).

Em relação à saúde, as mulheres também têm sido renegadas a um segundo plano, porque em famílias nas quais uma mulher e um homem ficassem doentes e mesmo cegos, o primeiro socorro seria para o homem e só depois de resolvida a questão dele é que os pais pensavam na da menina-quando pensavam. Para os pais, as meninas não precisavam ser atendidas logo porque não tinham de sair de casa e os homens tinham de aprender ofício e muitas vezes de acompanhar o pai nas festas, nas quais, esposas e filhas, não faziam parte.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No trabalho também a desproporção continua. Os perigos do meio ambiente afetam tanto homens, quanto mulheres, todavia, sobre elas, alguns têm efeitos desproporcionais. Muitas trabalham em casa e são expostas a diferentes perigos por condições inadequadas da própria condição de suas casas. Também no trabalho, dada a educação da mulher com deficiência e por sua capacidade técnica tida como menor, nem sempre lhe são dadas oportunidades como as dadas ao homem e, *por isso, muitas trabalhavam em fábricas que não respeitavam os controles e com isso tinham lesões e enfermidades num grau maior que aquelas sofridas pelos homens.*

Existe, ainda, uma forte conexão entre a violência sexual e a deficiência mental. As mulheres maltratadas sexualmente, têm até quatro vezes mais possibilidade de necessitar de tratamentos que as mulheres que são bem tratadas e cinco vezes mais possibilidades de suicidar-se devido aos maus tratos sofridos pela mão do homem.

A mulher teve perdas pela mutilação genital feminina que, hoje, ainda é uma prática cultural e implica o corte do clitóris e seu tecido circundante, o que lhe traz graves conseqüências. Essa forma de mutilação não só impede a mulher de ter desejos sexuais, como provoca uma quantidade imensa de riscos à saúde, deficiências, traumas e dificuldades no parto, entre outras perdas.

Também, e ainda neste século, a mulher está sofrendo muito mais de enfermidades sexualmente transmissíveis. Isso ocorre em grande parte porque elas têm menos informação a respeito do sexo. A AIDS, por exemplo, dizimou no ano de 1998, 900 mil mulheres de acordo com dados da UNICEF do ano de 1999. A AIDS matou três vezes mais que todas as pessoas mortas na guerra da Bósnia (REPORT, 1999, p. 15).

Enfim, as mulheres têm muito mais possibilidades de se tornarem deficientes, devido a exposições graves a que são colocadas em diferentes situações.

As mulheres e meninas com deficiência, de acordo com Report (1999), têm menos oportunidade de acesso aos serviços de reabilitação que os homens, porque, em geral, os pais julgam que ela não precisa disso, porque não vai mesmo ter de trabalhar fora de casa. Além disso, ao longo da história, para obter atendimentos em

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

serviços especializados, as pessoas tinham de viajar e à mulher não era dado esse direito, principalmente se fosse para fazê-lo desacompanhada de um homem.

Neste século, projetos inovadores e ousados estão colocando a mulher à frente de muitas atividades e elas já não necessitam tanto de estar acompanhadas para se realizarem, ainda que abusos do tipo mutilação estejam presentes, aumentando o número de mulheres com alguma deficiência.

2.2 Deficiência visual: histórico e conceitos gerais

Na Bíblia, a cegueira aparece associada à idéia de castigo, conforme ilustra a seguinte passagem:

> E passando, Jesus viu um homem cego de nascença. E os seus discípulos lhe perguntaram, dizendo: "Mestre, quem foi que pecou, para que ele nascesse cego? Foi ele ou seus pais"? Jesus respondeu; "Não foi ele que pecou nem seus pais, mas ele é cego para que nele se manifestem as obras de Deus. Tenho que realizar as obras Daquele que me enviou enquanto é dia. Está chegando a noite, e ninguém poderá trabalhar. Enquanto estou no mundo eu sou a luz do mundo". Dizendo isso, Jesus cuspiu no chão, fez o barro com a saliva e com o barro ungiu os olhos do cego. E disse "Vá se lavar na piscina de Siloé" (esta palavra significa "O Enviado" O cego foi lavou-se e voltou enxergando.
> Os vizinhos e os que acostumavam ver o cego, pois ele era mendigo, perguntavam: "Não é ele que ficava sentado pedindo esmolas?". Uns diziam: "É ele mesmo". Outros, porém, diziam: "Não é ele não, mas se parece com ele". Ele, no entanto, dizia: "Sou eu mesmo". Então lhe perguntaram: "Como é que seus olhos se abriram? Ele respondeu "O homem que se chama Jesus fez barro, ungiu meus olhos e me disse": "Vá se lavar em Siloé ". Eu fui, me lavei e comecei a enxergar" Perguntaram-lhe: " Onde está esse homem"? Ele disse: "Não sei".
> Essa ação de Jesus criou polêmica entre os fariseus que não acreditavam em milagres e muito menos em Jesus e então, como o episódio teve lugar num Sábado eles disseram: Esse homem não pode vir de Deus; ele não guarda o Sábado". Outros diziam: "Mas como pode um pecador realizar esses sinais?". E continuaram a indagar o homem que tinha sido cego e chegaram mesmo a chamar seus pais e indagaram: "Este é o filho que vocês dizem ter nascido cego? Como é que ele agora está enxergando?". Os pais disserem: "Sabemos que é o nosso filho e que nasceu cego. Como é que ele agora esta enxergando isso não sabemos. Também não sabemos quem foi que abriu os olhos dele. Perguntem a ele. É maior de idade e pode dar explicação" (1990, p.1367).

Os pais responderam daquela forma por medo da autoridade dos judeus porque estes haviam combinado expulsar da sinagoga quem confessasse que Jesus era o Messias.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

E a tortura do homem que fora cego continuou, porque os judeus não lhe deram tréguas e, num encontro entre Jesus e o homem curado, Jesus, percebendo que eram ouvidos, os deixou em dúvida quanto ao que enxergavam, ao confirmar com o homem curado quem ele era e para que viera. Ouvindo isso, os judeus perguntaram a Jesus: *Será que também somos cegos?* Jesus respondeu: *Se vocês fossem cegos, não teriam pecado. Mas como vocês dizem: Nós vemo;, o pecado de vocês permanece* (1990, p.1367).

Naquele tempo o episódio significou o sexto sinal da presença de Jesus no mundo e com o ocorrido criou todo o mistério, divindade e crendices que até hoje são atribuídos aos cegos.

A Bíblia explica que o cego congênito, ou de nascença como eram chamados, *simbolizava o povo que nunca tomou consciência de sua própria condição de oprimido, e por isso não chegou a ver a verdadeira condição humana, motivo pelo qual, Deus o criou* (p. 1367).

Essa narração suscita outras situações pelas quais o cego passa. São desacreditados, oprimidos, torturados e, em muitos casos nem seus familiares os defendem. Por outro lado, muitos vivem em busca do milagre de virem a enxergar e não buscam apoio com os familiares e nos serviços especializados. Os cegos encolhem-se na conceituação que lhe é dada e não se defendem assumindo que são pessoas capazes, dignas de conviver em qualquer ambiente. Em pleno século XXI existem cegos que estão à espera de um milagre e com isso isolam-se do convívio social.

Todas as idéias pré- concebidas, os pré- conceitos e atribuições de maldição ou de divindade nasceram com o episódio bíblico narrado por João (cap.9 v. 1/12. p.1368. Edição, 1990).

Esses relatos permitem a compreensão da frase; *pior cego é aquele que não quer ver*, ou seja, remete à incredulidade dos fariseus.

Cada credo entendia a cegueira de uma forma e a religião espírita justificava a ocorrência da cegueira a partir do princípio da reencarnação, associada à idéia de expiação, de prova e, mesmo de missão a ser cumprida na terra por alguma falta cometida em vidas passadas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Na Coréia, por exemplo, atribuía-se ao cego a crendice de adivinhos e, para predizerem o futuro, eles ainda são procurados.

Então, a história de vida dos cegos foi sempre confusa, porque, enquanto em algumas localidades, eles eram torturados, vendidos como escravos; abandonados na mata; jogados nos precipícios por seus próprios pais; deixados em vasos de barro às margens do caminho, em outras eram tidos como santos, como milagreiros. A idéia mais dominante da cegueira predominava o imaginário de algumas culturas.

Sombra (1983) aponta que na Roma Antiga muitos homens cegos eram vendidos e colocados para executar a aviltante tarefa de remadores das galés (p.23, In:BELARMINO,1997, p.32).

Kulgemmas (1965) relata um pouco mais da vida dessas pessoas na França durante o século XVIII, quando o cego era vendido às fábricas e durante toda a sua vida lidava com o carvão e dormia no chão, ou então amontoava pilhas de esterco para que se negociasse a mercadoria. As mulheres e crianças não ficavam imunes a essas tarefas humilhantes e desumanas (In: BELARMINO,1997, p. 32).

Os cegos em muitos aspectos sempre foram considerados como um grupo que tem favorecimento, se comparados aos outros deficientes. A história conta que muitas vezes a eles foram atribuídos papéis úteis, como os de servir como guias na escuridão e como memorizadores e transmissores verbais de tradições tribais e religiosas. A eles também sempre foi atribuída uma *segunda visão*, como compensação por não ter a visão e por isso foram reverenciados como profetas e adivinhos. Nos séculos passados, a cegueira, ocasionalmente, era tida como graça divina, interpretada como benigna e encarada com maior freqüência, como punição dos pecados deles mesmos, ou dos seus pais e por isso a estigmatização, ou seja, a marca devido a perda visual.

A cegueira causou, paralelamente, simpatia e preocupação das pessoas não deficientes, porque devido ao número pequeno, a eles foi sendo fornecido, mais serviços legais, sociais e educacionais (BAUMAN,1972. In: TELFORD e SAWREY, 1984, p. 467).

Scott (1969) estimou que, em 1960, havia mais de 800 organizações, agências e programas para os cegos nos Estados Unidos. A despesa total anual desses órgãos era de aproximadamente 470 milhões de dólares. Os primeiros programas educativos

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

especiais que foram criados destinaram-se aos deficientes visuais (In: TELFORD e SAWREY,1984, p. 468).

Houve também preocupação com os cegos por parte de vários mosteiros e hospitais cristãos. No século IV, foram criados os primeiros abrigos, nos quais eles encontravam refúgio. Assim foi em Paris com os expedicionários cegos que retornavam das Cruzadas à Europa Ocidental. Nesse período dizia-se que muitos haviam perdido a visão como castigo e não mais nas mãos dos sarracenos.

Acredita-se ainda, neste século XXI, que Valentin Haüy, de Paris, tenha sido o responsável pela criação da primeira escola para cegos. No ano de 1784, ele tomou um menino cego que andava pelas ruas mendigando como seu primeiro aluno. Haüy pagava ao menino para compensá-lo do que ganhava nas ruas. A notícia das aulas se espalhou e logo o seu número de alunos foi aumentado para 12. No ano de 1791, a escola passou a ser do estado e permaneceu como instituição pública.

O termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição de resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta pode ser leve, moderada ou profunda (pessoas que estão nessas condições formam o grupo de baixa visão, nome mais recente que está sendo analisado para substituição do termo visão subnormal) e ausência total de resposta visual (para as pessoas com cegueira). Lembramos que, no caso da cegueira, a pessoa pode ter percepção luminosa ou de vultos e não emitir respostas visuais.

Segundo a Organização Mundial de Saúde-OMS, o indivíduo com baixa visão ou visão subnormal é aquele que apresenta desde diminuição das respostas visuais, mesmo após tratamento ou correção óptica convencional, e uma acuidade visual menor que 6/18 à percepção de luz, ou um campo visual menor que 10 dioptrias (graus) do seu ponto de fixação, mas que usa, ou é potencialmente capaz de usar a visão, para o planejamento e execução de uma tarefa.

As classificações ocorrem não só de acordo com a intensidade da deficiência, mas também com o comprometimento do campo visual, em nível central ou periférico. A deficiência pode, como se mencionou ser congênita ou adquirida e pode, também, estar associada à outra, denominada deficiência múltipla.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

No Brasil, são aceitas duas classificações para a deficiência visual: cegueira e baixa visão.

Cegueira: o indivíduo possui acuidade visual menor que 0,05 (3/60 ou 20/400) no melhor olho, com correção óptica.

Baixa visão: o indivíduo apresenta condições de projeção de luz, até o grau em que a limitação interfira em seu desempenho (CORSI, 2001, p. 13-14).

Em geral, as causas da deficiência visual variam de acordo com o país. Nos países em desenvolvimento, por exemplo, as principais causas são infecciosas, nutricionais, traumáticas e causadas por doenças como cataratas, sendo importantes as causas genéticas e as degenerativas.

Entre as *causas genéticas* temos as amauroses congênitas de Leber, malformações oculares, glaucoma congênito e catarata congênita e, entre as *adquiridas,* traumas oculares, catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, alterações retinianas relacionadas à hipertensão arterial ou diabetes.

Os fatores de risco em geral estão ligados ao:

- Histórico familiar de deficiência visual por doença de caráter hereditário; por exemplo, glaucoma.

- Histórico pessoal de diabetes, hipertensão arterial e outras doenças sistêmicas que podem levar a comprometimento visual; por exemplo, esclerose múltipla.

- Senilidade, por exemplo, catarata, degeneração senil de mácula.

- Não realização de cuidados pré-natais e prematuridade.

- Não utilização de óculos de proteção durante a realização de determinadas tarefas, por exemplo, durante o uso de solda elétrica.

- Não imunização contra rubéola da população feminina em idade reprodutiva, o que pode levar a uma maior chance de rubéola congênita e conseqüente acometimento visual.

Alguns sinais são característicos da presença da deficiência visual na criança: desvio de um dos olhos; não seguimento visual dos objetos; não reconhecimento visual de familiares; baixo aproveitamento escolar; atraso de desenvolvimento. No

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

adulto, pode ser o borramento súbito ou paulatino da visão. Em ambos os casos, aparecem vermelhidão, mancha branca nos olhos, dor, lacrimejamento, flashes, retração do campo de visão que pode provocar esbarrões e tropeços em móveis. Em qualquer das situações citadas, é necessário consultar um profissional da oftalmologia.

2.3 A mulher com deficiência visual

O movimento feminista tentou ultrapassar os limites das categorias sociais, mas a questão ainda está incompleta. Existem mal entendidos entre as mulheres de classes diferentes e entre as brancas e as negras. Mas a diferença mais marcante é aquela que separa as mulheres com deficiência das outras (CECF/CEAPPD, 2000, p. 19).

Se as outras mulheres não se sensibilizarem, se não derem o primeiro passo, se não pensarem nas portadoras de deficiência, como trabalhar em conjunto para enriquecer a vida de cada uma? (CECF/CEAPPD, 2000, p.19).

No século XXI, mais do que em outros, as mulheres cegas despontam no cenário mundial por estarem em movimentos associativistas ou não, que objetivam mudar o olhar das pessoas sobre os diferentes. Muitas dessas mulheres são reconhecidas, respeitadas e, entre elas, algumas foram laureadas com prêmios de ordem nacional e internacional como reconhecimento dos serviços prestados à sua comunidade. São mulheres independentes, que trabalham fora dos seus lares, que têm formação em nível superior e que nunca desistirão da luta por mais espaço e por mais dignidade.

Neste trabalho contamos com o relato de dezesseis mulheres com deficiência visual adquirida e a maioria com nível superior de formação e que têm tido realizações como profissionais e na benemerência, entre outras atividades.

De acordo com os relatos, a informação é de que, ao perderem a visão, enfrentaram uma série de preconceitos, falta de informação, proteção e rejeição por parte de familiares, amigos e sociedade em geral, mas não se deixaram abater, a não ser por breves momentos, o que não as impediu de lutar para permanecer em seus

unesp

postos de trabalho e nas escolas, embora, para isso, tivessem que demonstrar muita habilidade para a adaptação, o que não foi fácil. Tiveram de reaprender ações elementares como andar, comer, ler, escrever, vestir, trabalhar, usando muito do imaginário para poder estabelecer, por exemplo, as cores das roupas, o ambiente familiar, o do trabalho e o educacional, entre outros.

Elas lembraram que todos os pais esperam filhos lindos, perfeitos e nem pensam que um dia, seja na adolescência ou na idade adulta, seus filhos se tornem pessoas com deficiência e, principalmente cegos. Como não enxergar o mundo com suas belezas? Por essa razão, é possível perceber que os familiares não têm possibilidade imediata de enfrentar dificuldades.

Algumas das mulheres desse grupo possuem em suas famílias, mais de uma pessoa com deficiência visual. Em alguns casos, o número foi de cinco pessoas para uma irmandade de oito pessoas e o cuidado com os meninos sempre aconteceu primeiro que o das meninas. Isso se deve a razões históricas e primitivas: as meninas podem ser acudidas depois e um homem sempre tem maior necessidade de ser socorrido, como varão, como futuro herdeiro, cujo nome dá continuidade ao nome da família.

No I Simpósio Brasileiro sobre a Mulher Cega, ocorrido em Florianópolis, no período de 08 a 12 de março de 1987, as mulheres participaram apresentando vários temas, cujas conclusões são apresentadas neste trabalho.

Tema: *A mulher cega como mulher* (Navas, 1987): *a mulher deve se preparar para sua auto-realização e não apenas para o casamento. A mulher cega deve cuidar da sua preparação para superar suas limitações. A mulher cega sofre preconceitos.* (p. 02).

Tema: *A mulher cega no esporte* (Vieira, 1987): *a mulher deve praticar todos os esportes, compatíveis com a sua deficiência: natação, ginástica, saltos e corridas. Além dos esportes a música também é importante para as mulheres cegas. O esporte melhora o relacionamento das pessoas cegas com as pessoas videntes. A prática do esporte melhora o domínio corporal, dando mais graça à mulher. As mulheres cegas devem ter independência em orientação e mobilidade, atividades da vida diária-AVD etc, para depois terem condições de praticar esportes* (p. 02).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Tema: *A mulher cega e suas atividades no lar* (Rego, 1987): *o lar é o grande referencial da pessoa cega. As mulheres cegas devem lutar contra a superproteção familiar. A educação e reabilitação devem oferecer programas de AVD mais completos. As mulheres cegas devem ajudar-se mutuamente para superar medos e bloqueios. Homens e mulheres cegos devem estar preparados para desempenhar as tarefas domésticas* (p. 02).

Tema: *A mulher cega e os cuidados pessoais com sua aparência* (Oliveira, 1987): *A mulher cega deve apresentar-se de forma simples, porém adequada. Seria importante que as mulheres cegas fizessem cursos de etiqueta. As mulheres cegas devem dar mais importância aos gestos, à fisionomia e à maquiagem* (p. 02).

Para o mesmo tema (Santos, 1987) discute: *a falta de cuidado com a aparência pessoa, começa na infância, por culpa da família ou da própria mulher cega. As pessoas videntes imaginam que todas as pessoas cegas têm determinado padrão de comportamento. A aparência é fundamental para as pessoas cegas. Não é preciso porém, escravizar-se a padrões. A mulher cega deve ter muita informação. Falta alguma coisa nos programas de educação e reabilitação? Muitas das necessidades das mulheres cegas não estão sendo atendidas. A higiene também faz parte dos cuidados com aparência pessoal* (p. 03).

Ainda no mesmo tema (Nunes, 1987) acrescenta: *as mulheres cegas precisam ter sempre uma boa aparência, para competir em pé de igualdade com as mulheres videntes. As mulheres cegas devem ter acesso a cursos de expressão corporal. O esporte faz parte da boa aparência. A aparência pessoal é o perfeito equilíbrio entre corpo e mente* (p. 02-03).

Tema: *A mulher cega como mãe* (Souza, 1987): *cada mãe deve buscar alternativas de acordo com as suas necessidades. Muitos pais cegos tornam-se dependentes dos filhos videntes. Os pais devem estar preparados para dar respostas que satisfaçam a curiosidade das crianças. As pessoas videntes imaginam que as mulheres cegas não têm capacidade para desempenhar o papel de mãe.*

Sobre o mesmo tema, Oliveira e Silva alertam: *os casais deficientes visuais devem procurar informar-se da necessidade de fazerem aconselhamento genético* (p.04).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Tema: *A mulher cega como profissional* (Lucas, 1987): *poucos professores cegos são aproveitados em sala de aula e sim em funções administrativas. O deficiente visual, desde que devidamente preparado, deve lutar por seus direitos e incentivar outros deficientes. Os profissionais cegos são discriminados pelos próprios cegos. Os deficientes visuais devem estar preparados para assumir um papel profissional e confiar na sua própria capacidade* (p.4).

Para a mesma palestra (Damaceno, 1987) levanta as seguintes questões: *os deficientes visuais devem conhecer a legislação que lhes diz respeito. É necessária uma pesquisa de mercado de trabalho para as pessoas deficientes visuais* (p.05).

Para Mendes (1987), *os eventos devem ser abertos às autoridades e empresários, pois eles têm as soluções para muitos dos problemas das pessoas deficientes* (p.05).

Oliveira (1987) traz sua colaboração, enfatizando: *o domínio do sistema Braille é muito importante para as pessoas cegas. O senso de organização e o treino da memória tornam mais fácil o desempenho profissional das pessoas cegas. A dificuldade em locomover-se não deve ser utilizada como justificativa para faltas ou atrasos ao trabalho* e, finalmente, Pícolo (1987) chama a atenção para os aspectos seguintes*: a mulher cega é duplamente discriminada: como mulher e como cega. A mulher cega deve estar sempre bem informada e atualizada* (p. 05).

O que mudou desde esse evento (1987) até agora, século XXI, ano 2002, senão algumas formas semânticas? Na apresentação dos temas e das conclusões foi possível observar que não houve preocupação com a denominação *a mulher com deficiência visual*, como se faz atualmente, não demonstrando se ela tem cegueira ou baixa visão. Há momentos em que dizer que à pessoa que ela é cega, a fere. Os profissionais e pesquisadores que atuam com ela, têm tido muito cuidado para nominá-la. Com isso, um questionamento é inevitável: será que após todos esses anos o preconceito aumentou? De acordo com as participantes, o tempo passou e o preconceito ficou.

Essa mulher com deficiência visual adquirida, foi transformando ações para ocupar espaços a ela nunca permitidos e, o que se verifica é que, mesmo em pequena

unesp

escala, muitas estão se realizando profissionalmente e vêm ocupando espaços, antes apenas desejados.

Para Moreira (1987) as mulheres cegas deveriam após orientação e preparação para independência, contar com o apoio da família para desempenhar tarefas domésticas porque, se nem isso ocorrer, ela não poderá vencer suas limitações e não chegará a ter um trabalho formal (p. 6).

Conforme Moreira (1987), que apresentou trabalho no I Simpósio da Mulher Cega, *na vida estudantil, a aquisição de livros em braille e a carência de professores especializados constituem sérios entraves à normalidade de suas atividades e aspirações. Como se não bastasse, ao concluir o curso, esbarra com a burocracia no momento de adquirir o diploma* (p. 06).

Essas dificuldades apresentadas pela autora, ainda estão presentes neste século, no que diz respeito ao material didático/acadêmico necessário aos cursos, todavia, em relação à obtenção de diplomas, não temos conhecimento de haver algum impedimento ou problema, a não ser, que a questão da burocracia mencionada pela autora esteja ligada às dificuldades durante o curso que resulta em um certificado. Em relação à inserção no mercado de trabalho, as dificuldades encontradas ainda são muito significativas, mas, ao contrário do que concluiu Lucas (1987), as mulheres com deficiência visual têm sido aceitas em grande número nas salas de aula. Este aspecto ficou marcado na apresentação dos relatos das mulheres participantes da pesquisa.

A afirmação de Lucas se deu no ano de 1987 e, com certeza, nesse ínterim, muitas políticas foram modificadas e as mulheres com cegueira estão sendo mais aceitas como professoras, ainda que para atuarem com alunos também com deficiência visual. Em nossa pesquisa, todavia, existem dois relatos de mulheres com cegueira que atuam com crianças videntes, alfabetizando-as e contando com auxiliares de sala para o trabalho.

As mulheres com deficiência visual têm como as demais, oportunidades mais escassas, todavia, não têm perdido oportunidades de se apresentar como pessoas aptas a atuarem em diferentes frentes de trabalho.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As mulheres cegas em movimento elaboraram uma Resolução, durante o II Fórum Mundial de Mulheres Cegas e um Plano de Ação 2000- 2004, pelo Comitê de Mulheres Cegas da ULAC-União Latino Americana de Cegas, no qual reivindicam alguns direitos. Ambos os documentos poderão ser analisados nos anexos.

2.4 Mulheres com deficiência visual que fazem a história das mulheres

Hoje, início do século XXI, mulheres com deficiência visual vêm tendo sucesso em suas lutas. Entre essas mulheres destacam-se:

D. G. N- professora tendo realizado o antigo Curso Normal.É reconhecida pelos trabalhos prestados em prol das pessoas com deficiência visual, com atenção especial para os problemas que a mulher enfrenta. É mulher atuante, muito premiada por suas conquistas. Completou em maio de 2002, 84 anos. 55 dos quais dedicados à educação das pessoas com deficiência visual. Estudou no exterior após perder a visão. Foi uma das responsáveis pela criação da hoje Fundação Dorina Nowill para Cegos; criou vários setores nessa fundação, entre eles o de Reabilitação, o da Imprensa Braille, o da produção de equipamentos e faz um trabalho constante junto às autoridades competentes no sentido de conseguir a adesão do maior número possível de países membros da América Latina para União Mundial dos Cegos, UMC. Como membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), lutou para obtenção de Documento Internacional sobre "Treinamento, Trabalho e Profissionalização de Pessoas Deficientes", que resultou na aprovação da Convenção sobre Reabilitação, Profissionalização e Empregos de Pessoas Deficientes, Nº 159, durante a 69ª Sessão de 01.06.1983- em Genebra (Suíça) e em 07/06/1985, Conferência de Genebra, documento esse homologado pelo Brasil, no Art. 49, Inciso I, da Constituição, promulgada pelo Presidente do Senado Federal em 25.08.1989, publicada pelo DCN (seção II), de 26.08.1989. Assume, desde 1951 vários cargos na Fundação Dorina Nowill para Cegos; é Membro do Conselho Mundial para o Bem Estar dos Cegos (hoje União Mundial dos Cegos, UMC) desde 1952. Apresentou trabalhos e proferiu palestras em diferentes eventos nacionais e internacionais. Publicou um livro intitulado "... e eu venci assim mesmo" da Editora Totalidade, no ano de 1996, no

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

qual relata toda sua trajetória de vida. Recebeu vários títulos de Membro Honorário de associações nacionais e internacionais; medalhas de diferentes órgãos e instituições, sendo agraciada com Diploma e Medalha da Ordem do Mérito Naval, em Grau de Cavaleiro, concedido pelo Presidente da República Federativa do Brasil pelo Decreto de 14 de maio de 1997. Suas mais recentes premiações foram Loba Romana, outorgada pela Assembléia Legislativa de São Paulo, 05.06.2000; título "Paul Harris"-Rotary Club de São Paulo, 17.07.2000; medalha e diploma "Braillista José Álvares de Azevedo", concedida pelo Conselho do Bem Estar dos Cegos, Rio de Janeiro/RJ, 04.11.2000 e homenagem pelo Dia Internacional da Mulher- 08.03.2001, pela Câmara Municipal de São Paulo. Algumas das premiações internacionais: La Mèdaille Argent de la Ville de Paris- abril de 1975; La Mèdaille de la Ville de Paris (èche Ion Vermeil)-junho de 1984; City of Bombain- medalha outorgada pelo Governador de Bombain, Índia- março de 1981; Internacional Services Award, pela American Foundation for Overseas Blind, por serviços prestados aos cegos de além mar- agosto de 1967. Recebeu outras condecorações, sendo que a última foi a medalha "Prêmio Educação Visconde de Porto Seguro", outorgada pela Fundação Visconde de Porto Seguro- Instituição Educacional de Utilidade Pública, que mantém o Colégio Visconde de Porto Seguro, a qual lhe foi entregue, em solenidade, pelo Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato de Souza. Participou da criação do Centro Colaborador de Prevenção da Cegueira, da Organização Mundial de Saúde-OMS. É casada com uma pessoa que enxerga, tem cinco filhos e 12 netos e continua ativa em serviços que venham propiciar mais justiça social aos deficientes visuais, principalmente.

T. R. M. R- solteira, professora com nível universitário, especializada na área da deficiência visual e atuante em entidades que visem proporcionar aos deficientes visuais mais apoio, principalmente pedagógico. Atualmente exerce as funções de professora PEB II de Educação - deficiência visual e atua no CAPE-Centro de Apoio Pedagógico Especializado, no qual organiza e ministra cursos de sorobã e oficinas de artes para alunos e cursos de reciclagem para professores das Salas de Recursos da Rede Estadual do Estado de São Paulo. Publicou artigo "*Recursos pedagógicos*

especiais para aprendizagem da Matemática (p.83-93), In: BRUNO, Marilda. LARAMARA, 1997. Deficiência Visual: Uma reflexão sobre a Prática Pedagogia.

S. M. M- solteira, professora de sala de recursos, com nível superior em pedagogia e especialização na área da deficiência visual, mestre em Educação. Na busca de seus objetivos, não pára frente aos obstáculos encontrados. De família simples, deixou a zona rural e foi para centros de médio porte do Estado de São Paulo, nos quais vem realizando seus estudos e ganhando espaço, sendo atuante no mercado de trabalho educacional e destacando-se pelos serviços prestados à população com deficiência visual. Participa ainda de diferentes eventos, nos quais apresenta trabalhos e depoimentos, entre outras atividades.

J. R. D- solteira, pedagoga especializada na área da deficiência visual. Após, seis meses de formada, conseguiu seu primeiro emprego como professora de uma sala de recursos no interior do Estado de São Paulo. Jovem ainda, diz que pretende ocupar espaços, projetando sua potencialidade. Ainda que seja de família humilde e muito protecionista, tem mostrado que pode ser pessoa independente e conquistar espaços, principalmente no mercado de trabalho educacional.

V. L. M. P- normalista e atuante nas frentes de reivindicação para beneficiar os deficientes visuais de seu município, perdeu a visão quando já era casada e mãe, todavia, isso não a deixou morrer socialmente e está cada vez mais engajada na luta em prol de recursos e mais reconhecimento para garantia de cidadania à pessoa com deficiência visual na cidade em que reside no interior do Estado de São Paulo. Preside uma associação de pessoas com deficiência visual e a sua participação no cenário municipal, é relevante. É casada com um médico aposentado que enxerga, tem dois filhos, um dos quais casado, cuida do pai enfermo e faz parte de outros grupos envolvidos em causas sociais.

L. H. T- jovem, solteira, estudante universitária do curso de pedagogia, tem se destacado como monitora dos cursos de capacitação para uso de sistemas sintetizadores de voz, que proporcionam à pessoa com deficiência visual oportunidade de estar em contato com a informática- avanço tecnológico- o que vem diminuindo as dificuldades de comunicação dos que não enxergam. Também é de família modesta. Residiu muitos anos em zona rural, resistindo às divergências de

unesp

tratamento familiar após sua perda visual definitiva. Foi para centros urbanos, nos quais estudou e vem estudando, buscando, como outras pessoas com deficiência visual, mais recursos e justiça social a todos.

M. H. B. C. S- solteira, professora com nível superior;formação em matemática, tem se destacado por suas ações junto à comunidade com deficiência visual do seu município. É diretora de escola sem exercer as funções e vem lutando por direitos, principalmente no campo profissional, no qual foi impedida de atuar por não enxergar, sem que ao menos lhe dessem a possibilidade de mostrar seu potencial de realização. De acordo com o Decreto 3298/99, a pessoa com deficiência aprovada em concurso, tem direito de passar pelo estágio probatório e, só então, após, formada uma comissão de avaliação com três profissionais do trabalho e três da saúde, é que se fará a avaliação de sua possibilidade ou não de desempenhar funções para as quais tenha concorrido em concurso. Isso não ocorreu com a M. H. B.C.S.

Essas são algumas das mulheres atuantes nos municípios do Estado de São Paulo e, convém destacar, que as solteiras, em sua maioria, têm namorados, contrariando o que a sociedade julga- sendo cega não é possível namorar- como se alguém dependesse da visão para tal arte.

Em Minas Gerais, precisamente em Belo Horizonte temos,

E. D. S- psicóloga, com especialização (latu-sensu) em Psicologia Educacional, tem prestado relevantes serviços à comunidade de BH. Além de ser funcionária pública da Secretaria Municipal de Educação e membro ativo de movimentos sindicais, tem batalhado em prol das pessoas com deficiência visual e principalmente da mulher. Tem publicações em diferentes revistas e outras obras brasileiras como: *Escola Plural: Um Projeto de Gestão Pedagógica* (co-autoria) In: MONTOAN, Maria Teresa et al, São Paulo, Editora Moderna, 2001,*Pensando e fazendo a educação de qualidade* (p.71-90); *Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania* In: QUEVEDO, Antonio A F, OLIVEIRA, José Raimundo de e MONTOAN, Maria Teresa (orgs)Mobilidade, comunicação e educação. Rio de Janeiro Editora WVA, 2000(p.149-154); *O especial na educação: a experiência de Belo Horizonte* (co-autoria) Caderno Escola Plural. Secretaria de Educação, Prefeitura de Belo Horizonte, 2000; *Proposta pedagógica para inclusão de pessoas*

portadoras de deficiência visual num sistema de ensino regular (co-autoria), Secretaria de Cultura, Desporto e Educação do Rio Grande do Norte, Subcoordenadoria de Educação Especial, 1998; *Abrindo os olhos dos educadores, para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual*, disponível <www. lerparaver/elizabet_inclusãoescolar.htm>; *Lazer sem deficiência,* disponível no mesmo endereço e outros artigos publicados em revistas brasileiras especializadas como *Benjamim Constant* e *Revista de Educação Especial*. É Conselheira Consultiva de LARAMARA- Associação Brasileira de Assistência aos Deficientes Visuais; Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência de Belo Horizonte- CMPPD/BH; Conselheira Consultiva do Centro de Informática e Informações sobre Paralisia Cerebral, Rio de Janeiro/RJ, entre outras atividades, com participação em vários eventos nacionais e internacionais. Optou, segundo ela, ser solteira.

M. C. D. M- professora, nível superior em pedagogia, atua e se destaca no trabalho com crianças carentes e videntes de um município de MG. É casada com um homem que enxerga, tem um casal de filhos e concilia trabalho, filhos, marido e universidade, sendo inclusive premiada pelos relevantes serviços prestados. Tem publicações de alguns artigos: *Aluno Especial na Escola*; *Leitura: um assunto delicado; Quebra de rotina; Dupla tortura; Relato de uma aula de produção de textos, Análise do material recolhido: ultrapassando fronteiras*; *Vi (vendo) a inclusão* e também cartas que enviou à autoridades de BH e ao coletivo da escola.

Saindo de M.G, encontramos J. B- professora assistente, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, atualmente desenvolvendo seu doutoramento na PUC de São Paulo. É cantora e tem cds gravados. Participa ativamente das frentes de luta em prol das mulheres com deficiência visual, principalmente ao defender o associativismo como uma forma de luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena. Publicou um livro intitulado *Associativismo e Política. A luta dosgGrupos estigmatizados pela cidadaniapPlena.* João Pessoa, Editora Idéia. 1997). É casada e tem filhos.

No Rio encontramos V. V, autodidata, professora formada em Português e Literatura. É poeta e tem quatro livros publicados: *Rosas não* (1995), *Primavera*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Urbana (1997), *Hora do arco- íris* (1998) e *Matizes* (1999). Para publicar *Matizes*, V. participou do concurso com mais 272 trabalhos originais, dos quais foram escolhidos dezesseis vencedores. Dez foram publicados pela Bloco Editora, numa demonstração inconteste de potencial criativo e da riqueza estilística da produção poética atual. Segundo os editores, esses poetas do final dos anos 90 e da mudança de século, têm contribuído, efetivamente, para um maior entendimento dos símbolos do mundo. Além de poeta, cria e confecciona tapetes que há sete anos vem expondo com sucesso em mostras coletivas e individuais. Seu trabalho em cores e formas baseia-se na memória que guarda dos anos de infância, quando ainda tinha resíduo visual. Trata-se de uma mulher batalhadora, que quer ocupar seu espaço, produzindo e vendendo seus trabalhos. Outra atividade que realiza é a pintura, embora faça questão de lembrar que o seu forte está nas tapeçarias.

No Rio ainda temos E. R- solteira, professora especializada na Educação e Reabilitação de pessoas com deficiência visual, formada em letras: português e inglês, especializando-se em educação e reabilitação para pessoas com deficiência visual. Hoje é consultora na área e atua junto ao Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro- CVI e supervisora da equipe do Programa de Reabilitação em Comunidade- PRC, da Fundação Escola Lar Francisco de Paula- FUNLAR- da Secretaria Municipal de desenvolvimento Social- SMDS.

E.R é uma das dezessete pessoas com deficiência visual que usam cão- guia no Brasil, situação possível depois de muitas lutas judiciais na cidade do Rio de Janeiro. Ela esteve em Nova Iorque no ano de 1997, após candidatar-se ao programa gratuito da Guide Foudation For The Blind, em Smirthown, onde ficou durante 25 dias, voltando sem a bengala, mas, acompanhada do cão, por quem nutre o maior carinho, tratando-o como um filho, um amigo, um ótimo companheiro, como ela diz. Publicou alguns artigos e tem sido presença constante em eventos de e para pessoas com deficiências visuais, nos quais apresenta trabalhos e profere palestras entre outras atividades. Atualmente, E. e o seu cão- guia têm sido menos barrados onde comparecem, entretanto, no mês de maio de 2002, estando em Brasília, não foram aceitos em um hotel.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

E. C- professora, mergulhadora, analista de sistemas, entendendo-se muito bem com a tecnologia e seu avanço na produção de equipamentos para uso das pessoas com deficiência visual, vem transformando sua vida de antes, tentando ganhar espaços, sendo que, na mídia já teve algumas oportunidade, em horário nobre, apresentando-se como mergulhadora de fundo de mar. Tem um namorado que enxerga, 9 anos mais jovem e estão juntos há 6 anos. No avanço tecnológico tem feito muito em prol dos que como ela, não enxergam.

Bem ao sul, em POA, vamos encontrar outra mulher, O S. H que divide seu tempo no papel de mãe ao cuidar dos enteados, filhos do marido, que também é deficiente visual. É pedagoga, com habilitação no Magistério e em Educação Especial para Deficientes Mentais, ministra aulas em diversas universidades, participa de vários projetos em diferentes instituições do R.S, de vários eventos como painelista e com apresentação oral de trabalhos científicos. É presença em eventos nacionais e internacionais, participando de diferentes mesas temáticas. Seu currículo é extenso e conta com publicações como: *Olhando a Universidade com outros olhos* (no prelo); *Acessibilidade: problematizando a integração do DV no contexto escolar* (2000); *Tematização da prática de integração de alunos com deficiênciavVisual; Um relato sobre o curso de formação depProfessores da Rede Municipal de Ensino*; *Currículo Escolar:pPropósitos epPráticas* (1999); *A integração como desafio: a (com) vivência do aluno deficiente visual na sala de aula* (1997); *Análise da Política Nacional de Educação Especial* (1995) e *Relatório do movimento das mulheres cegas no Brasil* (1998), este último com publicação em braille.

O., que ainda é empresária atuando com o marido no ramo de recursos para pessoas com deficiência visual, atualmente está cursando doutoramento, cuja temática envolve a formação de professores com vistas à realidade da inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Diz transitar muito bem no campo da didática, procurando deixar trabalhos ou práticas que sejam significativas no campo educacional. É envolvida em lutas associativas em busca de melhores condições escolares e de uma valorização digna como profissional, por meio de uma participação efetiva.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Essas são algumas das mulheres com deficiência visual que têm história de vida que as inclui entre as demais mulheres que lutam para que, na questão de gênero e cidadania, não sejam marcos de fracassos.

3 MÉTODO

Optou-se por método qualitativo de pesquisa que envolveu contato direto com as participantes. Devido ao conhecimento que se mantinha com as mulheres envolvidas no estudo e a uma relação de identidade com cada participante, houve benefícios significativos ao trabalho, na medida em que essas informações puderam ser abstraídas e produzidas no interior da relação.

Tendo como foco de atenção a condição de vida das dezesseis mulheres com deficiência visual, convencida da necessidade de respeito e valorização da mulher enquanto ser humano, em nenhum momento houve desconfiança por parte das participantes. Embora conhecesse algumas superficialmente, elas me receberam cordialmente em suas casas, com seus familiares, enquanto se faziam as gravações dos relatos.

Optou-se ainda em trabalhar com as mulheres com cegueira adquirida pela intenção de focar suas dificuldades, uma vez que se acredita, sejam maiores do que as da pessoa com cegueira congênita pelo fato de terem enxergado.

Para a concretização do trabalho foi necessária a elaboração de itens norteadores. Não se tratou de fazer perguntar e obter respostas. Não queríamos um lugar comum. A intenção foi de que as mulheres participantes relatassem suas vidas e informassem sobre aspectos previamente organizados. Elas expunham sobre suas vidas após terem perdido a visão e, nessa fala, deveriam contemplar as seguintes preocupações básicas:

- A idade e causa da perda visual;
- Relação com a medicina após a perda visual;
- Busca de cura alternativa: milagre, chás, benzimentos, rezas, candomblés, etc;
- O comportamento dos familiares de acordo com os relatos das participantes;
- Vida escolar;
- Relacionamento com familiares, amigos e pessoal da escola;
- Relação com os filhos e amigos dos filhos;

- Vida profissional;
- Vida afetiva e sexual;
- Preconceito, discriminação, rejeição, estigma;
- A reabilitação e adaptação à nova vida;
- Acessibilidade aos recursos existentes;
- Beleza, esporte, sensualidade: relação com o corpo;
- Inclusão, integração, segregação;
- Sociedade e mídia;
- Violência contra a mulher;
- O futuro...

Em encontros nacionais ou internacionais, a pesquisadora percebeu que as mulheres brasileiras com deficiência visual, assim como as estrangeiras, têm dificuldades semelhantes e isso não as torna diferente das mulheres sem limitação visual, todavia, em alguns casos, devido ao macro olhar social, aquelas com deficiência visual enfrentam mais problemas. E foi com esse olhar sobre a diferença que o estudo se preocupou, abordando brevemente as perspectivas das mulheres com deficiência visual.

3.1 Participantes

As mulheres com cegueira adquirida participantes do estudo estavam em diferentes estados do Brasil: três, em Minas Gerais, três, no Rio de Janeiro, uma, no Rio Grande do Sul e nove no Estado de São Paulo, sendo quatro da capital e cinco do interior no estado; destas, duas no município de Marília, uma em São José do Rio Preto, uma na cidade de Ribeirão Preto e uma em Franca. Havia mulheres em outros estados, com as quais até foi feito contato, mas não houve possibilidade de realização de todas as viagens.

Inicialmente, pensou-se em trabalhar com vinte e cinco mulheres porque o universo favorecia, mas, devido às dificuldades encontradas pelas distâncias, por intercorrência de ordem particular e falta de apoio financeiro, o número foi reduzido para dezesseis, contudo, isso não prejudicou a qualidade do trabalho.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Entre as dezesseis mulheres participantes, um fato chamou atenção; havia sete delas que, na família, possuíam outra pessoa com a mesma perda.

A escolha das participantes não se limitou à idade, sendo relevante que tivessem, preferencialmente, nível de ensino superior. Para melhor situar as mulheres, apresentamos algumas de suas características no Quadro 1.

Quadro 1- Características das participantes.

Participantes	Idade da Perda Visual	Idade Atual	Causa da Perda
1	15	82	Afecção macular / retiniana
2	23	69	Retinose pigmentar
3	35	60	Retinose pigmentar
4	16	57	Retinose pigmentar
5	13	55	Operação mal sucedida
6*	52	52	Retinose pigmentar
7	38	50	Retinose pigmentar
8	46	49	Deslocamento de retina
9*	48	48	Retinose pigmentar
10	37	47	Degeneração retiniana
11	19	43	Acidente automobilístico
12*	43	43	Afecção congênita de córnea
13	36	41	Retinose pigmentar
14	28	41	Glaucoma
15	14	36	Deslocamento da retina
16	13	34	Glaucoma

Legenda:* São mulheres que ainda têm um mínimo de resíduo visual, mas que já utilizam o sistema Braille[1] como forma de comunicação, sendo que duas se locomovem com bengala, embora, considerando o resíduo, disseram não ter perdido tudo e, por isso, as idades iguais para as colunas de perdas e idade atual.

[1] **Braille.** Embora a palavra grafada tenha sido dicionarizada como ***braile***, em entendimento mantido com representantes da Comissão de *Braille* do Brasil, fomos informados que não se adotou essa nova forma, porque ela contraria a que vem sendo usada ao longo da história do criador do sistema, Louis Braille, o que nos leva a usá-la da forma original.

Como demonstra o Quadro 1, a prevalência de causas está localizada nos quadros de retinose pigmentar, descolamento de retina e glaucoma que serão descritas a seguir.

Segundo Simões (2000) a Retinose Pigmentar é definida como:

> Uma determinação genérica para um grupo de doenças hereditárias caracterizada por cegueira noturna e constrição do campo visual. É uma doença retiniana difusa, bilateral e simétrica, afetando predominantemente os bastonetes-células responsáveis pela visão no escuro e possuem transmissão genética-ocorre na mesma família e inicia-se na primeira década da vida sendo progressiva (SIMÕES, In: OLIVEIRA e KARA-JOSÉ, 2000, p. 135).

Segundo Costa (2000), o Glaucoma é definido como:

> Uma doença lentamente progressiva que provoca um dano característico ao nervo óptico e causa alteração típica no campo visual podendo levar à cegueira. Em geral o glaucoma está associado ao aumento da pressão intra- ocular (COSTA, In: OLIVEIRA e KARA-JOSÉ, 2000, p. 99).

O glaucoma, segundo Gretchen Vogel (Science, 275,621), "é uma doença insidiosa e que pode destruir, gradualmente e sem dor, a visão periférica e irreversivelmente o olho antes de ser detectado".

Segundo um relatório publicado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) com dados de 1997,

> O glaucoma é responsável por 15% dos cerca de 45 milhões de casos de cegueira no mundo. Só perde para a catarata, que embora não tenha surgido em nossa pesquisa como fator de perda, responde a 43% dos casos de cegueira (REIS, 2002, p. 27).

Para Simões (2000), o Descolamento de Retina "se manifesta por meio da perda progressiva do campo de visão, até que acometa a mácula e determine a perda visual central. Em geral, não havendo tratamento em tempo hábil, leva à cegueira" (SIMÕES, In: OLIVEIRA e KARA- JOSÉ, 2000, p. 134).

unesp

Quadro 2- Apresentamos outras características das participantes da pesquisa

Participantes	Formação	Est. Civil	Nº filhos	Profissão anterior	Profissão atual
1	Normal	Casada	4	Estudante	Benemérita
2	Superior	Viúva	S/f	Professora	Massagista
3	Normal	Casada	2	Professora	Benemérita
4	Superior	Separada	S/f	Estudante	Poeta e tapeceira
5	Superior	Solteira	S/f	Estudante	Func. Pública
6	Normal	Casada	4	Micro-empresária	M.Empresária
7	Mestrado	Solteira	S/f	Psicóloga	Psicóloga
8	Superior	Solteira	S/f	Professora	Desempregada
9	Normal	Casada	2	Professora	Professora
10	Superior	Casada	S/f	Estudante	Assist. Social
11	Superior	Solteira	S/f	Estudante	Professora
12	Doutorado	Casada	S/f	Empresária	Empresária
13	Mestrado	Solteira	S/f	Estudante	Voluntária
14	Superior	Solteira	S/f	Estudante	Professora
15	Mestrado	Solteira	S/f	Estudante	Professora
16	superior	solteira	S/f	Estudante	Professora

Legenda: S/f: sem filhos

De acordo com a apresentação no quadro 2, das mulheres participantes, seis são casadas, uma é viúva e nove são solteiras. Entre as solteiras, duas moraram com seus parceiros, e as outras, no momento da entrevista, estavam sem namorados, mas haviam morado com alguns parceiros. Uma das casadas sem filho tem três enteados, pois é segunda esposa.

A Part. 8 que está desempregada, passou em um concurso de diretor de escola, entretanto, até esse ano de 2002, mês de março, não havia conseguido tomar posse do cargo, por impedimentos legais que a julgam incapacitada para desempenhar as funções de diretora. Ela tem formação em dois cursos universitários.

unesp

Nenhuma delas optou pela aposentadoria por acreditar que não pudessem trabalhar, mas aquelas que a aceitaram, o fizeram porque nunca terem tido oportunidade de trabalhar e sobreviver com seu próprio salário. Convém destacar que as senhoras que foram categorizadas como beneméritas, têm poder aquisitivo que lhes permite isso, e uma delas, a Part. 1 esteve muito tempo à frente de uma instituição para pessoas cegas, pela qual sempre trabalhou e continua como presidente de honra, atuando em diversos movimentos que possibilitem mais oportunidades às pessoas com deficiência visual.

É possível, pela apresentação no quadro, perceber também que a maioria delas exerce a função docente. Isso se deve ao fato de após formadas terem acesso às salas de recursos com mais tranqüilidade. Uma delas, entretanto, é professora de informática e a outra exerce dupla função, ou seja, além de professora é funcionária de um órgão governamental que atende pessoas com deficiência visual. A que exerce voluntariado perdeu a visão faz pouco tempo e ainda não enfrentou o mercado de trabalho, preferindo atuar como voluntária de uma instituição que atende pessoas com deficiência visual e ir se preparando melhor para, futuramente, estar competindo, até porque tem formação em nível superior e mestrado.

Essas mulheres participaram deste estudo, por meio de diferentes formas de relatos e, quando em suas cidades e, em algumas situações, foram acompanhadas ao local de trabalho para que se pudesse observar a realização de suas funções. Isso ocorreu em relação a três delas.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Os relatos de vida foram coletados das seguintes formas: quatro manuscritos pessoalmente pela pesquisadora; três gravados na presença da pesquisadora, dois gravados pelas participantes e encaminhados pelo correio, e sete enviados por e-mail.

Vale ressaltar que as Part. 1, 7 e 9 permitiram que se extraíssem informações de suas publicações autobiográficas. Esses relatos foram incorporados ao trabalho de pesquisa.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As informações coletadas foram suscitadas por uma relação de itens já apresentados anteriormente e as participantes mostraram disposição em atender prontamente, considerando a importância do trabalho.

Houve o aproveitamento do tempo durante viagens de estudo e eventos, o que viabilizou estar com mulheres de diferentes estados e cidades.

Após a obtenção dos dados, procedeu-se às transcrições das informações coletadas.

3.3 Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos relatos foram realizadas várias leituras, a partir das quais os relatos foram separados, baseando-se nos itens já mencionados nas informações sobre o método, ou seja, nos temas norteadores para apresentação das informações dos relatos e, conjuntamente, foram apresentados os conteúdos temáticos da literatura específica.

unesp

4 RESULTADOS

De acordo com os itens propostos na pesquisa, apresentam-se os relatos de vida das mulheres com deficiência visual: cegueira adquirida e baixa visão residual objetivando dar maior visibilidade ao estudo e ao seu resultado.

As participantes consideraram muito oportuno este estudo e por isso houve notável disposição para fazer seus relatos de vida, fornecendo dados que pudessem colaborar com as propostas da pesquisadora, tanto que a Part. 15, disse no início de seu relato:

Sabe, Mary, eu acho que você está fazendo uma coisa que ninguém nunca fez e por isso eu acho legal participar.

A Part. 7, por sua vez comentou: *Puxa, menina, que bacana você ter pensado nisso. Eu nunca soube que alguém tivesse feito uma coisa dessas! Uai, acho muito bom mesmo, dá oportunidade da gente se mostrar mais como pessoa com potencial.*

Será que você, com esse trabalho vai conseguir mudar assim [...] assim, o que as pessoas, a sociedade pensa sobre a gente? É difícil mostrar pra eles a todo momento que a gente é capaz, desabafou a Part. 16.

A Part. 1 *Estou disposta a colaborar e ponho minha publicação à sua disposição, além de mais informações que você necessitar para o trabalho, mas faça logo que quero alcançar essa defesa* (Depoimento mencionado na aula inaugural do curso de Especialização em Orientação e Mobilidade, no ano de 1999, em São Paulo, e registrado pela autora do trabalho).

Xi, menina! Será que essa coisa vai dar certo? Eu não gosto muito de falar sobre isso não, mas como você é minha amiga e sabe pedir é preciso colaborar com o seu trabalho, vamos lá ver em que vou poder ajudar, disse a Part. 5.

Como a Part. 11 disse em princípio, e*u acho Me* (assim ela me chama), *que esse negócio de ficar falando sobre a mulher deficiente aumenta o preconceito. Eu não tenho que falar de mim para que me aceitem,* só voltamos a falar sobre a sua participação, quando nos contatou perguntando se não seria entrevistada, admitindo: *Pensei melhor, conversei com a Part. 1 a esse respeito, com a Part.5 e elas me disseram estar colaborando e pronto, concordo.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As Part. 6 e 9 aceitaram prontamente ao saber o tema da pesquisa.

Depois de muitos contatos durante um evento na Bahia, a Part. 12, me procurou: *Mary eu quero participar sim do seu trabalho e colaborar no que for possível. Desculpa não ter respondido antes. Foi falta de tempo mesmo. Gostei da idéia e quero fazer sim.*

A Part. 2 tomou conhecimento do trabalho por uma amiga comum que também atua na área e, num evento em São Paulo, no ano de 1999, aderiu a ele com um recado: *Mary, eu também quero participar do seu trabalho porque sou uma mulher que fez muitas coisas sem enxergar, inclusive alfabetizando muitas crianças, já sem enxergar. Tenho muito pra contar.* A aceitação foi imediata.

As Part. 10 e 14 só disseram ser interessante e sem mais comentários aceitaram participar e solicitaram cópias do trabalho depois de defendido. Esse pedido foi feito pela maioria delas.

A adesão da Part. 4, foi imediata. Logo enviou poesias de sua autoria e disponibilizou tudo para que eu colocasse no trabalho. *Você pode contar comigo em tudo que precisar. Tenho aqui livros de poesia, quadros que eu pinto, tapeçarias que eu mesma faço, fotos e o que você precisar está às ordens.* Mantivemos contato desde o início dos trabalhos até o seu final.

As mulheres foram precisas em seus relatos. A espontaneidade podia ser constatada pela simplicidade e naturalidade com que prestavam as informações. Houve desprendimento tanto por parte da pesquisadora, quanto por todas elas, o que facilitou os entendimentos. A autora do estudo sempre se posicionou com clareza sobre o que pretendia com o trabalho. Assim, uma vez aceita a participação, passaram a informar sobre si mesmas de acordo com os itens propostos.

São muitos os estímulos favoráveis para que uma pessoa participe de uma entrevista, ou faça um relato: o altruísmo e a busca de satisfação emocional são alguns deles e embora todas estivessem envolvidas racionalmente, sabe-se que o fato de haver possibilidade de conhecimento e de uma futura publicação para diferentes leitores, também motivou a participação.

De acordo com Omote e Dias (1995): *A entrevista tem sido freqüentemente utilizada como instrumento de coleta de dados em educação especial. É reconhecida*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

como um dos mais adequados meios para a obtenção de certos tipos de informações (p.93).

A opção pela entrevista, se bem que em forma de relatos, me pareceu ser a forma mais viável de atingir os objetivos propostos, mesmo com críticas sobre o seu uso.

Ao entrevistar a Part. 8, que tem dois cursos universitários, ouvi dela a seguinte observação: *Estou vivendo um repensar de minha história, da minha perda visual e de tudo que aconteceu e ainda está acontecendo comigo desde então e, isso é bom para que eu não venha a esquecer que vou ter de continuar falando sobre mim e mostrando minha potencialidade a todos.*

A Part. 12, que ainda tem um pouco de resíduo e que usa muito bem o braille e a bengala, disse-me: *Olha, guria, eu tenho sim muito interesse em participar desse trabalho. Acredito que temos que cada vez mais falar sobre nós mesmas até que nos dêem mais oportunidade e respeito.*

A Part. 3, pelo fato de ser uma mulher muito ocupada, cuidando das questões das pessoas com deficiência visual e não tendo acesso à informática, mostrou-se preocupada em não ser incluída na pesquisa: *Como é, eu vou ou não fazer parte dessa sua tese? Você fala e daqui a pouco defende e eu fiquei de fora.* O registro de seu relato foi feito imediatamente.

Seguem-se os relatos de vida.

4.1 A idade e causa da perda visual

A Part. 1 contou que sua perda visual ocorreu depois de uma hemorragia em ambos os olhos, numa tarde em que tomava chá com as amigas. Tinha então, 15 anos. Os médicos afirmaram ter sido uma afecção macular/retiniana. Está sem visão há 67.

Embora tenha nascido com visão quase normal, a Part. 2 informou que a sua perda total ocorreu aos 23 anos de idade por retinose pigmentar. Está sem visão há 46 anos.

A Part. 3, perdeu a visão aos 35 anos de idade, já casada e com filhos. Seu diagnóstico foi de retinose pigmentar. Não enxerga há 25 anos.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Informou-nos a Part. 4 que desde bebê tinha problemas visuais, mas que veio a perder totalmente a visão aos 16 anos. A patologia que provocou a perda foi também a retinose pigmentar. Está cega há 44 anos.

(A incidência de retinose entre as mulheres deste estudo foi significativa).

Depois de uma operação mal sucedida, aos 13 anos, a Part. 5, ficou sem a visão e com uma série de seqüelas que, após dois anos de tratamento foram desaparecendo.

Embora, tenha retinose pigmentar com um resíduo visual mínimo, a Part. 6, tem conhecimento de que isso a levará à cegueira.

A baixa visão provocada por retinose pigmentar pode, em alguns casos, permanecer por muitos anos. De acordo com o que se tem vivenciado, a perda total pode ocorrer anos após os primeiros sinais da limitação.

Para a Part. 7 a perda ocorreu lentamente e por retinose pigmentar. Nasceu com problema visual e por isso usou óculos cujas lentes tinham dioptrias bem elevadas. Aos 38 anos ficou completamente sem visão.

A Part. 8, perdeu a visão faz 3 anos por descolamento de retina, que acomete sensivelmente um elevado número de pessoas míopes.

A Part. 9, ainda tem um resíduo visual que lhe permite realizar muitas atividades sem recursos ópticos, todavia, como tem conhecimento da progressão da patologia, fez orientação e mobilidade, escreve e lê pelo sistema Braille.

As doenças da retina vêm acometendo muitas pessoas e as levam à cegueira. Em geral as degenerações maculares e as distrofias retinianas surgem da doença de Stargardt, que segundo Rocha (1987), é uma herança autossômica recessiva que compromete igualmente os dois sexos e, em muitos casos, não leva à cegueira total, ainda que atinja as pessoas quando jovens, na faixa etária dos 7 aos 15 anos de idade, sendo, entretanto, extremamente baixos os níveis residuais de visão. Em geral, pessoas com essa doença, apresentam dificuldades de discromatopsia para perceber as cores verde e vermelha, podendo inclusive causar dificuldades de percepção de todas as outras cores (p.93).

unesp

Foi devido a uma degeneração retiniana que a Part. 10, perdeu a visão, aos 37 anos de idade. A degeneração pode ter sido por distrofia macular, contudo, isso não foi informado relato.

Os acidentes automobilísticos têm causado muitas perdas visuais e a Part. 11 de nosso estudo perdeu a visão após sofrer um, perdendo inclusive um globo ocular.

Embora tenha uma afecção congênita de córnea, a Part. 12, ainda tem resíduo visual, mas, como a Part. 9 passou por várias etapas do processo de reabilitação, lendo e escrevendo pelo sistema Braille; fez atividades em orientação e mobilidade, é conhecedora e usuária das novas fontes tecnológicas que estão disponibilizadas no mercado.

A Part. 13, também foi acometida pela retinose pigmentar. Quando perdeu a visão estava com 36 anos e então, participou dos programas de reabilitação. Perdeu a visão há 5 anos.

Já descrevemos o glaucoma como uma importante causa que leva à cegueira e foi por meio dela que as Part. 14 e 16 perderam a visão aos 28 anos e 13 anos de idade respectivamente. Já a Part. 15 perdeu a visão aos 14 anos de idade, acometida que foi, por um descolamento de retina.

4.2 Relação com a medicina após a perda visual

Ao longo da história, sabe-se que, em caso de algum sintoma corporal preocupante, à medicina se recorre, entretanto, quando se trata de uma perda, que com o passar do tempo se percebe incurável, como se fosse doença, abandona-se a medicina.

Part. 1 nos informou que seus pais não desistiram de buscar médicos que a curassem da perda visual, mesmo quando parecia que eles estavam errando. Relatou-nos que, após uma cirurgia, um assistente do médico foi tirar os pontos do seu olho operado e, q*uando ele colocou o separador de pálpebras para tirar os pontos, a peça escapou-lhe da mão e feriu o olho operado. A enfermeira, horrorizada, largou o recipiente que estava debaixo do meu rosto e saiu do quarto. Mamãe desmaiou. Foi um choque terrível para todos nós. O oftalmologista ficou muito triste e muito*

magoado com o sucedido. Colocou um tampão sobre o olho e me deixou em repouso absoluto até a volta do outro médico. Esse episódio não a tirou da medicina legal, tanto que fez exames com muitos outros oftalmologistas, sempre na tentativa de que voltasse a enxergar.

Papai e mamãe ficaram desesperados ao terem certeza de que eu não estava mais enxergando e então, começamos uma maratona mais intensa por vários oftalmologistas e outros profissionais que associavam minha perda a diferentes causas que não as visuais, nos informou a Part. 2 e continuou:

Havia em São Paulo, capital, um médico famoso que era oftalmologista assistente de um outro de Berlim- Alemanha. Então fomos para lá na busca de uma medicina mais avançada e que me devolvesse a visão, ou não permitisse que o resíduo mínimo se fosse. Fomos para lá e eu fiquei muito animada porque via na ante-sala que pessoas deixavam ali seus óculos fortes após fazerem cirurgia. Não tive dúvidas e tentei a cirurgia e foi um desastre. Fiquei no escuro. Apagaram-se as luzes e agora...muito triste, muito triste. Em plena juventude. Apenas 23 anos numa vida movimentada que eu tinha. Uma vida ativa e agora, inerte, sem o que fazer, numa cama. Esperar o quê da vida?

A Part. 3, que já era casada quando perdeu a visão, enfrentou além da perda a raiva do marido que lhe dizia: a*gora você está imprestável e nenhum médico pode resolver isso.* Ainda assim afirmou ela: m*inha família buscou ajuda de muitos profissionais, mas o meu marido achava que era tudo bobagem e que a culpa era minha e eu, então, não querendo que percebessem que estava ficando sem visão, fingia que tinha reumatismo.*

Segundo a Part. 4, hoje, lembra com alguma dor a situação desesperadora dos pais: *Papai e mamãe ficaram malucos, desesperados, sem saber como agir. Me levavam para diferentes médicos e todos lhes tiravam as esperanças. Eles já estavam sofrendo mais que eu, mas de nada adiantava. A perda era irreversível. Os oftalmologistas foram sendo descartados aos poucos.*

Bagatini (1987) diz que é muito difícil para os pais que idealizaram seus filhos perfeitos, saber reagir com tranqüilidade na hora em que percebem que as esperanças lhes são tiradas.

unesp

Declarou-nos a Part. 5 que não teve com a medicina relacionamento diferente que os descritos, mas, como já era moça, as necessidades imediatas foram outras: *a medicina foi algo chocante porque perdi a visão em conseqüência de um pseudo tumor cerebral. Pela medicina não havia mais esperanças para mim, mas minha família, me levou a vários médicos, inclusive fui consultada no aeroporto internacional de Lima/Peru (tenho família lá). Estava acontecendo um congresso de oftalmologistas e neurologistas. Quando cheguei, um dos principais médicos embarcava no avião em que eu chegava. Depois, fui examinada por vários.*

As Part. 6 e 9 relataram: a*inda hoje estamos em busca de cura ou preservação do mínimo resíduo visual que temos. A esperança vai se esvaindo com a nossa perda visual.* Essas participantes tiveram relatos parecidos devido ao parentesco.

Fui a muitos médicos em minha cidade. O meu namorado,um estudante de medicina, me ajudou muito, me fazendo entender a gravidade da perda e fui até ao exterior duas vezes em busca de não perder o resíduo que possuía, mas já sabia de antemão, da gravidade do acometimento, relatou a Part. 7.

Os relatos das outras mulheres não foram diferentes, nem apresentaram alguma característica a mais dos que foram citados. Foram buscas por oftamologistas brasileiros, estrangeiros e onde quer que, no Brasil, houvesse um, que dissessem ser bom, lá estava com os familiares em busca da recuperação visual.

4.3 Busca de cura alternativa: milagres, chás, benzimentos, candomblés...

Na tentativa de se encontrar a cura, para o que então parecia ser um mal, uma doença, a família da Part.1 segundo seu relato, agia dessa forma porque: *um amigo de papai, um senhor português de família espírita, pediu para fazer uma sessão em minha casa. Diziam que eu tinha mediunidade, que precisa acreditar porque se acreditasse, conseguiria voltar a ver. Era um problema de encosto. Eu ficava nas reuniões que faziam, mas me negava a ir a qualquer centro porque não sentia necessidade.*

A Part. 1 ainda se lembra bem dos tratamentos prescritos por essas pessoas e disse: r*eceitaram uma série de tratamentos, alguns trágicos; eu me lembro que*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

mandavam pôr nas têmporas- eu tinha de dormir com isso- um bife de fígado cru, preso por uma atadura. Mamãe fazia tudo o que era possível, ela esperava que houvesse uma possibilidade através desses tratamentos, porque a medicina já havia me abandonado.

Há um episódio nessa busca desenfreada pela cura que a Part. 1 revelou e que não podemos deixar de apresentar: *uma vez, fui, com uma amiga surda, a uma pessoa que estivera em São Paulo fazendo milagres. Enfrentamos uma multidão de esperançosos e conseguimos chegar perto do tal milagreiro*. Continua ela.

Assistimos todo o ritual da sessão espírita. Foi chocante; pessoas falavam com voz de outra, mulheres falando com voz de homem, com espíritos que baixavam, gente que tinha verdadeiros acessos esquisitos, gritavam e tremiam. Foram passando por diversas salas até que chegaram na principal e o tal homem dos milagres deu muitos passes nela e na amiga enquanto perguntava: *você está enxergando? Ao que eu respondia. Não, dizia então ele para minha amiga: e você está ouvindo? Não; dizia minha amiga. Nenhuma de nós obteve qualquer melhora.*

Na saída, no fim do corredor, do alto de uma escada, alguém dizia para o povo: *esta moça entrou cega e está enxergando*. A Part. 1 não teve dúvidas e a pleno pulmões disse: *eu não estou enxergando coisa nenhuma, estou saindo como entrei.* Ela e a amiga saíram correndo ao encontro da irmã que ficará do lado de fora. Foi um dia terrível porque o médium era muito famoso. Então, concluiu:

A mim, basta saber que há milagres, embora eu não tenha podido receber o milagre que sempre pedi a Deus. Gostaria de ver, de ter conhecido ainda mais jovem o rosto do meu marido, de meus filhos, de ver outra vez os meus pais. Não foi possível, mas tive muitas outras alegrias.

A família da Part. 2, segundo nos informou, ficou muito desolada. *No início só chorávamos, rezávamos muito, sempre com a esperança de um milagre acontecer e então, como na medicina havia se esgotado todo o tipo de tratamento, parti para o espiritismo em busca da cura, pois eu acreditava muito num milagre. Acreditava que haveria jeito de voltar a enxergar. Assim, passei por várias cirurgias espirituais, assistia a candomblés, passei noites em terreiros de macumba, conheci tudo que era*

unesp

igreja, tudo o que foi tipo de religião sempre com a mesma esperança: de um dia voltar a enxergar.

A Part. 3 desabafou revoltada: p*rocurei muita cura fora da medicina. Minha sogra era espírita, muito inteligente e me levou em muitos lugares: Arigó, (você ouviu falar?) Garrincha[...] fui em vários lugares e com muita fé. Hoje, eu até posso ir mas não alimento esperança. Benzeção, sabe, tudo. Hoje, nada disso me traz a visão de volta. Por quê isso aconteceu comigo? Deus não é pai de todos? Então, Ele é o seu pai e o meu padrasto?*

As pessoas que perdem alguma coisa valiosa em suas vidas tendem a essas buscas no sentido de recuperá-las, mas são caminhos que só as deixam mais preocupadas e com a fé abalada diante dos resultados não obtidos, diante da situação irreversível.

Por morar em um local privilegiado para buscas alternativas a Part. 4, não deixou por menos. *A medicina não tinha mais nada a fazer para minimizar o meu problema visual. Fui criada no catolicismo, mas não me afinei com os conceitos. Passei rapidamente pela doutrina mas não me encantei e não fui a outra prática de cultos, mas sim cuidar da minha preparação para o trabalho. Amor ao próximo, tolerância e solidariedade, me basta.*

A Part. 5, disse: *Minha busca maior foi no espiritismo. Papai foi influenciado por amigos e me levava a todos os lugares onde falavam sobre cura. Sofri nesse meio por 9 anos. Depois de algumas cirurgias espirituais, algumas com cortes, sofrimento e dor, decidi não mais procurar este caminho; porém, foi no espiritismo de Kardec, que entendi e aceitei a minha cegueira. Sou judia de nascimento e sigo as tradições judaicas, gosto e me orgulho de ser judia. Tenho fé e respeito pela espiritualidade.*

As Part. 6 e 9 disseram que embora tenham ainda um pequeno resíduo visual, já foram em busca de algumas curas milagrosas: a*pós conhecermos a situação genética, sabemos que dificilmente escaparemos da cegueira, até porque temos outros casos na família, mas pedimos a Deus que conserve o que temos de visão.*

Tendo passado por um longo período de sua vida com um pequeno resíduo, a Part. 7 declarou: *eu não busquei outras soluções para que voltasse a enxergar, mas*

unesp

algumas pessoas me pediam para tentar alguns trabalhos e como não queria desapontá-las, aceitava, mas nunca fui a um dos lugares.

A Part. 8, perdeu a visão há poucos anos e foi uma perda brusca, pois até então não tinha graves problemas visuais e quanto às curas alternativas relatou: *quem é que não quer voltar a ter alguma coisa que perdeu? Eu e meus pais, além de irmãos e amigos, também quisemos, embora isso não tivesse saído com sucesso, mas a gente sempre acredita que algo bom pode acontecer e aí vem benzimentos, simpatias e tantas outras crendices, que a gente só vai deixando com o passar dos anos.*

As crendices populares sempre dominaram muito mais os brasileiros. Hoje, século XXI, pesquisas apontam que nós somos ainda mais crédulos e supersticiosos que há 500 anos.

Para Shermer (2002), o irracionalismo só tem aumentado e as pesquisas mostram que cada vez mais se acredita em astrologia, experiências extra-sensoriais, bruxas, alienígenas e discos voadores, na existência da Atlântida...O espantoso, segundo ele, é que não são apenas lunáticos que crêem nessas coisas. Muita gente, com bom nível de educação, também cai nessa. São crenças pegajosas, que se fixam de forma muito mais forte do que podemos imaginar. Isso, acredita ele, acontece principalmente por culpa da comunicação de massa e da internet. E conclui.

> A maior parte das pessoas pensa que acreditar em espíritos ou telepatia é inofensivo. Não é. Por uma razão simples: quem acredita em coisas para as quais não existe nenhuma evidência pode acreditar em tudo. É tarefa complexa separar o que é ciência da pseudociência. Entre ambas há uma zona cinza fronteiriça. Nessa região ficam as linhas de pesquisa feitas por profissionais mais sérios, prescrutados por publicações científicas de prestígio, mas que têm objeto de estudo tanto quanto exótico o podem cair tanto do lado da ciência quanto para o da crendice (SHERMER,2002, p. 9-11).

Sobre as buscas ou crendices, a Part. 10, que também ficou cega mais adulta depois de um longo caminho percorrido enxergando, informou: *somente uma vez procurei um tratamento espiritual por influência de meus pais. Eventualmente procurava bons médicos para tentar alguma solução.*

unesp

A Part. 11, sofreu um acidente automobilístico que lhe tirou a visão completamente em um olho, tendo inclusive que implantar uma prótese pela perda do globo ocular e o outro olho ficou com um resíduo mínimo. Ela nos revelou: *logo que saí do hospital comecei a tomar passe em um centro espírita, que havia freqüentado quando criança. Depois desse período, acabei me envolvendo mais. A ida ao centro não foi em busca de cura. Durante um ano e meio fui ao Garrincha [...] era um médium que curava. Lá eu fui porque minha família queria, mas foi lá também que encontrei uma grande paz, pois meu problema era deficiência e não doença. Com a mudança dele para outro lugar, dei um basta e disse para todos, que iria viver a vida, ver os caminhos que poderia seguir. A minha decisão foi aceita por todos*

Pode-se perceber pelas apresentações dos relatos, que a alternativa de cura pela fé professada em uma religião ou seita estava fortemente arraigada nas pessoas, mesmo quando a procuravam por um curto período.

A Part. 12 revelou: *tenho um resíduo visual que é significativo em todos os sentidos de minha vida e não busquei cura alternativa, por estar muito preocupada em mantê-lo, embora não haja tratamento medicamentoso.*

A Part. 13 relatou que ao perder a visão e passar por uma cirurgia, foi assim: a *sensação que tive quando foi retirado o curativo e o médico perguntou 'Você não está enxergando nada'. É inenarrável. Porém, a minha atitude, eu questiono até hoje, foi uma atitude muito normal, por isso, não procurei nada além da medicina legal ou formal.* Para ela, embora houvesse chorado muito, o importante era não deixar os pais mais preocupados ainda.

Segundo informação da medicina a Part. 14 poderia ficar cega, só depois dos 50 anos de idade, porém ficou aos 36 anos. Atualmente com 41, revelou: f*ui consultada por vários médicos em diversos centros do exterior, mas não nos demos ao trabalho de buscar alternativas que não fossem as médicas. Estive nos Estados Unidos e me submeti a muitas cirurgias e numa dessas, eu que tinha retinose pigmentar, tive meu caso agravado por um descolamento de retina o que me levou à cegueira.*

A Part. 15 perdeu a visão aos 14 anos e disse em seu relato: *meus pais me levavam em todos os lugares possíveis e imagináveis, onde diziam haver alguém que*

unesp

faria alguma coisa pra eu voltar a enxergar e, a cada um deles, a esperança ia sumindo. Foram chás, benzimentos, coisas para pôr no olho, simpatias, médicos do exterior que vinham ao Brasil, mas nada me devolveu a visão. Então, era seguir em frente, até porque coisas esquisitas que não me lembro bem, eram colocadas no meu olho em busca da cura. Minha avó (que você conheceu) benzeu muito, e tínhamos todos muita esperança. Na verdade, eu ainda tenho que surja alguma coisa que reverta isso.

A mais jovem das mulheres é Part. 16, que em relação à cura alternativa assim se posicionou: *minha família, assim, meus pais, procuraram muitos recursos para recuperação da minha visão: centros espíritas, benzedores [...] sempre que alguém dizia que estavam fazendo milagres em algum lugar, eles me levavam pra eu voltar a enxergar. Eles (benzedores) pediam dinheiro, para me fazer sair curada. Agora, entendo que eles estavam atrás de dinheiro e não de curar ninguém, mas meus pais não tinham entendimento e, como eu era criança, eles me levavam. Tentaram muitos recursos para recuperar minha visão durante dois anos.*

Pesquisas, apresentadas na revista VEJA, comprovam que a fé move o Brasil, porque 99% dos brasileiros acreditam em Deus; 83% acreditam na vida eterna, no paraíso; 69% crêem na punição e recompensa pós morte; 55% acreditam no inferno ou punição eterna; 51% no diabo e que, quanto mais rico e escolarizado, mais o brasileiro acredita na vida após a morte (2001, p. 124).

Klintowitz (2001) revela que, no inicio do século XX, acreditava-se que quanto mais o mundo absorvesse ciência e erudição menor seria o papel da religião. Mas, mesmo com todo avanço tecnológico tomando conta do cotidiano da maioria dos habitantes do planeta, permitindo o aumento de informações inimagináveis, ainda assim, neste século, o mundo continua inesperadamente místico, o que no Brasil, atinge patamares impressionantes (p.124-133).

Não são apenas as mulheres que perderam a visão que buscam alternativas de cura nas coisas místicas, esotéricas entre outras. Como mencionou Shermer (2002), as crendices aumentam muito mais do que se pensou pudesse aumentar, principalmente entre as pessoas com formação em nível superior. Neste particular, dados estatísticos da revista VEJA mostram que 70% das pessoas que acreditam na vida após a morte

unesp

têm nível superior; 61% nível médio; 58% estão entre a 5ª e 8 ª série e 58% é analfabeto ou tem até a 4ª série do ensino fundamental (2001, p. 129).

Pessoas com e sem deficiência, de nível superior ou analfabetas, são absolutamente crédulas e esperam por milagres.

> A religiosidade é a relação com o divino, é o modo como a pessoa se conecta com o que acredita serem forças protetoras ou negativas em seu cotidiano, observa Mário Sérgio Cortella, professor do Departamento de Teologia e Ciência daReligião da Universidade Pontifícia Católica de São Paulo (2001, p. 129).

4.4 O comportamento dos familiares de acordo com os relatos das participantes

De acordo com os relatos das participantes, seus familiares tiveram reações diferentes no sentido do encaminhamento ou não, aos serviços existentes na época em que perderam a visão.

Sobre o assunto, a Part. 1 informou: m*eus familiares ficaram chocados, mas, logo buscaram todo tipo de tratamento, médicos no Brasil e no exterior, não me deixando sem atendimento, por mais difícil que fosse. Foi uma busca sem tréguas e cheia de esperança, até o momento que tiveram certeza, isso depois de ouvir muitos médicos, que não havia nada a ser feito. Nesse momento, eles buscam então formas de eu não me prejudicar quanto aos conhecimentos, fosse de idiomas, de bordado, de educação formal. Sempre deram todo apoio.*

Os familiares da Part. 2 tiveram uma reação bastante contrária aos da Part. 1. *Papai e mamãe ficaram chocados, não conheciam ninguém sem visão. Não havia casos nas famílias. Nessa época eu tinha uma irmã casada e foi o meu cunhado quem me deu todo apoio, levando-me a vários lugares fosse para consultas ou para tentar trabalho e estudo. A mamãe me acompanhava, mas não aceitava. Eles não aceitavam, mas, por outro lado, não me deixavam privada de atendimentos médicos e tentaram tudo quanto estava à altura e possibilidades. Fizeram comigo uma verdadeira peregrinação por muitos lugares. Os meus irmãos reagiam de uma forma mais suavizada e me apoiavam. Os parentes não queriam que os primos se misturassem comigo de forma alguma.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Relatou-nos a Part. 3 que teve o apoio da sogra e da mãe. *Elas acreditavam que eu poderia voltar a enxergar e me levaram para alguns médicos. Me apoiaram quando meu marido me rejeitou completamente, dizendo que eu era culpada de ter ficado cega. Chegamos a nos separar e, para meus filhos ainda crianças, foi muito difícil. Nenhum deles aceita até hoje e o meu pai, que tem 93 anos, ainda pensa que eu enxergo, porque eu também nego a minha cegueira até hoje. Não tanto como antes, mas ainda tenho alguns preconceitos.*

Se a pessoa que perde a visão não se aceitar ficará mais difícil para os familiares, pessoas amigas e sociedade com um todo o aceitar.

A respeito da aceitação, Ribas (1995) informa que fica difícil entender, que a pessoa com deficiência é marginalizada e não reconhecida pela mesma cultura na qual esta inserida. Para o autor: *toda pessoa, deficiente ou não, que, submetida à engrenagem da estrutura sociocultural, não se encontra em seu próprio mundo tende a se desligar dele. Como única alternativa tenta procurar um outro mundo em que seja reconhecida* (p. 19-20).

O caso da Part. 4, também não foi diferente. *Todos sofreram muito com minha perda visual, mas depois da peregrinação médica me encaminharam para aprender o Braille e com isso eu fui percebendo o quanto poderia fazer e eles também. Não fui rejeitada por elas e nem pelos outros familiares. Ficavam intrigados, mas não fugiam. Acho que é porque aqui no Rio, os cegos estão pela rua e muitos têm olhar diferentes sobre eles.*

O olhar sobre a diferença é que vem modificando normas e condutas para se atuar com as pessoas com necessidades especiais, valorizando-se mais o que elas podem fazer, e não o que não podem. Esse ajuste social faz parte do processo de adaptação, uma vez que implica mudança de atitude rumo à sobrevivência, a qual faz a pessoa continuar a caminhada quando se sente desamparado porque fugiu de controle proteger-se quanto às perdas.

Os familiares da Part. 5, segundo ela, também foram colaboradores: *meus pais envelheceram uns 10 anos quando souberam de minha nova realidade. Mamãe que já sofria de reumatismo e artritismo deformante piorou e se entortou toda. Apesar do sofrimento, todos foram MARAVILHOSOS. Meus irmãos vinham me visitar todos os*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

dias depois do colégio. A visita era só para a família mais próxima, pois eu ainda sofria muito de dores de cabeça. O apoio familiar, carinho, amor e dedicação, foram fatores importantes para a minha aceitação.

A Part. 6 revelou: *encontro na família e, principalmente no meu marido e em minhas filhas, meu ponto de apoio para tudo que quero fazer. Eles não superprotegem ou rejeitam. Agem dentro do que chamo de normalidade e me deixam arriscar e aprender, a conviver com a pouca visão e saber que, a julgar pelos meus irmãos, também vou perder toda um dia. Então, já estarei acostumada a fazer tudo, inclusive trabalhar com meu marido.*

Com a Part. 7 também não foi diferente: *eu já morava sozinha quando perdi totalmente minha visão e os meus familiares não me impediram de nada e muita coisa, eu fui em busca sozinha, ou com o meu namorado que nessa época morava comigo. Meus familiares apenas aceitavam as minhas decisões. Quando estava em casa, e já com pouca visão, minha mãe se esforçava muito para suprir as dificuldades encontradas, principalmente as escolares. Afinal, ela tinha mais filhos com o mesmo problema, mas não nos poupava de nada. Todos eram tratados da mesma forma, seja para brincar ou trabalhar, independentemente de enxergar mais ou menos.*

Minha família agiu com naturalidade, ou seja, chorou, esbravejou, esperneou como outra qualquer que tem um filho que perde algum sentido. Depois que passou a pior fase, foram se concentrando e aceitando que eu poderia fazer muito sem enxergar, me deram apoio para viajar e ir fazer reabilitação e outros cursos que me deixassem qualificada, agora, como pessoa sem visão. Apoiam muito mesmo e não têm restrição alguma em me tratar como trata meus irmãos. Todos temos tratamentos iguais de acordo com nossas próprias diferenças. Esse foi o relato da Part. 8.

A Part. 9, informou: *meus familiares: marido, filhos, irmãos e mãe, sempre tiveram o maior respeito e valorização comigo. Não me protegem em nada, até porque não aceitam. Vivemos harmoniosamente, meu marido trabalha o dia todo, eu trabalho, estudo, coordeno a casa, que na minha ausência é dirigida pela empregada. Meus filhos têm suas atividades e todos vivemos em harmonia. Minha*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

mãe, desde que percebeu que a visão era reduzida, tratou de não deixar faltar apoio escolar. Isso para ela era o mais importante e, graças a isso, foi possível seguir uma carreira, chegando ao nível superior.

Minha família percebeu, desde quando eu era menina (tinha 3 anos) que havia um problema visual, mas não tinha consciência de que eu poderia vir a ficar cega. Só foram tomando conhecimento na medida que foram aumentando as minhas dificuldades. Meus pais sempre tiveram atitudes superprotetoras em relação a mim e ao meu irmão que tinha o mesmo problema. Tive toda assistência oftalmológica e recursos necessários para que eu pudesse ler. Isso seguiu até na idade adulta, nos relatou a Part. 10.

A Part. 11, perdeu a visão em um acidente automobilístico quando bem jovem e sua família a apoiou: *foram muitos dias de hospitalização e eles estiveram ao meu lado. Não houve revolta apesar de todo o sofrimento. Meus pais me deram muita força. Meus parentes e amigos eram freqüentes em casa.*

Restando-lhe um mínimo de resíduo visual, a Part. 12, nos revelou: *ao nascimento já foi detectado o problema visual. A repercussão familiar neste caso, não foi de grande impacto, pois meu irmão mais velho já tinha deficiência visual, com perda total.*

A Part. 13, que perdeu a visão quando adulta, disse: *tive uma reação muito normal, porque não queria que a minha mãe, que estava ao meu lado, sofresse. Ela e meu pai sempre batalharam para que isso não acontecesse. Então, eles continuaram do meu lado me dando apoio, mas eu, após chorar, não me permiti deixá-los preocupados.*

Desde que perdi a visão, minha família me estimulou e, acompanhada pela minha mãe, fui para a reabilitação. Uma mudança radical iria acontecer em minha vida.[...] eles me apoiaram em tudo. Nos revelou a Part. 14, que continua se preparando para a vida diferente que agora tem, sempre com apoio dos pais.

A Part. 15, contou: *meus pais e toda minha família se desesperaram, queriam entender porque aquilo estava acontecendo comigo e com eles. Não achavam justo e ficaram desorientados com a situação, me deixando sem saber o que fazer. Meus avós choravam, minhas tias se desesperavam e, enfim, todos entraram numa*

unesp

desestrutura só. Com o tempo e o conhecimento das possibilidades que eu tinha, tudo foi sendo encaminhado para que eu não perdesse a escola. Eles são pessoas simples, sempre moraram em zona rural, mas também sempre tiveram consciência da necessidade dos estudos e, quando comecei a fazer as coisas com mais independência, eles nem acreditavam.

Meus pais que já estavam acompanhando minha perda visual ficaram sem chão quando finalmente perdi e minha irmã também iria perder, porque tínhamos o mesmo problema, mas foram em busca de ajuda. Mesmo não sendo pessoas tão esclarecidas, não deixaram o tempo passar e eu ficar sem atendimento. Levaram-me para uma escola em São Paulo e quando lá chegamos, passando antes por um médico, soubemos que na própria cidade que moramos tinha atendimento. Então, eles correram para saber, onde era e me puseram lá pra eu aprender o braille. Até hoje, lutam comigo, pelo meu crescimento profissional e independente. Esse foi o relato da Part. 16.

Pelos relatos foi possível observar que todos os familiares tentam sobreviver depois que um filho tem uma perda que o limita para o desempenho de atividades tidas como normais e mesmo inerentes ao ser humano e isso significa fazer o que é preciso, enfrentando um problema de cada vez, mesmo quando se tem a impressão de que se está tentando esvaziar um barco que está minando água: cada balde que se tira é mais pesado do que o outro.

4.5 Vida escolar

Os objetivos, conteúdo e matérias envolvidos na educação da pessoa com deficiência visual, de acordo com Telford e Sawrey (1984), não são essencialmente diferentes dos empregados na educação regular, porque eles também necessitam de uma educação geral, que esteja de acordo com os requisitos especiais. Ela requer professores especializados, instalações de equipamentos especiais e algumas modificações curriculares (TELFORD e SAWREY, 1984, p.492).

Baseando-se nas afirmações daqueles autores, observaremos como as participantes deste estudo prosseguiram em sua escolarização após a perda da visão.

unesp

Part. 1 informou: *fui assistir à sessão inaugural em uma escola, e tive a felicidade conhecer a diretora, que me perguntou se gostaria de continuar meus estudos, freqüentando o curso Normal. Eu disse que sim, mas que era meio impossível porque eu não tinha carro e não teria quem me levasse à escola. Eram muitas as dificuldades e, então, uma amiga e a diretora pediram às inspetoras do Normal para verificar entre as alunas matriculadas naquele ano de 1943, se havia alguém que morasse perto de minha casa e uma morava realmente perto, e então, a diretora e uma amiga minha achavam que era uma boa oportunidade para tentar experiência com uma aluna cega. A curiosidade a meu respeito era apenas normal, nunca exagerada. Algumas alunas se aproximavam mais e outras nem tanto. Eu era um pouco mais velha do que a maioria porque fiquei sem estudar durante oito anos.*

A Part. 1, assim foi compreendendo que deveria cada vez mais se aperfeiçoar como professora e foi fazendo estudos complementares de línguas, sendo que hoje fala 5 idiomas. Estudou em Michigan State Normal Scholl-Ipsilanti (Michigan, USA); no Teacher's College na Columbia University (New York), com uma bolsa de estudos concedida pela American Foudation for Oversas Blind (hoje Helen Keller International). Recebeu dezenas de títulos e condecorações de ordem nacional e internacional por seu reconhecido notório saber.

A Part. 2, por sua vez, mesmo não sendo de família com muitos recursos financeiros, não deixou de estudar. *Por morar em uma fazenda, uma mudança fez com que perdêssemos o ano escolar, mas que depois continuamos. Passados alguns anos, fomos para São Paulo para eu continuar os estudos e, como era escola particular, lá se estudava mesmo e ainda tínhamos aula de trabalhos manuais, música, inglês, francês, latim e português e aprendíamos mesmo. Foi uma vida muito boa e alegre. Eu fiz o ginásio, o normal, e depois fiz o curso de pedagogia, além de estudar música e fazer o curso de massagista. Nunca deixei de estudar. A minha deficiência nunca me impediu de vencer os obstáculos também para prosseguir com meus estudos. Isso era muito importante, assim como ainda o é.*

Diferentemente das Part. 1 e 2, a Part. 3 perdeu a visão aos 35 anos, estando casada e formada pelo antigo curso Normal. Não estudou mais. *Enfrentei algumas dificuldades na vida escolar porque já tinha problemas visuais, mas estudei em*

escola regular, pois minha visão permitiu isso, porque só acentuou ao fazer o curso Normal e mais ainda depois de casada e mãe. Aprendi um pouco de braille mas como nunca usei, acabei esquecendo.

Apesar do avanço da informática, o sistema Braille ainda é um meio muito eficiente e o mais usado para acesso à informação escrita das pessoas sem visão. É um método de extraordinária universalidade: pode exprimir diferentes línguas e escritas de forma eminentemente prática, satisfazendo o desejo de comunicação pelos caminhos do conhecimento literário, do científico e do musical, dentre outras possibilidades (ROCHA, 1987, p. 251).

A Part. 4, que também perdeu a visão ainda menina revelou, *fui para a escola bem mais tarde que os meus irmãos e foi aí que eu senti que não enxergava como eles. Isso foi muito dolorido. Ainda assim, depois que resolveram que eu poderia estudar no IBC, foi um estímulo, porque me reabilite e fiz curso superior de Português e Literatura. Lecionei durante um longo período e hoje sou aposentada, me dedicando à pintura, poesia e tapeçaria.*

Ao perder a visão, a Part. 5, também teve prejudicada a sua parte motora e nos informou que teve de sair de um colégio e ir para uma instituição: a *mudança foi muito grande. Tudo ficou muito diferente e muito difícil. Porém, no IBC, tive a oportunidade de aprender a viver como pessoa cega e comecei a entender melhor a nova forma de vida. Pelo fato de eu ter família, com um pouco mais de condição financeira que a dos meus colegas, me fizeram perceber que eu era privilegiada. Eu tinha tudo o que precisava ter, principalmente no convívio social e familiar. Logo que percebi essa diferença fiz uma promessa a mim: dedicar minha vida às pessoas cegas e lutar pela causa. Essa consciência me ajudou a vencer minhas barreiras, me impulsionando à vida. Continuando meus estudos, formei-se me Letras, Português e Inglês e, mais tarde, especializei-me em educação e reabilitação das pessoas com deficiência visual. Fui a primeira professora cega a ingressar no magistério público do Estado da Guanabara.*

Tivemos na história das mulheres brasileiras, duas mulheres cegas que se destacaram com o seu trabalho. Foram elas Adélia Sigaud- a primeira mulher cega a ler pelo método Braille e também a primeira professora cega do Brasil e, Alina de

unesp

Brito, que ficou cega e surda, portanto, com cegueira adquirida, e que lutou muito para que a mulher pudesse se realizar no ensino Normal brasileiro. Essas mulheres com deficiência visual viveram e lutaram no século XIX e, a partir da existência delas, muitas outras continuaram a luta por mais espaço e justiça social (SCHUMAHER e BRAZIL, 2000, p. 526).

A Part. 6, teve alguns professores particulares e citou: *a mamãe, quando percebeu que eu tinha problema visual e achou que serviria de chacotas para os colegas da escola, tratou logo de arrumar uma professora particular. Assim, eu não ficava sem aprender e ela não teria de enfrentar as pessoas que reagiam diferentemente do esperado. Depois dessa fase fui para a escola regular e cheguei a fazer o Normal, mas nunca lecionei.*

Indicando-nos que desde a infância sofreu alterações visuais precisando usar óculos, a Part. 7, disse ter sofrido muito e mais: *Eu ia pra escola ou pra rua brincar e as outras crianças me chamavam de 'quatro olhos' e por essa razão eu aprendi a ler e a escrever fora da escola, graças a uma professora leiga que preparava cadernos de caligrafia, reforçando com o lápis preto, margens e linhas do papel. E eu usava uma régua para não extrapolar os limites demarcados. Na escola, cálculos, atividades orais, interpretação de textos e memorização de conteúdos favoreciam meu desempenho. Em compensação, padecia com tarefas que exigiam coordenação motora, visualização, confecção de material e desenho. Casualmente, deparei com uma lupa manual esférica que aumentava o tamanho das letras e usei várias destas lentes até que se tornaram inúteis com a perda definitiva da visão. Mesmo com todas as dificuldades, cheguei à faculdade, prestando dois vestibulares e fui aprovada em ambos, mas, desisti daquele que era financeiramente inviável. Fiz psicologia clínica e entrei para o mestrado emFfilosofia, mas não elaborei uma dissertação por estar no auge do ativismo sindical.*

Logo que perdi visão tratei de ir fazer um curso no Rio de Janeiro onde pudesse aprender principalmente o sistema Braille e a orientação e mobilidade,. Evidente, que estando lá, fiz o curso completo e graças a isso é que hoje tenho muita independência. Não tive problemas, pois como já estava formada, só fui para uma instituição de pessoas com cegueira para reabilitar-me, revelou a Part. 8.

A Part. 9, que tinha outros irmãos mais velhos que possuíam a mesma enfermidade visual revelou: *minha vida acadêmica, até a conclusão do curso de pedagogia, se deu em três períodos bem distintos, pois sempre que concluía uma etapa, as dificuldades enfrentadas me desanimavam. Assim, concluí o primeiro grau em 73, por gostar de estar na escola. Retornei em 88 para o magistério por curiosidade. Tinha dois filhos e queria entender mais o processo ensino/ aprendizagem pelo qual meus filhos passavam para também orientá-los melhor. O curso de Pedagogia, em 95, foi fruto da necessidade de capacitação para uma vida profissional. Sempre pensei que o aprendizado se dá entre 'diferentes' e que o aluno cego ou de visão subnormal necessita de orientação de pessoas que enxergam.*

A Part. 10 relatou: *estudei até o curso de Magistério sem ter orientação de professor especializado por falta de informação. Ao concluir o curso de Magistério fiquei sem saber como poderia trabalhar como professora. Foi bem mais tarde que fiz o curso de Serviço Social.*

Na época do acidente estava prestando vestibular para veterinária e isso foi interrompido. Muito depois, indo para Cuiabá, em casa de parentes, aprendi o braille em uma semana. Retornando a São Paulo, iniciei o cursinho para o vestibular e prestei pedagogia. Nesse período, como já sabia Braille, fiz alguns cursos por correspondência. Na faculdade só tive problema com um professor, que queria que eu fosse tão normal, que acabava virando anormal. Logo na primeira semana de aula, fiz amizade com um grupo de garotas, que acabou sendo um grupo de estudos, relatou a Part. 11.

Embora a Part. 11, tenha deixado de informar, vale ressaltar que fez Habilitação em Educação Especial, área da deficiência visual, na UNESP, Marília, Estado de São Paulo, o que lhe possibilitou estar até hoje, como professora especializada, atuando com crianças com deficiência visual, na Rede Pública de Ensino.

A Part. 12 declarou: *em razão da deficiência, meus pais buscaram uma escola especializada. Lá estudei desde os cinco anos de idade até concluir o primeiro grau. Pelo fato de ter estado em uma escola especializada, não considero que tenha passado pelo ensino segregado. A partir do momento em que ingressei no ensino*

unesp

médio, cresceram as dificuldades de acessibilidade aos recursos didáticos e dificuldades para acompanhar a dinâmica da sala de aula. Algumas vezes, por falta de recursos, outras por falta de conhecimento, informação, e até mesmo interesse por parte de alguns professores. Tudo isso, em certos momentos, aliados à minha falta de motivação para continuar. Isso também ocorre hoje, no ensino superior. Estou no momento, desenvolvendo estudos em nível de doutoramento, dentro de uma temática que aborda a formação dos professores com vistas à realidade da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Durante a formação acadêmica, busquei direcionar os estudos para essa área no intuito de trazer contribuições substanciadas na realidade escolar deste grupo de pessoas. Mesmo na didática, que é um campo onde transito bem, procuro deixar trabalhos ou práticas que sejam significativas no campo educacional.

A Part. 12, teve ainda, formação com especialista na área da deficiência visual; na área da deficiência múltipla, fez habilitação em Orientação Educacional e Estudos Complementares em Estrutura e Funcionamento de 1° e 2° graus (Hoje, Ensino Fundamental e Ensino Médio); tem licenciatura plena em Pedagogia, habilitação no Magistério, Educação Especial para Deficientes Mentais e curso profissionalizante de Assistente de Administração.

A Part. 13, perdeu a visão na idade adulta e, segundo ela, *na questão da leitura, pelo sistema Braille, tive muita dificuldade, por ser uma leitura analítica, onde temos que ler letra por letra para depois termos a noção do que estamos lendo. Eu gostava muito de ler e lia com avidez as coisas que me caíam às mãos e agora não podia mais fazer isto sozinha, e nem mesmo à hora que quero, pois necessito de um ledor, de fita gravada ou de um computador,* e complementou: *a vida escolar não foi tão afetada com a cegueira, porque, quando perdi a visão já possuía um ano de formada na área de letras (português e literatura) e ainda não trabalhava. Foi então, um pouco mais fácil para mim, pois não tive muitas perdas e não tive que interromper nada em relação aos estudos. O mestrado em Educação Especial me dá oportunidade deproferir palestras e cursos nesta área.*

A Part. 14, fez toda a formação acadêmica enxergando. Ela é graduada em Administração de Empresas e pós graduada com mestrado em Marketing e nos

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

contou: *Depois que perdi a visão, aprendi o braille para ter mais independência e me comunicar com o mundo.*

A Part. 15, que também enfrentou dificuldades, fez o seguinte depoimento: *foi muito difícil continuar os estudos, mas fui vencendo obstáculos e consegui me formar em nível superior e, pela minha persistência, hoje tenho trabalho e pretendo chegar a um mestrado e ir cada vez mais me aperfeiçoando e qualificando para ter mais e melhores condições de trabalho. As escolas nunca contaram com equipamentos específicos e eu é que tinha de me virar para seguir as matérias e isso me fez foi crescer, apesar de tantas dificuldades.*

A Part. 16, estudou desde muito cedo enfrentando dificuldades: *meus pais me levaram para São Paulo para estudar no Padre Chico (escola que atende pessoas com cegueira), mas antes de irmos lá, passamos por um médico oftalmologista que informou que em minha cidade, havia um bom trabalho educacional. Então, voltamos e fomos buscar atendimento na referida escola, na qual ingressei e aprendi o braille em 30 dias, porém, antes disso, perdi dois anos de estudo. Eu tinha muita vontade de aprender. Fiz a 5ª série e fui para o colegial, fiz magistério. Tive muitas dificuldades, pois morava em fazenda quando fiz a 5ª série, mas nem assim desisti de estudar e meus pais tudo fizeram para que eu prosseguisse. Depois passei no vestibular e fui cursar Pedagogia, fazendo habilitação em Educação Especial- área da deficiência visual.*

O aspecto educacional, tanto neste trabalho quanto em outros que tratem da questão das pessoas com deficiência, é polêmico, principalmente pelo fato de que a sociedade não acredita que as pessoas com deficiência possam enxergar, ouvir, andar, falar, trabalhar [...]estudar, nem pensar.

A maioria dessas pessoas, assim como as mulheres participantes do nosso estudo passaram pelo processo educacional em vigor no país e muitas, já na educação pré-escolar, conviviam com a limitação visual, ainda que não fosse a cegueira.

Por educação pré-escolar compreende-se todo o trabalho educacional realizado anteriormente à idade ou período escolar. Considerando que o ensino no Brasil é garantido pela Constituição, e por isso obrigatório a partir dos sete anos; a

unesp

criança brasileira que se encontra na faixa etária de zero a seis anos, tem a pré-escola como a instituição que lhe presta atendimento (ROCHA, 1987, p. 235).

Desde o século XX, a pré-escola tem tido como objetivos principais:

> Desenvolver os aspectos físico e mental da criança por meio de situações adequadas, em ambientes propício ao seu desenvolvimento sócio- afetivo, proporcionando-lhe uma atuação autônoma em seu meio; desenvolver a criatividade como elemento de auto- expressão; compensar possíveis falhas no atraso de desenvolvimento, provocadas pela ausência de recursos no lar ou na comunidade mais ampla, onde descubra e domine as regras próprias do convívio social (ROCHA, 1987, p. 235).

Pela exposição do autor, é possível perceber facilmente que a criança com deficiência visual, é inserida como alvo especial dos objetivos propostos e, por isso, a oportunidade não lhe pode ser negada.

Embora a História da Educação seja compreendida como um conjunto de ações políticas, utopias e projetos educacionais conflitantes, bem como o resultado de profundas contradições entre esses vários elementos, a Educação Especial (EE), nesse contexto, relaciona-se naturalmente com o problema escolar e da organização administrativa da educação em geral (FONSECA, 1987, p. 75).

De acordo com Oliveira (2001) *A Educação Especial deve fazer parte da educação como um todo, existindo nas escolas regulares e sendo mais um sinal de qualidade em educação, quando ofertada a qualquer aluno que dela necessite*(p.24) e, conforme a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, em seu Artigo 26: *todos têm direito à educação.*

Para Fonseca (1987), a criação interministerial de um órgão coordenador da EE justifica-se há muito tempo, e é urgente neste momento, a fim de iniciar o levantamento e a caracterização da EE.

> Só caracterizando e conhecendo a realidade da EE se pode posteriormente controlar e transformar um universo tão complexo, o que está muito longe entre nós, pois sem investigação não se prevê quando, nem como, se sairá da inércia ou das tentativas isoladas já muito características (FONSECA, 1987, p. 75).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O autor fez a afirmação em 1987 e quinze anos depois, pouco foi transformado, embora, estejamos vivendo o movimento da inclusão que pelo entendimento de muitos profissionais da educação e mesmo pesquisadores, veio para substituir a integração.

Os objetivos educacionais da EE do período que Fonseca (1987) a descreve, podiam ser os mesmos do ensino regular (o que hoje apregoa a inclusão) consoante os diferentes períodos de tempo exigidos pelas necessidades de crescimento da criança com deficiência. A integração, era sinônimo de oportunidade educacional, que se acomodava aos meios e as condições do ensino regular, pois o tempo a ficar fora da escola deveria ser o mínimo possível. Cabia, ao sistema educacional a redução de problemas, pois, caso contrário a sua rigidez seletiva poderia ser criticada por negação de direitos humanos (p. 77-78).

Conforme explica Fonseca (1987), cada vez mais a escola vinha assumindo o compromisso de conhecer individualmente seus alunos e os grupos para além da percepção dos vários e importantes fatores familiares e ecológicos. A escola deixaria de ser um veículo de sociopatia na razão direta da sua organização institucional e científica (p. 78).

Para Vash (1988), a era da Educação Especial, embora se fizesse o máximo esforço para não segregar os alunos com deficiência, veio a ser um resultado de necessidade social urgente (p. 102).

Na medida em que outras condições educacionais iam sendo realizadas, provocando mudanças, o que se observou foi que o artifício da segregação continuava e criava seu próprio conjunto de problemas. Com isso, outras transformações foram sendo necessárias, culminando com a aprovação de uma nova legislação que exigia que todas as pessoas fossem educadas em ambientes menos restritivos, e apropriados às suas condições, o que, em essência, significava a integração máxima entre escola e ensino comum, restringindo-se ao mínimo os programas segregadores (VASH, p. 102).

Nesse então avanço, que não se chamou de inclusão, as pessoas com deficiência poderiam ser vistas como pertencentes a três grupos distintos, conforme revela Vash (1988):



> 1)aquele cuja capacidade de aprendizagem está afetada; 2) aquele cuja capacidade de comunicação está afetada, e 3) aqueles cujas deficiências não afetam nem sua capacidade de aprendizagem nem a de comunicação. As razões para segregar, do curso comum, a educação de cada um desses grupos, são diferente (102-103).

Informa ainda que, nessas modificações,

> os estudantes cuja capacidade de aprendizagem era efetada por limitação intelectual, distúrbio emocional/ comportamental ou outras disfunções neurológicas, são segregados de forma que seu ritmo mais lento de aprendizagem não retarde o progresso dos estudantes mais capazes, e de forma a permitir o tempo e a atenção extras necessários para que eles absorvam o material. A acomodação dos alunos mais rápidos e mais lentos podia exigir alguma segregação por classe, não mais aparecem claros os motivos pelos quais em determinada época parecia ser necessário que eles freqüentassem instalações totalmente separadas. O desejo da população não deficiente de evitar contato com pessoas assim limitadas é a explicação mais lógica para o fato de a sociedade ter-se utilizado desse passo extra (p.103).

Nessa oportunidade e com essa preocupação, o problema estava em separar pessoas com deficiências das pessoas sem deficiências o que provocaria altos custos sociais a serem pagos posteriormente, pois os programas poderiam ser onerosos e eram, principalmente os que tratassem de derrubar barreiras e atitudes no trabalho que a segregação precoce já havia fomentado. Por isso, não era nenhuma novidade que as pessoas com deficiências e as não deficientes encontrassem dificuldades num simples relacionamento umas com as outras. Se nos primeiros anos escolares não tivesse havido contatos, esperar que convivessem harmonicamente depois, seria mais difícil.

Com essas informações de Vash (1988) é possível observar que, o movimento da época rumava para a inclusão, tão discutida no final do século XX e neste início de século XXI. Então, apesar de já existirem muitas discussões teóricas quanto à prática, o exercício real da inclusão sofre uma delonga inexplicável e inaceitável.

Mas, como a história também aponta, a educação para pessoas com deficiência visual, foi uma das primeiras a preocupar o mundo e, principalmente na França onde ocorreram os primeiros movimentos educativos. Por essa razão, as pessoas com cegueira foram consideradas privilegiadas, fato que, hoje, torna-se

unesp

incoerente, se atentos ao pouco progresso educacional no sentido da inclusão social dessas pessoas.

As primeiras escolas particulares ou públicas para pessoas com cegueira eram residenciais e a intenção era deixar ao alcance da pessoa com deficiência visual todos os subsídios que a atendessem desde as suas necessidades mais simples. Entretanto, relata Rocha (1987), com a Declaração dos Direitos do Homem, a sociedade resolveu proteger e amparar o deficiente, sem, porém, lhe conceder o direito de participar na vida pública (p.241).

A perspectiva é que, no século XXI, a educação atinja o grau máximo de inclusão da criança com deficiência na escola e na comunidade, constituindo-se num arranjo mais desejável, significando que as crianças sejam educadas nas salas comuns do ensino regular.

Essas tendências rumaram para a tão polêmica inclusão que já naquele período do chamado ensino integrado, poderia ter descentralizado o ensino das pessoas com deficiência visual, permitindo que sua escolarização acontecesse na sua área residencial, o que lhes traria maiores benefícios. Rocha (1987) informou, que se pensava multiplicar a possibilidade numérica da assistência e diminuir a necessidade de construção de edifícios especiais de alto custo. Além disso, uma criança, com deficiência, se adaptaria com mais facilidade à vida em sociedade, quanto mais cedo se incorporasse a ela (p. 242).

Ainda que todas as intenções e movimentos tivessem sido positivos, causa estranheza com demora com que tudo vem ocorrendo, se pensarmos no processo educacional da França, ocorrido no início do século XVIII.

Quando se implementou e se discutiu a integração, o objetivo também não era o de apenas ter a criança fisicamente no espaço escolar regular, nem obter a solução de todos os problemas. Mais do que isso, o que teria de ser muito bem pensado era o planejamento, a presença de professores especializados e uma organização adequada dos serviços básicos.

Coube, como ainda cabe, a cada país estudar o que fosse mais conveniente, de acordo com suas condições e necessidades e, só então, elaborar sua estratégia educacional.

unesp

No Brasil, para uma integração consciente, deveria haver a abordagem de aspectos relevantes que, na medida do possível, fossem realizáveis.

Segundo Rocha (1987), no período em que mais se discutiu a integração, ao final dos anos 80 e início dos 90, levantaram-se pontos imprescindíveis no entendimento de alguns estudiosos para a posterior elaboração de uma estratégia educacional, a saber:

1- Levantamento estatístico da clientela (quantos são e onde estão os deficientes visuais?)
2- Diagnóstico da clientela (nível de deficiência)
3- Orientação familiar.
4- Preparação da escola.
5- Curso de extensão para profissionais que lidem na área de educação.
6- Curso de especialização para professores.
7- Imprensa Braille (p. 242).

Todos esses itens comenta o autor, são lógicos, educacionalmente válidos e a um preço operacional passível de ser custeado pelo Governo.

A união entre universidades, governos e instituições que atuam com as pessoas com deficiência visual, para que o trabalho seja edificado harmonicamente, é relevante. Esta é uma realidade verificável em alguns Estados do Pmaís, parcialmente implantada em alguns e totalmente inerte em muitos outros(ROCHA, 1987, p. 242).

Conta-nos a história que a educação das pessoas com deficiência visual era realizada nas escolas especializadas, por meio de internato, externatos e semi-internato, ministrando-se naquele período, cursos de 1°grau e profissionalizante, particular ou público, em ambientes segregados.

Do ponto de vista econômico, a educação especializada sempre foi onerosa para a comunidade, pois sua manutenção tem custo bastante elevado, e então, as escolas segregadas ofereciam, muitas vezes, vantagens quanto à adequação das salas e material didático. Muitas vezes, os ambientes superadaptados impossibilitavam aos deficientes oportunidades de conhecimento do meio físico real. Com o movimento da inclusão, os gastos com a Educação Especial aumentaram, dificultando ainda mais sua viabilização.

As modalidades de ensino integrado para as pessoas com deficiência visual restringiam-se a salas de recursos e ensino itinerante.

unesp

As salas de recursos são localizadas nas escolas de ensino regular, dispondo de equipamentos, recursos didáticos e professor especializado para o atendimento específico de alunos com deficiência visual, em ação conjunta com o professor da classe comum, a qual o aluno freqüenta. Isso ocorre de forma mais ou menos semelhante em todo o Brasil.

Por meio dessa modalidade de atendimento, os alunos com deficiência visual eram entendidos como os que necessitavam do sistema Braille e outros recursos didáticos especiais para a sua educação ou material em tipos ampliados para os que tivessem baixa visão. Os alunos eram matriculados em classes regulares correspondentes ao seu nível de escolaridade e, no período contrário, recebiam apoio da sala de recurso, diante das dificuldades de aprendizagem, decorrentes de sua limitação visual e cuja solução não fosse possível na classe comum.

A sala de recurso tem funcionado de forma mais ou menos integrada, em virtude das maiores ou menores dificuldades apresentadas pelo aluno e, conseqüentemente, do maior ou menor tempo do período escolar em que o mesmo nela permaneça sob a responsabilidade direta do professor de Educação Especial.

O trabalho educacional sempre exigiu um planejamento e atuação de parcerias, em especial entre os professores da classe comum e os das salas de recursos, ambientes nos quais os alunos com deficiência visual recebe instrução em braille e outras especificidades não administradas pelo professor da sala comum. O que se espera, portanto, é que se elimine a segregação produzida pela escola e que se proporcione às crianças com deficiência visual oportunidade de realizarem a sua integração social e educacional com as demais crianças, ou seja, num sistema inclusivo de ensino.

As necessidades para se criar uma sala de recurso sempre foram as mesmas e, de acordo com Rocha (1984), segue essa ordem:

- comprovação da demanda;
- professor especializado na área;
- existência de local para funcionamento na escola.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Lembramos que com o movimento da inclusão, hoje, essa ordem está ampliada, porque a escola tem de estar equipada com recursos específicos para atender à demanda em suas necessidades especiais.

No ensino itinerante, o professor se deslocava periodicamente de sua sede para atender o aluno com deficiência visual já integrado no ensino regular.

Em geral, essa modalidade era utilizada quando o número de alunos a ser atendido em uma escola era insuficiente para manter um professor especializado ou de uma sala de recursos para cada escola. O ensino itinerante foi muito utilizado com os alunos deficientes visuais, cujas necessidades particulares fossem satisfeitas por meio do esforço conjugado do professor comum e do professor itinerante especializado (Rocha, 1987, p. 245).

O serviço itinerante prestado no Estado de São Paulo oferecia um atendimento de mais qualidade às pessoas com deficiência visual e também a um número maior de alunos porque, com a atuação do professor itinerante, outros eram encontrados e encaminhados para a escolarização. Com a exclusão dessa modalidade de atendimento, alguns professores de salas de recurso encontram dificuldades para atender aos alunos que buscam apoio e serviços complementares na sala e ainda dar suporte aos que dela estão fora.

Penso, como profissional que atua na área, embora não tenha trabalho do em salas de recursos, que, hoje, com a implementação desse movimento inclusivo, a figura do professor itinerante seria muito útil e não sobrecarregaria o professor da sala de recursos, uma vez que o número de alunos nas salas regulares do ensino comum, não foi diminuído em função do atendimento inclusivo.

De acordo com os professores especializados, as necessidades específicas do aluno, quando coexistiam as duas modalidades, eram:

Serviços diretos fornecidos

- instrução (suplementação de aulas);
- alfabetização pelo ensino da datilografia Braille;
- orientação no uso de equipamentos e materiais especiais;
- aconselhamento em caso de problemas pessoais, sociais e vocacionais;
- treinamento sensorial e perceptivo;
- atividades da vida diária (AVD);

unesp

- orientação e mobilidade (O e M);
- iniciação no ensino da datilografia comum
- ensino de datilografia em Braille.

Os serviços indiretos fornecidos eram:

- preparo de material especializado para uso do professor de classe;
- consultas e planejamentos educacionais com a equipe da escola;
- orientação aos pais e familiares dos alunos com deficiência visual;
- transcrição para o Braille de textos, provas e apostilas, etc.;
- transcrição, para tinta, de trabalhos em Braille;
- ampliação de textos e provas (ROCHA, 1987, p. 246-247).

A modalidade de ensino itinerante proporcionava aos alunos com deficiência a possibilidade de conviver com os alunos comuns e vice-versa, o que facilitava muito a compreensão da aprendizagem.

Os professores itinerantes exerciam, de certa forma, o papel de consultores que orientavam os demais professores sobre os problemas e a potencialidade do aluno deficiente, no sentido de que os atendessem de acordo com suas necessidades, fazendo tudo que contribuísse para o seu progresso e ajustamento social, minimizando, dessa forma, a necessidade de atenções especiais por parte dos professores do ensino comum.

Na passagem do século XIX para o XX, alguns países introduziram turmas especiais para cegos, em escolas comuns, cujo intuito era o de integrar o deficiente na sociedade desde a idade escolar, para que no futuro não fosse discriminado.

Hoje, o ensino mudou e o professor itinerante desapareceu, ficando uma lacuna na aprendizagem do aluno com deficiência visual e o ensino ou a educação inclusiva deveria ter previsto o seu retorno por razões já expostas aqui.

As mulheres com deficiência visual que participaram do estudo em questão tiveram períodos escolares marcados por discriminação, rejeição, falta de informação e tantas outras mazelas que as impediram, momentaneamente, de completar sua escolarização em tempo adequado. Evidente que, nesse caminhar, a família também

unesp

teve uma grande parcela de responsabilidade fosse pela falta de informação ou pela superproteção com a filha com deficiência visual.

Cada qual lembra as peculiaridades que viveram para receber o aprendizado escolar. Algumas o receberam em escolas comuns e com bastante dificuldade, visto que em suas cidades não havia ensino especializado ou professores que suprissem as lacunas deixadas pelo ensino comum. Outras foram para instituições aprender o sistema Braille e, munidas de conhecimento e recursos, voltaram para suas cidades tempos depois e ingressaram no ensino comum, mas nem por isso com menores dificuldades e maior aceitação por parte das escolas, professores e colegas.

Três mulheres do estudo, por terem parentesco, foram alfabetizadas em casa e depois ampliaram seus estudos em escolas regulares de ensino e daí seguiram para universidade com toda a gama de dificuldades. Elas disseram que mudavam de lugar, mas o clima de discriminação e as dificuldades eram os mesmos, ou seja, pouca aceitação e, menos preocupação dos professores em saber como elas prosseguiriam nos estudos. Felizmente elas estavam preparadas para superar as dificuldades e mostrar potencialidade.

Outras mulheres tiveram a felicidade de poder estudar em escolas particulares que, mesmo apresentando dificuldades ainda eram mais acessíveis porque havia muito mais interesse em se manter o aluno na escola. Mas, também em relação aos demais alunos, era muito complicado. Por ser a maioria da clientela pertencente à classe média e até alta, os pais tinham menos facilidade de entender e aceitar que seus filhos convivessem no mesmo espaço com alguém com deficiência visual. O medo era de que a 'doença' pegasse.

Era muito difícil para a maioria delas e algumas até faziam amigos que depois as acompanhavam pela vida estudantil afora, facilitando o caminhar durante muitos anos. Essa pessoa aprendia a conviver com suas dificuldades da amiga com deficiência visual e tentava auxiliar para que as dificuldades ficassem mais amenas.

Uma, das mulheres participantes que sempre teve possibilidade de estar nos melhores colégios, estudou em uma escola religiosa e, depois de alguns anos, foi para uma estadual na qual fez as séries iniciais e teve oportunidade até de conhecer

unesp

pessoas interessantes, hoje, artistas de teatro e televisão, sendo ela também uma artista diferente, porque seu palco sempre foi a educação.

Essa participante, sempre gostou de fazer as leituras em voz alta na classe, hoje relaciona o seu 'dom' de bem falar àquela atitude tão simples.

E, atualmente com a inclusão, o que está sendo modificado? Já não se aceita mais falar em segregação ou integração. Toda atenção agora se volta para a inclusão das pessoas com necessidades especiais e, no caso dos alunos, com necessidades educacionais especiais.

Bruno (2000) relata que:

> Neste final de século, rápidas e intensas transformações econômicas, sociais e culturais na sociedade têm contribuído, de forma consistente, para várias mudanças na estrutura das relações sociais, escolares e familiares. Destaca-se, como uma das mais importantes, o movimento mundial pela inclusão social e as necessidades de reformas educacionais em diferentes países, mediante a inclusão das minorias excluídas do sistema escolar (p.80).

É na realidade, portanto, que o aluno com deficiência deve estar inserido. O sistema precisa ser inclusivo, uma vez que já não é mais possível aceitar as inadequações da escola que, por exemplo, recebe pessoas em cadeiras de rodas, tendo como único acesso às salas de aula, uma escada...

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 previu educação para todos, mas seu avanço foi insignificante porque na realidade as escolas não se estruturaram para garantir às crianças com deficiência esse direito, mantendo, até então, a lógica da exclusão.

Bruno (2000) informa que, historicamente,

> o atendimento educacional aos alunos com deficiências tem sido realizado em instituições especializadas, em caráter muitas vezes clínico e assistencialista, vinculado principalmente à promoção da saúde, aos cuidados e, algumas vezes, com propostas pedagógicas voltadas à reeducação, à compreensão de carência ou déficit (p. 81).

O movimento mundial de inclusão chega ao Brasil com a Declaração Mundial de Educação para Todos, elaborada em Jomtiem, na Tailândia, no ano de 1990. Essa Declaração difere da de 1948, ao propor que a educação seja destinada a satisfazer as

unesp

necessidades básicas de aprendizagem, desenvolvendo plenamente as potencialidades humanas, propiciando melhoria na qualidade de vida e do conhecimento e participação do cidadão nas mudanças culturais de sua comunidade.

Dessa forma, não se discute tanto neste século XXI a escola tradicional, mas sim, como entrar no movimento inclusivo, possibilitando educação para todos.

Após a Declaração de Jomtiem, surgiu em 1994 a Declaração de Salamanca, que trouxe importante transformação conceitual em relação aos objetivos da Educação Especial, conforme relata Bruno (2000), modificando a forma de atendimento educacional das pessoas com deficiência, por inserir no ensino regular todas as crianças, e mesmo as que têm comprometimentos graves dificuldades de aprendizagem (p. 82).

Devido àquela Declaração desenvolveu-se o conceito de necessidades educacionais especiais, pela qual, de acordo com Bruno (2000), as escolas têm de encontrar caminhos de educar com sucesso todas as crianças, independente de possuir ou não, deficiência sensorial, física, intelectual ou emocional.

Com esse conceito ocorre uma mudança significativa no paradigma, pois o foco da atenção deixa de ser a deficiência e passa a ser o aluno. Agora ele tem de ter suas necessidades educacionais especiais atendidas no processo educacional, no qual família e a comunidade também participam.

4.6 Relacionamento com familiares, amigos e pessoal da escola

A Part. 1 informou: *quando retomei os estudos foi com o apoio total de meus familiares que nunca me abandonaram, pelo contrário, me estimularam, iam atrás de muitas coisas, professores particulares para que eu complementasse meus conhecimentos e isso possibilitou muito em minha vida? Os amigos que tinha antes da perda, não os perdi, os que conquistei, depois ficaram e isso foi relevante. As pessoas das escolas pelas quais passei nunca me viram com diferença e se vissem, eu fazia de tudo para reverter a situação, de modos que isso não foi problema de relacionamento.*

unesp

Enfrentei muitas dificuldades porque meus pais não aceitavam a minha cegueira, por não conhecerem, por não ter ninguém na família assim. Isso só foi superado muito depois, entretanto, meus irmãos e cunhado, principalmente, me deram muito apoio para enfrentar a rejeição dos meus pais que mais queriam me proteger. Os amigos? Alguns fugiram e outros eu fui conquistando, e até hoje, tenho muito amizade com eles. O pessoal das escolas pelas quais passei, foi bastante preconceituoso, o que não me inibiu porque eu fazia de tudo para que me vissem de forma diferente, ou melhor, como uma pessoa capaz. A vida da pessoa cega é assim. A gente tem de estar sempre provando que é melhor do que quem enxerga, senão dão as costas. Aos poucos eu ia adquirindo confiança. Relato da Part. 2.

Para Part. 3, o processo também não foi tranqüilo. Ela nos contou: *meu marido sempre me rejeitou; os meus filhos não entendiam e minha mãe lidava melhor com a situação, mas achava que eu não estava cega e meu o pai, durante todos esses anos, ainda pensa que eu enxergo. Os amigos sumiram de minha vida. Poucos ficaram e me tratavam como se eu fosse doente. Eu me escondia porque tinha vergonha. Não houve relação com pessoas de escola porque já era formada e não fui estudar qualquer outra coisa desde então.*

A diferença me afastou de alguns amiguinhos. Meus familiares não me abandonaram e como tardei a ir para a escola não tive muitos problemas de relacionamento por ser uma escola, que só lidava com pessoas com deficiência visual. Meus irmãos não me rejeitavam, mas eu não podia ir com eles para lugar algum. Relato da Part. 4.

Minha família me deu total apoio. Estive sempre ao meu lado, me orientando, buscando serviços especializados para que eu não tivesse defasagem de formação. Como já havia passado pela fase mais tenra de formação escolar, não enfrentei problemas com amigos da escola e nem com amigos pessoais. Eles também estiveram ao meu lado, relatou a Part. 5.

A Part. 6 informou: *minha família me deu apoio total. Nós já tínhamos mais pessoas com problemas na família e minha mãe, sem dar conta de que éramos diferentes, nos tratou com muita normalidade. Eu já havia feito meus estudos, então*

unesp

não tive muitos problemas de relacionamento com pessoal da escola. Os amigos não somem, os que somem são os conhecidos.

Para a Part. 7 de acordo com sua informação: e*ssa relação já vinha complicada desde antes de perder a visão por completo. As crianças da rua faziam chacota devido aos meus óculos de lentes grossas. Os amiguinhos não ficavam com pessoas vistas como diferentes e a minha mãe nos poupava, não permitindo que à escola, mas sim tendo aulas particulares em casa. Depois, com a ida à escola, o pessoal, começou a entender melhor e aceitar. Os amigos da juventude e idade adulta não se esquivavam tanto e até os familiares não faziam mais diferença. Também pudera! Com cinco pessoas com deficiência visual, não era mais de se estranhar.*

A rejeição para a Part. 8, só se deu no trabalho: *perdi a visão na idade adulta e já havia me formado em dois cursos superiores. Acho que o fato de já ser adulta possibilitou que eu não tivesse esse tipo de enfrentamento escolar, mas no trabalho isso não foi bom, tanto que até a posse o cargo para o qual prestei concurso e fui aprovada, não me foi possibilitada. Minha família, sempre muito unida, me dá todo apoio e me trata como se eu enxergasse, até porque não admito tratamento de superproteção.*

A Part. 9 não vivenciou muitas diferenças, porque, como ainda tem um pequeno resíduo, não a tratam como cega, embora ela já use o braille e bengala. *As pessoas é que se consolam me dizendo que eu ainda enxergo um pouco. O que acontece é que uso muito bem o mínimo de visão que me sobra e isso faz com que eu me locomova bem e até ande um pouco sem a bengala, desde que seja em lugares familiares.*

Outra mulher participante que perdeu a visão completamente quando era adulta foi a Part. 10: *não encontrei tantos obstáculos para lidar com as pessoas da família, amigos e escola.*

A Part. 11 fez seu relato: *não encontrei problemas de relacionamento com os familiares, mesmo tendo perdido a visão quando jovem adulta. Também não perdi os amigos e nem as pessoas com as quais convivi mais tarde, fazendo um curso superior ou mesmo durante a especialização.*

unesp

Mesmo tendo perdido a visão na infância, a Part. 12, não está em situação diferente das Part. 10 e 11: m*eu relacionamento com os familiares, amigos e colegas universitário,s sempre foi muito bom. Não houve discriminação por parte deles ou da minha.*

A Part. 13 perdeu a visão na idade adulta e já havia concluído nível superior. *Com relação à minha família, não tenho muito que dizer e sim elogiar. Meus pais e irmãos estiveram e estão sempre ao meu lado nas horas boas e más, me incentivando e apoiando em tudo o que penso em fazer. Eles dão a maior força. Sem eles, eu não chegaria a lugar nenhum. Sou para eles uma espécie de exemplo de força e determinação, mas isto eu só consegui graças ao amor e o carinho que eles demonstram ter comigo. Isto se reflete na maneira positiva que eu tenho de encarar a cegueira sem frescura, sem preconceito e de forma realista, sabendo das dificuldades que ela oferece. Tenho também parentes (tios e primos) que sempre me deram o maior apoio e me admiram como pessoa, esquecendo muitas vezes que sou cega e me deixando em situação embaraçosa e perigosa, mas nada que não possa ser contornado com boas risadas. Tive a graça de manter a amizade com os velhos amigos e de fazer boas e novas amizades. E é assim que vou levando a vida, sempre tentando conhecer novas pessoas, afinal de contas, o ser humano é um ser gregário, e sem essa de me isolar, pois é com o outro que aprendemos e crescemos, intelectual e moralmente.*

O caso da Part. 14, também foi semelhante ao da Part. 13 porque perdeu a visão em idade adulta e com mestrado defendido. Todavia, ela não nos forneceu detalhes.

A Part. 15 relatou: m*eus pais sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos. Graças à compreensão deles eu continuei minha vida acadêmica e hoje estou ocupando o espaço que pretendi. Eles fizeram de tudo para que eu não perdesse a visão, mas como não foi possível, então, me deram oportunidade de crescer. Meus outros familiares, tios, avós e primos, também sempre estiveram ao meu lado. Não houve nenhuma rejeição e isso me fortaleceu e muito para continuar como uma pessoa, agora, sem visão.*

unesp

Revelou-nos a Part. 16: *os meus pais nunca desistiram de me levar aonde fosse para que pudesse melhorar minha vida. Nunca esmoreceram. Os amigos: alguns se afastaram outros ficaram, alguns surgiram depois. Na escola, houve um pouco de rejeição porque o novo, o diferente sempre assusta, mas lidei com isso sem maiores problemas.*

4.7 Relação com os filhos e amigos dos filhos

A Part. 1 contou-nos: *tive os meus filhos depois que perdi a visão e nunca pude vê-los. Todavia, nossa relação sempre foi de carinho, atenção e, eu pude cuidar muito deles desde pequenos, porque, além do apoio do meu marido, ainda tinha o de mamãe e de algumas pessoas que puderam me prestar serviços. Os amiguinhos deles sempre estavam em nossa casa e eu preferia que fosse assim, mas os meus também brincavam vez ou outra em casa dos amigos. Nunca tive problemas de relacionamentos fosse com os meus filhos ou com seus amigos.*

Casada, mas sem filhos, a Part. 2, admitiu: *me relaciono muito bem com os meus enteados. Não tive os meus.*

Com a Part. 3, foi diferente: *meus filhos não aceitavam a deficiência. Eles eram pequenos e eu fingia para eles que enxergava, tanto que pedia para alguém ler histórias para mim e depois eu as contava para eles até que um dia um deles percebeu e foi muito triste. Nunca soubemos eu, eles e o meu marido lidar com isso. Hoje, eles reagem melhor, mas não aceitam. Os amiguinhos deles nunca souberam de minha deficiência, já que em casa nem nós lidávamos bem com ela, tinha de esconder e eu fiz isso durante muito tempo.*

Com quatro filhas, todas já adultas e formadas, a Part. 6 nos relatou: *nunca tive problemas para relacionar-me com as meninas. Sempre cuidei com carinho, exigia que os deveres fossem cumpridos e elas nunca me viram como pessoa incapaz, ao contrário, sempre estiveram comigo e deixavam que eu agisse por minha conta nas tarefas do lar. Em relação aos amigos também não foi problemático. Tivemos uma relação amistosa, com tardes de deveres escolares, chás e lanches como em qualquer outra família.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

A Part. 9, tem um casal de filhos ainda bem jovens e sobre eles disse: *aqui temos um bom relacionamento e eles não deixam de fazer o que precisam para abusar da mãe que não enxerga. Oriento-os e eles vão cumprindo os deveres. Claro que às vezes tem rusgas, como em qualquer outra família, nada mais. Os amigos deles vêm aqui e tudo é muito normal, até porque, eu como professora, lido muito bem com crianças.*

A Part. 12, tem filhos adotivos: *relaciono-me muito bem com meus enteados e mesmo com os amigos, namorados e namoradas deles. É uma grande família, que tem momentos de confusão e de muita paz, como outra qualquer.*

4.8 Vida profissional

Essa parte da profissionalização, por ser o aspecto em que as pessoas com deficiência encontram mais dificuldades e mais discriminação, acredito que deva ser detalhada.

De acordo com Crespo (2000), parece quase utópico falar no direito ao trabalho das pessoas deficientes num país com milhões de pessoas não deficientes desempregadas. O que tem de ser feito, no entanto, é considerar os deficientes como cidadãos tão de primeira classe como qualquer outro. Não há porque se intimidar e se apoiar na triste realidade do país e não lutar por emprego para as pessoas deficientes (s/p)

Quando a Part. 1 perdeu a visão, ela era estudante, vindo a ser professora muito mais tarde. *Por incrível que pareça, foram inúmeros os problemas encontrados quando começamos a trabalhar em um Instituto de pessoas cegas. Houve uma verdadeira barreira por parte de algumas Irmãs que se incomodavam muito com a nossa presença; a minha e de minha amiga. Éramos professoras novas, completamente fora da rotina com que as atividades eram diariamente realizadas. Escolhi uma classe de segundo ano e minha amiga uma de primeiro ano. Resolvi não assumir a classe de primeiro ano porque, apesar da formação que havíamos recebido na escola Normal, muita coisa ainda era resolvida empiricamente.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Lembro-me de uma aula em que eu tinha de demonstrar o rio e a ponte. Dramatizamos a aula fazendo fila de alunos e todos passaram embaixo da mesa que se transformou em ponte, isso porque eu percebi que os meninos tinham dificuldade para entender as coisas em movimento. Coisas em movimento não perceptíveis ao tato.

No meu primeiro dia de aula, a sensação foi arrasadora, atrás de uma mesa, diante de uma classe embora com poucos alunos, uma sensação inesquecível. De início é um vazio, uma sensação de impotência, até que se inicie o relacionamento. O encontro com alunos cegos é muito mais difícil para um professor cego. Inúmeros problemas surgiam e no momento era preciso ter iniciativa e criatividade para resolvê-los. O professor cego precisa ter muita capacidade imaginativa para criar soluções no momento certo, soluções que ele não aprendeu na escola. Essa foi uma das primeiras dificuldades que a Part. 1 enfrentou enquanto profissional. E não foi a única.

A Part. 2, trabalhou muito e hoje, em véspera dos 70 anos aguardado ansiosamente, ela continua trabalhando e nos revelou: *eu tinha muita vontade trabalhar e mostrar para minha família que também podia fazer alguma coisa, que podia ser independente, mas como? Não havia meios, eu não conhecia muita gente...Daí eu soube do Senhor S. (In memória) que tinha um trabalho muito bonito de encaminhar cego para o trabalho. Era um trabalho com o Senai, na época. Então, eu o procurei, insisti que queria trabalhar na indústria, que eu aceitava qualquer coisa. Ele disse que eu não poderia trabalhar na indústria porque eu não tinha operário na minha família, mas devido, a minha insistência, ele antes me deu uma carta pra eu levar a uma Fundação, para que me arrumassem alguma coisa melhor e que me orientassem. Então, eu procurei a direção da tal Fundação e foi uma decepção. A responsável me tratou muito mal. Me recebeu sem saber que eu era deficiente e ainda assim me tratou muito mal. Em geral, ela me disse, os cegos a procurariam como colega então, ela quis que eu desse um conceito de amiga e de colega. Então, eu expliquei a ela que eu poderia chamá-la de colega porque eu também era professora na época. Muito tímida que eu era, muito assim inibida, mas eu tive coragem de explicar a ela que não a chamaria de colega, nós não*

unesp

trabalhávamos juntas e que não poderia chamá-la de amiga, porque eu estava conhecendo-a aquela hora. Voltei decepcionada para o Senhor S. e expliquei a ele que não tinha dado certo.

Muito decidida a trabalhar, a Part. 2, não desistiu frente aos obstáculos, tanto que revelou: *o Senhor S. Depois de muita insistência minha, me ofereceu três tipos de trabalho para que eu optasse por um e nesse intervalo, no qual eu deveria pensar, acabei indo fazer um curso de massagista, o qual, após concluir tornou-se minha profissão e com ele atuo até hoje, mas ainda fui para o curso Normal, fiz pedagogia e lecionei muito, alfabetizando crianças cegas, o que ninguém acreditava como hoje acredita. Eu alfabetizei uma menina que enxergava pouco e na lousa. Eu ficava com a minha mão em cima da dela, para acompanhar os traços das letras que ela fazia. Era uma forma de eu ver se ela estava fazendo corretamente. Então, minha relação profissional antes da perda não existiu porque era jovem estudante e depois foi isso tudo que eu gravei pra você e que você vai aproveitar o que mais interessar para esse seu trabalho.*

A Part. 2, criou uma metodologia toda própria de alfabetizar as crianças de sua sala e tão logo pode remunerar, pôs uma assistente e durante os 30 anos em que lecionou, manteve uma. Algumas optaram também pela área da deficiência visual.

A Part. 3, não trabalhou após a perda. *Depois de ter concluído o curso Normal, lecionei durante 5 anos e quando perdi a visão já não trabalhava e então, minha vida foi sempre no lar cuidando dos filhos, dos pais, marido e após algum tempo comecei a dedicar-me às causas das pessoas com deficiência visual e isso até hoje.*

Fui bem sucedida na profissão que segui meio contra minha vontade, que foi lecionar. Isso por falta de opção. Só aos 50 anos resolvi dedicar-me ao que sempre quis: escrever, tecer tapetes e tentar pintar, ainda que sem pretensões artísticas. Os poemas fizeram sucesso, os tapetes estão por aí em muitas paredes e meus quadrinhos também enfeitam muitos lugares. Fazer arte no Brasil não é fácil para ninguém. Todo artista espera reconhecimento, pelo menos, já que dinheiro é para poucos. Esse foi o relato da Part. 4.

A Part. 5, só foi trabalhar depois de ter perdido a visão. *Fui a primeira professora cega a ingressar no magistério público do antigo Estado da Guanabara.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Trabalhei junto às Secretarias Municipal e de Saúde por 27 anos. Hoje, atuo como consultora da reabilitação da deficiência visual em um Lar e Escola e no Centro de Vida Independente- CVI do meu estado. Sou dinâmica e estou sempre envolvida com múltiplas atividades e locomover-se numa cidade agressiva como o Rio de Janeiro, tornou-se um problema.

Para a Part. 6, conforme nos relatou: *trabalho não foi problema uma vez que depois de casada e com quatro filhas não pude ir trabalhar fora. Depois que elas estavam maiores fui ajudar meu marido em um pequeno negócio, exercendo a função de caixa. Isso porque ainda tinha um pouco de visão.*

Em relação ao trabalho, a Part. 7, nos revelou: *após a formatura, exerci a profissão de psicóloga clínica durante um ano. O fato de ser psicóloga com uma trajetória de aluna especial motivou contratação para um projeto de consultoria, junto à Secretaria* Estadual de Educação. *O trabalho consistia na elaboração de um diagnóstico da situação de um centro de apoio aos alunos com deficiência visual de uma escola pública de ensino regular. Ironicamente, fui contratada pela mesma Secretaria como telefonista para trabalhar com um equipamento adaptado. Ao mesmo tempo, a pesquisa resultante da consultoria teve ampla repercussão e eu passei a atuar no âmbito da Educação Especial, fazendo das deficiências objeto de estudo e trabalho. Travei batalhas para realizar concursos públicos e para efetivar minha admissão que fora, duplamente interceptada pelos setores de saúde no Estado e no Município. Finalmente, depois de muita batalha, concentrei minhas atividades profissionais na Rede Municipal de Educação de minha cidade. Na prefeitura e fora dela, minha atuação tem sido intensa, diversificada e desafiadora. Ainda presto serviço de consultoria, ministro palestras, cursos, ações similares. Trabalhei antes de tudo isso em uma escola municipal de ensino especial para crianças com deficiência mental, autismo e outras síndromes, na qual eu me sentia deslocada e pouco à vontade por não me identificar com o projeto pedagógico e não vislumbrar uma perspectiva satisfatória para mim, nem para a escola. Atuei no CAPE- Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação- que representou uma agência de formação em serviço, na qual eu ensinava e aprendia simultaneamente. Como Presidente do Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência ocupei posição de*

liderança, o que justificou minha transferência para a secretaria Municipal de Direitos da Cidadania.

Antes de perder a visão, a Part. 8 era professora de classe comum e passou em um concurso para diretora. *Fiz um concurso para direção de escola e fui aprovada, todavia, devido à minha perda visual, não me permitiram tomar posse com a alegação de que não teria capacidade para desempenhar as funções na direção. Me propuseram readaptação, a qual eu não aceitei e ainda estou lutando pelo meus direitos de assumir a função. É uma batalha difícil de ser vencida porque alegam que não podem manter uma pessoa para me auxiliar o tempo todo na direção, por ser oneroso, e como sem esse profissional ao meu lado, fica difícil trabalhar, estou fora do cargo. Quando fiz o concurso já não enxergava bem, mas fui classificada em ótimo lugar e tinha o cargo para eu ocupar.*

Sobre a sua vida profissional, a Part. 9 relatou: *a credibilidade da possibilidade de uma vida profissional surgiu, fruto de um trabalho desenvolvido em uma pequena escola que montei no fundo de minha casa em 92, junto com duas colegas de magistério que, como eu, liam e se empolgavam com as obras publicadas por Emília Ferreiro, Ana Teberosk, Madalena Freire e outros. Em nossos estudos, analisávamos o comportamento de nossos alunos e planejávamos nossas intervenções. Encontrávamos pontos em comum entre o que líamos e a nossa prática, mas esbarrávamos em dúvidas por não termos o embasamento teórico necessário. Em 93, a prefeitura de meu município abriu inscrições para seu concurso. Incentivada por minhas colegas de trabalho, me inscrevi e obtive aprovação, entrando para rede Municipal no ano da implantação da Escola Plural em 1995. Escolhi uma escola municipal por sua localização, por conhecer alguns de seus profissionais e de ser conhecida por algumas pessoas da comunidade; confiava que estes pontos ajudariam na minha inclusão. Enquanto aguardava a convocação, fui estudando muito sobre a Escola Plural e, devido à experiência adquirida em minha pequena escola, sentia confiança e viabilidade em algumas áreas de atuação, mas me amedrontava ao me imaginar em uma sala de aula com número de alunos quatro a cinco vezes maior ao que estava acostumada em minha escola. Houve muitas dificuldades por alguns anos. Os desafios eram intensos e a maior dificuldade ainda foi conciliar o que queríamos*

e acreditávamos com o que a escola oferecia em relação ao tempo de estudo e planejamento, além de demonstrar direta ou indiretamente, a incredulidade no desenvolvimento de nosso trabalho. Hoje avalio minha trajetória profissional e percebo o quanto cresci com minhas dificuldades e buscas. Tenho me esforçado para aprender a ouvir meus alunos e ao outro em geral, assim como expressar minhas idéias ao coletivo da escola.

A Part. 10, informou: *acabei sendo contratada para trabalhar em uma entidade em que fui fazer reabilitação para a função de Auxiliar de Escritório, o que durou 5 anos. Paralelamente fiz a Faculdade de Serviço Social, e ao concluir o curso universitário, automaticamente passei a exercer a função de Assistente Social em uma Fundação, na qual estou até hoje. Antes de perder a visão eu só estudei, meus pais eram superprotetores e a gente acabava [...] eu e meu irmão que teve o mesmo problema, não fazendo nada mais que não fosse estudar.*

O trabalho é, para qualquer ser humano é fonte de sobrevivência e, por isso, todos os cidadãos, independente de terem limitação, buscam ocupações que tenham a ver com suas habilidades, sem exigir de sua limitação.

A Part.11 só buscou empregar-se depois de formada em nível superior e com especialização na área da deficiência visual e sobre isso nos relatou: *hoje, exerço função de professora PEB II de Educação, na área de deficiência visual, trabalho no Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento ao Deficiente Visual- CAP, organizo cursos de sorobã e oficinas de artes e cursos de reciclagem para professores de Sala de Recursos da Rede Estadual de Ensino. Participo de muitas atividades dando cursos e palestras. Desde que iniciei meu trabalho como professora, trabalho na mesma escola. Isso tem quase 10 anos e no CAPE desde 1994. Na escola trabalho com crianças com cegueira e, sempre procurei ter um espaço digno, orientando professores do ensino comum, mantendo-me numa sala de aula no corpo das demais salas e não nos fundos como costumam ser, exigindo que as crianças com deficiência tivessem horários de intervalo com as demais, pois só assim estariam integradas e interagindo com os colegas, porque na vida fora da escola, o convívio não é apenas entre seus iguais. Felizmente, tenho me saído muito bem nos meus dois trabalhos.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O fato de muitas das mulheres exercerem a função docente, atuando com crianças e jovens com deficiência visual, não significa que todas tenham perfil para essa profissão, todavia, implica em dizer que, devido às dificuldades em exercer outras funções, por razões distintas, as mesmas optam por esse caminho logo que se formam, porque têm acessibilidade maior. Muitas, depois de uma experiência na educação, partem para realizações em outras atividades alicerçadas na educação. Sempre foi uma profissão de muita procura por mulheres.

Para Part. 12, a relação profissional foi descrita assim: a*tuei como docente no Encontro Ecumênico de Formação de Liderança de Portadores de Deficiências, apoiado pela Universidade de Santa Cruz- UNISC; no curso de Pós- Graduação em Terapia Ocupacional; no curso de pós-graduação em* Educação Especial *módulo I e II nas disciplinas Pesquisa e Prática Pedagógica e Monografia I, Política e História dos Movimentos de Integração, Processo de Inovação Educacional, Estratégia e Instrumento; ministrei ainda as disciplinas: Didática, História da Educação, Fundamentos Básicos para Educação Especial de Cegos, atuei no setor de Orientação Educacional em uma escola estadual. Hoje, estou cuidando do meu doutoramento, atuo com o meu marido na empresa de recursos para deficientes visuais, participo de diferentes eventos nacionais e internacionais, em muitos dos quais ministro cursos e palestras e tenho algumas publicações de que você pode tomar conhecimento ao final do relato.*

Para a Part. 13, apenas estudava e há poucos anos perdeu a visão, não surgiu ainda oportunidade de um trabalho remunerado.

Durante os relatos, a Part. 14, informou: *o meu primeiro emprego veio a partir do surgimento do DOSVOX (programa que possibilita o deficiente visual a usar o computador de maneira totalmente independente, rompendo assim com a barreira da comunicação escrita). Assim que as pessoas souberam que eu estava utilizando o DOSVOX direto para escrever minha tese, e estava servindo de cobaia para o projeto onde eu aprendi muito com os professores precursores do software, veio o convite para trabalhar no IBC, no curso de DOSVOX. Trabalhei durante cinco anos nesta instituição, de 94 a 99 como contratada, onde também aprendi muito com os alunos deficientes visuais e colegas cegos e não cegos. No ano de 98, prestei*

unesp

concurso para o Estado, na área da Educação Especial, e passei. Comecei a atuar no Estado em abril de 99, onde estou até hoje, trabalhando também com deficientes visuais nas seguintes disciplinas: sistema Braille; leitura e escrita, sorobã, informática (DOSVOX). O mestrado em Educação Especial me dá muitas oportunidades de proferir palestras e cursos nesta área. Isto significa para mim um conhecimento profissional e também a possibilidade de poder levar uma mensagem positiva e eficiente com relação a deficiência visual a muitos estudantes e profissionais desta área.

A Part. 15, teve oportunidade imediata de trabalho ao concluir o curso universitário: *me surpreendi como logo conquistei meu espaço no trabalho. Quando a gente estuda e pensa em ser professor, pensa ficar muito tempo fazendo inscrições aqui e ali até conseguir uma sala. Mas comigo isso não aconteceu, antes mesmo de eu terminar o curso de pedagogia e a habilitação em Educação Especial, área da deficiência visual, já sabia do emprego e não deu outra. Fui, fiz minha inscrição e peguei a classe. Fiquei lá em uma cidade do interior do Estado de São Paulo por muitos anos, foi uma experiência incrível. Enfrentei dificuldades e barreiras e venci. Mais uma vez eu estava ficando longe de meus familiares, mas eu tinha de passar por isso e me tornar cada vez mais independente financeiramente, porque todo o tempo em que estudei minha família me manteve fora de nossa cidade. Era a minha vez de ser independente e ter meu próprio sustento. Atualmente, estou vivendo em minha cidade e tenho independência porque moro praticamente sozinha, ou seja, eu, minha irmã e uma prima e cada qual tem seu espaço e sua independência financeira. Meus pais estão mais próximos e eu posso vê-los com freqüência.*

A Part. 16, está vivendo segundo ela, as primeiras emoções do trabalho remunerado: *no momento estou trabalhando como professora substituta em uma cidade do interior do Estado São Paulo, numa classe onde os alunos são crianças também cegas em fase de alfabetização e também crianças com visão subnormal e, estou me saindo muito bem. Não tive nenhum problema com eles e estou me sentindo uma pessoa realizada, porque faz pouco tempo que eu saí da faculdade e já consegui essa substituição para eu estar sendo útil.*

Neste ano de 2002, a Part. 16 está com a direção de uma sala de crianças com deficiência visual em cidade do interior do Estado de São Paulo, e tem recebido todo apoio da escola, alunos, familiares e de toda a população. Seu trabalho já foi reconhecido quando um jornal de importante circulação da cidade, reservou-lhe a primeira página inteira para uma reportagem sobre seu trabalho, mas dessa vez não como substituta e sim como titular da sala. Vale ressaltar que a Part.16 concluiu o curso de Pedagogia e a Habilitação em Educação Especial- área da deficiência visual em meados de julho de 2001.

De todas as atividades humanas, é o trabalho que propicia ao homem os recursos necessários à sua realização pessoal porque atende as necessidades básicas de sobrevivência, de adaptação ao meio ambiente e proporciona-lhe reconhecimento de si mesmo como ser social, o que o leva a participar ativa e produtivamente no trabalho (SE/CENP,1989, p. 9).

Desde a Revolução Industrial, no século XIX, o conceito de trabalho sofreu transformação, não só pelo progresso científico e tecnológico, como também pelo próprio conhecimento do homem sobre si mesmo e, embora a visão do trabalho tenha mudado, a relação com o trabalho não, porque a própria pessoa com deficiência não reconhece o seu potencial ou suas reais possibilidades (SEE/CENP, 1989, p.9).

Com deficiência ou não, toda pessoa precisa estar preparada e qualificada para o trabalho e esta preparação visa à sondagem de aptidões, à oferta de informações sobre o mundo do trabalho e à aquisição de habilidades, hábitos e atitudes para a atividade, o que pode perfeitamente ser feito no Ensino Fundamental.

Quando a pessoa com ou sem deficiência estiver cursando o Ensino Médio, ela deverá refletir sobre o mundo do trabalho, a oferta de informações sobre a natureza das ocupações e sobre as oportunidades profissionais nos diferentes setores da economia, sobre desenvolvimento de habilidades, hábitos e atitudes para o trabalho e, por opção da escola, pode-se obter a aquisição de uma habilitação profissional.

Contribuindo com o *Ano Internacional da Pessoa Deficiente*, em 1981, a Organização Internacional do Trabalho-OIT, que já congregava, em 1989,

unesp

representantes de 145 países, direciona ações e naquele mesmo ano dedicado à pessoa com deficiência, foram adotadas algumas medidas que garantiam:

> Proteção contra formas de tratamento injusto e discriminação, direitos à educação pública gratuita e educação pré-profissional, eliminação de barreiras ambientais, adaptação de recursos auxiliares para deficientes físicos e sensoriais, bem como o direito a treinamentos, orientação e colocação profissionais (SEE/CENP, 1989, p. 11).

Em relação às leis trabalhistas, algumas ofereceram incentivos aos empregadores que reservavam vagas para as pessoas com deficiência, prevendo multas e sanções aos que não atendiam ao percentual estipulado de empregos. Os deficientes tinham direito a uma remuneração justa e decente.

Esses são processos contínuos de desenvolvimento que a escola tem condições de trabalhar, principalmente, a escola pública, que deve atender a todos os alunos, independentemente de classe social, fazendo-os compreender as relações entre as diferentes áreas e o mundo do trabalho, pois a preparação é pré-requisito essencial para o encaminhamento e colocação de alunos com deficiências em ocupações profissionais adequadas.

De posse dessas informações, este estudo se deteve na análise da situação profissional das mulheres com deficiência, de como se deu essa relação e quais as oportunidades e possibilidades de ocuparem posições profissionais para as quais tenham sido preparadas, se houve, enfim, mudança significativa em relação ao trabalho principalmente das mulheres com deficiência visual.

Muitas mulheres com deficiência querem trabalhar e, quando têm essa oportunidade, são consideradas funcionárias exemplares. No entanto, um grande número vê diante de si, fechadas as portas de acesso ao mundo do trabalho. Outras precisam lutar para conservar o emprego. Muitas são obrigadas a viver com uma ajuda mínima oferecida pelo governo em forma de pensão, ou com salários considerados miseráveis.

No trabalho, as mulheres deficientes defrontam-se com a dupla discriminação, conforme esse estudo já apontou quando tratou da mulher e, principalmente, daquelas com deficiência visual. Mesmo subordinadas mundialmente, as mulheres estão

unesp

ampliando seu acesso profissional desde o século XIX, nos setores da saúde e da educação e, de modo mais geral, no mundo do trabalho remunerado.

As mulheres têm conquistado, com muito esforço, o campo das artes plásticas e das escrituras, mas a arquitetura, a música, o campo dos saberes, a filosofia ou as matemáticas sempre têm sido hostis a elas.

Na França, as mulheres iniciaram os primeiros trabalhos na costura dos livros, em uma gráfica, função que lhes era atribuída sem maiores problemas, porque os homens achavam que o serviço não exigia muita competência; então, elas podiam realizar. A indústria gráfica também era totalmente masculina. Por esse tempo, que trabalhavam, ainda não podiam receber dinheiro, assim como os menores também não recebiam (França Ribeiro, 1995, p.38).

Na Inglaterra e na França, lembra ainda Perrot (1998) criaram-se leis (a de 1857, na Grã-Bretanha e de 1907, na França), para que as mulheres casadas pudessem receber seus salários; ainda assim, os partidários da lei se apoiaram na noção de interesse da criança, ameaçada pelo alcoolismo do pai. Caso contrário, a mulher não receberia salários.

No século XIX, o trabalho assalariado progride, sobretudo, na França, e o país realiza uma transição demográfica original, quando a natalidade baixa no século XVIII, precedendo a mortalidade que continua elevada até o final do século XIX. É um momento difícil para o país, mas o trabalho feminino progride, e às vésperas da primeira Guerra Mundial, a taxa de atividade das mulheres é de 36.2% e dos homens 66.9%; em países como a Europa, as mulheres representavam 36% da população ativa. Nesse período, ainda que o índice de atividades das mulheres casadas seja o mais alto da Europa, volta-se ao ideal vitoriano em que o pai de família é o único assalariado e a mulher, apenas dona de casa, idéia compartilhada por muitos operários franceses.

As primeiras profissões das mulheres francesas estavam ligadas à educação e à formação: professoras primárias, bibliotecárias. Antes de tudo isso, exerceram o papel de preceptora. As mulheres reinam na educação das crianças, mas a datilografia abriu-lhe a modernidade nos empregos de escritório. É a profissionalização que vem

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

chegando aos poucos, todavia, sob o controle masculino. Com as mulheres brasileiras, isso não foi muito diferente e o predomínio foi do magistério.

França Ribeiro (1995) lembra que as mulheres, desde o Período Paleolítico realizavam algumas funções que não só de mãe e esposa. Foram durante muito tempo lavradoras, organizadoras da vida coletiva e, ainda no período da Pedra Lascada, surgiram, segundo o autor, as primeiras professoras, artistas e também cientistas. Não se entende por que ainda hoje a mulher está em posição de inferioridade ao homem, se se imaginar que no ano 500 mil a 10 mil AC já fossem professoras, artistas e cientistas. Ao que parece, o processo involuiu no decorrer dos tempos.

Para as mulheres deficientes do mundo, um trabalho bem remunerado também é necessário para assegurar a sobrevivência de sua família, significando adquirir maior independência e um balanço eqüitativo do poder dentro do lar e da comunidade.

Durante a década passada, as taxas de contratação de mulheres com deficiência, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, aumentou notoriamente. Embora seja verdade que muitos homens com deficiência têm problemas para conseguir trabalho, as mulheres com deficiências enfrentam duplas barreiras: a deficiência e o sexo.

No Brasil a condição das mulheres que buscam empregos não é muito diferente que o das mulheres dos demais países. Na relação com o trabalho, porém, a igualdade entre homens e mulheres traz implícita a revisão total das atuais regras do jogo de subordinação.

Em relação à mulher com deficiência visual de que se tem notícia pela História, as brasileiras que iniciaram trabalho fora do lar foram duas: a educadora Adélia Sigaud, considerada a primeira brasileira a ler pelo método Braille, cujo pai ficou encantado ao vê-la ler com as mãos, resultando disso, no ano de 1854, a Fundação do Instituto Benjamin Constant, destinado ao ensino de crianças e jovens cegos, no qual ela também foi aluna. A outra mulher foi Alina de Brito, que ficou cega, e depois surda, e defendeu o acesso das mulheres ao ensino normal no Brasil, tendo sido precursora como professora profissional com papel destacado na difusão do ensino de cegos pelo método Braille, a exemplo de Adélia Sigaud (SCHUMAHER

unesp

e BRASIL, 2000, p. 23-33). Essas foram as duas mulheres com cegueira que iniciaram no Brasil, os primeiros movimentos em benefício das mulheres com deficiência visual, num período em que as leis também não as protegiam.

Atualmente, existem no Brasil, leis que asseguram direitos às pessoas com deficiência, mas, algumas empresas particulares alegam que não as empregam por serem lentas ou incapazes de produzir, o que revela preconceito e ganância do empregador que só quer trabalhador sem limitação para sua empresa.

Seguem-se informações constantes em leis para nos situarmos frente às questões do trabalho para as pessoas com deficiência

O Artigo 5º, parágrafo 2º, da Lei 8.112/90, garante 20% de vagas no Serviço Público Federal para pessoas com deficiência que sejam aprovadas em concurso. No Brasil inteiro, poucas pessoas com deficiência estão de fato trabalhando no serviço Público.

O Artigo 93, da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que regula benefícios previdenciários, estabelece que as empresas privadas estão obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência devidamente habilitadas e qualificadas profissionalmente, na seguinte proporção:

- Até 200 empregados----------2%
- De 201 a 500 empregados----------3%
- De 501 a 1000 empregados----------4%
- De 1.001 em diante----------5%

> § 1° A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.
>
> § 2° O Ministério do Trabalho e da previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregos e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados (SE/CENP, 1989, p. 31-32).

Essa Lei dá garantia de trabalho a homens e mulheres com deficiência e por isso, é preciso conhecê-la fazê-la valer quando surgir necessidade.

Pode-se constatar, por informações na mídia, que para pessoas com deficiência das classes menos favorecidas, mesmo tendo acesso à educação e preparação para o trabalho, a qualificação e colocação no mercado têm sido mais

unesp

difícil ainda. Por isso é que a maioria está nas as ruas vendendo bilhetes de loteria, vassouras e quinquilharias, que lhes rendem algum trocado para colaborarem no orçamento familiar.

Em vista dessas razões, Belarmino (1997) enfatiza a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena, por meio do associativismo e da política, porque assim, com representatividade e maior conhecimento político sobre seus direitos, podem reivindicar mais justiça social e dignidade. A autora tem cegueira congênita e participa em grandes movimentos por mais justiça social para as pessoas com deficiência visual.

Hoje, mesmo com grandes dificuldades, muitas mulheres com cegueira, além das participantes do estudo, estão no mercado de trabalho formal, exercendo importantes funções e habilidades, principalmente no setor educacional. Há também psicólogas escolares, advogadas, professoras universitárias, promotoras, jornalistas, empresárias, cantoras, programadoras, promotoras e senhoras da sociedade atuando no sentido de minimizar sua problemática e das demais mulheres, fato relevante a salientar neste trabalho.

Em países como a Espanha e Estados Unidos, a mulher com cegueira adquirida, não perde seu emprego, mas passa por uma readaptação porque vai exercer atividades compatíveis com sua formação acadêmica, nas quais terá eficiência e eficácia.

As mulheres brasileiras com deficiência visual, embora estejam conquistando espaço social e profissional entre outros, precisam também estar sempre bem informadas, conhecer leis que as protegem para poderem entrar em movimentos reivindicatórios, sabendo e conhecendo o que podem e devem fazer, ou seja, precisam ter noção de até onde podem chegar.

4.9 Vida afetiva e sexual

A sexualidade é um tema bastante inquietante e perturbador que, embora pareça ter sido deixado de lado, está presente e permeia as manifestações do viver de todos os seres humanos (Ribeiro de França, 2000, p. 85).

unesp

Para Navas (1987), a mulher com deficiência visual, precisa estar atenta às questões afetivas e de sexualidade conforme se percebe pelo excerto abaixo:

> A mulher cega, e as demais, que se têm por belas e 'sexys' estão deixando muito a desejar nos dias atuais, pois estão esquecendo de resguardar, ou melhor, de conservar aquele ar de magia, de mistério, conquistado pelo pudor, pelo seu charme não muito exposto; estão sim trocando tudo aquilo que as faz boas e gostosas, perante a opinião masculina, pela volubilidade. Assim procedendo, as mulheres estão dando margem ao chamado terceiro sexo, que origina a já famosa queixa feminina: há poucos homens no mundo (p. 16).

Trata-se do ponto de vista de uma mulher com deficiência visual preocupada com a questão da sexualidade e receosa da banalização dentro de uma sociedade de consumo imediatista, que não cultua mais os valores morais.

O tema, a sensualidade e a afetividade, tão polemizado pela humanidade, foi também destaque em nosso trabalho com as mulheres com deficiência visual adquirida. A seguir suas revelações:

A Part. 1 revelou: *a afetividade é um sentimento que todos precisamos nutrir pelo outro e que ela seja sempre boa e em busca de enobrecer as pessoas. Se eu não tivesse uma forte afetividade de minha família, hoje do meu marido, filhos e netos, não sei como sobreviveria e trabalharia tanto. Em relação ao sexo ou sexualidade, vejo como um sentimento também nobre e que todos devem curtir independente de sua cor ou religião. O sexo deve existir entre os casais que se querem, que se gostam e deve permanecer durante toda a vida, porque alimenta e fez bem à alma. O que não se pode é vulgarizar, banalizar como hoje a mídia propaga. A cada tempo que passa, toma novas proporções e, em cada povo, acaba tendo um significado que não o feito só pela procriação como era na antiguidade.*

Part. 2: *eu acho tudo muito natural e vejo sexualidade e afetividade ligadas. Uma leva a outra e tem então, a coisa da afetividade familiar, que aí sim, é um sentimento mais puro e não se mistura com sexualidade, agora quando se trata do homem e da mulher, deve ser cultivado com amor. Eu fui casada e nutri pelo meu marido uma bela fase de sexualidade, depois de alguns anos a gente se acomoda, mas a sexualidade não morre jamais. Agora, quanto ao ato sexual em si, esse eu*

unesp

cultivei muito também com o meu marido. Isso faz parte da vida sadia de todos os casais, casados ou não.

Em relação à afetividade familiar, meus pais sempre foram muito dedicados a mim. Já em relação ao marido não posso dizer o mesmo porque tão logo eu perdi a visão, ele me rejeitou muito e rejeita até hoje. Então, afetividade e sexualidade não existiram mais. Claro que ele não me enxotava, mas chegamos a ficar separados e, você sabe, quando há um desajuste do casal, sempre afeta a sexualidade, relatou a Part. 3 durante a entrevista.

Part. 4: *vejo que a parte afetiva é muito importante entre as pessoas e principalmente quando temos uma perda, como, por exemplo, a visão, um ente querido, é que percebemos que a relação afetiva com os familiares e com quem esteja por perto é importante. Em relação à sexualidade, vejo como muito importante também e que não deve estar ausente, numa relação entre um homem e uma mulher que se queiram, independentes de serem marido e mulher, de serem namorados. Eu sou bastante aberta a esse sentimento porque ele é indispensável para que a gente sobreviva bem, sem neuroses, sem crise. É muito importante ter um companheiro para curtir o sexo e evidentemente a sexualidade que leva a ele.*

Dizendo-se liberal em relação à sexualidade, a Part. 5 informou: *aos 16 anos tive meu primeiro namorado. Como toda garota tinha o meu namorado, bonito, moreno de olhos azuis. Seguia carreira militar. Tínhamos a mesma idade. Namoramos por 5 anos. Os pais dele foram contra nossa união, alegando que seria muito difícil para mim, cega, acompanhar um militar. Ele foi expulso de casa, enfrentou os pais, mas no final nos separamos. Foi muito importante para mim ter tido ele nessa época. Época das festinhas, cinemas, praia. Tive várias paixões. Todas marcaram a minha vida. Foram importantes e passageiras. No ano de 1978, conheci o grande amor da minha vida. Vivemos juntos por 9 anos. Era pessoa que me aceitava sem preconceito, que me admirava e tinha orgulho de mim. O grande problema é que se tratava de uma pessoa muito comprometida emocionalmente. Nesse período foi quando resolvi morar sozinha, separando-me de papai (mamãe já havia morrido). Foi o G. quem me ajudou na mudança e na adaptação da nova residência. Ele me ensinou a cozinhar, conhecer as ruas próximas, padarias,*

unesp

farmácias...Um belo dia, tomei coragem e me separei dele (nessa data ele já estava morando em S. Pedro da Aldeia). Há uns dois anos resolvi procurá-lo, saber se estava vivo e voltamos a nos falar. Eventualmente nos encontramos e nos falamos com freqüência. Continuo sonhando com um reencontro como antes. Com certeza, ele foi e ainda é a pessoa que verdadeiramente amo. Depois do G. *apaixonei-me por uma pessoa que você conheceu,* L.G. de M. *Foi outra história linda. Durou 1 ano e meio. Hoje, há 12 anos, tenho uma história com uma pessoa. Nunca amei verdadeiramente. Gosto muito dele, gosto do seu potencial intelectual, porém, não existe o que chamam de 'tesão'. É complicada esta história, gosto de falar com ele por telefone, adoro seu jeito meigo, carinhoso, delicado e inteligente de falar. É uma pessoa cega, bem sucedida e casada. A sexualidade libera a libido e faz bem a saúde de todos. Sempre curti muito essa etapa em minha vida mesmo sem nunca ter sido casada. É bom demais e é preciso ter sempre um parceiro para se curtir isso.* Terminou, dizendo: *é bom demais, menina, não é não?*

A sexualidade é vista diferente por cada pessoa, dependo de sua formação, cultura e país. Percebeu-se que, com as brasileiras, independente de idade, a sexualidade não tem o significado de reprodução e sim de prazer, de formas diferentes de se curtir uma relação afetiva mais íntima. A sexualidade passa, então, pela questão cultural de um povo.

De acordo com Chauí (1989),

> a sexualidade não se reduz aos órgãos genitais (ainda que estes possam ser privilegiados na sexualidade adulta) porque qualquer região do corpo é susceptível de prazer sexual, desde que tenha sido investida de erotismo na vida de alguém, e porque a satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital. Ela é polimorfa, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo". Portanto está submetida às interdições e transgressões, diferenciando-se de cultura e de época para época (In BRUNS, 1997, p. 3)

De acordo com a fala da Part. 7, *a sexualidade e a afetividade entre um homem e uma mulher eu sempre achei complicado, porque meu pai era uma homem conturbado, então, eu não tinha exemplo de um casamento feliz dentro de minha casa. E antes do estudante de medicina, tive alguns parceiros e depois dele também, mas com ele foi a relação amorosa mais completa. Ele foi meu primeiro homem. Que*

bom que foi com ele- que ótimo que foi com ele. Então, antes dele eu tinha muito mais dificuldades com relação homem/mulher. Eu penso que essas *dificuldades, eu colocaria [...] ela tem dois eixos que eu poderia canalizar; eu dou duas matrizes, vamos assim dizer. Acho que a dificuldade era associada à minha deficiência visual, porque eu tinha toda aquela carga de estigma. Eu associava também ao meu pai. É uma relação muito ansiogênica, muito tensa. Eu cresci dizendo a mim mesma que não me casaria, que preferia viver solteira e que se tivesse relacionamentos teria de ser diferente do meu pai. E assim, eu fui até evitando um pouco as pessoas que me procuravam. Eu tinha alguns apaixonamentos, mas não tinha coragem de me aproximar desses apaixonamentos. A verdade é esta, eu tinha dificuldade de namorar. Com o estudante de medicina foi diferente. Com ele vivi toda minha sexualidade. Mas, menina, você não vai ficar aqui querendo que eu lhe conte sobre os meus namoros e relacionamentos. Acho isso muito bom e, hoje, já quero sempre ter alguém para estar junto e curtir minha sexualidade e a dele também é claro. É muito bom e você sabe disso não é?. Nossa! Como fui falando de minhas coisas íntimas... Mas é isso aí mesmo.*

A respeito do mesmo tema, a Part. 8, mencionou: *no começo é tudo muito difícil. A gente não sabe como vai ficar a relação afetiva da gente para os demais e deles para gente, mas, felizmente, foi tudo tranqüilo depois de mais aceita a perda. Na época, eu não tinha namorado e vejo que a sexualidade pode ser inibida e abafada com o preconceito porque as pessoas ainda pensam que a mulher cega não pode transar, ter filhos e ter marido. Para os homens não é muito assim, mas para mulheres ainda é. Mesmo assim, eu curto muito a sexualidade e quero ter alguém com quem dividir isso. Tive alguns namoros e pretendo até ter alguém mais sério para curtir, mas independente de se isso leve ou não a uma relação mais duradoura, a um casamento.*

Bruns (1997) informa que existe um silêncio das mães enquanto orientadoras sexuais dos seus filhos deficientes visuais, o que não implica afirmar que por isso eles não estejam recebendo uma formação sexual. Neste sentido, o que pode vir a acontecer é que, devido à repressão sexual e à história da deficiência, a um só tempo se pode reproduzir o estigma que de deficiente visual é desinteressante, assexuado e

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

deserotização. O silêncio das mães pode revelar isso e marcar seu filho para sempre, ou pelo menos, até que alguém lhe precise outras informações nas quais ele venha a confiar, porque o tempo perdido pela ausência das explicações dos pais pode acarretar marcas em sua vida (p.7).

A Part. 9, foi bastante reservada para falar sobre sexualidade. Em relação à afetividade citou: *em minha família, apesar de toda a problemática do meu pai, não faltaram laços afetivos. Minha mãe foi sempre muito carinhosa e atenciosa, fazendo de tudo pelos filhos e sem proteger. Em relação à sexualidade, eu não tive experiências anteriores ao meu casamento e acho muito natural uma relação afetiva íntima entre marido e mulher. Isso faz parte não só da vida, como do casamento. A gente namora, se casa, tem filhos a vida sexual continua, ora com mais, ora com menos intensidade.*

A Part. 10 informou: *quando perdi a visão, não tinha namorado ou compromisso sério. Eu me relacionava mais com homens deficientes visuais por não me sentir aceita pelos homens não deficientes. Só tive um namorado que não tinha problema visual e fui eu quem terminou o relacionamento. Em 1991, comecei a namorar meu atual marido. Ele também é cego e acho que afetividade e sexualidade estão caminhando juntas entre nós e o sexo é parte de toda a vida entre um casal. Cegos com cegos, não cegos e assim por diante. Onde existir um casal vai existir sexualidade e sexo.*

Na época do acidente eu namorava, mas depois terminei. Tive vários namorados nesse período e algumas paixões, sendo umas mais duradouras, outras não. O relacionamento sexual foi com poucos. O fato de não estar com alguém não está ligado à deficiência, pois as pessoas com as quais me relacionei não tinham preconceito. Sexo e sexualidade são para serem vividos por quem os curte e todo ser humano deve saber o que é bom para ele curtir ou não. Não penso que sexo entre cegos seja extraordinário como alguns pensam. Não é preciso enxergar para se curtir alguém, para se namorar, para se transar. *Aliás, nos melhores momentos da vida, fechamos os olhos para curtir com mais plenitude,* relatou a Part. 11.

Para a Part. 12, *a sexualidade daqueles que não dispõem do referencial visão, é um tema interessantíssimo para ser estudado com profundidade. Não me refiro às*

práticas do sexo, que também fazem parte da nossa sexualidade. Sinto que fui privilegiada pela vida em ter convivido em uma escola que me oportunizou conviver com professores que foram verdadeiros educadores, o que me ajudou a viver sem a ilusão de que para nós, deficientes, o mundo é bonzinho. Tive namorados e, hoje, sou casada, tenho filhos enteados, administro meu lar e tenho problemas domésticos como todas as famílias têm. Então, sexualidade e afetividade são partes integrantes da vida de todas as pessoas, independente de elas serem ou não deficientes visuais. Todavia, é apenas em relação ao deficiente visual que as pessoas pensam que eles não têm sexualidade, que são assexuados. Nada disso, todos somos iguais com e sem desejo sexual, dependendo do momento.

Sobre o assunto em questão, a Part. 13 disse assim: *logo que perdi a visão pensei ter perdido o tesão, ou melhor, ainda, achei que iria ser muito difícil me relacionar novamente com outra pessoa, afetiva e sexualmente, pela dificuldade do primeiro contato, ou seja, o da paquera, já que não vejo mais como poderia paquerar e chegar à pessoa desejada. Mas, graças a Deus, nessa vida tudo tem solução. Percebi isto no momento em que comecei a me relacionar com pessoas cegas do IBC, que contatei que eram pessoas 'normais' e que namoravam, casavam e tinham filhos. Foi, então, que me libertei desse preconceito meu em achar que ninguém mais iria se interessar por mim só porque fiquei cega (o defeito é na visão, não no resto, o restante funciona bem). Aconteceu que um ex- namorado veio me visitar e tocou no assunto de voltarmos o namoro. Inicialmente, tive a sensação de piedade por parte dele, mas logo em seguida percebi que eu estava agindo de forma preconceituosa, porque pensava que uma pessoa que enxerga não pode se apaixonar por outra que não vê. Daí em diante foi mais uma barreira rompida. Namorei em seguida, uma pessoa cega, apesar de naquela época eu achar que tinha tudo a ver, inclusive o fato de ele ser cego. Ledo engano. O fato do parceiro também ser cego não significa que sejam iguais. Atualmente estou me relacionando com uma pessoa 9 anos mais nova do que eu. Antes, isso para mim era um problema. Mais um preconceito superado penso eu. Estou há 6 anos com ele e nos damos muito bem. Ah! Por acaso ele enxerga. Não vejo nenhum tipo de dificuldade, pois quando se ama isso faz parte e flui naturalmente. No que mais sinto dificuldade e acho que as outras*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

pessoas com deficiência visual também sentem, é, como já disse, o primeiro contato, o conhecer, o paquerar. Depois, é tudo igual. Não há diferença alguma em se tratando de sexo: a visão não interfere em nada. Por exemplo: é no escuro que as pessoas gostam de estar, é o tato um dos sentidos mais explorados, assim como o olfato e por aí vai...

A Part 14 não relatou a respeito desse item e não insistimos para que o fizesse.

A Part. 15, disse: *tive alguns namorados e a nossa relação afetiva foi ótima, mas atualmente estou sem namorado e sinto muita falta de estar com alguém. Acho que o fato de ser cega influencia e muito nessa coisa de namoro. Os homens não cegos, não querem namorar, com mulheres que não enxergam. Eu tive namorados que enxergavam e também cegos e com todos foram rápidos relacionamentos, entretanto, acho que não deveria ser assim difícil para uma mulher cega ter seus amores e liberar sua sexualidade.*

Já tive alguns namorados mais nada sério para casamento. Pretendo encontrar alguém que eu goste, a pessoa certa e que vale a pena, quero me casar. Não quero ter filhos, porque depois dos 30 anos é complicado e também a minha pessoa...é acho que não vou dar conta de cuidar de uma criança. O que eu quero é seguir a minha carreira e não como mãe. Mas em relação ao namoro de pessoas videntes [...] mulher cega com homem vidente, até namoram, mas na hora de chegar a um compromisso mais sério, a um casamento, eles querem uma mulher que cuida da casa, dando conta de tudo, que ela trabalhe e que tenha o compromisso com o lar. A maioria dos homens que enxergam acham que ela (mulher cega) precisa de cuidados. Eles até acham bonito que elas sejam independentes, mas quando se trata de um caso mais sério eles não pensam assim. Então, ainda há um preconceito em relação a isso, apesar de ter algumas mulheres que estão casadas com homem que enxerga. Uma mulher que enxerga aceita melhor um homem que não enxerga. Elas têm menos preconceito quanto a isso. Eu não sei se é pela antigüidade; o papel da mulher na sociedade. O homem ainda tem essa concepção de que a mulher tem de ser mãe, cuidar de casa e ficar dentro de casa, então eles acham que a mulher cega não dá conta disso por mais que percebam que a gente dá conta de que é capaz, nos revelou a Part. 16.

unesp

Para que as mães das meninas façam a orientação sobre a sexualidade, é preciso que elas tenham informações corretas, sem preconceitos, porque, se isso não acontecer, elas mesmas, desinformadas, não terão a sensibilidade e sinceridade para lidar com o assunto que é carregado de tabus, hipocrisias e sentimentos de culpas, quando materializados em práticas sociais que deixam seqüelas por toda uma existência. Bruns (1997) revela que devido a esses desconhecimentos e preconceitos, está nosso próprio constrangimento em tocar o corpo, que em geral só é percebido pela dor, pelo desconforto e pelo desprazer.

A autora finaliza dizendo:

> Ao lançar um olhar sobre a essa trajetória, desde os idos tempos dos deficientes à fala velada da sexualidade, vê-se que é preciso retirar a viseira estigmatizadora que permeia a relação entre os dotados de visão e os portadores de deficiência visual, uma vez que o 'dialogo do silêncio' assinalou e demarcou sérias e profundas dificuldades das mães ao abordar assuntos relacionados ao sexo. Nota-se que as barreiras ocorrem porque as mães não sabiam o que falar, em termos de informação, o que, por si só, favorece o silenciamento. Mas a moral repressora que habita os recônditos do nosso ser encarrega-se de marcar, com distanciamento e vergonha, uma relação que poderia vir a ser de esclarecimento, aproximação, compreensão e autenticidade (p. 8).

4.10 Preconceito, discriminação, rejeição, estigma

Preconceito: idéia preconcebida. Suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos e religiões. O dicionário não especifica o preconceito em relação às pessoas com deficiência, mas como se trata de intolerância, é possível relacioná-lo ao tidos pelas pessoas diferentes. É intolerável tê-los entre cidadãos comuns, normais, próximos a atender aos padrões exigidos pela sociedade.

Discriminação: ato ou efeito de discriminar. Tratamento preconceituoso dado a certas categorias sociais, raciais, etc. Aqui fica mais evidente porque diz ser ato preconceituoso que alguns nutrem por outros.

Rejeição: lançar fora, refugar, afastar de si, repelir, repudiar. Aí as coisas começam a ter mais sentido. Tudo que eu rejeito é porque estou discriminando com os meus preconceitos, valores enganosos e crenças errôneas.

unesp

Estigma: cicatriz, sinal. Aqui, considero que possamos fechar o pensamento construído por definições de palavras que levam a uma única finalidade: excluir do nosso convívio os diferentes, seja empregando definições como refúgio ou explicação para o não explicável (FERREIRA, 1998).

Com isso, na seqüência do trabalho, vamos verificar, por meio dos relatos, o que as mulheres com deficiência pensam a respeito do mesmo assunto.

A Part. 1 relatou que o primeiro gesto preconceituoso que sofreu foi por parte de professores que diziam: *como é que uma moça, uma aluna tão diferente, poderia ser colocada numa escola para dar aula. Afirmavam que eu me sentiria muito infeliz e muito frustrada...O cego pode ficar frustrado por situações ambientais pouco favoráveis. Quantos alunos videntes, por razões outras, não se sentem também frustrados? Outras pessoas não agiram dessa forma e entre as amigas eu sempre encontrei mais apoio que diferença por eu não enxergar. Sempre fui bem sucedida, organizada e entrosava com muita facilidade com as pessoas, mas sei que existe muito preconceito e que, muitas vezes, a reação é mais velada, outras nem tanto, todavia, ainda não a senti tão evidente*.

Enquanto pesquisadora e autora deste trabalho, e pelo relacionamento de amizade com a Part. 1, não me recordo de ouvi-la dizer sobre discriminação. Talvez porque ela se preocupe em estudar, em atender as pessoas com mais necessidades que ela mesma não tenha tempo para pensar nisso.

Para a Part. 2: *o preconceito, rejeição, estigma e discriminação já nasceram de minha família, fossem os pais, tios ou primos. Com os meus irmãos isso não ficou evidente, pois eles me ajudaram muito e a minha irmã casada possibilitou que o marido dela colaborasse comigo em tudo no que fosse possível. Durante toda a minha trajetória de vida até hoje, fui muito discriminada e em diferentes situações: na escola primária, no ginásio, na faculdade, no trabalho, na vida social. O preconceito era tão forte que quando não me discriminavam, eu já achava que estavam me enganando. Mas, com o tempo e com a minha demonstração de capacidade, de esforço, fui adquirindo mais confiança em mim e isso já não me prostrava mais, ao contrário, a cada gesto de rejeição eu comprovava meu potencial e ganhava espaço, sem grandes discussões ou brigas. Mas o preconceito existe sim e*

unesp

é muito forte, agora, depende de cada um e de sua reação para ir eliminando-o aos poucos. O mundo jamais viverá sem ele, mas as pessoas podem minimizá-lo para não sofrer e parar sua vida por ele. O interessante é que minha mãe, por exemplo, mesmo rejeitando, fazia de um tudo para eu conquistar as coisas.

O preconceito dos amigos e familiares era muito grande. Não se podia falar que não enxergava. Era um tabu. Essas são as palavras da Part. 3; *eu tenho preconceito até hoje. Já melhorei bem e a minha família também, mas, ainda há muito rejeição e principalmente pela sociedade, e por mais que a pessoa com deficiência visual faça, mais ela discrimina achando que são poderes sobrenaturais. Eu ainda me sinto bem rejeitada pelos meus filhos e marido. Bem menos que anos atrás, mas, ainda muito e isso talvez siga comigo por mais que eu seja uma mulher que cuida bem da casa e de todos eles.*

A Part. 4, mesmo morando em uma grande capital, com muitos recursos e serviços para pessoas com deficiência visual, disse: *o século mal começou, mas os preconceitos são os mesmos. Provavelmente será assim por muito tempo. Falta de informação, idéias falsas alimentadas por décadas, paternalismo, etc, não são removidos de uma sociedade num passe de mágica. A mídia, por exemplo, poderia ser uma aliada preciosa na desmistificação da deficiência, mas na maioria dos casos, ela reforça preconceitos, especialmente quando mostra personagens de filmes e novelas calcados no que se imagina ser a realidade de um deficiente.*

Também residindo em uma capital modema, na qual as pessoas se dizem sem preconceito e sem se dar conta da vida alheia, a Part. 5, disse: *não adianta não, o preconceito existe e fortemente arraigado nos brasileiros principalmente. Em outros países, a gente não percebe isso, talvez porque a gente não more lá, mas aqui é muito. Tem-se preconceito pelos óculos escuros, pela bengala, pelo cão- guia e por tudo que nos diz respeito. Eu sei disso, mas continuo a minha vida. Não posso dar atenção a isso. As coisas estão mudando, eu percebo isso, mas está longe o dia que isso vai acabar. Comigo as mais marcantes foram: a primeira, quando eu quis ser normalista, e a escola normalista não aceitava pessoas com deficiência; a segunda foi à busca por uma academia. E assim sucessivamente. Dizer que preconceito não existe é mentira. Inclusive eu sou preconceituosa. O preconceito faz parte do homem*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

e do mundo. Ele jamais desaparecerá. O que podemos melhorar são os relacionamentos entre as diferenças.

Não revelando muito sobre preconceito e discriminação a não ser pelo sofrido quando criança, a Part. 9, contou-nos: *eu é que tinha muita insegurança e pensava que, por causa do preconceito das pessoas, eu não venceria em nada. Aí estou hoje, trabalhando com crianças que enxergam e alfabetizando-as graças a ter adquirido confiança em meu trabalho. Logo que comecei a trabalhar, algumas pessoas queriam que eu desistisse e fosse para sala de recursos lidar com crianças cegas, mas eu não queria isso e fui vencendo barreiras e crescendo com esses alunos, criando alternativas de fazer tudo ser muito atraente para eles e para mim. Com isso os familiares e a escola não fizeram nenhuma rejeição do meu trabalho e, principalmente, da metodologia, porque os resultados são evidentemente positivos.*

Para a Part. 10 [...] *o preconceito, discriminação e estigma existem e sempre vão existir. O que muda é a nossa forma de lidar com nossa deficiência. Com a experiência e maturidade eu fui aprendendo a me dar valor e conhecer meu potencial, deixando de me preocupar tanto com o que os outros pensam ou falam.*

A Part. 11, disse: *eu sempre fui muito atirada, nunca tive medo de críticas, pois elas me ajudam a crescer e nem por isso podemos dizer que o preconceito não existe, mas nós podemos mudar essa situação com o nosso modo de ser. A aceitação da deficiência é o primeiro passo.* Em momentos de descontração, a Part. 1 revelou fatos curiosos sobre o preconceito que sofria logo após perder a visão. Disse-nos certa vez: *As pessoas de um clube de uma cidadezinha do interior de São Paulo não acreditavam que eu pudesse brincar carnaval. Como uma pessoa cega, pode brincar sem enxergar? Então, eu dizia a essas pessoas: 'Mas eu sou cega dos olhos e não das pernas'. E coisas neste sentido aconteceram muitas vezes e acontecem até hoje, por falta de informação. Por isso, aceitar a deficiência é um grande passo para não ser discriminada.*

Reconheço que durante a nossa existência teremos de conviver com essa marca indelével do estigma e do preconceito. A essência humana me parece abrigar esses valores com os quais precisamos aprender a lidar. Devemos assumi-los e administrá-los da melhor forma, quando se tratar dos nossos próprios preconceitos

unesp

e aprender a aceitá-los, quando se tratar dos preconceitos alheios. Esse foi o depoimento da Part. 12.

A Part. 13, iniciou sua fala da seguinte forma: *preconceito, discriminação? Existe ou não existe? Pergunta esta que não se cala. Bem, é claro que já devo ter sofrido algum tipo de discriminação, mas deve ter sido irrelevante que nem me lembro. Acho até que não estou preocupada com isto. Quando este tipo de coisa acontece, eu levo logo para o lado da ignorância, ou seja, falta de conhecimento da pessoa ou grupo que está tendo esta atitude. Se possível, com jeitinho, tento demonstrar com exemplos positivos, que são melhores do que as palavras, assim as pessoas passam a nos entender melhor e também a nos respeitar como um ser humano 'normal'. Nós, deficientes visuais, temos uma parcela de culpa neste processo. O deficiente visual tem uma característica introspectiva, meio desconfiada, talvez pelo fato de não poder ver a expressão do outro. Daí gera todo este preconceito, que ainda perdura. Se as pessoas cegas ou não cegas se 'desarmassem', o relacionamento humano seria muito mais agradável, principalmente para o deficiente visual que necessita da ajuda do outro e não ficar pensando que o 'vidente' é uma espécie de adversário e que temos que superar sempre para podermos demonstrar superioridade.*

O preconceito para a Part. 14 existe sim. *Embora eu saiba e sofra esse sentimento, não venho dando muita importância a ele. Antes de entrar como voluntária de uma entidade, eu até me sentia mal com isso. Hoje, lidando com muitas pessoas que enxergam e outras não, fui me acostumando e percebo que nós, deficientes, temos muito mais a fazer para modificar tudo isso.*

Sobre o assunto a Part. 15, revelou: *nossa! Isso ainda está muito presente em mim. Foram muitas situações vivenciadas em que tinha, o tempo todo que provar que era boa aluna, boa amiga, boa professora, boa namorada e assim, o tempo todo, para que ao final nem todos pensassem da mesma forma. Então, penso que o negócio e ir vivendo, estudando, trabalhando e me tornando uma pessoa produtiva. Assim vou sobreviver com dignidade e cada vez mais, mesmo sem querer, vou mostrando a toda sociedade excludente que, tanto eu como outras mulheres,*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

principalmente as com deficiência visual, têm competência e eficiência em suas diferentes funções em qualquer âmbito da vida.

Para a Part.16 [...] *o preconceito existe sim e vai existir sempre. Os próprios deficientes têm preconceito em relação aos outros. Imagine quem não é. Para mim, de uma forma em geral, as mulheres são menos preconceituosas que os homens, mas que são, são, e como isso ainda é forte. Recentemente, ao ir procurar trabalho em uma cidade vizinha à minha, fiquei meio sem saber como agir e ainda mais sem saber se a pessoa agiu por preconceito ou porque tipo de preconceito em relação a mim. Fui tomar um lanche e quando fui pagar um senhor havia pago. Relutei quis saber quem era e porque havia feito aquilo, mas não obtive resposta. Então pensei: será que foi por pura gentileza? Algum sentimento escuso? Será que foi por piedade, pensando que cego não tem dinheiro para comer? Nesse misto, eu fiquei até hoje, porque não tive resposta. Uma outra situação foi quando um médico, ao fazer a perícia para que eu pegasse uma substituição em sala de recursos, quis afirmar que eu era inapta. Fiquei danada e fiz ele ver que não era nada disso e deu tudo certo. Mas é assim, a gente tem de estar provando a toda hora que é capaz. Igualzinho a outras pessoas sem deficiência.*

Todas as participantes deste estudo relataram que sofrem devido ao estigma, preconceito e discriminação. Então, por essa razão, resolveu-se tratar desse assunto.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias (Goffman,1982, p.14).

São os ambientes sociais que estabelecem as categorias de pessoas que têm possibilidade de fazer parte deles. Por isso, quando somos apresentados a alguém, o primeiro olhar é o do status social, da identidade social, porque nele é que encontramos os atributos como honestidade. A partir daí, detectou-se o atributo ocupação.

Devido a essas concepções, o discurso de mérito em relação, a ser ou não válido, é que transformamos nossas expectativas normativas, em exigências apresentadas de forma rigorosa.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Quando temos um estranho à nossa frente, podem, afirma Goffman (1982), surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente dos outros que se encontram em categorias em que pudesse ser incluído. Esse estranho, então, torna-se uma espécie menos desejável e, vendo por um lado bem drástico, extremado, uma pessoa, totalmente má, perigosa ou fraca. Nesse momento nasceram o preconceito, a discriminação e a rejeição. Se essa diferença for muito evidenciada temos o estigma, lembrando que muitas vezes ele é considerado uma fraqueza, uma desvantagem. É a discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Estigma, portanto, é usado como referência a um atributo profundamente depreciativo. Na realidade o que é preciso, é uma linguagem de relações e não de atributos. Para melhor entendimento de tudo isso, Goffman (1982) enfatiza que: *Estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre o atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que, em quase toda a nossa sociedade, levam a descrédito (p. 13).*

Goffman, em sua obra Estigma (1982), deixa claro que:

> O termo estigma e seus sinônimos ocultam uma dupla perspectiva. Assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então, que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro lida-se com a condição do *desacreditado,* no segundo com a do *desacreditável.* Em qualquer situação os dois casos quase sempre permanecem unidos (p. 14).

No século XXI, encontra-se quem ainda pense que as pessoas estigmatizadas não sejam totalmente humanas, fato de que decorrem os inúmeros tipos de preconceitos, discriminações, por meio dos quais nos afastamos dos diferentes, tendemos a inferir-lhes uma série de imperfeições diante da limitação original e, como se não bastasse tudo isso, ainda lhes atribuímos um sexto sentido ou percepções. Cite-se, por exemplo, o caso de uma mulher cega solicitada para examinar um perfume porque, presumivelmente, teria um olfato mais aguçado.

A pessoa estigmatizada pode tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, esforçando-se para dominar áreas de atividades, em geral tidas como fechadas por motivos circunstanciais, às pessoas que tenham a sua limitação.

unesp

Goffman (1982) ilustra isso com o exemplo do aleijado que aprende ou reaprende a nadar, montar, jogar tênis ou pilotar aviões, ou pelo cego que se torna perito em esquiar e mesmo em escalar montanhas. Muitos dirão que ele tem o 'Dom' ou então que, por não enxergar, não tem noção de perigo. Ele nunca será um atleta radical como os demais (p. 20).

Essas pessoas podem ter, segundo o autor, um aprendizado torturado, ligado ao mau desempenho do que aprendeu, como quando um cadeirante consegue levar uma jovem a um salão de baile, numa espécie de arremedo de uma dança. Acrescenta ainda que o estigmatizado pode vir a reafirmar a limitação dos normais, como sugere uma pessoa cega:

> Isso levaria imediatamente a se pensar que há muitos acontecimentos que podem diminuir a satisfação de viver de maneira muito mais afetiva do que a cegueira. Esse pensamento é inteiramente saudável. Desse ponto de vista, podemos perceber, por exemplo que um defeito como a incapacidade de aceitar amor humano, que pode diminuir o prazer de viver até quase esgotá-lo, é muito mais trágico do que a cegueira. Mas é pouco comum que o homem com tal doença chegue a aperceber-se dela e, portanto, a ter pena de si mesmo (Goffman, 1982, p.21).

Um indivíduo estigmatizado pode sentir-se inseguro em relação à forma como as pessoas normais o identificarão e o receberão. Um pesquisador da incapacidade física citou a esse respeito:

> Para a pessoa inabilitada, a incerteza quanto ao status, somada à insegurança em relação ao emprego, prevalece sobre uma ampla gama de interações sociais. O cego, o doente, o surdo, o aleijado nunca podem estar seguros sobre qual será a atitude de um novo conhecido, se ele será receptivo ou não, até que se estabeleça o contato. É exatamente essa a posição do adolescente, do negro, do de pele clara, do imigrante de segunda geração, da pessoa em situação de mobilidade social e da mulher que entrou numa ocupação predominantemente masculina (p. 23).

Assim, o estigmatizado vai sempre tendo a sensação de não saber o que o outro vai pensar dele. Além disso, pode acontecer que, durante contatos com os ditos normais, o estigmatizado sinta que está em exibição e dirija a sua autoconsciência e controle sobre o que está causando sua conduta supondo que os outros não conseguem entender, nem alcançar.

Uma pessoa cega, descrita por Goffman (1982), fornece outro exemplo:

unesp

> Seus atos mais usuais de outrora; andar indiferentemente na rua, colocar ervilhas no prato, acender um cigarro- não são mais comuns. Ele torna-se uma pessoa diferente. Se ele os desempenha com destreza e segurança, provoca o mesmo tipo de admiração inspirado por um mágico que tira coelhos da cartola (Goffman, 1982, p. 24).

Outros erros incidentais podem ocorrer e podem ser interpretados como expressão do seu atributo diferencial estigmatizado, afirma Goffman (p.24).

Com o estigma, vêm o preconceito e a discriminação, que afastam mais o indivíduo da sociedade e mesmo de sua comunidade de bairro, por exemplo, pois a vida cotidiana é plena de preconceitos.

Os preconceitos são comportamentos adquiridos, aprendidos e, em geral, têm muitas ramificações que afetam não somente as pessoas com deficiência, mas também suas famílias, seus grupos de referência, sua vida escolar, seu trabalho, além de sua própria comunidade. Uma pessoa com deficiência quando vítima de um comportamento preconceituoso, percebe-se negativamente diferente em seu meio. Em conseqüência disso, um problema que poderia até ser minimizado na vida de qualquer pessoa acaba fazendo com que ela tenha uma percepção também diferente do mundo.

Silva (1993) diz que:

> Pessoas com deficiência, que vivenciam desagradáveis situações conseqüentes a atitudes de preconceito, aprendem a desconfiar dos outros, e até mesmo de si próprias, tornando-se, via de regra, introvertidas e muitas vezes mal adaptadas às situações normais de vida. Os pais e demais parentes de pessoas com deficiência percebem-se também diferentes pelos mesmos motivos, aumentados por um natural sentimento de solidariedade (p. 31).

Segundo o autor a discriminação e o preconceito são quase sinônimos visto que, quando se discrimina, tem-se também um tratamento preconceituoso:

> Em um grupo especial, a pessoa com deficiência poderá sentir-se protegida, mas se ela não pode deixar de se ressentir de quando em quando, de pertencer a um grupo minoritário, que em geral, é vítima de atitudes discriminatórias e, muitas vezes preconceituosa, como só acontece com pessoas pertencentes a qualquer outro grupo minoritário existente em qualquer sociedade (Silva, 1993, p.32).

O preconceito e a desinformação levam as pessoas a enxergarem a outra com deficiência e a deficiência de uma forma quase sempre distorcida. Ou elas são vistas

unesp

como dignas de piedade, incapazes de participar e de conviver, ou então são vistas como super- heróis.

Se a pessoa com deficiência trabalhar, estudar, se casar, tiver filhos, enfim, levar uma vida como a daquelas sem deficiências, muitas pessoas se espantam e a consideram um ser extraordinário e até mesmo podem considerá-la superior a outra pessoa com deficiência.

A própria pessoa com deficiência acaba assumindo uma imagem preconceituosa de si mesma, quando não se vê como uma pessoa comum, isto é, quando ela não reconhece seu potencial e só enxerga sua limitação.

O preconceito está presente nas mais diversas situações: no convívio com pessoas comum e sem limitação, no lazer, nos meios de comunicação, na escola, na hora de votar, no trabalho, no namoro, casamento, etc.

Para Heller (1996) a vida cotidiana é a vida de todo homem e dela fazem parte a espontaneidade, o probabilismo, o pragmatismo, que é unidade de pensamento e ação, a imitação, o economicismo, os precedentes, os juízos provisórios e a ultrageneralização e, se o homem não conseguir modificar, transformar e se infiltrar no cotidiano, viverá apenas no campo das idéias de alguns indivíduos, sem nenhuma repercussão e sem mesmo existir para a imensa maioria.

Para a autora, o preconceito é categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. A crença no preconceito é cômoda, porque nos protege de conflitos e confirma nossas ações anteriores (In: COLLARES e MOYSÉS, 1996, p. 23-25).

Como se percebe, o preconceito, o estigma e a discriminação caminham lado a lado para provocar a exclusão dos diferentes que, segundo Sawaia (2001), pode ser perversa, principalmente porque é um tema atual, usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento, porém, pouco preciso e dúbio do ponto de vista ideológico.

Para autora esse conceito,

> permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo sem (less), até a de injustiça e exploração social. Um 'conceito mala ou bonde', como falam Morin e Castel, que carrega qualquer fenômeno social e que provoca consensos, sem que se saiba ao certo o significado que está em jogo. Este caráter ambíguo

> tem levado muitos pesquisadores a propor sua substituição por outros mais precisos (SAWAIA, 2001, p. 7).

A cada ano, a cada século, a humanidade vai elaborando conceitos e atitudes para afastar do seu convívio as pessoas diferentes e, por mais que se discutam essas questões, o que se percebe é que exclusão, discriminação, preconceito são parte da cotidianeidade do homem sempre existirão, por mais que se lute contra eles.

A discriminação também pode englobar o assédio sexual traduzido no trabalho por tapinhas nas nádegas, observações relacionadas às limitações funcionais, do tipo 'lá vem a manca'. Ou então, frases do tipo ' você está certa de que pode fazer isso sozinha, minha cara'. Quer que eu faça por você? Sei que pessoas como você se cansam depressa (SAWAIA, 2001, p.24).

4.11 Reabilitação e adaptação à nova vida

É imprescindível que se tenha clareza de que qualquer pessoa somente será de fato reabilitada na medida em que for incentivada a participar plenamente de todas as decisões, que envolva o seu processo de reabilitação (CRESPO, 2000, s/p). Por essa importância é que o item está presente neste estudo.

A Educação Especial e a reabilitação, para Part. 1 são *essencialmente trabalho de equipe e não apenas uma junção de diferentes técnicos. Exige uma unidade de pensamento e ação conjunta.* Portanto, afirma a Part. 1, *reabilitação, é o processo através do qual o indivíduo utiliza todo o seu potencial e desenvolve sua capacidade, enfrenta suas deficiências e os aspectos que não podem ser mudados. Enfrenta a realidade da cegueira, mas, aprende a encarar a vida, contando com suas capacidades e reconhecendo sua limitação.* E foi com esse pensamento que ela buscou sua reabilitação logo que perdeu a visão.

Sempre que se fala em reabilitação, é preciso diferenciá-la da habilitação, pois uma criança cega, por exemplo, não se reabilita. Ela é habilitada na escola e em casa para viver como criança cega, mas a pessoa que perdeu a visão depois, quando jovem ou mesmo adulta, é que passa pelo processo de reabilitação, ou seja, vai reaprender a fazer atividades que antes fazia enxergando. Ele precisa fazer parte do

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

processo para voltar a ter independência, reformulando seu comportamento e as suas habilidades.

A Part. 1 nos informou que, quando perdeu a visão, o primeiro passo de sua reabilitação, foi aprender o braille: *para minha mãe era muito difícil aceitar que eu tivesse que aprender o sistema Braille. Um dia uma amiga de mamãe tocou no assunto e mamãe ficou muito triste, porque aquilo significava a aceitação da cegueira definitiva. Quando minha madrinha conversou com mamãe, resolvi que queria aprender o braille. É interessante que, até hoje, eu tenha medo de errar. Sei que senti naquela hora medo de não ser capaz de aprender o sistema Braille. Era uma novidade, não sabia o que era nem me haviam dito como era. Depois foram as aulas de piano. Decorei o código da musicografia braille e recomecei a estudar piano, tendo uma professora que ditava as músicas e eu transcrevia em braille. Primeiro a mão direita e depois a esquerda. Decorei desta forma* exercícios e música. *Cheguei até a tocar umas peças de Chopin, Lizt e Bach. E assim as coisas foram acontecendo. Foram os idiomas, a tapeçaria, a bolsa de estudo no exterior e isso me levou a uma certa independência.* A Part. 1 nunca usou a bengala, embora tenha realizado a orientação e mobilidade e diga em suas apresentações sobre a importância de se ter locomoção independente.

Quanto à adaptação à nova vida, ela revelou: *não foi fácil, porque não é fácil aceitar a perda, mas, em meio a tantas oportunidades de estudar no exterior, de aprender vários idiomas, de estudar música, fui logo sendo tudo mais ajustável, e eu fui tendo meu espaço como professora, mãe, esposa, avó em meu trabalho com outras pessoas com deficiência visual do Brasil e do mundo. Foram períodos difíceis que foram sendo vencidos um a um, com o apoio da minha família, e depois do meu marido, tudo foi tomando seu lugar e aprendi a ser feliz.*

A respeito da reabilitação, a Part. 2, reconhece: *eu ainda não havia me acostumado com a idéia de ser cega e as pessoas que me acompanhavam não sabiam me conduzir. Então, sofri muito para entrar numa condução: entrar, subir e descer num bonde...Foi uma fase muito triste e muito difícil. Cansada e já sem esperança de voltar a enxergar e mesmo procurando a cura, resolvi viver a vida como Deus quisesse e então, fui fazer também a reabilitação no Hospital das*

Clínicas em São Paulo, no 2º andar e foi uma fase muito boa, um aprendizado muito grande, porque me foi dada a oportunidade de fazer locomoção, fazer uso da bengala e também de recordar todos os trabalhos que eu aprendi na minha infância e no ginásio. Então, eu consegui fazer todos os trabalhos de agulha e aprender mais alguns. Graças a isso e a minha vontade de aprender, de ser independente é que fui conhecendo mais coisas e cursos e fui conquistando meu espaço e minha independência.

Quanto à nova vida depois da perda visual, ela revelou: *foram muitos os momentos difíceis: a não aceitação da família, dos parentes mais próximos, dos amigos, mas eu nunca desisti e lutei muito para provar a mim mesma e a todos que era capaz. Fiz uma infinidade de cursos e nunca deixei de acreditar que podia, assim como sempre acredito que meus alunos podem e deviam fazer uma infinidade de coisas. Minha vida teve muitos momentos bons. Eu diria mesmo que longos períodos bons e os ruins eu ia tirando, resolvendo sempre com muita esperança. Hoje, sou uma pessoa feliz, que tem muitos amigos e que ainda presto serviços a quem necessita.*

A Part. 3 perdeu a visão há 25 anos e não procurou nenhuma forma de reabilitação imediatamente. Segundo informou, *o trauma foi tão grande que não se pensou em nada que não fosse o desespero, a procura por médicos, o desajuste familiar, entre outras coisas. Hoje, penso que deveria ter feito alguma coisa. Só mais tarde fui aprender o braille, mas não me familiarizei e não uso. Não quis e não quero saber de usar bengala. Acho que outras coisas eu poderia ter feito e estou até arriscando aprender informática, mas acho que já é tarde para mim.*

Sobre o que mudou em sua vida informa: *mudou tudo. Foi um terremoto que aos poucos as coisas foram voltando e não posso dizer que ao normal, que tudo ficou bem, porque não ficou e é muito difícil a vida para uma pessoa que não enxerga e por isso, tento na Associação fazer alguma coisa pelas pessoas com deficiência visual. Também hoje quero entender mais sobre tudo. Eu não sabia nada mesmo. Agora, com você e com os professores de uma escola que tem sala de recursos, é que estou conhecendo mais, porque é muito chato quando alguém*

pergunta alguma coisa e eu não sei responder. Quero entender as leis e não ficar sem resposta diante de perguntas.

Para a Part. 4, a reabilitação começou em casa quando ainda tinha um mínimo de visão, mas, como tinha informação de que a poderia perder totalmente e revelou: *para que eu não ficasse sem fazer nada, recebi de meus pais, toda a sorte de jogos e brinquedos que estivessem ao alcance de minha pouca visão. Pintei aquarelas, fiz milhares de recortes, fiz colchas de retalhos, roupas de bonecas, tive muitos caleidoscópios (é um objeto cilíndrico, que no fundo tem pedaços, fragmentos de vidros coloridos, que refletem um jogo de espelhos que produz infinitas combinações de imagens). Isso foi de imensa importância mais tarde, quando decidi experimentar trabalhar com cores e formas. Fui buscando apenas em minha memória essas coisas. Aos 14 anos aprendi o braille em uma escola em São Paulo-capital, e aos 16 fui para o IBC, onde estudei por 6 anos. No ano de 1968, tornei-me professora do IBC, pois com a reabilitação estava pronta para enfrentar uma nova vida, agora já completamente cega. A vida lá foi até fácil e me deu oportunidade de descobrir minha potencialidade, porque dela dependeria e muito para minha nova vida.*

Estudando em uma escola para pessoas normais, a Part. 5 se viu obrigada a ter de mudar para o IBC e relatou: *fiquei hospitalizada meses e voltando para casa imediatamente comecei a estudar o braille. A mudança foi grande, mas foi no IBC que aprendi a viver como pessoa cega, no convívio diário com novos amigos também cegos, fazendo reabilitação. Continuei meus estudos me reabilitando: aprendi Orientação e Mobilidade, andando com a bengala com independência e mais tarde acabei optando por estar na reabilitação das pessoas com deficiência visual. A nova vida foi de difícil adaptação. Tive de reaprender a andar, escrever, ler e a vestir usando a lembrança das cores para a escolha e sempre tive medo de estar nas ruas e de enfrentar as dificuldades. A bengala não era suficiente pra eu me sentir segura e por isso resolvi passar por mais um processo de reabilitação; queria um cão-guia e fui buscar possibilidades para adquiri-lo e, com ele, nova mudança de vida, de hábito, mas que me deu mais confiança, segurança de andar*

por todos os lugares, não deixando o trabalho, não perdendo eventos no Brasil e fora, desde que houvesse possibilidade de eu estar indo com o meu cão.

Nem todas as pessoas que perdem a visão fazem sua reabilitação em centros especializados. Em geral, devido à deficiência desses centros, a pessoa faz uma ou outra atividade nas escolas ou em instituições que supram algumas de suas necessidades.

Ribas (1985), contraria essa afirmação quando revela que nos poucos centros de reabilitação do Brasil, sobram vagas por faltas de pessoas à procura de reabilitação.

Nos anos em que Ribas (1985) e Profeta (1994) afirmaram a ausência de centros ou de pessoas para reabilitar-se, houve muitas transformações e, hoje, ano 2002, sabe-se que o número de serviço vem aumentando sensivelmente devido à demanda.

A Part. 7, que também tinha problemas visuais desde menina, foi tendo algumas atividades de reabilitação independente de programação ou mesmo de conhecer que aquilo fizesse parte de sua reabilitação. *Casualmente, deparei com uma lupa manual e esférica que aumentava o tamanho das letras e usei várias destas lentes até que se tornaram inúteis com a perda definitiva da visão. A conjugação de óculos e lupa, despertava ainda mais a curiosidade das pessoas. Logo ganhei uma máquina de datilografia e continuei me reabilitando, usando também o gravador e tendo sempre apoio de um voluntário ou contratado. Esgotadas todas as alternativas de apoio e busca pela cura na medicina, decidi fazer um treinamento de orientação e mobilidade para aprender o manejo da bengala. Ao mesmo tempo, aprendi a ler e escrever por meio do sistema* Braille. *Troquei a datilografia pelo computador, o que representou um novo aprendizado. Hoje, com os sintetizadores de vozes, tenho a possibilidade de acionar correio eletrônico, navegar na internet de forma autônoma. A bengala e o braille, tal como as lentes e as lupas, constituem alvo de curiosidade, comentários e interpelações por vezes invasivas e desconcertantes. Fui tentada por uma amiga a deixar a bengala e a usar as pessoas para me locomover, o que foi uma experiência difícil, pois não conseguíamos entrar em entendimento. Retornei à bengala e hoje percebo*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

que a solidariedade anônima é surpreendente e reveladora dos mais grotescos aos mais requintados gestos que se manifestam nas ruas, dentro dos ônibus e em outros ambientes nos quais as pessoas hesitam ao se aproximarem.

A Orientação e Mobilidade (O e M) proporcionam independência a todas as pessoas com deficiência visual, porque é um processo que envolve várias lições planejadas que a pessoa vai aprendendo gradativamente. Como parte da reabilitação, a O e M geram expectativas nas pessoas que dela necessitam e por isso devem ser ensinadas respeitando-se inclusive as diferenças individuais e as experiências de vida de cada um.

O e M vão dar segurança à pessoa e para isso existem vários caminhos a serem seguidos em uma relação de confiança entre orientador e orientando. A certeza da segurança e da confiabilidade no orientador, leva o orientando a seguir adiante e a querer vencer mais desafios. Ele, por meio das lições, vai percebendo que seu orientador não o deixa em situações de perigo ou constrangimentos.

Para uma boa aprendizagem em O e M, é necessário que os aspectos cognitivos, psicomotores e emocionais sejam observados.

O e M têm ainda um importante papel na conquista da cidadania da pessoa com deficiência visual, ou seja, a independência do ir e vir, participando e usufruindo dos direitos civis, sociais e políticos de um estado, é direito de todo o cidadão consciente de suas responsabilidades (PROFETA, 2002, xerox)

A Part. 8, não demorou muito a iniciar sua reabilitação após perder a visão. Ela nos informa que: *Passada a fase mais difícil da perda visual, minha família me deu todo o apoio e eu fui ao Rio de Janeiro e mais precisamente ao IBC, onde passei por todo o processo de reabilitação e formação, para também atuar com pessoas com deficiência visual. Lá aprendi o braille, orientação e mobilidade, atividades da vida diária, além de disciplinas que me deram segurança e conhecimento sobre as potencialidades e limitações da pessoa com deficiência visual. Graças a esses cursos, me tornei uma pessoa segura e depois fui ao interior de São Paulo, Marília, fazer também mais um atividade em forma de curso, que foi o de lidar com sintetizador de voz- Virtual Vision. Antes, eu já havia aprendido a lidar com outro sintetizador que é o DOSVOX. Também aprendi a utilizar o*

unesp

geoplano, fazendo expressões matemáticas. Na reabilitação é possível fazer uma série de cursos e atividades que nos colocam em vantagem no aprendizado e aptos para competir no mercado de trabalho. A nova vida começou a sofrer adaptações desde o início da perda e continuou. A cada dia se aprende novas coisas como qualquer outra pessoa que esteja disponível para aprender.

Para a Part. 9 a reabilitação também começou cedo. Logo que sua mãe percebeu que ela tinha pouca visão já providenciou atividades para que fosse desenvolvendo. *Aprendi o braille mesmo antes de ficar cega. Assim também aprendi logo a usar bengala, pois queria ter independência. A bengala sempre me auxiliou muito e com ela posso ter segurança e ir a qualquer lugar sem depender de ninguém. A reabilitação é composta de mais atividades que o braille e a orientação e mobilidade, todavia, essas duas são as que mais dão independência. Hoje em dia, temos a informática que veio colaborar e muito para a realização do nosso trabalho.*

Para algumas das mulheres que participaram do estudo, o período de reabilitação foi difícil porque tiveram de ausentar-se de casa num momento em que a família sofria o abalo de vê-las perdendo a visão. Todavia, esse imediatismo acabou sendo um agente facilitador do resultado da reabilitação.

Para a Part. 10, orientada a procurar o serviço de reabilitação, não foi diferente. Ela acrescenta: *meu oftalmologista me encaminhou para a antiga Fundação do Livro de Cego, na qual comecei meu processo de reabilitação aprendendo também o braille, a socialização e convivência com outras pessoas como eu e a orientação e mobilidade. Culminou com a minha contratação profissional. A adaptação à nova vida não foi tão simples, mas fui me acostumando e percebendo que podia fazer muito mais coisas do que deixar de fazer.*

Foi um período semelhante para as participantes. Nota-se que duas instituições faziam o serviço de reabilitação por completo, porque as mesmas tiveram a preparação para o trabalho e nesses casos, o processo de reabilitação fez com que conquistassem espaço na própria instituição reabilitadora.

A Part. 11, também morava em uma capital e passou por um processo reabilitativo meio na contra mão das demais mulheres e sem programar. *Em junho*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

1981, fui a um casamento fora do meu estado e acabei ficando até o final do ano. Lá aprendi braille em uma semana e acabei ajudando os alunos do Instituto de Cegos, o que foi muito bom para mim. No final de 85, já em São Paulo, como já soubesse braille, fiz alguns cursos por correspondência e, no final do mesmo ano, entrei em uma Fundação e foi quando fiz treinamento da visão residual, orientação e mobilidade e assim tornei-me uma pessoa independente e segura para realizar muitas outras atividades. Até hoje, tenho aproveitado e muito, tudo o que aprendi durante o período de reabilitação na minha carreira profissional. A adaptação à nova vida aconteceu assim. Reabilitei-me e parti para outros cursos que me deram a formação que tenho hoje e a experiência que fui adquirindo no trabalho. Adaptei-me à nova vida sem grandes traumas. Me lembro que, ainda no hospital, eu pensei: se Moshe Dayan usava um tampão no olho e era o primeiro Ministro de Israel, dirigindo um país, porque eu não dirigiria minha vida.

A Part. 12 passou por processo de reabilitação, mas como ainda não perdeu sua visão totalmente, não utiliza todo o aprendizado. *Admito que minha adaptação à nova vida hoje está assim: no cotidiano esforço-me para ser EU, verdadeira, autêntica e irreverente, mas empenhada em aceitar o que esta aí, ou seja, o mínimo que eu posso fazer e será o máximo se fizer 'é ser eu mesma'. É exatamente isso: ser o que sou e assim me fazer conhecer. Não sou os outros, eles deverão se dar a se conhecer como são. Me envolvo em muitas lutas associativas e me adaptei à nova vida, para a qual, aliás, já vinha me preparando desde criança.*

Sobre o tema reabilitação, a Part. 13, que foi reaprender a viver como mulher com deficiência visual, relatou: *tive que reaprender tudo de novo só que agora sem o auxílio da visão. Coisas como andar, ler, escrever e principalmente raciocinar. Tive dificuldade com o braille. Foi a pior rejeição que tive. Além disso, para eu entrar para a reabilitação no IBC não foi fácil e o quanto mais demorasse, mais eu ficaria esperando para começar a aprender novas coisas que me possibilitariam a alçar vôos. Saí bem na orientação e mobilidade e aceitei a bengala. Não tive qualquer rejeição a ela. Acho que percebi que ela seria a minha porta de entrada para o mundo. Mesmo assim, custei a andar sozinha. Isso aconteceu devido a um certo comodismo; como bem se sabe, andar com um guia nos dá a sensação de*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

segurança, sem falar na rapidez para chegar a algum lugar. O braille, só agora 13 anos depois, é que eu me sinto um pouco mais segura. Outro curso que fiz durante a reabilitação foi o de especialização na área da deficiência visual, com duração de um ano, o qual foi de grande importância para mim, não só como pessoa cega, mas como profissional. A adaptação não foi fácil, mas aprendi que temos que pensar de forma abstrata em relação às coisas visuais, pois o tato só nos permite perceber as coisas através das partes, enquanto que a visão nos dá noção do todo. E a adaptação tem de ser no todo, ainda que o processo se dê pelas partes.

A Part. 14 nos relatou que também foi logo em busca de reabilitação: *fui convencida a fazer a reabilitação quando entrei em contato com uma Fundação de São Paulo. Nessa época eu morava no MS, e, se quisesse dar um novo sentido à minha vida, teria que me mudar temporariamente para São Paulo para ser reabilitada. Estimulada pela família e acompanhada pela minha mãe, assim o fiz. O processo de reabilitação durou doze meses, e eu me vi envolvida com assuntos da Fundação e tornei-me voluntária. Posso dizer que sou uma pessoa independente, tenho autonomia para quase todas as minhas atividades e, na função de voluntária, realizo atividades extremamente diversificadas que me são prazerosas e construtivas. E assim estou me adaptando à nova vida.*

Vencendo o processo de reabilitação por etapas, a Part. 15 informou: *só fui aprender a usar bengala quando entrei para a Universidade e mesmo assim não obtive segurança para ter autonomia. O braille eu já havia aprendido e muito bem, tanto que me ajudou na carreira de estudante, mas a bengala eu só fui mesmo aceitar já no final do curso universitário quando fiz um novo treinamento com outra profissional e, aí sim, senti mais segurança e hoje viajo, trabalho, sempre com ela ao meu lado. Eu a chamo de 'charmosa' e é uma grande companheira sem a qual não chegaria a lugar algum. Tenho toda a independência que alguém limitado pode ter. Foi muito difícil adaptar-me à nova vida e principalmente, conscientizar-me a aceitar e dizer que 'sou cega', mas superei isso também, o qu,e aliás, mudou a minha vida.*

Logo que perdi a visão totalmente, minha família tratou de buscar apoio e até fomos para a capital de São Paulo e em seguida retornamos à nossa cidade, porque

ali eu teria minha reabilitação realizada. Aprendi o Braille e, a orientação e mobilidade vieram muito depois. A adaptação à nova vida foi acontecendo na medida que ia me reabilitando e, como em casa sempre tivemos deveres, não é difícil hoje estar morando fora. Tenho independência para poder estar longe de minha família, sem ter maiores dificuldades que não as triviais que todas as pessoas como eu citam, claro que desde que tenham autonomia. Esse foi o relato da Part. 16.

Profeta (1994) analisou o acesso aos processos de reabilitação e, por meio dos depoimentos dos entrevistados do seu estudo, constatou a falta de centros especializados. Constatou, ainda, que as pessoas com deficiência visual, fazem parte de sua reabilitação em escolas nas quais estudam ou em alguns programas que não são completos mas, que de alguma forma, prestam alguns serviços básicos como, por exemplo, o ensino do método Braille, a orientação e mobilidade e as atividades da vida diária. Isso, hoje, exige conhecimento de novas tendências e, principalmente, da informática (p. 45).

Reabilitação é um processo que visa conseguir que pessoas com deficiência estejam em condições de alcançar e manter uma situação funcional ótima do ponto de vista; físico, sensorial, intelectual, psíquico ou social, de modo a contar com meios para modificar sua própria vida e, ser mais independente. Para Nowill (1987)

> A Educação Especial e a reabilitação são essencialmente trabalho de equipe e não apenas uma junção de diferentes técnicos. Exige uma unidade de pensamento e ação conjunta (NOWILL, In: ROCHA, 1987, p. 172).

De acordo com Fonseca (1987),

> a educação e reabilitação é tudo o que permite ao indivíduo aprender a reaprender novas aquisições, novas competências e novas atitudes. Tudo o que o possa ajudar a crescer, desenvolver e readaptar. Sem educação e reabilitação, os deficientes não poderão atingir uma vida de valor e de significado humano. *Programas educacionais reabilitativos adaptado*, fazem a diferença, entre uma vida gratificante e qualquer coisa muito inferior àquilo que possamos pensar que a vida é, ou deva ser.

A reabilitação pode abranger medidas para proporcionar ou restabelecer funções ou para compensar a perda ou falta de uma função ou uma limitação

unesp

funcional. O processo de reabilitação não supõe a prestação de serviço de atendimento médico preliminar. Abrange uma ampla variedade de medidas e atividades, desde a reabilitação mais básica e geral até as atividades de orientação específica, por exemplo, a reabilitação profissional.

Os estados devem assegurar a prestação de serviços de reabilitação a pessoas com deficiência, a fim de poderem alcançar e manter um nível ótimo de autonomia e mobilidade.

1- Os estados devem elaborar programas nacionais de reabilitação para todos os grupos de pessoas com deficiência. Esses programas devem basear-se nas necessidades reais dessas pessoas e nos princípios de plena participação e igualdade.
2- Esses programas devem incluir uma ampla gama de atividades como a capacitação básica, com vista à melhoria do exercício de uma função afetada ou à sua compensação; o assessoramento de pessoas com deficiência e de suas famílias; o estímulo à autonomia e à prestação de serviços eventuais com avaliação e orientação.
3- Devem ter acesso à reabilitação todas as pessoas que a requeiram. Inclusive pessoas com deficiências graves ou múltiplas.
4- Pessoas com deficiência e suas famílias devem estar em condições de participar na concepção e organização dos serviços de reabilitação que lhes dizem respeito.
5- Os serviços de reabilitação devem ser instalados na comunidade local em que viva a pessoa com deficiência. Em alguns casos, porém, podem ser organizados cursos especiais de reabilitação em domicílio, de duração limitada, caso se julgue ser essa a forma mais adequada para alcançar uma determinada meta de capacitação.
6- Pessoas com deficiências e suas famílias devem ser incentivadas a participar diretamente na reabilitação, por exemplo, como professores experimentados, instrutores ou assessores.
7 Ao formular ou avaliar programas de reabilitação, os estados devem aproveitar a experiência adquirida por organizações de pessoas com deficiência (CORDE,1987, p.29).

De acordo com o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, a reabilitação costuma incluir os seguintes tipos de serviços:

A) detecção precoce, diagnóstico e prevenção;
B) assistência e tratamentos médicos;
C) assessoria e assistência social, psicológica e de outros tipos;
D) capacitação em atividades de auto- assistência, inclusive os aspectos de mobilidade, de comunicação e de habilidades da vida cotidiana, com as disposições especiais que se requeiram, por exemplo, para pessoas com deficiência auditiva, visual ou mental;
E) prestação de ajustar técnicas e de mobilidade e outros dispositivos
F) serviços educativos especializados;
G) serviços de reabilitação profissional (inclusive orientação profissional, colocação em emprego aberto ou protegido);
H) acompanhamento (CORDE, 1987,p. 29).

unesp

Em toda atividade de reabilitação, faz-se necessário enfocar as aptidões da pessoa cuja integridade e dignidade devem ser respeitadas. É mister prestar a máxima atenção ao processo normal de desenvolvimento e amadurecimento das crianças com deficiências. Devem ser utilizadas as capacidades para o trabalho e outras atividades aos adultos com deficiência.

Importante recurso para reabilitação pode ser encontrado nas famílias de pessoas com deficiência e em sua comunidade. As pessoas que prestam apoio às pessoas com deficiência precisam estar unidas às suas famílias para que elas possam viver em suas próprias comunidades. No planejamento dos programas de reabilitação e de apoio, é essencial que se leve em conta os costumes e as estruturas da família e da comunidade e que se estimule a capacidade de resposta às necessidades das pessoas com deficiência.

Os serviços, sempre que possível, devem ser proporcionados à pessoa com deficiência nas estruturas sociais, sanitárias, educativas e de trabalho existentes na sociedade. Os serviços devem compreender todos os níveis de atendimento sanitário, educação primária, secundária, superior; programas gerais de capacitação profissional e de colocação em postos de trabalho, medidas de seguridade social e serviços sociais.

Os serviços de reabilitação têm como objetivo facilitar a participação de pessoas com deficiência em serviços e atividades habituais da comunidade, e devem ser feitos tanto quanto possível em ambientes naturais, sempre com apoio dos serviços e atividades da comunidade.

Os programas de reabilitação são concebidos de modo que permitam às pessoas com deficiência participarem no projeto e na organização dos serviços, os quais, elas e suas famílias, considerem necessários. O próprio sistema proporcionará os procedimentos para a participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões relativas a sua reabilitação. Quando se tratar de pessoas que não estejam em condições de participar e por si mesmas, não tiverem condições de tomar decisões, seus familiares, ou representantes designados de acordo com a lei, deverão participar do planejamento e da tomada de decisões (CORDE, 1997, p. 16).

unesp

Os esforços são envidados no sentido de se criarem centros de serviços reabilitativos integrados em outros serviços para que sejam facilitadores do acesso da pessoa com deficiência. As novas tecnologias implementadas e a concentração são métodos funcionais que ocorrem de acordo com as circunstâncias.

Os serviços de reabilitação em geral são prestados por instituições especializadas, porém, a tendência, com a inclusão, é que todos se agreguem, se integrem aos serviços públicos gerais.

Hoje, é possível se verificar uma evolução tanto no conteúdo quanto no espírito das atividades descritas como reabilitação e, cada vez mais, até pessoas com as chamadas deficiências graves podem, em sua maioria, viver com independência, desde que serviços adequados lhes sejam prestados.

No Brasil nem todos os estabelecimentos estão preparados para serem inclusivos. Apesar de faltar recursos tecnológicos de última geração, especializados, tem-se adaptado recursos mais simples e menos onerosos para viabilizar a locomoção, a educação, a comunicação e a vida cotidiana dessas pessoas. A escassez de recursos, porém, pode empobrecer aspirações maiores do movimento de inclusão.

As pessoas residentes em zonas rurais não devem ser deixadas fora dos programas e as atividades têm que considerar a sua experiência de vida e o local de domicílio, para que não se prendam a estratégias diferenciadas das de sua convivência. Elas precisam ser habilitadas para trabalharem na lavoura que existe em sua região. Não se deve, por isso, tomar seu tempo ensinando-lhes atividades mais urbanas.

Há de se considerar que muitas pessoas que passam pelo processo de reabilitação podem ficar inativas por muito tempo, devido à falta de empregos em sua cidade ou região e por isso, sobreviverão com os benefícios da previdência e outros meios até de favorecimentos. Isso ocorre também com pessoas sem deficiência, devido à crise econômica, por exemplo, por que passa o Brasil (CORDE, 1997, p.16-32).

A reabilitação devem ser pensada pelos Estados que desenvolvem e asseguram a prestação de serviços reabilitativos necessários para a realização dos objetivos do Programa de Ação Mundial (p. 32).



Os estados devem ainda prover instalações para proporcionar a todas as pessoas serviços de assistência médica e correlatos, para eliminar ou reduzir os efeitos incapacitantes das deficiências. Em todas as fases descritas, inclui-se a prestação de serviços sociais, de nutrição, médicos e de formação profissional necessários para deixar as pessoas com deficiência em condições de alcançar um nível funcional ótimo. Segundo as circunstâncias quanto à distribuição da população, localização geográfica e nível de desenvolvimento, os ditos serviços podem ser proporcionados por:

> a) trabalhadores comunitários;
> b) serviços gerais de saúde, educativos ou sociais e de formação profissional;
> c) outros serviços especializados para os casos em que os de caráter geral não possam prestar a devida assistência (CORDE, 1997, p. 41).

Os estados devem disponibilizar aparelhos e equipamentos apropriados à situação local para todas as pessoas a quem sejam indispensáveis com relação à sua atuação social e independência. É necessário assegurar a prestação de ajudas técnicas durante o processo de reabilitação e após seu término. Também se fazem necessários serviços de recuperação ulterior e de substituição de aparelhos que tenham ficado obsoletos (CORDE, 1997, p. 42).

Enfim, os estados devem prover e manter os serviços de reabilitação, atendendo adequadamente o maior número possível de pessoas com deficiência visual, mantendo pessoal especializado para tais atividades e os equipamentos a serem utilizados pelas pessoas com deficiência (CORDE,1997, p. 42).

Na reabilitação da pessoa com deficiência visual, algumas atividades são importantes, uma vez que propicia caminhos para independência e auto-realização. Dentre as mais importantes citam-se: o sistema Braille, a Orientação e Mobilidade, as Atividades de Vida Diária e, atualmente a Informática. Todas levam a interagir socialmente, contudo, o processo de reabilitação não exclui a educação formal que, preferencialmente, ocorre em uma escola regular de ensino, a qual por sua vez terá como parceiros, diferentes estabelecimentos que atuem com a reabilitação. Isso não tem acontecido com freqüência.

unesp

Já não se dispensa mais a informática e o conhecimento ainda que básico de um outro idioma. É necessário que haja a coesão entre os diferentes profissionais e instâncias prestadoras de serviços para que haja um bom trabalho, que deverá ir até a preparação, qualificação profissional, colocação no mercado do trabalho e acompanhamento das atividades que devem ter salários compatíveis à sua função.

É ilegal oferecer e remunerar com salários menores as pessoas com deficiência. Estas por sua vez não devem aceitar a situação, pensando que aquele seja o único emprego e a última oportunidade. Ao contrário, é com a exigência que se obtêm a valorização e o reconhecimento do seu potencial.

As dezesseis mulheres deficientes visuais de nosso trabalho informaram que a reabilitação para elas foi essencial, questão de vida, pois, como afirmou uma delas, sem o processo não haveria possibilidade de ser independente e a oportunidade de trabalho teria sido retardada. Das mulheres participantes do estudo, quinze, de diferentes maneiras, passaram pelo processo de reabilitação.

O importante é que, com exceção de duas mulheres, as outras quatorze têm independência em sua locomoção. São senhoras casadas, que não se habituaram ao uso da bengala mesmo reconhecendo nisso uma falha, porque nunca poderão dizer que têm independência total, porque necessitam de outras pessoas para o seu ir e vir.

Uma das participantes aprendeu a usar adequadamente a bengala, o que não a deixou plenamente segura e isso fez com que optasse por usar um cão-guia. Atualmente, ela vem travando, no Brasil, sérias discussões em todos os níveis para adentrar com seu cão nos diversos lugares. Para ela, o país precisa acompanhar a evolução do exterior, onde o cão- guia é plenamente aceito. Acompanhamos a evolução brasileira sentido e constatamos haver muita discriminação quanto ao ingresso do cão em diferentes lugares.

Note-se que a reabilitação dessas mulheres não está em apenas ter locomoção independente. Elas estão aptas para o trabalho, para cuidarem de casa, organizarem as coisas, muitas moram sozinhas ou dividem casa com amigas, nas quais cada uma tem obrigações domésticas a realizar, além do trabalho formal. Elas têm independência também no trabalho, não sendo necessário ficar dispondo do apoio dos colegas para muitas atividades, fato que só acontece, porque os espaços ainda não são inclusivos.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Como mencionado, uma das condições para participação das mulheres com deficiência visual, neste estudo, era ter nível superior de formação, o que implica afirmar que a maioria se comunica pelo sistema Braille, realizam suas atividades de vida diárias -AVDs, passaram por orientação e mobilidade, sabem usar informática, utilizam com segurança os sintetizadores de voz, entre outros recursos que lhe são possibilitados. Vimos pelos relatos que essas condições não dizem respeito a 100% das mulheres, porque uma delas não tem as habilidades citadas, não sendo, portanto, independente.

Então, entre as participantes apenas uma, não escreve ou lê pelo sistema Braille, não tem locomoção independente e pouco conhece das leis que organizam os direitos dos deficientes, por estar atuando com os mesmos há pouco tempo. Com isso, ela tem encontrado dificuldades quando necessita explicitar melhor alguns programas ou reivindicações, justamente pelo pouco conhecimento que ainda tem. Atualmente, está se envolvendo mais politicamente com as questões que não sejam apenas de reivindicações e está realizando algumas atividades de aprendizado de informática, por exemplo.

As mulheres do estudo ressaltaram, ainda, a necessidade de instalação que tenham parcerias empresariais para preparar, qualificar e empregar as pessoas com deficiência visual que não têm tido oportunidade para trabalhar, a maior queixa das pessoas com deficiência visual.

No universo pesquisado para este estudo, apenas três mulheres não tinham trabalho formal fora de casa. Duas delas se dedicam às causas sociais e de apoio às pessoas com deficiência e uma que foi impedida de assumir um cargo. Dentre as dezesseis mulheres existem algumas que, além do trabalho, estudam.

4.12 Acessibilidade aos recursos existentes

Quando se fala em acessibilidade, pensa-se logo nas barreiras arquitetônicas que são, ainda neste século XXI, obstáculo na vida das pessoas comuns e muito mais na vida das pessoas que têm dificuldade para se locomover.

unesp

Prover a acessibilidade para todos é ainda um grande desafio e esse objetivo somente será atingido com a eliminação das barreiras arquitetônicas, urbanísticas, da edificação, do transporte e da comunicação (Filho, 2002, s/p). Ainda que preocupação do autor esteja diretamente ligada às questões do locomover-se, também, as barreiras movidas pelo preconceito, pela falta de informação, pela descrença da sociedade em relação às pessoas com deficiência, não são menores, ao contrário, são as que mais prejudicam a vida do cidadão.

A intenção neste item foi conseguir uma abrangência maior. Passemos aos depoimentos que nos possibilitarão entender como as mulheres deficientes visuais entendem essa questão.

A Part. 1 nos revelou que: *as barreiras são muitas, mas é preciso transpô-las com persistência. Não costumo andar sozinha, não uso bengala para me locomover e sei que isso não facilita muito, mas reconheço que o mundo não foi preparado atendendo aos que encontram dificuldades para se locomover. Tem também as dificuldades de acesso à informação para os que não têm outro recurso a não ser o braille. Os meios de comunicação não estão interessados em resolver o problema de acesso à informação dessa população e com isso vamos tentando ludibriar todas as dificuldades oferecendo recursos nem sempre tão eficientes, mas que ao menos permitem que os menos privilegiados pelos recursos tecnológicos sejam mais informados.*

Para a Part. 2, a falta de acessibilidade é também abrangente, tanto que informou: q*uando eu viajava para lugares diferentes queria logo ver onde estava e como podia fazer para locomover-me sem ajuda e, com isso, fui me certificando cada vez mais do quanto o mundo é preparado apenas para os ditos perfeitos, ou pelo menos para os que enxergam bem e têm boa mobilidade. Em relação ao acesso aos recursos, eu sempre batalhei muito e fui criando alternativas para solucionar os problemas meus e de meus alunos. Criava condições para que eles tivessem acesso às informações por meios mais simples. Elaborava estratégias para alfabetizar o mais próximo da realidade das crianças videntes, por exemplo. E assim foi durante toda a minha vida profissional e hoje, embora existam tantos recursos tecnológicos, que eu não ignoro, mas, aos quais não tenho acesso por questões financeiras, ainda*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

sou solicitada para alfabetizar da forma que sempre fiz. Isso implica dizer que não é por não ter recursos mais avançados que vamos deixar de fazer alguma coisa para os que necessitam.

A sociedade, da qual todos fazemos parte e da qual somos células integrantes, não deve resumir-se a elementos de inclusão e exclusão. Nós todos somos a sociedade e as várias comunidades que a compõem são partes diferentes entre si, mas igualmente importantes e de expressão única. Isso significa dizer que todos devemos pensar em meios acessíveis a todos. Toda e qualquer idéia de trabalho, de projetos de implantação de serviços ou edificações tem de estar voltada à acessibilidade para todos.

A Part. 3, que não tem acesso a muitos serviços, por opção, referindo-se à acessibilidade, deixou claro que: *existe uma barreira muito grande entre as necessidades que nós temos e as oportunidades. Existem ainda muitas dificuldades. Quanto às barreiras arquitetônicas, muita coisa tem de ser mudada: orelhões, carros parados nas calçadas, portões de garagem abertos, toldos baixos, lixeiras mal colocadas..Em relação a informática e a acessibilidade a ela, eu acho uma maravilha. Eu acho muito bom. É um avanço tecnológico que a gente tem de acreditar, que o deficiente visual tem de entrar nisso. É uma forma muito boa.*

Ainda sobre o assunto acessibilidade, a Part. 4 pronunciou: *desde que fiquei sozinha, após* a *separação do meu marido, fui descobrindo o doce e o amargo que foi tomar conta de minha própria vida. As minhas possibilidades de acesso à informática, por exemplo, foi feliz e hoje tenho página com minhas pinturas e tapeçarias na internet, aquela que você já conheceu* (referindo-se a mim) *e isso tem feito com que eu me comunique com algumas pessoas. Isso para mim é também acessibilidade. Quanto àquelas arquitetônicas, em todos os lugares por onde ando com minha bengala, percebo um obstáculo. As ruas aqui de minha cidade têm muitos buracos, as calçadas são danificadas, existe muito cocô de cachorro nas calçadas e a gente tem de ter muita sorte de não pisar ou carregar na bengala um presente desses. O ideal é quando podemos estar com alguém, embora, eu preze muito a minha liberdade e independência mas, tem coisas que foram feitas também só para quem enxerga e coco, é uma delas. Eu gostaria que todos tivessem acesso aos meios de*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

comunicação, ao trabalho, educação, saúde, mas no nosso país está muito difícil ter acesso a muitas coisas básicas e aí cada qual vai se virando como pode.

Eu quis ter acesso ao curso de normalista, mas a escola não me aceitou. Fui a uma academia de ginástica e fui impedida de realizar exercícios. Essas são condições de acessibilidade que muitas vezes são negadas às pessoas com deficiência. Em relação ao acesso à informática e ao trabalho, isso me foi possível graças a minha boa reabilitação e preparação. A informática, como disse um dia o *L. G. já falecido, e que você conheceu, veio para fazer cego enxergar, mudo falar, paralítico andar e limitado mental raciocinar. Ele tinha toda razão. E olhe que disse isso no início de tudo. Hoje, já é possível até mais do que ele previu. Quanto ao acesso a diferentes setores da sociedade, para mim, melhorou muito depois que tive o cão-guia. Antes, com a bengala, eu tinha muita dificuldade de acesso aos lugares devido a buracos, obstáculos dos mais variados em meu caminho. Não me sentia segura. Eu tenho duas fases na minha vida: antes do cão (menos independência) e depois do cão (total independência). Briguei muito e exigi ter acesso com ele a todos os lugares que freqüento. Hoje, em minha cidade o problema está quase superado. Vou onde quero, quando quero e sempre acompanhada do cão que você sabe, Mary, para mim, é o filho que eu não tive. Depois dele, minha vida se modificou por completo.* Foi a explanação da Part. 5 em relação ao item acessibilidade.

Esse assunto não foi tratado pela Part. 6, que tem baixa visão.

A Part. 7 teve acesso a muitos recursos desde que sua perda visual se acentuou, todavia, antes de a perder definitivamente. *A máquina de datilografia foi um dos meus primeiros caminhos de acesso à comunicação e a uma renda após ter perdido toda a visão. Hoje, o computador e os sintetizadores de vozes facilitam muito mais o acesso à leitura e à informação geral. Existe muita dificuldade de acesso às vias públicas, que em todo lugar, são cheias de buracos, de calçadas arrebentadas, construções, obstáculos diversos sobre as calçadas, barreiras nos diferentes estabelecimentos, mas vamos superando com apoio ora da bengala, ora das pessoas que auxiliam, informam e, em alguns ambientes como nos aeroportos, por exemplo, a acessibilidade tem sido mais fácil, devido ao pessoal preparado.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

A Part. 8, mesmo ainda tendo um pequeno resíduo, sofre com a impossibilidade de acesso a muitos lugares: *eu não tive problemas de acesso para estudar, por exemplo, não porque as escolas fossem equipadas, mas porque eu criei as minhas próprias condições de superação. Eu possibilito também que as pessoas tenham acesso aos meios dos quais eu necessito, ou seja, dou condições a elas de conhecerem as diferentes formas que temos de nos comunicar, por meio do braille, dos sintetizadores de voz, da imprensa braille e tantos outros. Quem está de fora também precisa conhecer. Quanto às barreiras arquitetônicas, nossa! Essa você mesma viveu, Mary, para chegar aqui no meu bairro. Se for para usar o coletivo para ir à cidade é uma viagem e um dia. Isso tem de ser feito de carro mesmo. E aqui no bairro você viu o que é subida, a rua perigosa para atravessar. A acessibilidade. Se dependesse de lugares bons, eu não teria, mas aqui ando por tudo e meu marido tem horários que coincidem com o meus e o dos meus filhos e acaba dando tudo certo. Quanto a andar aqui no meu bairro, você viu o movimento que é aí em baixo* (referindo-se à rua principal pela qual passa muita condução e o ônibus que vem do centro da capital para o bairro de residência). *Atravessar essa rua é um ato de heroísmo. As calçadas são muito estreitas e depois a subida até aqui em casa é demais e ruas péssimas. Isso não é incomum em muitos lugares, mas, a gente vai criando alternativas. Na comunicação escrita, uma vez eu fiz a uma pessoa ver que teria de ter acesso à comunicação comigo via braille, porque ela queria que eu lesse em tinta, então quis ver a ela que deveria ler em braille e enviei uma correspondência.*

Tive a sorte de poder buscar esses recursos e, com eles, a busca pela independência como pessoa limitada. Hoje, tenho acesso ao computador e com ele me comunico com muitas pessoas, faço buscas, entro na internet, conheço pessoas. Uso a bengala também que me possibilita acesso independente em muitos lugares. Quanto às barreiras arquitetônicas, essas ainda são insuperáveis, pois são muitos pontos a serem atingidos. Mas vamos conseguindo. As ruas de minha cidade e suas calçadas também são muito ruins, os prédios ainda não adequados e por aí vai. Hoje, as construções novas já têm a previsão de serem adaptadas e o mundo precisa estar adaptado, afinal somos cidadãos do mundo e no mundo. Relato da Part.9.

unesp

Para a Part. 10, *as dificuldades de acesso às informações não são problemas para mim porque felizmente existe a informática que me aproxima de tudo que acontece. O acesso ao trabalho, o contato com outras pessoas me possibilita muitas coisas. Sei que aí fora as coisas não são assim tranqüilas, porque temos ruas esburacadas, carros nas calçadas, televisão que só faz coisas para quem enxerga, etc. As pessoas dos meios de comunicação se esquecem de uma população que também é consumidora e vai fazendo tudo só para quem enxerga. Mas com jeitinho vamos tomando nosso espaço e tendo conquistas.*

Quando se fala no direito de ir e vir da pessoa, fala-se também do seu acesso aos meios de comunicação, os meios de lazer, de trabalho, de religião, entre outros. Devemos entender que não são as pessoas diferentes que devem se adaptar aos meios mas, sim, estes a elas.

Os direitos das pessoas deficientes são exatamente os mesmos dos demais cidadãos. O que ocorre, no entanto, é que para os deficientes exercerem muitos desses direitos torna-se indispensável adotar-se de medidas especiais. O exercício pleno do direito de ir e vir das pessoas com deficiência visual, por exemplo, quase sempre depende da remoção das barreiras ambientais e sociais também (Crespo, 2000, s/p).

A Part. 11 talvez seja a que mais se locomova para os diferentes lugares de trabalho, numa distância consideravelmente longa entre os mesmos e a sua residência, tanto que nos informou: *pego muitas conduções para ir aos dois locais de trabalho e o acesso a eles, embora com muito tempo de viagem, é possibilitado pela minha independência. No metrô tudo pode ser facilitado para quem não esteja familiarizado. Existem pessoas preparadas para nos atender e nos transportar por onde precisarmos ir. Existem muitos casos ou situações em que os funcionários nos levam até as proximidades, pontos de táxi ou ônibus. Esse tipo de acesso em São Paulo é possível. Quanto às ruas, como em todos os lugares, aqui também tem buracos, carros nas calçadas, vendedores ambulantes. Perto da estação da minha casa, todos já me conhecem e isso facilita muito meu acesso tanto para entrar como para sair da estação. Perto dos meus dois trabalhos também as pessoas estão acostumadas e em um deles tem semáforo com botonera. É só acionar e atravessar a rua com tranqüilidade. Esse tipo de acesso mais necessário em muitos lugares por*

unesp

onde transitamos, uma vez que se não enxergamos, é inútil não querer dizer ou aceitar que corremos mais riscos numa travessia de rua. A informática sem dúvida é um meio de acesso que nos possibilita muitas coisas. Por meio dela temos contato com o mundo. Conhecemos vários países e temos chance de enriquecer nossos conhecimentos. Em um local que trabalho temos vários recursos modernos de acesso à comunicação, todavia, são muito caros e não compatíveis à realidade brasileira.

A Part.12, reconhece todas as dificuldades que muitas pessoas têm. *Não tenho muitas dificuldades de acesso aos meios de comunicação, porque o fato de meu marido ser um empresário desses meios me facilita estar em contato com os mesmos. Mas isso não ocorre só por isso, mas por eu ter todo interesse em conhecer, em saber manusear e utilizar para o trabalho, estudo e para comunicar-me com o mundo. Tenho fácil acesso também a viagens nacionais e internacionais porque, quando é preciso, e não tenho alguém ao meu lado, sou independente. Tenho facilidade ao comunicar-me por me expressar com facilidade. Isso de ruas ruins, carros na caçadas, ambulantes, portões abertos é comum em todas as cidades. Minha cidade, que é imensa, também oferece todo esse desconforto. O que existe são muitas dificuldades, mas que cada um vai superando de acordo com suas possibilidades e recursos. Agora, falando em acesso aos recursos didáticos, isso foi uma grande dificuldade para continuidade dos meus estudos quando ainda era criança. Essas dificuldades aumentaram quando ingressei no ensino médio. Havia dificuldade para acompanhar a dinâmica da sala de aula, algumas vezes por falta de recursos, outras por falta de informação, de conhecimento e, até mesmo, de interesse de parte de alguns professores. Tudo isso aliado à minha falta de vontade de continuar. Isso também ocorre hoje no ensino superior.*

A Part. 13, sobre a acessibilidade, teve a seguinte postura: *o meu acesso ao sistema Braille foi um caos. Não conseguia me comunicar por meio deles e então, estudando, ficava difícil demais e em muitos momentos pensei em desistir. Tinha ajuda do meu pai, de amigos, mas era muito complicado. Em datilografia, que foi outro caminho de acesso que tive, embora fosse cega, era muito mais rápida que o meu pai. Mas, nesse ínterim surgiu um 'milagre', se é que posso chamar assim o surgimento do programa DOSVOX, criado por um professor da UFRJ, que*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

possibilita ao deficiente visual usar o computador de maneira totalmente independente, rompendo assim com a barreira da comunicação escrita. Esse equipamento deu-me outras possibilidades e assim fui conquistando espaço. Quanto às barreiras arquitetônicas, temos de torná-las transponíveis para que não fiquemos sem ação, sem comunicação, sem trabalho. Elas existem e estão em toda a parte e temos de vencê-las.

Sempre tive acesso aos meios de comunicação via computador, porque quando perdi a visão ele já existia facilitando muito a vida da pessoa com deficiência visual. A Part. 14, foi muito suscinta em sua postura ao nos responder ao item dizendo apenas: *tenho acesso a elas e isso modifica muito minha vida de pessoa com cegueira.*

A Part. 15, que desde jovem estudou em escola, regular nos informou: q*uando perdi a visão, não tinha acesso sequer às informações sobre os recursos, mas, indo buscar apoio, acabei inicialmente conhecendo o braille, a orientação e mobilidade, o que sem dúvida me pôs no caminho da independência e mesmo para prosseguir meus estudos. Tive por muitos anos acesso a uma amiga que me acompanhou durante o segundo grau e na faculdade. Ela era meu ponto de apoio, mas meus trabalhos eu que sempre fiz e hoje, com o computador e o DOSVOX, o acesso à comunicação foi bastante facilitado. Os recursos das escolas e mesmo da universidade nunca foram condizentes com as minhas necessidades, mas eu fui criando formas de resolver essas falhas. Tenho livre e fácil acesso a diferentes ambientes devido à independência que eu tenho, usando a bengala e acho mesmo que nem o cão- guia me daria essa independência.*

Com a Part. 16, não foi muito diferente das demais. *Embora houvesse poucos recursos acessíveis quando perdi a visão, isso não foi empecilho para que eu prosseguisse com meus estudos e com minha vida. Aprendi logo o braille, que na época era a única forma de eu me comunicar com as pessoas e com a escola, depois foi a bengala, com a qual estabeleci uma boa relação de independência e hoje com os meios de comunicação mais atualizados. Eu ainda não tenho um computador em minha casa, mas sei manusear, utilizar o DOSVOX e o Virtual Vision e, assim que for possível, porque agora tanto eu quanto a minha irmã estamos trabalhando, vamos*

unesp

adquirir um e aí continuaremos a nos informar melhor. Recebo revistas em braille de várias instituições e fitas gravadas. Essas formas de acesso me mantêm informada. Quanto às barreiras arquitetônicas, essas sempre vão existir e temos é de ir ultrapassando todos esses obstáculos para não ficarmos perdendo tempo e espaço.

Optou-se neste trabalho em discutir o tema acessibilidade por ter sido o grande vilão do ponto de vista dos relatos das mulheres com deficiência visual face à importância do mesmo em suas vidas.

Então, precisamos lembrar que acessibilidade é o conjunto ligado à qualidade de um projeto, baseando-se num conjunto de especificações, de normas, de legislação e principalmente, em conscientização sobre a diversidade. Trata-se da sensibilização dos profissionais da área da arquitetura e engenharia, os quais formularão suporte técnico regional para soluções comuns possíveis, estabelecendo exigências mínimas a serem observadas na acessibilidade do espaço edificado, quer seja de domínio público ou privado.

Há de se aprender a lidar com a limitação imposta por séculos de barreiras arquitetônicas, que endurecem a percepção dos projetistas e os levam a desperdiçar na Arquitetura sua vocação como veículo de integração social e as possibilidades de ocupação democrática dos espaços construídos para todos os indivíduos, independentemente de suas características físicas, sensoriais e mentais. A inserção do conceito de acessibilidade junto a esses profissionais servirá de fator multiplicador.

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, publicada no D.U de 20 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências em seus artigos com critérios e medidas, sempre no sentido de promover acessibilidade.

Para que as barreiras passassem a serem removidas, muitos capítulos e artigos surgiram orientando os municípios, estados e federação ao cumprimento das exigências que pela lei, garantam a acessibilidade.

Temos muitas leis que protegem as pessoas com necessidades especiais, entretanto, pouco ou quase nada é realizado efetivamente e enquanto isso, ainda que as leis se amontoem e as pessoas fiquem à margem de seus direitos. Percebe-se que,

unesp

a cada dia, essas minorias vão formando grupos, associações e pedindo novas leis para isso e para aquilo, sem atentar que o necessário é fazer com que se cumpram as existentes.

Exigir que se cumpram leis é direito inalienável do homem que deve demonstrar que tem acessibilidade às informações e aos seus direitos em busca de uma vida independente e autônoma visto que a conquista da autonomia e da independência é uma das características da cidadania. Parte desse processo tem relação direta com o bem-estar do indivíduo no meio em que ele vive. A maioria dos ambientes, construídos ou não, apresenta barreiras visíveis e invisíveis.

> As barreiras visíveis são todos os impedimentos concretos, entendidos como a falta de acessibilidade dos espaços. As invisíveis compõem a forma como as pessoas são vistas pela sociedade, na maior parte das vezes representada pelas suas deficiências e não pelas suas potencialidades (Prado, 2002, s/p).

A eliminação das barreiras visíveis poderá vir a contribuir para a diminuição das barreiras invisíveis. Assim sendo, *arquitetos*, *projetistas* e *designers* devem rever a forma de conceber os espaços, os objetos, de modo que eles possam oferecer mais conforto, segurança e eficácia.

> A acessibilidade deve estar presente nas edificações, no meio urbano, nos transportes e nas mútuas interações, conforme exigência constitucional. O objetivo da acessibilidade é permitir um ganho de autonomia e de mobilidade a uma gama maior de pessoas, até mesmo àquelas que tenham reduzidas, a sua mobilidade ou dificuldade em se comunicar, para que usufruam dos espaços com mais segurança, confiança, comodidade (Prado, 2002,s/p).

Agindo dessa forma, obtêm-se ambientes que atendem às propostas do *design* universal sem entretanto, custar mais.

> O projeto que for concebido como adequado às condições de acessibilidade sofrerá um acréscimo de 1% do valor da obra e, por outro lado, se precisar ser adequado depois de construído esse valor poderá alcançar 25%. (National Comission On Architectural Barriers To Rehabilitation of the Handicapped, 1968) (Prado, 2002, s/p)

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Para a arquiteta Prado:

> O desenho universal propõe que os espaços sejam projetados de forma a atender ampla gama de população, considerando as variações de tamanho , sexo, peso, ou diferentes habilidades ou limitações que as pessoas possam ter. Esse conceito preconiza que uma cidade deve ser acessível a qualquer pessoa desde o seu nascimento até sua velhice, ou seja, as cidades devem ser acessíveis a todos (2002).

Guimarães (1995) diz que esses espaços devem estar providos de elementos construídos, únicos, ajustáveis, ou múltiplos complementares, de forma que o conjunto esteja adequado a algum tipo de necessidade ou característica do usuário. As pessoas com deficiência também precisam ter produtos acessíveis à sua disposição e para que isso ocorra uma série de modificações podem e devem ser feitas a baixo custo nos produtos e, assim aumentar significativamente a acessibilidade e a utilidade para as pessoas com dificuldades funcionais.

Para Cardoso (s/d), uma vez incorporadas essas modificações de *design,* do produto padrão, para que possa ser mais acessível ao consumidor, tomando-se um produto com acessibilidade direta, a inclusão dessas características do design pode servir de benefício substancial à sociedade como um todo, na medida em que elas capacitem os indivíduos com deficiência a levarem vida mais independente e produtiva.

Os produtos para pessoas com deficiência, diz Cardoso (s/d), podem beneficiar outros usuários sem deficiência ou impedimentos, reduzindo a fadiga, aumentando a eficiência e diminuindo o número de erros, além de proporcionar tempo de aprendizado acelerado (o uso do mouse, por exemplo). Prado (2002) lembra dos softwares que atendem ao comando de voz e até falam com o usuário, por meio de sintetizador de voz. São os equipamentos DOSVOX e VIRTUAL VISION, que revolucionam o caminho da comunicação das pessoas com deficiência visual, seja com cegueira ou baixa visão.

Esses recursos têm preços acessíveis e um deles pode ser obtido de uma fundação de um banco particular que cede o kit ao aluno com deficiência visual, após o mesmo ter realizar o curso e aprender a manuseá-lo.

unesp

Existem ainda as Normas e Recomendações Internacionais sobre Deficiência (CORDE) e, de acordo com elas, medidas devem ser tomadas no sentido de ampliar a conscientização social e difundir conhecimentos em matéria de acessibilidade. Essas medidas devem estar voltadas principalmente para os setores envolvidos na projeção e construção de moradias, de edifícios públicos, hotéis e instalações recreativas, vias públicas, meios de transportes, de comunicação e, em todo o planejamento urbano devendo incluir critérios básicos de projetos arquitetônico e de equipamento. As normas deverão ser levadas em conta quando da concessão de subvenções e de alvarás de construção. Serão adotadas regulamentações similares relativas à adaptação de edifícios já existentes, considerando-se as necessidades das pessoas com deficiência e consultando suas organizações quando da discussão de planos de ordenamento e de reformas urbanas.

-É dever do Estado proporcionar aos indivíduos com ou sem deficiência o livre acesso a educação, saúde, formação profissional, trabalho, recursos humanos, a edificações e demais possibilidades.

-É dever do Estado, mas também da sociedade, a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os ódices às pessoas portadoras de deficiência e permitam o acesso destas, a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

Mas o que são BARREIRAS ARQUITETÔNICAS?
De acordo com Cardoso (s/d), são obstáculos construídos no meio urbano ou nos edifícios, que impedem ou dificultam a livre circulação das pessoas que sofrem de alguma incapacidade transitória ou permanente.

Em qual MEIO URBANO encontramos barreiras?
Quando falamos em meio urbano, estamos falando da cidade de maneira geral, das suas ruas e praças, do centro e dos bairros mais distantes.

Em quais EDIFÍCIOS encontramos barreiras?
Quando falamos em edifícios, estamos falando de casas, escolas, centros de saúde, supermercados, igrejas, cinemas etc, sejam térreos, assobradados ou de vários andares.

Quais são as PESSOAS QUE NECESSITAM DE LIVRE CIRCULAÇÃO no meio urbano e nos edifícios?

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

São todas aquelas que têm, de forma permanente ou passageira, dificuldades de locomoção, de orientação e localização no espaço, por deficiências motoras, visuais, auditivas, mentais e outras.

Por que é preciso REMOVER BARREIRAS?
Não há nada mais importante a fazer? Existem milhares de coisas importantes a fazer; existem milhares de problemas a resolver. Mas são coisas e problemas já incorporados no dia-a-dia e que na medida do possível vêm sendo ou estão a caminho de ser resolvidos. Porém, nunca pensamos que existem milhares de pessoas SEM ACESSO.

A LIVRE CIRCULAÇÃO de pessoas com incapacidades ou deficiências é uma NECESSIDADE e um DIREITO. O não reconhecimento deste fato é a primeira barreira a remover. Os portadores de deficiências são CIDADÃOS e como tais devem ter seus direitos de cidadania garantidos.

A violação dos DIREITOS HUMANOS é da nossa responsabilidade! Cada um de nós é responsável pela manutenção dos direitos humanos e pelo respeito ao seu exercício (CARDOSO, s/d, p. 21).

Muitas pessoas com deficiência gostariam de ir ao cinema, prestar vestibular, assistir a jogos do seu time de futebol preferido, trabalhar, viajar... Se os espaços fossem adequados para elas, isso seria possível. Todavia, como não são, elas se privam de muitas coisas ou, então, têm de depender de outras pessoas para conduzi-las aos lugares, o que as torna aparentemente sem potencial para se locomoverem com independência.

E as pessoas cegas? Essas são as que mais necessitam de quebra de barreiras arquitetônicas, pois, embora se locomovam com independência, não percebem orelhões que são instalados no meio da calçada e acabam batendo a cabeça, às vezes até se ferindo. Nas calçadas, além dos orelhões, existem caixas de correio, caixas de objetos e mesmo objetos em portas das lojas, bicicletas presas ao postes (tomando meia calçada), plantas ornamentais ou as que crescem ocupando as calçadas, portões abertos para a rua, carros estacionados ocupando toda extensão da calçada, e muitas outras circunstâncias adversas.

E ainda existem engenheiros e arquitetos aprovando construções que fazem estacionamentos nas calçadas que originariamente, são para o pedestre, fazendo com que o cidadão caminhe pela rua dividindo o espaço por onde transitam os carros.

unesp

Atualmente está havendo uma preocupação maior no sentido de edificar adequadamente todas as construções, principalmente as de acesso público, sejam bancos, lojas, farmácias, padarias, açougues, bares, restaurantes, hospitais, entre outros.

Enquanto a sociedade não entender que as pessoas com deficiência têm de estar nos mesmos lugares em que todas as outras, surgirão queixas, e remendos terão de ser feitos em logradouros e edificações.

A pessoa com deficiência visual, mais do que qualquer outra pessoa, necessita de uma casa segura, na qual possa preservar sua privacidade. A construção ou mudança de uma casa deve envolver todas as normas possíveis de segurança, bem como a facilidade de utilização.

Cardoso faz um alerta:

> -A casa de uma pessoa com problemas de baixa visão, por exemplo, precisa de iluminação especial para espaços como cozinhas e, sobretudo, nos armários, banheiros e áreas de leitura;
> -O uso de luzes noturnas e ajuste da intensidade de luz (mais ou menos de acordo com o brilho e a necessidade). Uma clarabóia também pode ser útil em ambientes muito escuros;
> -Iluminação especial de sinalização embutida no teto;
> -Redução do brilho por meio de venezianas, revestimento ou cobertura nas janelas. É preciso verificar também a intensidade da luz nos pisos, na textura dos papéis ou na pintura das paredes;
> -Diferentes superfícies podem oferecer *dicas* táteis ao usuário. Por exemplo: carpete no living; uso do vinil como revestimento para a cozinha; piso de madeira no hall e controle com identificação tátil em microondas ou aparelhos com superfície;
> -Realce das cores. Brilho e contraste em diferentes paredes, pisos e bancadas. Cores similares ou padrões de contrastes para distinguir os pontos de subida dos degraus (áreas verticais e horizontais).
> -Problemas com o tato podem provocar a dificuldade em discriminar texturas e formas, em sentir frio e calor das superfícies, substâncias ou mesmo alterações de pressão. A destreza é a habilidade em executar movimentos de coordenação fina como: beliscar, agarrar um objeto, girar, torcer, entre outros. Eles estão diretamente relacionados ao tato e podem provocar dificuldades para ajustar pequenos controles, como, por exemplo, os termostatos, ou para utilizar maçanetas, jarras e garrafas, fechar ou abrir portas e janelas (girar as chaves ou manusear outro tipo de tranca). Para todas essas atividades, ele vai precisar de recursos adaptados (CARDOSO, p. 21).

O direito de acessibilidade permeia quase todos os outros. A eliminação de barreiras ambientais é fundamental para que a pessoa com deficiência, possa inserir-se na sociedade e exercer de forma integrada os seus direitos de estudar, locomover-se, trabalhar, divertir-se, praticar esporte, etc.

unesp

As pessoas com deficiência também devem exercer o direito ao voto tendo equipamentos e recursos disponibilizados e ambientes adequados. Recentemente o Tribunal Superior Eleitoral garantiu que os eleitores com deficiências principalmente físicas tivessem, seus títulos transferidos para seções sem barreiras arquitetônicas. Entretanto, como não há ampla divulgação dessa modificação, muitos deficientes deixam de votar. É a burocracia que tem impedido sistematicamente que se busquem soluções para esses problemas e, enquanto isso, milhões de cidadãos deficientes, ansiosos por exercerem o direito de eleger seus candidatos, são impedidos de fazê-lo.

4.13 Beleza, esporte, sensualidade: relação com o corpo.

> A falta de visão não deve ser obstáculo para que a mulher, para que a mulher cega seja sensual, charmosa e elegante. Ela precisa apenas de um pouco de habilidade, bom gosto para desenvolver a sensibilidade feminina. Para que isso ocorra, ela tem de conhecer seu corpo, saber lidar com ele, praticar alguma modalidade esportiva. Ela não precisa enxergar, ela precisa saber o que tem de fazer para ser mulher sensual. (Nunes, 1987.p 13).

Algumas pessoas desconhecem, que a mulher com deficiência visual possa praticar esporte, cuidando do seu corpo e de sua beleza. Soubemos, pelo relato da Part. 5 em relação à acessibilidade, que ela foi barrada ao tentar entrar em uma academia. Isso não acontece na música, pois muitas pessoas pensam que todo cego tem dom para música. No esporte, as pessoas com deficiência visual e, no caso deste estudo, as mulheres podem e devem praticar a modalidade esportiva que mais lhe agradar nas academias. Ela pode dançar, nadar, participar de aulas de ginástica de todos os tipos e demais atividades desde que deseje isso.

A Part. 1 do estudo disse: *sempre tive alguns cuidados para estar bem, cuidando muito da pele, dos cabelos, das unhas, da forma de falar, de apresentar-me porque tudo isso é muito observado nas mulheres e nas com deficiência visual também. Sempre gostei de usar roupas sóbrias e elegantes, sapatos e bolsas combinados, e até os óculos são trocados de acordo com a evolução dos modelos. A mulher com deficiência visual precisa de alguém para organizar suas coisas de acordo com que ela deseja. Ela tem o direito de escolher suas roupas e o fato de precisar algumas vezes de alguém para ajudar não significa que tem de vestir-se*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

como outras pessoas querem. Isso é importante para estar bem e de bem com seu corpo e sua forma de ser.

Eu sempre fui muito vaidosa e mesmo sem ir fazer ginástica fora de casa sempre me cuidei. Até porque sou massagista e sei o que é bom para o corpo, para a sensualidade da mulher. Nós todas temos de nos gostar, então, se não queremos estar gorda temos de cuidar para não estar. Se eu achar que minha sensualidade está relacionada diretamente a eu ser magra, quero ser magra. Nada deve ser imposto. Gosto muito de estar bem vestida, de saber como devo ir nesta ou naquela festa, como me vestir para ir a uma igreja, pois para cada ocasião temos de estar de forma diferente. A mulher cega sabe ser sensual, charmosa e sabe muito bem como seduzir. Nos revelou a Part. 2.

A Part. 3, disse não gostar muito do assunto e acrescentou: *nossa! eu estou gorda e nem tenho mais roupa servindo. Preciso fechar a boca urgente. Ainda bem que não vou mais arrumar um namorado, senão teria de ser um que gostasse das mais fofinhas. Mas tenho feito muitas caminhadas e isso me mantém em paz com o meu corpo, embora precise perder uns quilinhos. Procuro estar bem vestida, com cabelos cuidados, unhas em ordem para não pensarem que, além de cega, sou também relaxada e hoje não atribuo mais minha cegueira à doença corporal como fazia antes. Cada mulher, independente de ser limitada ou não, tem sempre seu charme e vaidade.*

Morando em uma cidade litorânea, a Part. 4 disse: *gosto muito de caminhar, de nadar e faço isso sempre, assim me mantenho bem com meu corpo. Sempre fui muito vaidosa e nunca quis estar gorda, porque isso me incomoda. Acredito que cegueira e vaidade não são excludentes e nem sei por que as pessoas pensam que a mulher cega fica gorda, não se arruma. Olha nós três aqui!* (estávamos eu, ela e mais duas mulheres com deficiência visual). *Sei que somos três mulheres cegas que se cuidam, que tratam do seu cabelo, corpo, saúde e ninguém quer estar enfermo sendo ou não deficiente. Sei que muitas pessoas atribuem à cegueira o desleixo, mas isso não é característico das pessoas cegas não. Eu não me descuido nunca. Estou sempre procurando alguma coisinha mais moderna e não quero ficar para traz.*

unesp

A Part. 5, mesmo sendo rejeitada em uma academia, disse*: nem por isso desisti de me cuidar. Sempre soube fazer exercícios, faço caminhadas todas as tardinhas, sou muito vaidosa e tenho minhas coisas muito organizadas. Você viu nos slides que apresentei na Bahia. Minhas coisas, pinturas, coisas de higiene pessoal, armários estão sempre em ordem. Gosto muito de cores claras, mas sei o momento da cor escura também. Vivo mudando de óculos, procurando estar com modelos mais atuais e sempre procuro ajuda para comprar minhas coisas. Acho que a mulher, não só as cegas, mas todas, têm esse instinto que é a vaidade.*

Menina, me disse a Part. 7, *eu nem preciso me preocupar muito com isso. Sempre fui do tipo magra, que não precisa correr para academias nem fechar a boca. Mas tenho muita vaidade, gosto de andar bem vestida, trato muito dos cabelos, do meu corpo e acho que ser sensual é uma grande conquista na vida. A sensualidade não é só vista como aquela que leva à sedução, mas ao charme, ao encantamento pessoal no trato com as pessoas, na forma de portar-se diante, por exemplo, de um auditório, em uma praia, em uma festa. É preciso saber fazer isso muito bem. Eu sei que tenho assim esse sorriso escancarado que é mesmo uma gargalhada, mas eu também sei onde e quando ele deve aparecer e depois eu entendo o sorriso como uma atitude sensual, de charme. Você nunca me vê desarrumada nem em casa quando faço minhas faxinas. Dou muita importância à saúde do corpo, dos dentes, da mente e da alma. Acho que não tenho nenhuma tendência a engordar. Sempre fui muito franzina e isso me faz ter esse corpo que afinal acabo sendo de uma falsa magra.*

A Part. 8, que disse ser bastante cuidadosa: *Olha, eu tenho excessos em alguns lugares do meu corpo e falta em outros. Eu preciso ter cuidado para não engordar, mas como ando muito e cuido da alimentação, vou levando. Faço exercícios em casa também e acho que não é porque sou cega que vou ficar descuidada. A mulher tem de ser sensual, cuidar do seu corpo, da aparência e procurar vestir-se com simplicidade e elegância ao mesmo tempo. Eu espero continuar assim preocupada comigo, com minha saúde e procurando estar sempre o melhor possível para conviver bem com as pessoas.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

O entendimento sobre enfermidade e deficiência nem sempre fica claro para as pessoas com limitação, porque, quando, perdem a visão, por exemplo, pessoas desinformadas as tratam como doentes. Isso aconteceu como já apresentamos com algumas das mulheres da pesquisa; todavia, a superação veio logo.

Segundo a Part. 9 [...] *só não aconteceu de pensar que perder a visão fosse doença, pois tínhamos casos na família, porque as pessoas que não conhecem pensam isso mesmo e então acabamos pensando que a cegueira pode pegar nos outros. Pensando nisso, foi que sempre estive atenta ao meu corpo, cuidando para não ficar gorda, porque ouço dizer que as pessoas ficam sem fazer nada e aí só comem e engordam. Eu penso, e sempre foi assim, que a mulher tem de ser vaidosa, cuidar muito dos cabelos, dentes, pele e de todo o corpo, porque não é por ser deficiente que não vai ser sensual, bonita e charmosa. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Temos de estar bonitas sim para nossos maridos, namorados, filhos e amigos.*

Sobre a sensualidade, beleza e esporte, informou a Part. 10: *eu sempre andei, no meu entendimento, bem vestida, acompanho o que está na moda e que seja sóbrio. Nada de muito enfeite, muita pintura, mas não faço ginástica. Cuido do meu corpo em casa, com a alimentação sadia e preciso estar bem e sem excesso de peso, até porque ando bastante. Acredito, que a mulher com deficiência visual seja como a outra, com a diferença de que precisa sempre de alguém por perto para saber como ficou seu batom, seu cabelo. Ah! A gente tem de ter manicure e cabeleireira de confiança e saber que fazem tudo direitinho e com capricho. Afinal, antes de sermos cegas, somos mulheres e mais do que normal é a mulher ser vaidosa, mesmo se não pode andar totalmente na moda.*

Sobre a Part. 11 é interessante acrescentar que devido ao nosso conhecimento e por estarmos juntas em muitos eventos, é possível constatar sua elegância e simplicidade para vestir-se. A esse respeito, ela disse: *sempre fui muito cuidadosa com minhas roupas antes mesmo de perder a visão. Minha mãe sempre exigiu muito cuidado com tudo, com roupas bem passadas, combinando com sobriedade e, então, após eu perder a visão, só tive de manter tudo sempre em ordem para eu não me perder. Faço ginástica há muitos anos, sou bastante vaidosa com o*

unesp

corpo, cabelos, unhas, dentes e procuro me apresentar bem, ter cuidado com o tom de voz, com as mãos Acho que todo mundo tem seu lado sensual, independente de ser gordo ou magro.

A Part. 12, explicitou: *todo mundo que me vê pela primeira vez já sabe que sou vaidosa. Adoro andar bem vestida e procuro, ao máximo, estar atualizada. Não faço ginástica, mas procuro me manter em forma e penso que a mulher é sensual sempre, mas às vezes precisa de uma mãozinha de um profissional para melhorar. Adoro mudar meus óculos, gosto muito de estar enfeitada sem ser espalhafatosa e acho mesmo que tem de ser assim.*

A Part. 13 não fez referência ao assunto.

Entre todas as mulheres a Part. 14, é a única que pratica esporte com regularidade, cuidando do corpo e da mente, como ela enfatiza: *pratico esportes: participo de campeonatos de natação (em piscina) e travessia em mar aberto (campeonato com pessoas videntes) e pratico mergulho também. Essas práticas esportivas competitivas vieram após a cegueira, assim como a prática do mergulho, esporte que sempre tive vontade de praticar. Sinto-me bonita, inteligente e mais plena praticando esporte e com isso cuido do meu corpo, de minha alma, sou saudável, e me acho bastante sensual.*

A Part.15 disse: *sou muito vaidosa, com os cabelos então é uma loucura. Cuido mesmo, porque você acha que além de perder a visão ainda vou relaxar comigo? Nunca. Eu não vou à academia mas, me cuido muito em casa. Quando percebo que estou ficando mais pesadinha, corro a cuidar da alimentação. Acho importante me sentir sensual e desejada e porque não deveria ser assim? Sou uma pessoa limitada visualmente e mais nada. Roupas e calçados eu escolho a dedo, e sempre com ajuda de alguém que é para não ser enganada.*

Sobre o assunto, a Part. 16 assim se pronunciou: *eu tenho pavor só de pensar em engordar. Não pratico esporte atualmente, mas fui até fazer curso de dança. Não como quase nada de doces e frituras. Refrigerante, então, vejo raramente. Cuido muito dessa questão da alimentação. Eu nunca achei que não ter visão fosse ser doente e por isso nunca me descuidei e sei que os homens preferem as magras. Acham as magras mais sedutoras.*

unesp

Sabe-se, que se os serviços de saúde pública oferecessem condições de estas mulheres cuidarem de sua saúde, elas se sentiriam mais saudáveis, todavia, se aqueles serviços não estão capacitados para prestar atendimento integral à saúde, quanto mais em relação ao corpo como produto de beleza e de sedução.

Para Crespo (2000), os serviços de saúde, para as pessoas deficientes deveriam ser mais completos e descentralizados, possibilitando, a todas um atendimento em locais próximos de sua casa, o que também facilitaria a locomoção dos deficientes físicos (s/p).

4.14 Inclusão, integração, segregação

No final do século passado, houve muitas transformações no mundo, fossem econômicas, sociais e culturais. Uma dessas mudanças foi o movimento da inclusão, que causou uma verdadeira ebulição, principalmente no setor educacional.

A inclusão causou e ainda causa mal entendidos entre profissionais especializados de um lado e profissionais do ensino comum do outro e, bem ao meio, entre os entendimentos e desentendimentos está uma população que espera ser reconhecida como capaz, com direitos e deveres como qualquer outro cidadão - as pessoas com deficiências. Neste sentido ouvimos as mulheres com deficiência visual de nossa pesquisa.

A Part. 1 disse: *eu sempre vivi a integração, pois sempre estudei com pessoas tidas como normais. Nunca estive internada para estudar, por isso não conheci de perto o que é ser segregado. Também durante a vida sempre me inclui entre os demais e me dei muito bem nas atividades que fazia com pessoas normais. Em sociedade também convivi e convivo com muitos tipos de pessoas e sem problemas. Evidente que em alguns lugares encontramos pessoas que nos rejeitam, mas isso não me faz ficar de fora do contexto social, profissional e educacional das demais pessoas. Mas, tenho algumas dúvidas em relação ao movimento da inclusão que se apregoa hoje. Eu acredito e quero que ela aconteça, mas vem sendo mal interpretada e os ambientes não foram preparados para dizer que são inclusivos.*

unesp

A Part. 2, que também não passou por sistema segregado de educação, disse-nos: *tive oportunidade de estar sempre em situações integradoras ainda que com alguma rejeição por parte de algumas pessoas. Minha vida escolar nunca foi segregada e acho que, hoje, essa história da inclusão é perigosa não dar certo, porque os profissionais não estão entendendo. Eu já fazia inclusão quando me iniciei como professora. Não entendo por que todo esse alarde de hoje. Meus alunos nunca foram segregados e eu também não. Sempre vivi com liberdade, inclusive de expressão e sempre permiti que os meus alunos descobrissem o que queriam aprender, nunca impondo, mas estimulando para que fizessem parte do grupo que estudava e entendendo o que estudava.*

Eu acredito que o relacionamento entre as diferenças é que vai possibilitar que todos estejam integrados, incluídos. A segregação não conduz a lugar nenhum, mas foi um mal necessário e às vezes ainda o é, se analisada pelas razões, por exemplo, que leva uma pessoa que mora no interior onde não há recursos a se ver internada, institucionalizada para poder se reabilitar. Nenhuma situação deve ser vista só do ponto negativo. Tudo tem seu lado bom e ruim, revelou a Part. 5.

Acredito muito na inclusão e temos de viabilizar estratégias para que ela ocorra. Eu estive segregada (sem ser institucionalizada) quando era criança, porque minha mãe quis nos poupar de situações vexatórias, mas hoje eu vejo que aquilo também foi positivo. Toda moeda tem dois lados e não se pode ver apenas um. A integração eu sempre a vivi, pois estudei em escolas com pessoas normais entre as quais eu estava integrada. Tinha grupos de estudos nos quais fazíamos trocas de atividades. Cada uma fazia o que tinha mais habilidade, relatou a Part. 6.

*A sociedade ainda é muito hipócrita e a inclusão não ocorre como deveria ocorrer. Ela (inclusão) não é só na escola e o que a gente vive é mais uma integração e até muita segregação no sentido de que a sociedade ainda rejeita muito. Eu quero que a inclusão dê certo mesmo, mas penso que vai demorar muito. Foi a a*firmação da Part. 7 para a pesquisa.

Inclusão, segundo relato da Part. 8 *existe nos livros e leis, pois, eu perdi um bom emprego por ser excluída, por não me aceitarem como pessoa capaz de produzir.*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Sobre o mesmo assunto a Part. 9, disse: *eu vivo a inclusão. Dou aulas em classe de crianças que enxergam. As pessoas acreditam em mim e eu luto muito para que isso seja mesmo assim. Sempre estive integrada, incluída em todo meio que convivo. São conquistas que vamos adquirindo com o trabalho, com a confiança em nós mesmos. Não ignoro que haja segregação assim como há exclusão. Uma gera a outra, mas confio que a inclusão venha a dar mais certo ainda. Para mim está dando.*

A Part. 10 se posicionou sobre o assunto [...] *com relação ao aspecto da inclusão, integração e segregação, tudo depende da postura e atitude que nós deficientes temos em relação à sociedade. Nós devemos nos preparar e nos equipar para nos incluirmos e nos integrarmos em todos os setores da vida. Os níveis de participação social de cada um dependerão da própria atitude frente à vida. Na medida em que eu fui amadurecendo e me conhecendo fui percebendo que podia fazer parte de todos os grupos sociais porque minhas necessidades sociais são as mesmas e minha aceitação nesses grupos depende de minha própria aceitação.*

Eu acho que a inclusão vem sofrendo modificações necessárias, porque agora não se trata apenas de integrar como quando o deficiente ia para algum lugar e tinha de se adaptar. De acordo com as novas Normas, os ambientes têm de sofrer modificações para que as pessoas com deficiência estejam nele nas mesmas condições que as outras. É preciso batalhar muito para que dê certo e nós temos de ir exigindo essas modificações. Não tenho nada a dizer sobre a segregação.Por que mantê-la as vezes é tão necessária para algumas pessoas? Melhor, se não fosse, informou a Part. 11.

Eu penso que a Educação Especial vai estar sempre discutindo essas questões e enquanto isso o tempo vai passando. Nós, deficientes, temos de nos preocupar conosco. Eu tenho de ser eu mesma, ser o que sou e assim me fazer conhecer. Os outros? Estes deverão se dar a conhecer como são. Assim eu penso que pode haver inclusão em qualquer situação. Não adianta só falar, ler e pesquisar, é preciso fazer esse movimento inclusivo que será bom para todos, afinal, somos todos seres humanos com os mesmos direitos e deveres, relatou a Part. 12.

A Part. 13 atribui culpa aos deficientes por muitas situações também instáveis. *Sempre existe muita dificuldade de adaptação e a gente precisa ir tendo confiança e*

unesp

ir lidando com as situações que se apresentam. Nós, deficientes visuais, temos uma parcela de culpa neste processo. O deficiente visual tem uma característica introspectiva, meio desconfiada, talvez pelo fato de não poder ver a expressão do outro. Mas é preciso acreditar e lutar para estar convivendo com os demais e ir tirando disso um aprendizado.

A Part. 14, disse: *sou meio cética em relação às grandes mudanças que devem ocorrer nos diferentes estabelecimentos. Não acredito que isso aconteça de imediato, mas sim, que vai demorar muitos anos, porque todos estão acostumados com a segregação, com a exclusão. Temos de ser os principais interessados nessas transformações, mas que não sejam só as escolares.*

Eu sempre acreditei na integração, vivi nessa fase e quero muito acreditar na inclusão. Quero muito que esse movimento dê certo. Eu sempre estudei em escola comum e isso foi bom para eu aceitar as mudanças e tentar fazer modificações também. É preciso que a inclusão seja uma realidade neste país de tantas exclusões. Não basta estar no papel como tantas outras coisas. É preciso acreditar e fazer funcionar. Cada qual dando sua a parcela vai ser viável sim. Relato da Part. 15.

A Part. 16 fez a seguinte ponderação sobre o assunto: *eu acredito e tenho feito de tudo para que a inclusão aconteça de fato, porém, não depende de mim, mas muito mais dos governantes, porque agora é a sociedade que tem de mudar para nos receber. Com a integração nós é que tínhamos que nos virar e com a inclusão o discurso muda. E que não fique só no discurso.*

A inclusão é um movimento que vem trazendo muitas discussões, principalmente no âmbito escolar, e a esse respeito as mulheres participantes do estudo se posicionaram emitindo suas opiniões, o que valeu para que apresentássemos alguns aspectos da mesma neste capítulo.

A inclusão prevê alguns princípios e fundamentos uma vez que o eixo central é a aprendizagem socioculturalmente mediada num processo que se sobrepõe aos princípios de igualdade de oportunidades educacionais, identidade e sensibilidade estética, conforme informou Bruno (2000 p, 82).

Os princípios, os fundamentos básicos e as ações da escola inclusiva assim se traduzem:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

-Toda criança pode aprender e fazer parte da vida comunitária.
-O aluno torna-se membro efetivo e ativo da turma regular.
-A valorização da diversidade, da construção de laços e atitudes cooperativas, proporciona maior aprendizagem para todos.
-A inclusão depende da criação de rede de ajuda mútua entre os alunos, professores, pais, escolas e serviços da comunidade.
-A participação da pessoa com necessidades educativas e seus familiares envolve as tomadas de decisões pertinentes às suas especificidades para elaboração do projeto pedagógico de inclusão.
-A organização de currículos, programas, projetos e planos de ensino adequados são requeridos pelas necessidades educativas de todos os alunos.
-A inclusão no currículo, em todos os níveis, de conteúdos pertinentes a valores sociais, culturais e éticos que favoreçam a inclusão escolar e a participação na vida comunitária.
-O sucesso do processo de aprendizagem depende da criação de mecanismos e procedimentos de apoio didático pedagógico aos professores, na busca de melhores estratégias de ensino.
-A inclusão requer a transformação da prática pedagógica, em termos de relações interpessoais positivas, interação e comunicação entre alunos e professores. O professor da classe regular, assume a responsabilidade pelo desenvolvimento dos conteúdos curriculares de todos os alunos.
-O professor de educação especial desenvolve trabalho conjunto com o professor da classe regular para planejar as adaptações, as tarefas, estabelecer estratégias e procedimentos de ensino e avaliação que promovam a aprendizagem de todos os alunos.
-A implantação de um sistema escolar inclusivo envolve alocação e repasse de recursos financeiros dirigidos diretamente à escola para reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula e para as adaptações curriculares que se fazem necessárias.
-A educação inclusiva depende de uma gestão democrática caracterizada pela sensibilidade do diretor e pelo envolvimento da comunidade escolar por meio do colegiado.
-A implementação dos princípios fundamentais da escola inclusiva depende da formação continuada, reciclagem em serviço de todos os profissionais envolvidos possibilitando a ação, reflexão e redimensionamento da prática pedagógica inclusiva (BRUNO, 2000, p. 83).

A Inclusão Social, enquanto valor, fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentes das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social (ARANHA, 2002, p.2).

A autora diz ainda:

> Para que a igualdade seja real, entretanto, ela há que ser relativa (dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais). O que isto significa? As pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as *condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais*, de forma que todos possam *usufruir das oportunidades existentes*. Tratar desigualmente não se refere a instituição de privilégios, e sim, à disposição das condições exigidas pelas peculiaridades individuais na garantia da igualdade (p.2).

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Então, o principal valor que permeia a idéia de inclusão, de acordo com Aranha (2000), está configurado no princípio de igualdade, que é o pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: *a diversidade requer peculiaridades de tratamento, caso contrário, se transformará em desigualdade social.*

Na década de 80, começa a crescer em muitos países a argumentação da tão proclamada importância de tratamento, da capacitação, do ensino, enfim, da integração das pessoas com necessidades especiais. Entretanto, segundo Aranha (2000), não se via justificativa para o fato de que estar passando por qualquer dessas circunstâncias fosse razão para adiar o momento da integração com critérios e intervalos definidos.

A integração também foi um desafio para a educação. Para Bocayuva (s/d) era um momento fundamental de preparação das pessoas com incapacitadas para uma vida social normal, independente e produtiva, ou seja, para que elas fossem capazes de suprir as suas próprias necessidades, com garantia do inalienável direito à educação, parte essencial dos direitos humanos que, inclusive, determina a aplicação de meios destinados a promover as capacidades individuais, sem distinção de grupo étnico, cultural ou social.

O autor informa que as propostas foram implantadas na zona urbana e rural, sendo que os instrumentos utilizados eram diferenciados, embora o fim fosse o mesmo - integrar as crianças com deficiências em todos os locais possíveis e que ela desejasse.

O projeto de integração da área rural não previa apenas educação, como se pensou anteriormente. Em sua amplitude, ele tinha a possibilidade de desenvolver aptidões, de propiciar o desenvolvimento de hábitos e atitudes adequados ao trabalho, de proporcionar treinamento ou ocupação para aqueles que se identificavam com suas atividades.

Na integração rural, o objetivo era o de possibilitar à criança e ao jovem carente, com deficiência e em situação de risco, um desenvolvimento e formação global por meio de atividades socioeducativaa, comunitárias, culturais, esportivas, profissionalizantes, engajadas no contexto, por exemplo, agropecuário, que lhes

unesp

permitiriam autosustentação, desejo de todos, gerações após gerações, anos após anos, e integração comunitária.

Chegou-se a formar um centro de reabilitação e habilitação no meio rural que dava conta da escolarização, da profissionalização, etc.

As pessoas com deficiências, que eram atendidas pelo projeto, recebiam orientação dividida em duas partes. Na primeira, participavam educandos em rodízios. Eles faziam isso para dar conta de atender a todos em todas as modalidades. O rodízio era mensal com atividades e acompanhamento direto e constante no sentido de adaptação, desempenho e adequação da tarefa às condições individuais.

A outra parte do projeto previa a fixação do educando em uma tarefa de uma certa atividade por um espaço de tempo maior e até indeterminado. Assim o educando seria orientado em termos profissionalizantes, com controle de produção e ênfase nas atitudes adequadas em relação à tarefa desenvolvida. Para os alunos com deficiência, o programa esticava o prazo, permitindo até que alguns permanecessem em período integral, desde que as atividades não estivessem vinculadas apenas à escolarização.

Neste projeto, foram necessários profissionais da Educação Especial para que orientassem técnicos de cada atividade quanto às peculiaridades de cada caso e, diretamente, a atuação, adaptação e aprendizagem de cada educando com deficiência, com a finalidade de que o objetivo de integração social e profissional fosse atingido.

Assim era a integração nas áreas rurais que são pouco examinadas pelos pesquisadores e estudiosos da integração.

Na zona urbana, sabe-se que não era muito diferente. A maior preocupação, todavia, e talvez única para muitos profissionais, era com a educação, com a formação escolar das crianças sem e com deficiências.

Se nos estados do norte e do nordeste as coisas caminhavam tão adequadamente, por que em muitas cidades dos chamados Estados desenvolvidos, essas atividades não davam certo? Fica a interrogação. Será que na 'cidade' as dificuldades são maiores? Serão os projetos que não têm financiamento? Ou será o que o sucateamento educacional chegou primeiro às cidades mais evoluídas? Perguntas que ficarão sem resposta por mais algum tempo.

unesp

Embora, a segregação, todos sabemos, tenha dado inicio à escolarização das pessoas com deficiência que aconteciam em instituições com regimes de internatos, externatos e semi- internatos, o que prevalecia para ser um órgão segregador eram as metodologias, os paradigmas adotados naquele período.

As escolas especializadas na rede pública eram diminutas e por ser necessário estudar, a maioria das crianças ia para os institutos, geralmente, religiosos, e conseqüentemente, conservadores e segregativos.

Ainda neste século XXI, existem algumas correntes que acham que a segregação não mudou porque as crianças são postas em uma sala em que ficam sem nenhum contato com outras, estando apenas fisicamente integradas. Atualmente se dizem inseridas, mas se estivessem numa instituição, elas estariam melhor porque estariam com os seus iguais.

A segregação, para a época, pode não ter sido o pior mal, mas para este século, com o movimento da inclusão, ao menos tem de haver tentativas assertivas de concretizar-se a educação para todos em escolas do ensino regular, até porque há de se considerar todas as transformações que o mundo sofre e, se a educação das pessoas com deficiência em muitos países aconteceu de uma forma mais integrada e deu certo. Por que não se buscar cada vez mais aperfeiçoamento? Um passo importante é fazer com que toda a sociedade reconheça, respeite e valorize as pessoas diferentes, sejam elas com deficiências ou não.

Aranha (2000) nos remete à inclusão social como paradigma:

> O primeiro paradigma era o da *Institucionalização*, e fundamentava-se, de maneira geral, na idéia de que a pessoa diferente, não produtiva, estaria melhor protegida e cuidada se mantida em ambiente segregado, à parte da sociedade mais ampla. Assim, sua prática caracterizou-se essencialmente pela criação e manutenção das *Instituições Totais*, local de confinamento, onde esses cidadãos passavam toda a sua vida (2002, p.3).

Como é possível perceber pelas exposições dos autores, a idéia de se manter instituições, sempre foi muito forte e, hoje, mesmo com o movimento da inclusão, que oportuniza pela primeira vez que a educação seja de fato para todos, ainda existem profissionais, familiares e mesmo pessoas com deficiência que consideram a

unesp

segregação o melhor caminho para os diferentes, principalmente quando as limitações são severas.

4. 15 Sociedade e mídia

Quando se trata de falar das chamadas minorias, todo mundo, ou melhor, há quase unanimidade em se dizer que a sociedade é excludente. Vale ressaltar que quando um indivíduo está falando de uma sociedade, está falando dele mesmo, enquanto cidadão que a forma e que dela faz parte.

Os deficientes visuais e auditivos têm, de acordo com Crespo (2002), seus direitos à cidadania cerceados em virtude das dificuldades que encontram para comunicar-se e receber informações. O direito à informação deve ser garantido por meio de publicações em braille ou programas legendados na TV, além da linguagem dos sinais (LIBRAS) e, para isso, é necessário que se divulgue a necessidade dos intérpretes da LIBRAS nos eventos públicos, bem como versões em braille de programas de peças teatrais, concertos musicais, etc.

Para falar um pouco sobre comunicação e sociedade, a Part. 1 informa: *toda a sociedade é vista por dois aspectos: a que rejeita e a que protege e nós deficientes visuais estamos compartilhando das duas e não vejo possibilidade de existir só uma, porque o ser humano é assim bipartido, ora está supervalorizando algo, ora está desprestigiando e por isso, ao longo da história as sociedades são diferentemente perfiladas, traçadas e entendidas. Em relação à mídia: ela está melhorando bastante seu papel porque tem apresentado informações sobre as minorias, sobre as pessoas que estão muitas vezes à margem dos direitos como cidadãos, todavia, é preciso estar muito atenta para o que é apresentado. Ela poderia estar mais a serviço do bem comum.*

Vivemos em uma sociedade cheia de falsidades, ideologia, na qual poucos se encontram pelo mesmo ideal. A sociedade foi constituída como é e, assim vai ser pela vida e, por isso, cada um de nós é que tem de ir construindo sua identidade e tentando sobreviver com dignidade. Para os deficientes ela chega a ser má, mas vamos modificando nossas ações e ganhando espaço dentro dela. A mídia é um meio

unesp

de comunicação que às vezes beneficia, às vezes prejudica. É preciso ter muita cautela para usar de alguns dos seus meios, seja escrito ou falado, principalmente quando não se tem acesso à informação visualmente.

Analisando Bruno (2000), entende-se que a sociedade vem contribuindo de forma consistente para várias transformações, sejam na estrutura das relações sociais, familiares e escolares. E dentro dessa transformação, sem dúvida, o movimento que mais vem se destacando é o da inclusão social que é mundial (p. 80).

É essa sociedade que aí está que deve gerar as modificações. Se por um lado age como elemento demolidor, por outro, e com a participação de todos, tenderá a agir como transformadora, atendendo às demandas de igualdade social.

Sobre isso nos disse a Part. 2: *eu sempre achei que a sociedade é perversa com os menos privilegiados. É muito difícil sobreviver em meio a tantos preconceitos gerados por ela. Ela gera problemas e preconceitos e ela mesma cobra posturas. Vivemos numa sociedade muito desigual. Não há muito espaço para quem não tem poder ou quem não deu certo. A mídia anda bem de acordo com a sociedade, apresenta o que ela quer, o que está determinado e padronizado. É uma pena porque ela poderia trabalhar mais para mostrar, por exemplo, o potencial das pessoas limitadas de alguma forma.*

Para a Part. 3: *a culpa da rejeição, preconceito já existe na família, na sociedade e no próprio deficiente. O deficiente precisa pôr a cara pra bater, reivindicar, brigar para ser bem aceito pela sociedade que só aceita os normais e aqueles que seguem seus padrões. Não seguiu, está fora do seu convívio e aceitação.*

A sociedade sempre esteve em função dos perfeitos. Para os deficientes, quando ela dá uma oportunidade, é com muita briga. Isso precisa ser mudado, mas não acredito que ocorra, porque enquanto o mundo for esse mundo que está aí, o homem será carregado de preconceito, por uma ou por outra razão. A mídia poderia ser uma aliada preciosa na dismistificação da deficiência, mas, na maioria dos casos, ela reforça preconceitos, especialmente quando mostra personagens de filmes e novelas calcados no que se imagina ser a realidade de um deficiente, nos informou a Part. 4.

unesp

Sociedade e mídia para a Part. 5 tem a seguinte conotação: *eu acho que a sociedade, da qual somos parte (e não podemos nos esquecer disso), vai ser sempre assim, preconceituosa e atendendo só aos que são tidos como perfeitos. Entretanto, principalmente, nós, os deficientes visuais temos de cobrar posturas e discernimento no tratamento que ela nos dispensa. Quanto à mídia, esta poderia estar ao lado das pessoas diferentes, mostrando seu potencial de realização, mas infelizmente dá poucas oportunidades e, como a sociedade em geral, só pensa em mostrar coisas mais fúteis.*

A Part. 6 talvez por sua forma de vida mais como dona de casa, tem uma visão diferente: *para mim a sociedade não é muito ruim porque eu não atuo muito fora de casa, porque meu trabalho é em meu bairro e com meu marido. Saio com minhas filhas, freqüento festas de família e amigos e não tenho um envolvimento maior com a causa dos deficientes. Tudo isso não me leva a crer que ela seja complacente. Sei que muitas vezes pode ser bastante cruel. Para mim a mídia deveria preocupar-se mais em mostrar as coisas boas que os deficientes e outras pessoas comuns fazem. Ela se preocupa mais em mostrar coisas ruins.*

Para uma pessoa como a Part. 7, sempre envolvida nas questões políticas, a *sociedade é muitas vezes injusta sim, mas com todas as pessoas. São os negros, índios, crianças, idosos, sem terra, mulheres e tantos outros segmentos que são rejeitados por ela. Mas, então, o que temos de fazer? É sair e mostrar mesmo que somos parte dela, que temos direitos e deveres. De nada adianta só reclamar e cruzar os braços. É necessário estar reivindicando, atuante, se associando, sindicalizando, estudando as políticas do país. Em relação à mídia, eu a vejo às vezes como aliada e às vezes como vilã, pois, ao mesmo tempo que tenta mostrar o lado bom das coisas, mostra o lado negro. Para as pessoas com deficiências, o acesso ainda é mínimo, mas também depende muito de nós para ampliar esse espaço. Temos que conquistar muitos espaços e a mídia é um deles.*

Para a Part. 8, a *sociedade é formada de cidadãos preconceituosos e isso ela espelha muito bem e nós deficientes. Enquanto parte desses cidadãos, é que temos de lutar para provocar mudanças. O homem é preconceituoso por natureza e não acredito que um dia haverá um mundo sem esse olhar, porém, temos de ir*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

conquistando espaço para que isso seja pelo menos minimizado. Em relação à mídia, ela seria o veículo de informação que mais necessitamos para mostrar nosso potencial. Infelizmente temos de mostrar sim e sem essa de dizer que o deficiente tem de ficar se expondo. Nós temos de fazer isso, porque as pessoas ditas normais o fazem. A diferença é que nelas a tendência é acreditar, enquanto que com os deficientes é preciso insistir mais, mostrar mais. Mas é isso.

Não tenho o hábito de ficar acusando a sociedade sobre o tratamento diferente que algumas vezes recebo. O que tenho em mente é provocar transformações com o meu trabalho, com a minha independência. A mídia poderia ser uma importante colaboradora, mas quantos de nós não a procura porque é mais fácil dizer que não nos dará oportunidades? Temos de ir em frente e ocupar os espaços a que temos direito como cidadãos e a mídia é um desses espaços. Palavras da Part. 9, em relação à sociedade e mídia.

A Part. 10 disse: *a sociedade recebe bem quem está preparado e quem não tem limitação, mas nem por isso devemos nos encolher. Com a mídia eu não tenho familiaridade, mas acredito que também seja um espaço que temos de ocupar, exigindo que fale sobre nós e sobre o nosso potencial. Também temos condições de escrever para jornais e revistas, mas nem sempre o fazemos, por isso não podemos lançar culpa só na sociedade ou na mídia.*

A sociedade pode ser tão preconceituosa ou mais que os próprios deficientes. Não podemos passar nossas vidas acusando sociedade e outros órgãos e nem mesmo governos. Precisamos nos perguntar: o que estamos fazendo para modificar isso? É muito fácil cruzar os braços e jogar toda carga de problemas para outro e no caso das pessoas com deficiência, para a sociedade. A mídia procura sim e nós deveríamos também procurar, insistir, mostrar, escrever, produzir e ver os resultados positivos surgidos. É a opinião da Part. 11.

A Part. 12, discutindo essa questão, disse: *a sociedade é discriminadora. Eu me sinto muito discriminada como mulher e como cega. Às vezes ela (sociedade) é fator de insucesso em algumas atitudes que temos de tomar. Mas temos de ir em frente e não ficarmos assustados com os obstáculos que surgem. É assim que vamos conquistando nosso espaço. A mídia tem sido veículo de poucas informações a*

unesp

respeito das pessoas com necessidades especiais. Ela está muito mais preocupada com a situação política que com a social.

A Part. 13, sobre o assunto, mencionou: *a sociedade não está preparada para aceitar as pessoas diferentes- talvez a mídia seja um meio para que essa aceitação venha a acontecer.*

Entre o período no qual perdeu a visão e o atual, a Part. 14, teve mudança conceitual sobre a sociedade e a mídia, tanto que mencionou: *eu nunca pensei que a sociedade tivesse um olhar diferente da piedade, da complacência, isso logo que perdi a visão, pois, nesse momento, só temos o desespero, mas com o passar dos anos fui percebendo que são fragmentos da sociedade que rejeitam e outros que aceitam. Acho improvável querer que a sociedade como todo nos veja diferentes do que somos. Então, temos de estar com os fragmentos que nos aceitam e ampliar essa aceitação por meio de nossas atividades independentes e de profissionais competentes. A mídia segue a sociedade e se nós fizermos coisas que despertem seu interesse, ela vai colaborar. Ao contrário, se ficamos só reclamando sem agir, não sairemos do lugar comum.*

Sobre o assunto sociedade e mídia, a Part. 15 relatou: *A sociedade ainda é muito preconceituosa e a mídia às vezes, corrobora para essa discriminação de massa, porque é veículo de informação. Por isso, penso que deveria também divulgar as coisas boas que o deficiente faz porque tem potencial para fazer.*

Para a Part. 16, *a sociedade é sim muito preconceituosa, mas não é possível, por isso, não acreditarmos em nós mesmos e no que somos capazes. A mídia tem sido um meio de comunicação que faz algumas coisas boas pelo deficiente. Nem sempre temos de procurar, talvez até porque nos veja como seres tão diferentes que quando tem conhecimento, que temos vontade própria, que andamos, que falamos, trabalhamos, constituímos famílias, até por incredulidade, nos procura e divulga nossas ações e temos de aproveitar muito esses momentos.*

Para a sociedade e a mídia é quase um milagre o fato de as mulheres que apresentam uma deficiência, principalmente de nascença, tornarem-se competentes e positivas, ou conservarem o amor próprio. Poucas coisas na nossa sociedade incentivam esse amor próprio. Na vida pessoal e no que diz respeito à adaptação, à

unesp

família, aos companheiros e ao sistema educativo, a experiência dessas mulheres esbarram nas mensagens estereotipadas da mídia.

Nas sociedades ocidentais, a mídia cria um cenário que influencia a construção dos papéis sociais das mulheres enquanto cidadãs. Raramente se apresenta uma mulher portadora de deficiência como uma pessoa com poder decisório, capaz de triunfar (CECF/CEAPPD, 2000, p.17). Muitas mulheres se opõem a estes estereótipos, tentando impor uma imagem mais realista e menos sexista nos meios de comunicação social.

A TV mostra com muita freqüência cenas explícitas de violência contra as mulheres, enquanto uma censura mais liberal permite cenas cuja mensagem veicula o seguinte: toda mulher tem necessidade de ser levada para a cama por qualquer homem que tenha condições de fazê-lo (CECF/CEAPPD, 2000, p.17). A pornografia que liga o sexo à dominação apresenta, com freqüência, mulheres com deficiência, talvez inspirada no regime da escravidão. Filmes dessa natureza estão disponíveis nas locadoras que se multiplicam em cada esquina. É a banalização do corpo da mulher estampado nas mais diferentes revistas nacionais e internacionais.

Mesmo com imagens banalizadas, a mídia só apresenta mulheres com os corpos leves, perfeitos, esguios, bonitas, boas, preferencialmente loiras e sempre com menos de 30 anos de idade. As com mais idades não são modelos adequados, a não ser que a veiculação seja referente a planos de saúde, aposentadorias, ou então, que faça propaganda de produtos utilizados por donas de casa e ainda assim, raramente.

Gastam-se milhões de dólares para vender produtos que a publicidade anuncia como bons para a pele, para o corpo, para a feminilidade e para nos fazer pensar que poderemos melhorar nossa aparência física. A TV ainda transmite, imagens corporais de jovens, perfeitos, da super-mãe e de jovens profissionais com aparência impecavelmente atraentes. Qualquer mulher pode ficar então deprimida e desgostosa com a própria aparência, se não entender o engodo por trás dessas mesmas mensagens.

Para a autora deste trabalho, as coisas não acontecem bem assim. A mídia quer mostrar só o que para a sociedade seja o melhor e com isto, se por um lado frustra algumas mulheres, por outro, muitas melhoram sua aparência, saúde e amor

unesp

próprio, porque na realidade todas as mulheres querem ter algo que aumente sua auto-estima, o que deve ser encarado como dado positivo. Não se excluí aqui a responsabilidade da mídia em tanta exploração do corpo feminino quando em situações banalizadas. Agora, jogar na mídia toda a culpa do recalque de quem não se considera bem fisicamente torna-se irresponsabilidade. Importante é lembrar que tudo é consumo e que muitas mulheres expõem seus corpos a ele e ficam ainda assim de bem com a vida. Isso é aceitação ou não do que está aí, para cada uma.

Na TV, as imagens que reforçam, por exemplo, sentimentos de insegurança podem ter efeitos lamentáveis sobre uma mulher que se desloca em cadeira de rodas. Mas ao menos duas, uma brasileira e uma americana, já fizeram fotos eróticas para revistas. É claro que muitas das mulheres com deficiência se frustam ao ver outras tão belas como modelos e elas, às vezes sem poder andar, enxergar, ouvir ou pensar, devido a problemas diversos ocorridos em suas vidas, mas nem por isso devem apenas lastimar-se. É preciso tirar o melhor de tudo isso, porque todo lado negativo tem um positivo. A mulher sem limitação também pode se frustrar, vendo outras tão mais belas e mais perfeitas.

> A mídia contribui para forjar a imagem que o público tem sobre as pessoas portadoras de deficiência. Pode facilitar ou entravar as trocas de informações entre grupos diferentes. Também pode exercer outros papéis, principalmente o de divulgar os serviços disponíveis (CECF/CEAPPD, 2000, p.17).

E não só isso: a mídia pode também divulgar o potencial dessas mulheres, no caso, das participantes, mostrando as que estão engajadas no mercado e trabalho, realizando com eficiência suas funções. Esse foi o ponto defendido por elas. Atualmente existem veículos de informação com essa preocupação, só é preciso estar atento porque, na ânsia de querer mostrar o lado positivo das pessoas com deficiência, pode-se fazer o contrário, ou seja, apontá-las mais uma vez como 'coitadinhas'.

Os homens com deficiência também sofrem com as imagens estereotipadas, mas as mulheres, nesse caso, têm maior tendência de interiorizar o problema, tornando-se assim, vítimas vulneráveis à dependência e incompetência, passando muitas vezes a aceitar essa mesma imagem. As mulheres que exprimem sua cólera ou desagrado são julgadas amargas, negativas, vingativas, sem atrativos e não femininas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As mulheres, cuja deficiência as torna dependentes, não são consideradas livres para expressar a cólera. Elas temem represálias, abandono e até privação alimentar. O próprio sexo e a deficiência forçam a mulher a desempenhar um papel eminentemente passivo (CECF/CEAPPD, 2000, p.17).

Foi feito, juntamente com os jornalistas canadenses, um amplo estudo sobre a presença das pessoas com deficiência nos veículos de comunicação de massa, e chegou-se à seguinte conclusão:

> -A percepção em relação às pessoas portadoras de deficiência vai de um extremo ao outro. Ou são apresentadas como incrivelmente nobres, superiores, ou como pessoas inúteis que se interessem apenas pela pensão que recebem do governo, e passam a vida diante da TV(Mona Winberg, Totonto Irm).
> -A forma, a maneira de pensar, na América do Norte é a seguinte: se uma coisa é imperfeita, ela de nada vale. Gostaria que me descrevessem de uma forma realista. Se sou pobre, é devido ao fato de a própria sociedade me recusar um trabalho (Shirley) (CECF/CEAPPD, 2000, p. 17).

A atitude paternalista e os apelos à caridade também representam uma forma de degradação, que contribui para desumanizar as pessoas portadoras de deficiência e para diminuir seu amor próprio. Como essas pessoas se consideram, acima de tudo, indivíduos participantes, o emprego de um estereótipo ou de uma linguagem que coloque a deficiência antes do indivíduo é mais do que degradante.

Outros pesquisadores notaram que todas as mensagens transmitidas pela mídia contêm, em geral, de maneira implícita, a noção de que *as pessoas portadoras de deficiência não são importantes e que a sociedade pode ignorá-las*. Esse é outro equívoco (CECF/CEAPPD, 2000, p.18). Em geral, a mídia utiliza os seguintes termos para falar das pessoas portadoras de deficiência: *estropiadas, confinadas, problemáticas, vitimas, sofrendo em cadeiras de rodas, cegas, paralíticas, mancas, surdas como uma mula.* Embora, não por inteiro, isso vem sofrendo transformações porque a mídia brasileira está buscando conhecer melhor essas pessoas e o seu potencial.

Enquanto especialista na área da deficiência visual, não vejo que todos os termos citados impliquem em maledicência ou chacotas, porque dizer que está em cadeiras de rodas e ser cega ao referir-se a alguém que de fato está nessas condições

unesp

não é exagerar ou fazer ironias. Quanto mais ela se desviar, mais vai se condenar e ter que ficar dando milhões de explicações. Uma pessoa que assume em dizer "sou cega" está respondendo a contento o que foi perguntado sobre sua condição. Entretanto, as com baixa visão terão de explicar muito mais, até porque, poucos conhecem sobre o assunto e sobre a terminologia.

As expressões *especiais*, ou *pessoas especiais* também têm sido evitadas porque expressam limitações e implicam segregação, contribuindo para criar guetos nos quais as pessoas com deficiência ficam isoladas. Neste sentido, faz-se necessária uma análise mais pormenorizada do que seja *especial*. É necessário que, antes de se apresentar um dado que possa ser considerado negativo, que ele seja muito bem pensado e entendido em sua conceituação global e no que representa.

O termo *especial* é muito usado no sentido de coisas extraordinárias. Por exemplo, um pão, um prato, um vinho, etc., especiais são produtos de ótima qualidade. Então, é preciso ter cuidado com generalizações. Ao se pensar em separar demais os tratamentos já existentes, corre-se o risco de se errar muito mais e aumentar a rejeição e ou segregação de uma pessoa com deficiência. O manual sobre reflexões cita situações das pessoas com deficiências para dar maior concretude a essa discussão:

> Preferiria que tivessem uma visão global, que demonstrassem que fazemos parte integrante da sociedade e não nos apontassem como especiais, necessitando de atenção. Raramente pedem nossa opinião sobre questões da atualidade. Acima de tudo somos cidadãs e eleitoras interessadas nos principais problemas, e não apenas no que diz respeito às pessoas portadoras de deficiência (CECF/CEAPPD, 2000, p.18).

Pessoas que estudam, pesquisam ou de alguma forma se envolvem com pessoas com deficiência não falam delas após tê-las conhecido, ouvido, mas sim por elas e pelo que pensam ser o possível, adequado. As pessoas com deficiência têm vontade própria e têm de ser ouvidas para opinar em situações que as envolvam. Ninguém melhor que elas conhecem as dificuldades para a acessibilidade nos diferentes setores de sua vida. A autora deste trabalho lembra que dez anos de estudos de um pesquisador não têm o mesmo significado de dez minutos da vivência de uma pessoa com uma limitação sensorial, mental ou física.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As pessoas com deficiência são postas de lado e ficam limitadas a determinadas questões, porque lhes recusam a cidadania, privando-as do direito de participar dos problemas de maior envergadura. Entretanto, os problemas sociais e econômicos podem afetá-las em primeiro lugar, mesmo porque utilizam com maior freqüência os serviços sociais sejam os de aposentadoria entre outros.

Enfim, a imagem transmitida pela mídia tem sido freqüentemente reacionária e não tem correspondido às reais preocupações das pessoas portadoras de deficiência. Ainda que muitas pessoas com deficiência reclamem sobre as não deficientes que falam por eles, é preciso lembrar que muitas também não querem ir em busca de melhores condições para suas vidas, deixando e mesmo solicitando para que outros o façam por elas. E a mídia, então, aproveita-se dessa situação para tratá-las como vitimas e dar mais destaque à deficiência do que aos sentimentos e à sua dignidade.

Esses estereótipos têm efeitos sutis sobre as mulheres com deficiência. Acentuam-se os sentimentos de isolamento, a impressão de anormalidade, de estranheza. Não as ajudam a acreditarem que são aceitas, que podem fazer amizades duráveis e manter relações amorosas enriquecedoras. Em tais circunstâncias, torna-se virtualmente impossível adquirir a segurança indispensável para a construção de uma boa imagem delas mesmas. Como expressar sua independência, cólera e frustração, quando a sociedade faz da liberdade e da independência um objetivo difícil de atingir?

As mulheres que adquirem a deficiência na idade adulta, incluindo aí a adolescência, faixa etária da maioria das entrevistadas, exprimem melhor sua frustração do que as que nasceram assim. Para esses casos, a terapia de grupo representa um avanço significativo. A compreensão da luta interior da outra pode ajudar.

É preciso que as mulheres com deficiência trabalhem junto às outras mulheres para melhor compreender a natureza da opressão. Embora o movimento feminista tenha tentado ultrapassar os limites das categorias sociais, a questão ainda está incompleta. Existem mal entendidos entre as mulheres de classes diferentes e entre as brancas e as negras. Mas a diferença mais marcante é aquela que separa as mulheres com deficiência das outras (CECF/CEAPPD, 2000, p. 19).

unesp

Em toda as regiões do Canadá tenta-se mais e mais integrar as mulheres com deficiência aos acontecimentos feministas locais. No entanto, a situação atual ainda motiva embaraços quando as palestrantes são convidadas para se apresentarem em auditórios inacessíveis, como, por exemplo, algum que contenha apenas escadas. A mulher que estiver com cadeiras de rodas terá grandes dificuldades em chegar até os demais convidados.

Se as outras mulheres não se sensibilizarem, se não derem o primeiro passo, se não pensarem nas com deficiência, como trabalhar em conjunto para enriquecer a vida de cada uma? (CECF/CEAPPD,2000, p.19).

Não encontramos, em nosso levantamento bibliográfico, literatura brasileira com escritos relacionados diretamente à mídia e à mulher com deficiência para nos apoiarmos e discutirmos os relatos das participantes. Em vista disso, apoiamo-nos na pesquisa realizada no Canadá. Como especialista na área da deficiência visual, entendo que os problemas são semelhantes, mudando apenas as estratégicas que conduzem ao enfrentamento das dificuldades.

4. 16 Violência contra a mulher

> Porque a verdade é um valor em sentido estrito enquanto serve à proteção e à melhoria da vida humana, como guia na luta do homem contra a natureza e contra si mesmo, contra a sua própria debilidade e destrutividade (Herbert Marcuse. In: SAWAIA, 2001, p. 129).

Para as mulheres com deficiência visual, a violência não está só nas agressões físicas, mas também ligadas às formas de discriminação que sofrem por meio da violência social. Então, na luta pelo reconhecimento pleno da cidadania e conquista da igualdade das mulheres com deficiência visual na sociedade, é preciso que se considerem aspectos velados da violência contra as mesmas. Alguns órgãos em defesa da mulher, têm- se empenhado na criação de serviços especiais destinados às vítimas de abusos, porém os movimentos feministas chegaram à conclusão de que nenhuma mulher pode alcançar um estágio de segurança e igualdade se todas as outras e, aí incluídas as com deficiência, não tiverem os seus direitos plenamente garantidos.

unesp

Dados de uma pesquisa canadense sobre mulheres com deficiência revelaram que das 245 mulheres portadoras de deficiência que responderam a um questionário sobre violência, como já foi apresentado neste trabalho, 55% confessaram ter sido vítimas de estupro, agressões e outros tipos de violência e 64% se queixaram de maus tratos verbais. Em geral, ficou constatado que as mulheres portadoras de deficiências físicas não têm acesso aos serviços destinados às vítimas da violência.(CECF/CEAPPD, 2001).

Um dado importante para análise trata do percentual das mulheres violentadas após terem ficado com algum tipo de deficiência. De acordo com os gráficos elaborados a partir dos relatórios apresentados sobre a violência: se ocorreu antes ou depois do aparecimento da deficiência- constatou-se que, em mais da metade dos casos (56%), os episódios aconteceram após o aparecimento das seqüelas; sendo 26% dessas mulheres violentadas antes e depois do aparecimento da deficiência.

Enquanto realizávamos este capítulo consultamos o Conselho de Defesa da Mulher do município de Marília para saber se havia ocorrências de violência contra a mulher com deficiência visual. Nos informaram que nunca houve uma queixa, entretanto como já mencionado, a violência não é só física mas, sobretudo, social.

A Part 2 referiu-se ao afastamento, dos amigos e parentes mais próximos. Pudemos constatar, no relato da Part. 3, que a violência sofrida quando abandonada pelo marido após ter perdido a visão, o que caracteriza violência social. Esse é o tipo de agressão sem queixas.

Sabe-se que, quando a agressão parte dos maridos, muitas das mulheres deficientes não registram queixas, porque têm receio de ficar sem eles. No filme " Cartas de nossas vidas" pudemos constatar violência que as mulheres com as mais diferentes deficiências sofriam porque seus maridos as abandonavam. Muitas delas nunca recorreram a ninguém porque não adiantaria, não seriam levadas a sério.

Para elas, denunciar um marido significa, na maioria das vezes, a perda do apoio financeiro. Esse medo foi manifestado pelas mulheres com deficiência da pesquisa canadense.

Houve entre as mulheres canadenses uma que disse:

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

> Quando nos educam, nos ensinam a ser gentis e, como pessoas portadoras de deficiência, a sermos dóceis. Crescemos, então, com muito pouco amor próprio, o que faz de nós presas fáceis para os homens que querem fazer da mulher uma escrava. Esses homens, na maioria das vezes, foram maltratados na infância e se vingam disto nas próprias mulheres (CECF/CEAPPD, 2000, p.21).

Não é necessariamente verdadeiro afirmar que as mulheres com deficiência têm de ser 'boazinhas' e concordar com tudo, aceitar o que lhes é proposto ainda que não queiram.

Os serviços de ajuda jurídica são muitas vezes situados em locais inacessíveis e os promotores, também movidos por preconceitos, se recusam às vezes a considerar as acusações bem fundamentadas, se as vítimas não se apresentam com bastante coerência, bem vestidas e com um discurso convincente. Como se todas pudessem ter um bom nível educacional e financeiro.

Em se tratando de Brasil, vejamos o que se tem a informar, sobretudo, em relação ao que acontece na cidade São Paulo, que é uma das maiores cidades do mundo.

Para escrever sobre a violência urbana e a exclusão dos jovens, Mello (2001), afirma que algumas perguntas devem nortear as discussões: como conciliar a democracia com todas as violências e violações de direitos mais elementares que parecem constituir o quotidiano de alguns seguimentos da população? Como construir e manter representações positivas de si mesmo, quando elas são sinteticamente depreciadas pela sociedade como um todo?(p.130).

E é nesses aspectos que a mulher com deficiência visual pode sentir-se violentada. Muitas não conseguem construir representação positiva sobre si mesmas e com isso, sofrem discriminação e desvalorização. As atitudes positivas não lhes são permitidas.

Normas, Leis, Estatutos e Recomendações são pouco respeitados no país, e enquanto isso, crianças, jovens, mulheres, idosos e muitas minorias vão sendo violentados em seus direitos até de vida, porque o modo de vida urbano é dominado pela idéia de quantidade e de abundância, sendo a pobreza apenas uma das contradições, visto que seus habitantes estão expostos aos mais variados e intensos estímulos que invadem todos os sentidos.

unesp

Os contrastes inspiram apreensão porque trazem sensações não muito claras de desregramento possível e, grande parte da tranqüilidade que cerca a vida diária de cada um, está radicada na fé implícita, na racionalidade da ordem. A violência rompe com a segurança, facilita a irrupção de fantasias relacionadas ao irracional, dá asas à imaginação numa leitura mais clara e próxima do povo, criando um movimento irracional de atitudes e manifestos. Tensões, oposição e conflitos são elementos presentes na vida social das pessoas e podem exacerbar-se a qualquer momento. A violência urbana não deixa ninguém fora de deu círculo de horrores. Foi o que revelou (Mello (2001, p.134- 135).

Desde os anos 80, a mulher vem denunciando mais as agressões sofridas e nunca se viu tamanho esforço para o seu combate e prevenção, pois nesses anos, é que o tema transborda para a cena política e social e passa a integrar a agenda política de grupos feministas e de governantes. Naquele período, a mulher começou a fazer denúncias dos maus tratos recebidos da sociedade, constituindo um campo de estudos específicos para a academia. Entretanto, Izumino (1998) revela que:

> Pesquisadores que se ocupam da analise dos movimentos sociais e da inserção das mulheres na esfera da produção detectam que há acentuado crescimento dessa participação a partir de 1975. Contudo, se as mulheres entravam na esfera da produção- reconhecida como espaço de atuação masculina- não o faziam em virtude de um reconhecimento da sociedade que declarava a igualdade entre os sexos em todos os setores da vida social. A entrada maciça das mulheres no espaço público ocorrida nos anos 70 pode ser atribuída à crise econômica agravada pelo período de " milagre econômico", que levou a uma pauperização de amplos setores da população (p. 77).

O relatório canadense apontou mais a violência da mulher no sentido físico, evidenciando os maridos, parentes e até mesmo filhos que as espancavam. Aqui observamos, além dessa, outra forma de violência, qual seja, a ocorrida nos setores de trabalho e que é mais conhecida como violência social, não sendo restritiva apenas ao trabalho.

Outra violência que a mulher vem sofrendo, desde o XIX, configura-se na dupla jornada de trabalho, uma vez que sua inserção na esfera produtiva não a liberou das tarefas associadas à chamada esfera de reprodução, com um outro agravante; o

unesp

salário percebido é sempre menor que o do homem, ainda que sua produção seja igual à dele

Se comparadas às mulheres da pré- história na qual reprodução era obrigação, a mulher passa a desempenhar muitas produções, quais sejam: ser esposa, ser mãe, ser dona de casa e exercer trabalho fora do âmbito doméstico e não ficando só nisso porque existem casos de mulheres que, para poder sobreviver com sua família, fazem ainda algumas atividades remuneradas em casa nos intervalos de todas aquelas ocupações. E ela tem tempo e consegue conciliar tudo isso, não por ser uma super mulher, mas por ser determinada e pensar muito mais na família que o homem.

Para a Part. 5, a violência se deu em não ser aceita em academia e no curso normal por ocasião de sua perda visual. Atualmente, a violência é concretizada porque não é aceita em todos os lugares com o seu cão guia.

A Part. 8, relatou que sofreu essa violência quando passou em um concurso e não pode tomar posse por ser deficiente visual. No relato da part. 16, foi possível detectar um tipo de violência social também quando ela relata que alguém pagou sua conta sem ser consultada e sem saber por que razão. A violência social é velada e raramente denunciada.

Talvez, um dos maiores desalentos para a mulher é os homens pensarem que o trabalho que elas produzem fora dos seus lares seja um mero capricho, um acessório a mais e que deve ser passageiro, ou seja, que ela não vai criar raízes em um emprego, porque tem mesmo de ficar em casa, lavando, passando, engomando, sendo uma sombra na vida do companheiro.

Izumino (1998) chama atenção para o aspecto de conotações negativas que o trabalho fora do lar exercido pela mulher geralmente vai ter. O da mulher com formação superior, todavia, como traz possibilidade de ascensão profissional e de independência econômica, dá a ela uma situação diferente do que ocorre entre as mulheres das classes mais populares que, na maioria das vezes, têm nível de qualificação profissional e de escolaridade mais baixos. Aqui se percebe outro aspecto da discriminação entre as mulheres numa situação criada pelo fator econômico e pela determinação para avançar educacionalmente, pois muitas mulheres chegam às universidades pelo caminho público.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Para Azevedo (1985), é no momento, ao qual acima nos referimos, que começam as transformações. A mulher encontra no imaginário feminino e masculino, o lugar de mulher- vítima, cujo entendimento inicial é tido pela sua passividade e submissão, por falta de oportunidades de estudos e trabalho, todavia, no novo imaginário sobre a violência contra a mulher, denominada de conjugal ou doméstica, a imagem da mulher também sofreu mudanças. Ela não tem mais de ser submissa e passiva. Para ser uma vítima da violência, a mulher pode ser de classe média, alta, ser bem-sucedida profissionalmente e ter um elevado nível de escolaridade.

Para o autor, nessa nova imagem pode ser revelado também, que a mulher não é apenas vítima de violência, mas em alguns casos, pode ser identificada como autora, agente ativa nas relações de violência (In: IZUMINO, 1998, p. 79).

Essa nova imagem revela também que a mulher não é somente vítima de violência e pode, em alguns casos, ser identificada como agente ativo nas relações violentas.

Izumino (1998) relata, que há uma espécie de consenso entre as pesquisadoras (Castro e Lavinas, 1992; Paoli, 199; Castro, 1992; Machado, 1992) atuando nessa área de estudos, de que o uso da categoria de gênero para definir as relações entre os sexos, marcou o início de um novo debate em torno de questões relativas à mulher.

> Há uma forte sinalização para substituir os estudos da mulher pelos de gênero, para valorizar a diferença, apontar os poderes (ainda que " menores") das mulheres, não sobreenfatizar o poder masculino, desconfiar das grandes explicações, criticar o "gueto", etc (Machado, 1992, p.24. In: Izumino, 1998, p. 80).

Para o mesmo autor:

> O que se depreende do debate estabelecido entre as feministas brasileiras no início dos anos noventa (Machado, 1992, p. 9) é que a categoria de gênero trouxe novo fôlego aos estudos sobre mulheres, permitindo que as análises teóricas acompanhassem as rápidas mudanças que ocorreram nos últimos anos na sociedade brasileira (In: IZUMINO, 1998, p 80).

Uma das características desses trabalhos está na ênfase atribuída ao aspecto relacional de gênero que implica, entre outros pontos, o fato de que os estudos sobre as mulheres devem ser necessariamente, estudos sobre o homem e vice-versa. A partir daí, os estudos sobre mulheres como um campo de conhecimento, só adquire

unesp

sentido quando inserido em um contexto mais amplo, no qual deve ser considerada ainda a presença de outras categorias sociais de análise com raça, classe social, etc (p. 80).

> A noção de gênero aponta para o caráter implicitamente relacional de feminino e do masculino. Indica a exigência de um posicionamento teórico: não basta a escolha do objeto empírico mulher. Os estudos não precisam, nem induzem a congregar exclusivamente mulheres estudando mulheres (MACHADO, 1992, p. 9).

Em muitos municípios do país existem o Conselho Municipal de Defesa da Mulher e a Delegacia de Defesa da Mulher, que foram criados com o objetivo de combater a violência contra a mulher. No município no qual reside a autora deste estudo, a situação não é diferente: tem-se um Conselho bastante atuante, que tem como meta não só o combate mas também a prevenção da violência. Para esclarecer a população sobre os trabalhos que o referido Conselho realiza, são elaborados folderes educativos, distribuídos nas campanhas e em colaboração com campanhas de combate à violência (principalmente contra a violência doméstica, que é a mais intensa em ocorrências) desenvolvidas pela Delegacia de Polícia em Defesa da Mulher e pela Polícia Militar, que implantou na cidade, no ano de 2000, o Projeto Marília Bolacha, que dá apoio às mulheres vítimas de violência em suas lutas por mais justiça social. Implantou também o Projeto Mulheres "in" Defesas (curso de defesa pessoal para mulheres que atuam diretamente no combate à violência), programas de atendimento psicossocial às usuárias (vítimas) e às funcionárias da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher.

Neste ano de 2002, o mais recente projeto implantado pela Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher de Marília, município em questão que fica a 450 km da capital paulista, São Paulo, é o Projeto BRENA- as faces da violência, que recebeu esse nome em razão da morte da garota Brena de 8 anos assassinada pelo tio com oito facadas quando estava na rua próxima à sua casa, vítima, portanto, de violência doméstica. O referido projeto vai atuar diretamente nas seguintes formas de violência: doméstica- física- profissional- racial- ideológica- emocional) Moral) e sexual.

São muitos os setores empenhados em combater a violência contra as mulheres. Muitos também são os movimentos em defesas das mesmas, contudo, na

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

luta por mais direitos e justiça social, é preciso haver união e fortalecimento e, no caso das mulheres, se for para ser um movimento só feminino, que então estejam presentes nele, as donas de casa, as negras, as prostitutas, as com deficiências, as índias, as de zona rural, afinal, todas as mulheres. Do contrário, será apenas mais um movimento.

4. 17 O futuro

Não lidando aqui com previsões e sim com desejos e sonhos as mulheres revelaram o que pensam e desejam para o futuro.

A Part. 1 explicou: *Nessas minhas andanças tive a oportunidade de conhecer trabalhos muito interessantes na área da educação, de profissionalização de cegos e mesmo de prevenção da cegueira. Estive em monumentos históricos, absorvi muitas coisas da história de todos esses povos. Senti a presença dos colonizadores e o esforço de todos os latino-americanos de língua castelhana que, como nós brasileiros, têm buscado, através dos esforços de trabalho e da evolução, conquistar o lugar que a nossa região merece e já está tendo e terá de forma preponderante no futuro concerto das nações.*

Além de tudo isso, prosseguiu [...] sei *que ainda tenho um futuro e pretendo ainda fazer muitos tapetes e chegar a tocar divinamente bem, para mim mesma, o meu querido órgão. Se eu pretendo ainda participar de organizações, do planejamento de congressos, apresentar trabalhos? Sim! Muitos me pedem para prosseguir. Quem sabe...*

Eu analiso hoje que rezei tanto para voltar a enxergar e não consegui. Se isso tivesse acontecido, eu não teria conhecido a vida do cego, não teria ensinado cegos. Seria mais uma professora comum. Acho que Nosso Senhor me queria assim. Fui aprender a ser cega, para com eles caminhar no escuro. Aprendi a viver com eles, com a família e com a sociedade e quero continuar a ensinar, a fazer meu tricô, a fazer as massagens, tocar violão. Hoje ensino quatro senhoras que perderam a visão faz pouco tempo. Eu me sinto firme e forte e, com os setenta anos que logo completo, faço sim, planos para o futuro. Quero continuar teclado e sei que vou fazer ainda

unesp

muito por mim e pelas pessoas que precisam dos meus serviços. Este foi o relato da Part. 2.

Sobre o futuro a Part. 3, disse: *O meu futuro é viver, ter serenidade, paciência com coisas que não posso mudar (cegueira), mudar tudo o que pode ser mudado, para eu ter qualidade de vida. Em relação aos outros deficientes visuais, eu diria que se preparassem para ter independência econômica, pois, desta há de vir toda a independência que precisam para viver melhor.*

A Part. 4, revelou: *Meu futuro deverá ser de muita tranqüilidade, com saúde e fazendo tapeçarias e esperando ainda o reconhecimento da arte como a tapeçaria e a poesia. Como pintora sei que não vou muito longe. É mais um hobby. Quero continuar sendo útil aos que de mim precisarem e quero viver intensamente o que tiver de viver.*

Espero continuar meu trabalho em prol das pessoas que como eu necessitam de apoio e também ir provocando mudanças na sociedade, fazendo com tenha um novo olhar sobre as pessoas com deficiência visual, aceitando-as com suas bengalas, com seus cães- guias e abrindo-lhes mais espaços e oportunidades de trabalho, foi a informação da Part. 5 sobre o futuro.

Para Part. 7 [...] *o futuro é a continuação do hoje quando ele for o presente e com isso, espero continuar meus trabalhos por uma sociedade mais inclusiva e com mais justiça social, e que quem sabe, as pessoas possam se apresentar menos surpreendentes com os diferentes. Espero também, ter alguém especial, com quem possa compartilhar de novos apaixonamentos.*

A Part. 8, objetivamente se posicionou: *Tenho esperanças que ainda conseguiremos o respeito de todos, pois somos capazes.*

Pretendo continuar trabalhando e estudando muito e dando razões para que toda a sociedade, da qual faço parte mude seu olhar sobre os diferentes. Acredito que continuarei contribuindo para a comunicação dos meus alunos e para a riqueza maior dos seus e do meu trabalho, relatou a Part. 9.

Para a Part. 10 *As mulheres deste milênio poderão estar cada vez mais preparadas para enfrentar a vida e concorrer em condições de igualdade com os homens. Deveremos, todas nós, ser mais respeitadas pelos nossos atributos interiores*

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

e não pelos exteriores. Deveremos nos impor mais enquanto mulheres pelo fato de sermos femininas e não feministas. Quero continuar o meu trabalho enquanto me for possível, prestando apoio aos colegas que como eu têm limitação visual e a outros que de mim necessitaram por diferentes razões.

Pretendo continuar meu trabalho em prol de pessoas que como eu, têm limitação visual, procurando viver numa sociedade com menos injustiça social, foi o que informou Part. 11 sobre o futuro.

O futuro pode ser feito de sonhos e desejos que nem sabemos o quanto realizaremos, mas pretendo seguir com meus projetos de vida familiar e de trabalho, sempre em prol das mulheres como eu e também de outras pessoas, pois na medida que alcançamos algumas coisas, o benefício não é só para um de nós e sim para muitos, observou a Part. 12.

A Part. 13, sobre o futuro posicionou-se: *Espero continuar vivendo bem.*

É assim que vou levando a vida, sempre tentando conhecer novas pessoas. Quero que meu futuro seja promissor e com muito trabalho, entendendo e aceitando os avanços tecnológicos com os quais eu já trabalho bastante. Espero também que haja menos discriminação, mesmo sabendo que vai demorar muito para que novas transformações aconteçam, informou a Part. 14.

A Part. 15, disse ter planos: *Eu espero conquistar mais algumas coisas para mim. Sonho em ter um namorado que me entenda e com o qual eu possa compartilhar as boas coisas da vida. Quero também continuar trabalhando, estudando e tendo a possibilidade de fazer ainda muito pelos que, como eu, necessitam de serviços especializados. Ainda quero viver e ver o respeito de todas as pessoas pelas mulheres, independente de ela ser com deficiência ou não. Tenho muitos sonhos para o futuro.*

Dizem que a Deus ele pertence (o futuro), mas sinto que a mim também e que a cada dia vivo um presente que ontem era futuro e por isso muitos acreditam que ele nem exista. Eu acredito e quero continuar meu trabalho com crianças sem visão, quero fazer um curso de pós-graduação e crescer como profissional e como pessoas num mundo com mais possibilidades e menos injustiça, declarou a Part. 16.

.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do primeiro item norteador da problemática apresentada -idade e causa perda visual- pode-se constatar que houve heterogeneidade da população alvo quanto à idade, embora tenha havido discreta predominância na faixa anterior aos 20 anos(7 mulheres); entre os 20 e 40 anos (5 mulheres) e depois dos 40 (4 mulheres), o que demonstra a heterogeneidade da população.

Em relação às causas, se bem que foram mais uniformes, houve predominância da retinose pigmentar, doença hereditária, que se explica em caso de parentesco. A segunda maior causa foi o glaucoma, que ocorre pelo aumento da pressão intra-ocular. Embora dados estatísticos apontem e comprovem um número elevado de perdas visuais por acidente de trabalho e de trânsito, no universo das 16 mulheres, houve apenas um caso, o que não quer dizer que as mulheres, em geral, sofram menos acidentes daquela natureza.

A medicina, pelo que se apurou durante a coleta, é uma aliada das pessoas que perdem a visão, ainda que vivam períodos de desalento e buscas alternativas.

Com relação às buscas alternativas, talvez o fato seja mesmo cultural e relacionado ao Brasil, por ser palco de tantas manifestações religiosas. Pode-se observar que das 16 mulheres, apenas duas não buscaram soluções fora da medicina legal ou formal. As demais foram levadas a isso por diferentes crenças e, imbuídas de esperanças, trilharam o caminho pela cura, pelo milagre. É bom que se ressalte mais uma vez que cegueira não é doença, ainda que provocado por uma.

De acordo com os relatos, os familiares das mulheres participantes tiveram comportamentos semelhantes: desespero, desestrutura, busca por milagres, por diferentes médicos...Poucos foram os tiveram momentos de rejeição, porque, de diferentes formas, buscaram superar o problema de suas filhas, embora fosse perfeitamente normal haver estranheza frente ao ocorrido. Os familiares viveram difíceis momentos de enfrentamento antes da superação e do encaminhamento do caso para serviços especializados.

Na procura pela minimização dos problemas, uma das primeiras atitudes dos familiares foi de dar às suas filhas a continuidade escolar. Nesse processo, houve

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

muitas dificuldades porque as escolas não estavam (e não estão) preparadas e, nem os profissionais aptos a atuarem com a diferença, não havendo, ainda, pessoal especializado que dê conta da assessoria aos professores do ensino comum.

A caminhada pela busca de serviços especializados envolveu família, amigos e pessoal da escola, os quais precisaram atuar em parceria com os outros profissionais, visando a proporcionar condições para que a pessoa que perdeu a visão prossiga em sua vida escolar.

Nos casos em que as mulheres participantes já estavam formadas, casadas e com filhos, a preocupação foi de conhecer o relacionamento dessas mães com seus filhos e com os amigos dos filhos, porque é sabido que, em alguns casos, os filhos sentem-se constrangidos em apresentar aos amigos uma mãe que não enxerga. Uma delas, a Part. 3 relatou que seus filhos não entenderam e não aceitaram a cegueia e, nessa situação, os amigos não tinham acesso à sua casa, porque, se os próprios filhos a rejeitavam, a aceitação dos outros seria mais difícil.

Como as mulheres da pesquisa perderam a visão em idades significativamente diferentes, a questão do trabalho também sofreu uma considerável variação. Conhecemos pelos relatos, as dificuldades que algumas enfrentaram para conquistar espaço. Um número significativo não trabalhava quando ocorreu a perda visual, mas depois, com a seqüência dos estudos até o nível superior, essas mulheres conseguiram trabalho, mantiveram-se neles, galgando posições, ainda que sempre tivessem de mostrar que, apesar da limitação, podiam desempenhar funções compatíveis à sua qualificação e que não exigissem de sua limitação.

Das 16 mulheres do estudo, seis eram casadas, uma viúva, oito solteiras e uma separada. No que diz respeito à relação afetiva, as solteiras evidenciaram o desejo de ter um parceiro para conviverem momentos de prazer, de companheirismo.

Em relação à sexualidade, disseram que em nada é diferente. Havendo parceiros que se curtam, tudo transcorre como ambos desejam, seja no relacionamento mais formal ou sexual. A mulher com cegueira, seja ela congênita ou adquirida, ao contrário do que muitos julgam, não é assexuada.

As participantes foram unânimes no reconhecimento da existência do preconceito, da discriminação, rejeição e estigma, seja nas escolas, trabalho,

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

comunidade ou no relacionamento amoroso. Todavia, também foram unânimes em relatar que não se deixam abater e que, cada vez mais, estão mostrando potencial com muita eficiência, o que provoca mudança dos olhares sobre elas.

As mulheres envolvidas no estudo acreditam que a reabilitação, seja nos grandes centros reabilitativos ou em simples programas, auxiliam muito para a adaptação à nova vida depois perda visual. A ressocialização, o reaprendizado, a locomoção independente, o Braille e a informática, são aliados para esse enfrentamento.

Apesar de ter consciência em relação à limitação e da importância da reabilitação, elas reconhecem em relação às dificuldades de acesso aos recursos existentes, uma vez seu alto custo torna-os proibitivos para a maioria. O problema seria minimizado se os centros de atendimentos e as escolas pudessem adquiri-los e colocá-los à disposição do usuário. Quanto às barreiras arquitetônicas, elas relataram que estão sendo transpostas, ainda que haja muito para ser feito e reconhecem que o mundo tenha sido organizado em função de pessoas jovens e perfeitas. Nem por isso desistem da luta para vencer obstáculos.

Na busca por mais direitos à educação, ao trabalho, ao convívio social, a mulher com cegueira adquirida, não tem descuidado do seu corpo, de sua beleza e sensualidade, embora, poucas façam esporte com freqüência. A maioria delas cuida do corpo, cuidando da alimentação e fazendo caminhadas, atentas aos cuidados pessoais e de higiene responsáveis pela boa aparência de que necessitam para serem bem aceitas nos diferentes meios de convívio. De acordo com informações das mulheres do estudo, é necessário mudar o estereótipo que se formou em torno da mulher cega, que infere que elas sejam gordas e desarrumadas.

Em relação ao atual movimento de inclusão, as que foram professoras na década de 70 já realizavam trabalhos nesse sentido e davam todo apoio para os professores de classe comum que tinham em suas salas de aulas, crianças com deficiência visual. No que diz respeito ao mundo passar a ser inclusivo, segundo elas, demanda muito mais tempo e vontade política entre outras coisas, o que não deve ser motivo de desistência.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

As participantes, embora tenham concordado com os benefícios da inclusão, mostram-se céticas e temem que isso seja apenas um modismo que pouco pode avançar na direção do que propõe o movimento seja na educação ou de uma forma mais geral, pois, a sociedade, da qual são parte, ainda tem muitos tabus, preconceitos arraigados, medos em lidar com as pessoas limitadas. Aliás, foi percebido que a deficiência visual parece ser a que mais afasta as pessoas, por ser tão limitante e restritiva. Para elas, se mídia e sociedade se unissem no sentido de valorizar e respeitar as pessoas com limitações e necessidades especiais, tudo poderia ser mais acessível, inclusive a interação.

Esperam ser respeitadas, reconhecidas, tendo mais oportunidade para demonstrar seu potencial de realização e, com isso, ampliar espaços de participação. Nesse processo de luta por mais direitos, existem exemplos pioneiros e alentadores. Deve-se ir à luta, porque a desistência permite que a sociedade lhes reserve a indiferença, o desrespeito e a morte social.

As informações aqui apresentadas e alvo das considerações feitas, foram conseguidas a partir dos relatos das participantes e de acordo com os objetivos propostos e descritos, pretendem ser norteadores na tentativa de modificar ações, atitudes e comportamentos sociais a respeito da mulher com cegueira adquirida.

Espera-se que seja esta uma contribuição significativa para conhecimento mais aprofundado dos meios sociais dominantes, dos profissionais envolvidos na área, da questão de gênero e de cidadania a todos os estudiosos, pesquisadores e demais interessados nos problemas causados pela diversidade.

O trabalho também revela, por meio dos itens norteadores, a competência e eficiência das mulheres participantes no setor escolar enquanto profissionais. Apresenta, ainda, depoimentos sobre outros aspectos de suas vidas, ligados à afetividade, sexualidade, sensualidade, família, amigos, parceiros e, como não poderia deixar de ser, observa o transcorrer do processo de reabilitação que acaba agindo como fio condutor para conquistas e realizações enquanto pessoas potencializadas.

A literatura analisada, embora escassa, enfoca questões significativas como causas da perda visual; acessibilidade; inclusão; segregação; integração; estigma;

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

preconceito; discriminação; oportunidades, etc., com o objetivo de dar embasamento aos relatos, para reflexão de uma comunidade maior que aquela na qual convivem as participantes.

Como se sabe, existem evidências tendenciosas de não se confiar, de não se respeitar a mulher porque muitos ainda a considerarem um ser inferior ao homem. Este trabalho apresentou, entretanto, um perfil de mulher que, mesmo sem a visão, conseguiu alcançar seus objetivos de vida, numa relação afetiva, escolar e profissional impulsionadora, deixando evidente que não é inferior ou superior a outro ser, mas sim, uma pessoa que merece ter seus direito respeitados, valorizados e viver com mais justiça social em igualdade de condições.

A mulher com cegueira adquirida do século XXI é mulher que, pela competência e responsabilidade, vem ocupando espaços antes só sonhados.

Este trabalho espera diminuir a diferença entre as pessoas e, em especial, apoiar as mulheres que estão na luta contra a discriminação social, demonstrando que o crescimento dos seres humanos só será possível quando a humanidade entender o diferente como um cidadão comum que tem uma limitação. Urge sua inclusão, pois, como as mulheres com deficiência adquirida, participantes deste trabalho, todos esperam viver em uma sociedade com mais justiça social, para ter oportunidade de interagir nos diferentes setores da vida, com mais dignidade, exercendo sua cidadania e tendo acessibilidade às diferentes modalidades de relação humana educacional e sociocultural.

unesp

6 BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação*: a paixão pelo impossível. São Paulo. Editora UNESP, 1998.

AMARAL, Lígia Assumpção. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hércules) São Paulo. Robe Editorial, 1995.

_____*Pensar a Diferença/Deficiência*. Brasília. CORDE, 1994.

ANACHE, Alexandra Ayach. *Educação & Deficiência*: estudos sobre a educação da pessoa com "deficiência" visual. C. Grande. MS. CECITEC.UFMS, 1994.

AQUINO, Julio Groppa. Org. *Diferença e preconceito na escola*. Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo. Summus, 1998.

ARÁNDIGA, A Valles & ESTRUCH, J. J. Miñana. *Habilidades sociales para la integración o integración para la competência social*: una experiência de integración de adolescentes ciegos y deficientes visuales. Integración 27- Espanha. ONCE, junio, 1998, p. 33-54.

ARANHA, Maria Salete Ramos. *Inclusão social e municipalização*. In: MANZINI, Eduardo José org. *Educação Especial: temas atuais*. Marília. Unesp- Marília Publicações, 2000.

AZEVEDO. M. A. *Mulheres espancadas*. A violência denunciada. São Paulo. Cortes, 1985.

BAGATINI, Vilson. *Educação física para deficientes*. Porto Alegre. Sagra, 1987.

BASTOS, Maria Bueno. *A história da história das mulheres*. Revista Tema, Nº24/25, agosto, 1995.

BEAUVOIR, Simone. In: VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo. Cortez, 1989.

BELARMINO, Joana. *Associativismo e Política*. A luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena. João Pessoa. Idéia, 1997.

BELOTTI, E.G. *Educação para a submissão*. Petrópolis. Vozes. 1987. p. 15-30.

BIANCARELLI, Aureliano. *Estudo da USP mostra violência contra a mulher*. São Paulo Folha de. Cotidiano on Line. 03-09-2000 - 10 h 56.

BIANCHETTI, Lucídio. *Um olhar sobre a diferença*. Interação e trabalho e cidadania. Papirus, 1998. p.135-50.

BIBLIA Sagrada. São Paulo. Edição Pastoral. Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

BOCAYUVA, Rubens Vasconcellos. *O desafio da integração*. Fundação Centro Brasileira para Infância e Adolescência. CBIA. s/c. Brasil. S/d

BOLTANSKI, I. *As classes sociais e o corpo*. 2 ed. Rio de Janeiro. Graal, 1984. In: FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. Mulher e cidadania na nova ordem social. NEMGE/ USP, p. 129-48.

BONACCHI Gabriella & GROPPI Ângela (org) *O direito da cidadania*. Direitos e deveres das mulheres. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

BOWMAN, Garry. *Uma nova concepção de cegueira.* Revista Brasileira Biblioteconomia E Documentação. São Paulo. V.26/28. 1995/1997, p. 32:41.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Cidadania da mulher professora*. Marília. SP- UNESP- Universidade Estadual Paulista, 1997-Dissertação (Mestrado).

BRUHNS. Heloísa Turine. Org. *Conversando sobre o corpo*. Campinas. Papirus, 1991.

BRUNO. Marilda. *O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual*. Da intervenção à integração escolar. São Paulo. NEWSWORK, 1993.

_____*Escola inclusiva: p*roblemas e perspectivas (artigo)- Série Estudos. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande. MS, 2000.

BRUNS, M. A T. *Deficiência visual e educação sexual:* a trajetória dos preconceitos ontem e hoje. Temas em Educação Especial III. Ver. Benjamin Constant, nº 7, MEC, Centro de Pesquisa, Documentação e Informação, Rio de Janeiro. IBC,1997.

_____e SALZEDAS, Patrícia Lopes. *Adolescer*: a vivência de portadores de deficiência visual. Benjamin Constant. Ano I, nº. 12. P. 06, Rio de Janeiro, IBCENTRO, 1999.

BUENO, Carmem Leite Ribeiro. *A reabilitação profissional e a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho* (xerox)

CAMPS, Victoria. *O século das mulheres*. Lisboa. Editora Presença, 2001.

CARDOSO, Alice de Colla Couto. *O que todos precisam saber sobre barreiras arquitetônicas*. São Carlos- SUDSR-53(s/d).

CARREIRA, Denise e AJAMIL, Menchu; MOREIRA Tereza (orgs) *Mudando o mundo*. A Liderança Feminina no Século 21. São Paulo. Cortez. Rede Mulher de Educação. 2001.

CONSELHO Estadual da Condição Feminina e CONSELHO Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência. *Reflexão sobre a condição da mulher portadora de deficiência*. São Paulo. CECF/CEAPPD, 2000.

CERVO, A L BERVIAN, P. A . *A metodologia científica*: para uso dos estudantes universitários. 2.ed. São Paulo. Macgraw-Hill do Brasil, 1978.

CHAMMÉ, Sebastião Jorge. *Saúde:* Um processo em constante construção. Capítulo: Uma nova concepção às avessas. Marília/UNESP,1997 Tese (Livre- Docência).

CHAUI, Marilene (1989) In: BRUNS, M. A T. *Deficiência visual e educação sexual*: a trajetória dos preconceitos ontem e hoje. Temas em Educação Especial III. São Carlos, 1997.

CHAPLIN, Charles. IN: ROCHA Hilton. *Ensaio sobre a problemática da cegueira*. Prevenção- Recuperação- Reabilitação. Belo Horizonte. Editora Fundação Hilton Rocha, 1987.

CONFEDERAÇÃO Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE. *Mulheres. Construindo novas relações sociais de gênero*. Brasília. ArtGraf Brasília. Biênio 95/97.

COHEN, Jefrey Jerome. *Anatomia emergente e o bug muscular:* Pedagogias do Corpo no Limiar do Século XXI.V Capítulo IV. In: SOARES, Carmem Lúcia. Corpo e história. Campinas/SP. Autores Associados, 2001.

COLLARES, Cecília. A L & MOYSÉS, M. Aparecida *A Preconceitos no cotidiano escolar*. Ensino e medicalização. São Paulo. Cortez. Campinas SP. UNICAMP, 1996.

CORSI, Maria da Graça França. *Visão subnormal*: intervenção planejada. São Paulo. M. G. F. Corsi, 2001.

COSTA, Vital Paulino. *Glaucoma*. In: OLIVEIRA, Regina de Salles e KARA- José Newton. Auxiliar de oftalmologia. São Paulo. Roca, 2000, p. 107.

CRESPO, Ana Maria Morales. *Mulheres deficientes sem limites para o amor*. Revista Cláudia. São Paulo. Editora Abril. Junho de 1998 (s/p).disponível< www.deficienteeficiente.com.br > Acesso em: 06/02/2002.

CROCCE, N.E. *Women with disabilities:* en the developing world journal of disability policy studies, 8,1&1. In: Rousso Harilyn. Revista MujeresDiscapacidad, 2000. p.177-93.

DAMACENO, Vitória Maria Marinho e outros. *A mulher cega como profissional*. São Paulo. Fundação Para O Livro do Cego no Brasil. Artigo apresentado durante o I Simpósio de Mulheres Cegas do Brasil, Florianópolis, 1987.

DICIONÁRIO de Bolsillo Ibérico, Português/Espanhol/Português. Uruguai. Editorial Itaú S.A , 1987.

DUARTE, Newton. A *Individualidade para si*: contribuição a uma teoria histórico-social de formação do indivíduo. São Paulo. Editores Autores Associados, 1993.

FELIX, Sueli Andruccioli. *A geografia do crime de Marília*. SP. Diagnósticos para uma ação social comunitária. Marília. SP. UNESP. Processo nº 00/01754-9. Julho, 2000.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário* Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira S/A, 1998.

FERREIRA, Júlio Romero. *A exclusão da diferença.* Piracicaba. SP.UNIMEP, 1994.

FILHO, José Almeida Lopes. *Acessibilidade.* O direito de ir e vir com independência. Disponível <http://www.entreamigos.com.br/textos/acessibi/dirirvir.htm> Acesso em: 06/02/2002.

FOCAULT, M. In. TOMAZINI, Maria Elisabete Archer. *Expatriação social e a segregação institucional da diferença:* reflexões. Apud. BIANCHETTI, L. Um olhar sobre a diferença. Interação, trabalho e cidadania. São Paulo, Papirus, 1998, p. 135-150.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. *Mulher e cidadania na nova ordem social.* São Paulo. NEMGE/USP, 1996. p.129-148.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial.* Porto Alegre. Artes Médicas,1987.

_____*Educação Especial.* Programa de estimulação precoce. Uma introdução às idéias de Feurstein. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.

FRANÇA RIBEIRO, Hugues Costa de. *Orientação sexual e deficiência mental:* acerca de Implementação de uma Programação. São Paulo. USP. Tese (Doutorado)1995.

_____*Sexualidade e escolas:* Encontros e desencontros. In: MANZINI, Eduardo José. *Educação Especial: temas atuais.* Marília. UNESP-Marília, 2000, p. 85-114.

GÂNDARA, Mari. *A expressão corporal do deficiente visual*. Campinas. SEDES/ABDA, 1992.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. *A Graduação da acessibilidade versus a Norma NBR 9050- 1994*. Uma análise de conteúdo. BH. Centro de Vida Independente. BH. CVI, 1995.

HELMAN. Cecil. G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre. Artes Médicas,1994.

HOUAISS. Antônio.(Ed) Novo Dicionário Webster's inglês/português/português/Inglês. São Paulo. Folha de São Paulo, 1996.Edição exclusiva para assinantes da Folha de São Paulo.

IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher*. O papel do Sistema Judiciário na solução dos conflitos de gênero. São Paulo. Annablume: FAPESP,1998.

JORNAL Reabilitação. *Associação para deficientes*. Rio de Janeiro. N° 0, ano I, 2000.

KARA- José Newton. e OLIVEIRA Regina Salles de. *Auxiliar de oftalmologia*. São Paulo. Roca, 2000.

MACHADO, L.Z. IN: IZUMINO, Wânia Pasinato. *Justiça e violência contra a mulher*. São Paulo. Annablume. FAPESP, 1998, p. 80.

MANUAL de Procedimentos. Instrução Normativa n° 20/2001. *Inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho*. Brasília. 2001.

MARTÍN, Manuel Bueno & BUENO Salvador Toro. *Deficiência visual. Aspectos psicoevolutivos y educativos.* Madrid. Ediciones Aljibe, 1994.

MASINI, Elcie F. Salzano. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual*- Orientando professores especializados. Brasília. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE, 1994.

MAZZA, Débora. *Conversa de mulher*. A construção do feminino no cotidiano popular. Taubaté. SP Vogal, 1996.

MELO, Helena Flávia de Rezende. *A cegueira trocada em miúdos*. Campinas. SP. UNICAMP, s/d

MELLO, Sílvia Leser de. *A violência urbana e a exclusão dos jovens*. In: SAWAIA. Bader. As artimanhas da exclusão Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis. Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Diversidade & Igualdade de Oportunidade*: Qualificação profissional da pessoa portadora de deficiência.* Série Cadernos Temáticos. Brasília, 2000.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência.* Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo. Memnon: Editora Senac, 1997.

MORAIS, José Carlos *Reabilitação não é voltar a andar* disponível <http://www.entreamigos.com.br/textos/reabili/reabilitacao.html> Acesso em: 06-02-2002.

MOREIRA, Marta Maria Santiago. *A mulher cega na vida diária*. Fundação Para o Livro do Cego no Brasil. Artigo apresentado no I Simpósio Brasileiro sobre Mulher Cega. Florianópolis, 1987, p. 06-07.

NAVAS, Lúcia Padilha. *A mulher cega como mulher*. São Paulo. Fundação Para o Livro do Cego no Brasil. Artigo apresentado durante o I Simpósio Brasileiro sobre Mulher Cega. Florianópolis, 1897, p. 15- 17.

NORMAS e Recomendações Internacionais sobre Deficiências. Brasília. CORDE, 1996.

NOWILL, Dorina. ... *E eu venci assim mesmo*. São Paulo. Totalidade, 1996.

NUNES, Neiva Terezinha de Pícole; SANTOS, Jayse Martins dos. *A mulher cega e os cuidados com sua aparência*. São Paulo. Fundação Para o Livro do Cego na Brasil. Artigo apresentado durante o I Simpósio Brasileiro sobre Mulher Cega. Florianópolis, 1987.

OLIVEIRA Beth Antunes. *O cotidiano*. Texto (xerox) 1996.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de. *O professor diante da inclusão do aluno com visão subnormal:* utilização de materiais didáticos adaptados. Marília. UNESP, 2001 Tese (Doutorado).

OLIVEIRA e Silva, Evanice Maria e outras. *A mulher cega como mãe*. São Paulo. Fundação Para o Livro do Cego no Brasil. Artigo apresentado durante o I Simpósio Brasileiro sobre Mulher Cega. Florianópolis, 1987.

OLIVEIRA, Regina Carvalho de Sales & JOSÉ, Newton Kara. *Auxiliar de Oftalmologia*. São Paulo. Roca, 2000- Série Oftalmologia- USP.

unesp

OMOTE, Sadao e DIAS, Tárcia Regina da Silveira. *A entrevista em Educação Especial:* aspectos metodológicos. Artigo Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba, Volume II, Número 3, 1995.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas.* S. Paulo. Fundação. Editora. UNESP, 1998. p.6.

PÌCOLI, Vilma e outros. *A mulher cega como profissional.* São Paulo. Fundação Para o Livro do Cego no Brasil. Artigo apresentado durante o I Simpósio da Mulher Cega. Florianópolis, 1987.

PRADO, Adriana Romeiro de Almeida. *Ambientes acessíveis.* Disponível <http://www.entreamigos.com.br/textos/acessibi/ambacess.htm> Acesso em: 06-02-2002.

PROFETA. Mary da Silva. *Reflexões sobre o atendimento educacional aos deficientes visuais a partir da perspectiva de diretores, professores, alunos e familiares.* UNESP, p. 45, 1994. Dissertação (Mestrado).

_____*As mulheres deficientes frente à diversidade e o novo milênio* (artigo) In: *Educação Especial*: temas atuais. MANZINI, Eduardo José. (org) Marília. SP. Unesp- Marília- Publicações, 2000, p. 127.

_____& Miura Regina K, Kato. *Fala professor*: dificuldades e alternativas pedagógicas. In: MANZINI, Eduardo José (org) Educação Especial: temas atuais. Marília. SP. Marília- Unesp- Publicações, 2000, p. 167.

PROGRAMA de ação mundial para pessoas com deficiência. Brasília. CORDE, 1987.

REGEN, Mina e col. *Mães e filhos especiais: r*elato de experiência com grupo de mães de crianças com deficiência. Brasília. CORDE, 1994.

REIS, José. *Gene do Glaucoma*. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Mais, Domingo, 28 de abril de 2002, p. 27.

REIS, Martha. *O Culto à Senhora Aparecida*: síntese entre o catolicismo oficial popular no Brasil. Assis. UNESP, 1999. Tese (Doutorado).

REPORT, Vianna. *Investigación sobre mujeres y niñnas com discapacidades*: un resumen y anlises internacional. In: Mujeres com discapacidade. Recurso de información y capacitación para el trabajo. Espanha. 2000.

REVISTA Gente Especial. *Parabéns para Olimpíada Especial*! Ano 1. Nº3. Agosto/1998, p.33.

REVISTA Veja. Especial. *Sozinhas elas prosperam, eles murcham*. Sem elas, eles adoecem mais e vivem menos. Cristina Poles. 30/08/2000, p. 120:9.

_____*Um povo que acredita em Deus*. São Paulo- 19-12-2001, p. 124-129.

_____*A Ciência e a Fé*. São Paulo. 19-12-2001, p. 130-133.

RIBAS, João Batista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

_____*As pessoas portadoras de deficiência na sociedade brasileira*. Brasília. CORDE, 1997.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A Educação da mulher no Brasil- Colônia*. São Paulo. Arte & Ciência, 1977.

_____*Educação feminina durante o século XIX*: o Colégio Florence Campinas de 1863-1889. Campinas. Área de Publicações GMU/ UNICAMP, 1996. Coleção Capitania.

ROBLES, Martha. *Mujeres, mitos y diosas.* México. Editora Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. Fondo de Cultura Económica, 2000.

ROCHA, Hilton. *Ensaio sobre a problemática da cegueira*: prevenção. recuperação. reabilitação. Belo Horizonte. Editora Fundação Hilton Rocha, 1987.

ROCHA. Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e gênero.* Mudança. Permanência e Desafios. São Paulo. ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

ROUSSO, Harilyn. *Investigación sobre mujeres y niñas com discapacidades:* un resumen y análisis internacional. In: Mujeres com discapacidad. Recurso de información y capacitación para el trabajo. Espanha. Agosto de 2000.

SÁ, Elisabet Dias de. *Interrogando a deficiência:* sob o impacto da diferença. In Revista Insight. Psicoterapia: Ano III, nº 25, p. 24-5. São Paulo, 1992.

_____*O deficiente visual e o trabalho competitivo*. Comentários Revista Brasileira de Educação Especial. Piracicaba. Volume I, número 2, 1994.

_____*Escola Plural:* um projeto de gestão pedagógico(co-autora) In: MONTOAN, Maria Tereza. Pensando e fazendo a educação de qualidade. São Paulo. Moderna. 2001.

_____*Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania*. In: MONTOAN, Maria Tereza. Mobilidade, comunicação e educação. Rio de janeiro. Editora WVA, 2000.

_____*A bengala e a mulher invisível*. Disponível http://. lerparaver/bancoescolar.htm .Acesso em: 06/10/2000.

_____*Abrindo os olhos dos educadores para inclusão escolar dos alunos com deficiência visual.* Disponível:<clix/lerparaver/elizabet_inclusãoescolar.htm> Acesso em: 06-10-00.

_____*Lazer sem deficiência.* Disponível http://planeta.clix.pt/lerparaver/elizabet.lazer.htm Acesso em: 06/10/00.

SALIMENE, Arlete Camargo de Melo *A sexualidade da pessoa com deficiência física.* Disponível <http://www.entreamigos.com.br/textos/sexualid/sexpede.htm> Acesso em:06-02-2202.

SAMI- Ali. M. *Cuerpo real, cuerpo imaginário*. Para uma Epistemologia Pscicoanalítica. Paris. Paidós, 1977.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Programas Integrados. Programa Estadual de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo. Realizações 1991/1994.

_____Secretaria de Estado da Educação- São Paulo- Coordenadoria de estudos e Normas Pedagógicas. *O atendimento educacional do deficiente visual na Rede Estadual de Ensino*. CENP/SEE. São Paulo.1997. org. Wanda Ferraroni Teixeira & Carmem Martini Costa, 1997.

_____*O que todos precisam saber sobre eliminação de barreiras arquitetônicas*. Fundo de Solidariedade. São Paulo. S/d.

_____Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência. São Paulo. CEAPPD/CEDF/SP, 2000.

_____Coordenadoria de Estudo e Normas Pedagógicas. *Preparação para o trabalho na Educação Especial.* São Paulo. SE/CENP, 1989.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *As escolas inclusivas na opinião mundial.* http:www.entreamigos.com.br/textos/educa/edu 1.htm Acesso em: 06-02-2202.

SAWAIA, Bader. (org) *As artimanhas da exclusão.* Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis. RJ. Editora Vozes, 2001.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital (org) *Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade.* Rio de Janeiro. Zahar Editores, 2000.

SHERMER, Michael. *O risco da crendice*. Entrevista. Veja. 09/01/2002, p. 09-13.

SEM-Secretaria Especial da Mulher. Londrina. PR. Prefeitura do Município de Londrina- PR, 1998 (Documento histórico sobre a Secretaria).

SEMINÁRIO Nacional. *A pessoa portadora de deficiência no mundo do trabalho.* Anais do Primeiro Seminário de 17 a 20 de novembro de 1997. São Paulo. PROMOVE, 1997.

SENA, Elaine Cristina. *Capacitação profissional.* DERDIC/PUCSP. Disponível <http://www.enteamigos.com.br/textos/trablho/capacitacao.htm >Acesso em: 06-02-2002.

SILVA, da Maria Beatriz Nizza. *Vida privada e cotidiano no Brasil.* Na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa. Editora Estampa, 1993.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

SILVA, Otto Marques da. *Uma questão de competência*. São Paulo. Memnon, 1993.

SOARES, Carmem Lúcia (org) *Corpo e história*. Campinas. SP. Autores Associados, 2001(Coleção Edição Contemporânea).

SIMÕES, Andréa Mara. *Avaliação do fundo de olho e doenças da retina*. In: OLIVEIRA, Regina Carvalho de Salles e KARA- José Newton. São Paulo. Roco, 2001.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. *Inclusão*. Um guia para educadores. Porto Alegre. Artes Médicas, 1999.

TELFORD, Charles W & SAWREY, James. M *O indivíduo excepcional*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 5ºed., 1984.

TISSI, Maria Cristina. *Reabilitação baseada na comunidade*- RBC Relações como sistema público de saúde.Disponível: <http://entreamigos.com.br/textos/reabili/reabaco.htm> Acesso em: 06/02/2002.

VASH, Carolyn L. *Enfrentando a deficiência*. A manifestação. A psicologia. A reabilitação. São Paulo. EDUSP/ Pioneira Novos Umbrais, 1988.

VENDRAMINI, Virgínia. *Matizes*. Maricá. RJ. Editora Blocos, 1999.

VIEIRA, Antonia de Maria. *A mulher cega no esporte*. São Paulo. Artigo apresentado durante o I Simpósio Brasileiro da Mulher Cega. Florianópolis, 1997.

VIEZZER, Moema. *O Problema não está na mulher*. São Paulo. Cortez, 1989.

WOOLF, Vírginia. Kew Gardens. *O status intelectual da mulher*. Um toque feminino na ficção. Profissões para mulheres. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ANEXO I

A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ

Para deliberar nas últimas sessões da Assembléia Nacional na próxima legislatura.

Preâmbulo

Homem, sabes ser justo? É uma mulher que te pergunta: não quererás tolher-lhe esse direito. Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir meu sexo? A tua força? As tuas capacidades? Observa o criador na sua sabedoria; percorre a natureza em toda a sua grandeza, da qual pareces querer aproximar-te, dá-me, se puderes, um exemplo desse domínio tirânico. Considera os animais, consulta os elementos, estuda os vegetais, lança enfim um olhar sobre todas as modificações da matéria organizada e rende-se à evidência quando te ofereço os meios para isso; procura, escava e distingue, se puderes, os sexos na administração da natureza. Em toda parte tu os encontrarás amalgamados e cooperantes no conjunto harmonioso desta obra-prima imortal.

Só o homem fez dessa exceção um princípio.

Extravagante, cego, desdenhoso da ciência e degenerado, neste século de luzes e de perspicácia, na mais crassa ignorância, quer imperar sobre um sexo que tem todas as faculdades intelectuais; que pretende aproveitar a Revolução a reclamar os seus direitos à igualdade, para não dizer mais.

As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, pedem para constituir-se em assembléia nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos da mulher são as únicas causas das desventuras públicas e da corrosão dos governos, elas resolveram expor numa solene declaração os direitos naturais inalienáveis e sagrados da mulher, afim de que essa declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, lembre incessantemente os seus direitos e os seus deveres, afim de que os atos do poder das mulheres e os do

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

poder dos homens, podendo a todo instante ser confrontados com os fins de toda instituição política, sejam mais respeitadas, afim de que os reclamos das cidadãs, baseados doravante em princípios simples e incontestáveis, sejam sempre voltados para a manutenção da Constituição, dos bons costumes e da felicidade de todos.

Por conseguinte, o sexo superior em beleza e em coragem, nos sofrimentos da maternidade, reconhece e declara em presença e com os auspícios do Ser Supremo, os Direitos seguintes da Mulher e da Cidadã:

Art. I

A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. II

O objetivo de toda a associação política é a conservação dos direitos e imprescritíveis da mulher e do homem: esses direitos são: a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Art. III

O princípio de toda soberania reside essencialmente na nação, que é a união da mulher e do homem: nenhum organismo, nenhum indivíduo, pode exercer autoridade que não provenha expressamente deles.

Art. IV

A liberdade e a justiça consistem em restituir tudo aquilo que pertence a outros; assim, o único limite ao exercício dos direitos naturais da mulher, isto é, a perpétua tirania do homem, deve ser reformada pelas leis da natureza e da razão.

unesp

Art. V

As leis da natureza e da razão proíbem todas as ações nocivas à sociedade: tudo aquilo que não é proibido pelas leis sábias e divinas não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer aquilo que elas não ordenam.

Art. VI

A lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para a sua formação; ela deve ser igual para todos.

Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser igualmente admitidos em toda a dignidade, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e seus talentos.

Art. VII

Dela não se excluí nenhuma mulher: ela é acusada, presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem como os homens a esta lei rigorosa.

Art. VIII

As leis só devem estabelecer penas estritamente e evidentemente necessárias e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada anteriormente ao delito e, legalmente aplicado às mulheres.

Art. IX

Sobre qualquer mulher declarada culpada a lei exerce todo o seu rigor.

unesp

Art. X

Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo de princípio; a mulher tem o direito de subir ao patíbulo, deve ter também o de subir ao pódio desde que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. XI

A livre comunicação de pensamentos e de opiniões é um dos direitos mais preciosos da mulher, já que essa liberdade assegura a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode então dizer livremente: "sou a mãe de um filho seu", sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei.

Art. XII

É necessário garantir principalmente os direitos da mulher e da cidadã; essa garantia deve ser instituída em favor de todos e não só daqueles às quais é assegurada.

Art. XIII

Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, da dignidade e da indústria.

Art. XIV

As cidadãs e os cidadãos têm o direito de constatar por si próprios ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

ela com a aceitação de uma divisão igual, não só nos bens, mas também na administração pública, e determinar a quantia, o tributável, a cobrança e a duração do imposto.

Art. XV

O conjunto de mulheres igualadas aos homens para a taxação tem o mesmo direito de pedir contas da sua administração a todo agente público.

Art. XVI

Toda sociedade em que a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição; a Constituição é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.

Art. XVII

As propriedades são de todos os sexos juntos ou separados; em cada um deles elas têm um direito inviolável e sagrado; ninguém pode ser privado delas como verdadeiro patrimônio da natureza, a não ser quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exija de modo evidente e com a condição de uma justa e preliminar indenização (BONACCHI e GROPPI, 1995, p.302-306).

Posfácio

Para finalizar, as autoras, após apresentar em a Declaração, fazem a seguinte advertência que será descrita na íntegra, para que sua fidedignidade permanece inviolável.

Mulher, acorda! O sinal da razão se faz ouvir em todo o universo, reconhece os teus direitos. O potente império da natureza não está mais rodeado de preconceitos, de fanatismo, de superstições e mentiras. A luz da verdade dissipou todas as nuvens

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

da estupidez e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças, recorrendo às tuas, para romper as cadeias. Uma vez livre, tornou-se injusto para com sua companheira. Ó mulheres! Mulheres quando deixareis de ser cegas? Quais vantagens tirastes da Revolução? Um desprezo mais evidente, um desdém maior. Nos séculos de corrupção reinaste apenas sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído, que vos resta então. A convicção das injustiças humanas. A reivindicação do vosso patrimônio baseado em sábios decretos da natureza; que tendes a temer de uma empresa tão bela? A bondosa palavra do Legislador de Canaã? Temei que os nossos legisladores Franceses, defensores desta moral, por tanto tempo agarrada aos ramos da política mas, que agora está em desuso possam vos repetir: mulheres, o que há em comum entre vós e nós? Tudo deveis responder. Se se obstinarem na sua fraqueza em colocar essa incongruência em contradição e vãs pretensões de superioridade; reuni-vos sob os estandartes da filosofia; mostrai toda a energia de vosso caráter e vereis muito logo os soberbos não mais como servis adoradores rastejando a vossos pés, mas orgulhosos de dividir convosco os Tesouros do Sr Supremo. Vós tendes o poder de libertar-vos de qualquer tipo de barreira que vos oponham, o importante é querer. Passemos agora ao quadro assustador que representaste da sociedade; já que neste momento se fala de educação nacional, vejamos se os nossos sábios Legisladores pensarão corretamente sobre a educação das mulheres.

As mulheres fizeram mais mal que bem. A constrição e a dissimulação foram o seu destino. Retomaram com a astúcia aquilo que a força lhe havia tirado; fizeram uso de todos os recursos do seu encanto, ao qual nem mesmo o mais irrepreensível dos homens podia resistir. O veneno, os grilhões, tudo se submetia a elas; governavam o crime e a virtude. O governo francês, sobretudo, durante séculos, dependeu da administração noturna das mulheres; o gabinete não tinha nenhum segredo para a indiscrição delas; embaixada, comando, ministério, presidência, pontificado, cardinalato, em suma, tudo aquilo, profano e sagrado, que caracteriza a estupidez dos homens, esteve submetido à cobiça e à ambição

unesp

ANEXO II

Resoluções do II Fórum Mundial de Mulheres Cegas

1- Considerando:

Que as mulheres cegas ou com baixa visão são expostas ao abuso sexual, bem como aos maus tratos físicos e psicológicos,

Fica resolvido:

Que a União Mundial de Cegos- UMC promoverá gestões junto às suas próprias organizações–membro, bem como aos Governos de todo o mundo, no sentido de se realizar campanhas públicas de conscientização sobre este grave problema;

Que a UMC instrua sua diretoria para que trabalhe junto às autoridades nacionais, visando erradicar o abuso sexual e os maus tratos físicos e psicológicos praticados contra as mulheres cegas ou com baixa visão;

2- Considerando:

Que as Normas Uniformes e outros documentos das Nações Unidas sobre os direitos humanos apresentam carências no que tange a equiparação de gênero e fracassam no tocante a promoção de políticas específicas voltadas para as mulheres e meninas;

Que as Normas Uniformes das Nações Unidas serão avaliadas antes de 2002;

Que outros instrumentos dos direitos humanos, tais como uma convenção sobre deficiências, venham a ser promovida,

Fica resolvido que:

A UMC lutará para que em todos os documentos relevantes sobre deficiências, das Nações Unidas, sejam incorporados os princípios da equiparação de gênero.

3- Considerando

Que a UMC logrou um significativo aumento da participação das mulheres, tanto em nível global como regional;

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

Que apesar destas conquistas, as mulheres ainda não estão suficientemente representadas na Diretoria da UMC; que as mulheres cegas ou com baixa visão constituem mais da metade da população de pessoas com deficiência visual,

Fica resolvido que:

A UMC, suas regionais e organizações - membro, devem continuar os esforços para promover e implementar medidas no sentido de incrementar a equiparação de gênero.

4- Considerando:

Que as mulheres cegas ou com baixa visão ainda não atingiram a completa igualdade para competir por empregos com os homens cegos ou com baixa visão e com homens e mulheres que enxergam,

Fica resolvido que:

A UMC reivindicará dos governos que promulguem leis que possibilitem igualdade de acesso ao emprego por parte das mulheres cegas ou com baixa visão.

5- Considerando:

Que o infanticídio de meninas cegas e com baixa visão ainda é uma realidade,

Fica resolvido que:

A UMC promoverá a condenação desta prática e reivindicará dos governos que tomem medidas eficazes para eliminar tais práticas.

6- Considerando:

Que muitas idosas cegas ou com baixa visão são abandonadas e vivem na solidão;

Que os jovens desempenhem importante papel, contribuindo para diminuir a solidão destas mulheres,

Fica resolvido que:

A UMC incentivará suas organizações-membro, a promover entre os jovens, campanhas de conscientização acerca do importante papel que podem desempenhar no sentido de melhorar a qualidade de vida das idosas cegas ou com baixa visão.

unesp

7- Considerando:

Que as meninas e mulheres cegas ou com baixa visão em muitas regiões ainda são desrespeitadas em seus direitos humanos básicos a educação, formação e reabilitação,

Fica resolvido que:

A UMC e suas entidades-membro reivindicarão junto aos governos a:

a) Promulgação de leis educacionais constando a obrigatoriedade da freqüência à escola de meninas e mulheres cegas ou com baixa visão, e que, se as instituições não obedecerem ao dispositivo legal, serão passíveis das penas que forem aplicáveis;
b) Respaldo do direito de qualquer nação a estabelecer os programas educacionais que considerar adeqüados.
c) Estabelecimento de programas apropriados de formação e reabilitação para mulheres cegas e com baixa visão, para que possam conseguir sua independência pessoal e econômica.

8- Considerando:

Que o abuso sexual e os maus tratos físicos e psicológicos ainda ocorrem em algumas escolas para deficientes visuais,

Fica resolvido que:

A UMC reivindicará aos governos para que adotem medidas eficazes no sentido de eliminar tais abusos, ao tempo em que deve manter programas educacionais adequados, voltados para meninas cegas ou com baixa visão.

9- Considerando:

Que as meninas e mulheres cegas ou com baixa visão não dispõem de acesso igualitário à informação,

Fica resolvido que:

A UMC trabalhará junto aos governos e às instituições educacionais e prestadoras de serviço na área de informação, a fim de garantir o acesso à mesma nos

unesp

formatos alternativos tais como: tipos ampliados, braille, textos eletrônicos e gravações em áudio.

10- Considerando:

Que a UMC respeita as características culturais diferentes e próprias de cada país associado,

Fica resolvido que:

A UMC reivindicará junto aos governos e organizações não governamentais (ONGs) para que levem em conta os aspectos culturais no que diz respeito à educação e à reabilitação de meninas e mulheres cegas ou com baixa visão.

11- Considerando:

Que as mulheres cegas ou com baixa visão têm direito a participar de cada um dos programas emanados da UMC,

Fica resolvido que:

A UMC deve garantir que as futuras conferências e seminários sejam marcados em datas e horários, que não coincidam com o Fórum de Mulheres.

12- Considerando:

Que as mulheres cegas ou com baixa visão sempre recebem salário eqüitativo por realizarem trabalhos similares,

Fica resolvido que:

A UMC reivindicará junto aos governos que promulguem e ponham em prática, leis que garantam às mulheres cegas ou com baixa visão, uma remuneração igualitária, em caso de trabalhos similares realizados.

"Nós, as mulheres cegas ou com baixa visão, que participamos deste segundo Fórum Mundial de Mulheres, queremos deixar claro que nos sentimos melhor representadas por nossos pares, mulheres cegas ou com baixa visão. Por isto, é nosso desejo comum que o próximo Presidente da UMC seja uma mulher" (Comitê de Mulheres Cegas da União de Cegos).

unesp

Plano de Ação 2000- 2004

1- Criar a página web do Comitê, onde serão incluídos com detalhe os contatos de todos os seus, membros, as atividades em cada região e tudo aquilo que for do interesse para as mulheres com deficiência visual.
2- Completar estudos regionais e recompilá-los em nível mundial visando oferecer um quadro exato e global da condição das mulheres com deficiência visual.
3- Iniciar ou continuar com a publicação de um boletim por região, por exemplo, 2 vezes ao ano. O mesmo deverá ser distribuído a todas as regiões, bem como publicado na página da web do Comitê.
4- Continuar com o programa de bolsas de estudos que se encontra à disposição das mulheres dos países em via de desenvolvimento.
5- Pesquisar quanto aos recursos que as mulheres com deficiência visual poderiam obter, como forma de ajuda para o estabelecimento de pequenas empresas, ou para empreender seus estudos.
6- Comunicar-se ou interagir com outros Comitês e Grupos de Trabalho da UMC a fim de que os temas importantes para as mulheres, ocupem o primeiro plano em todas as tarefas que sejam empreendidas dentro desta organização.
7- Incentivar e apoiar às mulheres para que sejam líderes em suas organizações nacionais.
8- Criar um centro de Documentação que poderia estar localizado na sede da Secretaria Geral da UMC, para guardar documentos, relatórios, informes e materiais que sejam de interesse para as mulheres com deficiência visual.
9- Trabalhar no sentido de que todas as Coordenadoras regionais tenham assegurado cargos nos respectivos comitês executivos regionais.
10- Recolher junto às organizações-membro e desenvolver um conjunto de idéias, destinadas às mulheres, acerca de como realizar campanhas para arrecadação de fundos, a fim de que possam desenvolver atividades deste tipo, de forma independente em seus próprios países.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

11- Desenvolver um registro completo de mulheres com deficiência visual que tenham conhecimentos e experiências em diversas áreas como a jurídica, política, direitos humanos, etc., de modo que se possa recorrer a elas, a fim de que participem nos Grupos de Trabalho e Comitês de UMC ou representem esta organização em funções específicas.

12- Gestionar junto às organizações-membros e aos governos de todo o mundo, para que promovam campanhas públicas de conscientização acerca do grave problema que significam o abuso sexual e os maus tratos psicológicos e físicos das mulheres com deficiência visual e instruam a seus funcionários responsáveis, sobre a maneira de trabalhar com as autoridades nacionais para erradicar tais práticas.

13- Reivindicar junto aos governos para que adotem medidas destinadas a eliminar o abuso sexual e os maus tratos psicológicos e físicos nas escolas para cegos e deficientes visuais sem interromper os programas educacionais apropriados para meninas cegas e com baixa visão.

14- Trabalhar para garantir que todos os documentos das Nações Unidas sobre deficiências, incorporem os princípios de igualdade de gênero.

15- Trabalhar junto aos membros da Diretoria da UMC, com as uniões regionais e as organizações afiliadas, a fim de que se continue com os esforços destinados a começar e se por em prática medidas para incrementar a igualdade de gênero no âmbito da UMC.

16- Trabalhar com as uniões regionais para que reivindiquem aos governos, no sentido de que promulguem leis que permitam o acesso das mulheres cegas ou com baixa visão, ao emprego em igualdade de condições.

17- Reivindicar junto aos governos que promulguem e ponham em prática legislação que assegure um salário igual, pelo mesmo trabalho realizado.

18- Preparar e distribuir em âmbito mundial uma declaração que condene a prática do infanticídio de meninas cegas e com baixa visão. Reivindicar junto aos governos para que adotem medidas visando eliminar essas práticas.

cm 1 2 3 4 5 6 7 unesp 11 12 13 14 15 16 17

19- Promover entre os jovens, a consciência acerca do importante papel que podem desempenhar para melhorar a qualidade de vida das idosas cegas ou com baixa visão.

20- Reivindicar junto aos governos para:

a) Promulgar leis que estabeleçam a educação obrigatória das jovens e mulheres cegas e com baixa visão e a ação legal contra as instituições que não cumprirem com tais dispositivos;

b) Respaldar o direito de qualquer nação a estabelecer os programas educacionais que julguem apropriados;

c) Estabelecer programas apropriados de formação e reabilitação para mulheres cegas ou com baixa visão, de maneira que possam alcançar sua independência pessoal e econômica.

21-Trabalhar com os governos, as instituições educacionais e as que difundem informações para garantir o acesso à mesma nos formatos alternativos com tipos ampliados, braille, textos eletrônicos e gravados em áudio, beneficiando meninas e mulheres cegas ou com baixa visão.

22-Reivindicar junto aos governos e às organizações não governamentais (ONGs) para que adotem enfoques culturalmente apropriados para a educação e reabilitação das meninas e mulheres com deficiência visual.

(Fundação Braille do Uruguai, julho de 2001).